



JOÃO CEZAR  
DE CASTRO ROCHA

GUERRA  
CULTURAL

E

RETÓRICA  
DO ÓDIO

CRÔNICAS DE UM BRASIL

PÓS-POLÍTICO

caminhos

João Cezar de Castro Rocha

# **GUERRA CULTURAL E RETÓRICA DO ÓDIO**

*(Crônicas de um Brasil pós-político)*

Posfácio de Cláudio Ribeiro



Goiânia, 2021

Copyright © 2021: João Cezar de Castro Rocha

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução e retransmissão deste arquivo eletrônico sem a devida autorização prévia dos editores.

Preparação de originais, edição de texto e posfácio: Cláudio Ribeiro

Capa e editoração eletrônica: Mário Zeidler Filho

Revisão: Anna Raíssa Guedes

Imagem da Capa:

Portal Mais Goiás

([www.emaisgoias.com.br/](http://www.emaisgoias.com.br/))

ISBN: 978-65-89552-01-7

*Dizia a mim mesmo: tu ouves com teus próprios ouvidos e tu vês o cotidiano, justamente o cotidiano, o corriqueiro, o que é comum, exatamente o que é despojado de heroísmo, de brilho...*

Victor Klemperer

*Não escrevo um livro para que seja o último; escrevo um livro para que outros sejam possíveis — não necessariamente escritos por mim.*

Michel Foucault

*Esta história acontece em estado de emergência e calamidade pública. Trata-se de livro inacabado porque lhe falta a resposta. Resposta esta que espero que alguém no mundo me dê. Vós?*

Clarice Lispector

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO O paradoxo e sua ruína

INTRODUÇÃO A riqueza dos mosaicos

CAPÍTULO 1 A ascensão da direita e o sistema de crenças Olavo de Carvalho

CAPÍTULO 2 A guerra cultural bolsonarista

CAPÍTULO 3 Doutrina de Segurança Nacional / ORVIL

CAPÍTULO 4 Rumo à Estação Brasília

CONCLUSÃO Dissonância cognitiva e verdade factual

POST-SCRIPTUM 2021: o que será o amanhã?

POSFÁCIO “Da urgência do agora à caracterização da ágora”:  
o momento etnográfico de João Cezar de Castro Rocha

REFERÊNCIAS

# APRESENTAÇÃO

## O paradoxo e sua ruína

*Não posso mover meus passos  
por este atroz labirinto  
de esquecimento e cegueira  
em que amores e ódios vão:*

*Cecília Meireles, Romanceiro da  
Inconfidência.*

No dia 1 de janeiro de 2019, o governo de Jair Messias Bolsonaro principiou de forma legítima, pois, no segundo turno da eleição de 2018, o candidato do inexpressivo Partido Social Liberal (PSL) obteve impressionantes 57.797.847 votos, que lhe asseguraram 55,13% dos votos válidos. Um êxito, portanto, incontestável. Não havia à época suspeitas de fraude na apuração dos votos, tampouco determinação do Tribunal Superior Eleitoral para a instrução de processos envolvendo a chapa do PSL.<sup>1</sup> De fato, aceitar a derrota da candidatura que defendemos é condição *sine qua non* do processo democrático. Em contrapartida, não aceitar a vitória do outro é o primeiro passo adotado em aventuras golpistas.

E, aqui, a regra desconhece exceção — infelizmente.

(Claro: penso na atitude lamentável do então senador Aécio Neves: ao ser derrotado por pequena margem nas eleições presidenciais em 2014,<sup>2</sup> iniciou uma irresponsável escalada de ações políticas com a finalidade de inviabilizar o segundo mandato de Dilma Rousseff.<sup>3</sup>)

A agenda da campanha bolsonarista, conservadora e até mesmo reacionária nos costumes, neoliberal na condução da economia e de orientação política de direita — ou até mesmo de extrema-direita — foi aprovada pelos eleitores do presidente, que expôs seu programa sem nenhum tipo de censura ou de cuidados diplomáticos. Poucos candidatos foram tão cândidos na exposição de propósitos em geral inconfessáveis — a retirada de direitos trabalhistas, a relativização dos direitos humanos, a negação pura e simples de problemas ambientais, o flerte incômodo com posições autoritárias, um revisionismo histórico relativo à ditadura militar no mínimo preocupante. No dia 17 de abril de 2016, na sessão da Câmara dos Deputados que aprovou o relatório autorizando a abertura do processo de impeachment, o autêntico circo de horrores das justificativas esdrúxulas de voto teve seu momento culminante na performance do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro e sua “homenagem” ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra.<sup>4</sup>

(Resgatemos a objetividade mínima no debate público: o coronel Ustra foi um torturador abjeto e, como tal, foi condenado. Consulte-se a minuciosa denúncia preparada pelo Ministério Público Federal de São Paulo, em 2014,<sup>5</sup> com sentença confirmada posteriormente pelo Superior

Tribunal de Justiça. Aliás, pelo seu notório passado obscuro, nunca chegou a general.<sup>6)</sup>

Podia-se acusar o candidato Messias Bolsonaro de muitas coisas, mas não de ser sutil. E, apesar de tudo, ele foi eleito presidente da República. Respeitar o resultado das urnas é um dever tão importante quanto é inalienável o direito de disputar eleições e de expressar suas convicções políticas. Esse silogismo elementar precisa ser aceito e é a minha premissa inicial. Negá-lo comprometeria o mínimo denominador comum de todo processo eleitoral. Reitero: nem sempre triunfa a candidatura que apoiamos, mas o princípio de alternância no poder é um valor tão essencial quanto a própria democracia; no fundo, são noções gêmeas.

(Se você apoiou ou *ainda* apoia o governo, não se entusiasme: o que vem pela frente é bem diferente do que você espera. Ou se, na posição oposta, você se identifica com o campo da esquerda democrática, não desista da leitura; no entanto, sem o reconhecimento da legitimidade do fenômeno eleitoral Jair Messias Bolsonaro, dificilmente conseguiremos dialogar com a sociedade.)

Neste ensaio, busco convencer o público leitor da grave ameaça representada pelo bolsonarismo à democracia em seu sentido mais primário, isto é, o direito à diferença. Sou movido por uma convicção ética profunda que vê no *outro* não um adversário, um inimigo a ser hostilizado e, no limite, eliminado, mas um *outro eu*, com quem posso aprender e, sobretudo, preciso dialogar.

Não há contradição no meu argumento!

O presidente Jair Messias Bolsonaro foi eleito democraticamente; ao mesmo tempo, *as políticas públicas de seu governo são inequivocamente ilegítimas*. O mandato presidencial não autoriza a destruição metódica das instituições associadas à educação, à ciência, aos direitos humanos, à proteção do meio ambiente, à pesquisa e à cidadania. Essa mesma investidura não justifica o endosso de ações autoritárias que constroem a ordem democrática.

A fim de entender o agônico cenário brasileiro, proponho uma hipótese.

Melhor: busco deslindar um paradoxo.

O paradoxo da guerra cultural bolsonarista, como a interpreto: sem seu tempero, o bolsonarismo não consegue manter as massas digitais em mobilização permanente; com a ubíqua guerra cultural, porém, não é possível administrar uma realidade complexa como a brasileira, pois a busca constante de inimigos desfavorece a consideração de dados objetivos. Infelizmente, a crise mundial de saúde, provocada pela Covid-19, somente acentuou o inevitável colapso produzido por uma mentalidade conspiratória à frente de um país com as dimensões continentais do Brasil.

(Na verdade, a onipresença da guerra cultural não permitiria sequer manter estável um modesto núcleo familiar! E, sabemos muito bem, há famílias-franquia que desafiam logísticas as mais complexas.)

Em tom dramático: *a guerra cultural é a origem e a forma do bolsonarismo*, mas, por isso mesmo, será (ou já é?) *a razão do fracasso rotundo do governo Bolsonaro*.

Última advertência: o tema da guerra cultural é, por definição, transnacional e meta-histórico, envolvendo um conjunto considerável de referências teóricas produzidas em muitos idiomas, assim como uma série de práticas políticas mimetizadas em latitudes as mais diversas, especialmente eficazes no universo das redes sociais. De fato, um número crescente de estudos associa com agudeza o contexto local à cena internacional, numa abordagem comparativa de grande interesse. Este não é, contudo, meu propósito. Concentro-me deliberadamente na cena brasileira. E, nessa cena restrita, privilegio o estudo da mentalidade bolsonarista, a fim de trazer à baila aspectos relacionados à história da ditadura militar e à articulação de um movimento, inicialmente subterrâneo, de reorganização da direita brasileira a partir de meados da década de 1980. Movimento que, na década de 2010, foi associado com incomum êxito à onda conservadora, especialmente no tocante a temas relacionados à educação sexual. Nesse campo, duas notícias falsas (*fake news*) tiveram um papel de destaque na vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro: o inexistente “kit gay” e a deturpação completa de uma área de estudos, *gender studies*, numa delirante “ideologia de gênero”.

(Na época da eleição em 2018, o ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Horbach, ordenou que as referências ao “kit gay” fossem excluídas das páginas oficiais da campanha do candidato do PSL. No entanto, no circuito vertiginoso do WhatsApp, o inexistente material didático foi associado a uma farsa ainda maior: a “mamadeira erótica”. Retornarei ao tema no último capítulo.<sup>2</sup>)

Serei ainda mais claro: *este ensaio é modesto — muito modesto*. Não espere panoramas generosos que esbocem perfis perspicazes de

intelectuais-gurus em latitudes tão distantes quanto Brasil, Rússia e Estados Unidos.<sup>8</sup> Tampouco aguarde paralelos instigantes de procedimentos discursivos empregados em diversos países na ascensão da direita e da extrema-direita.<sup>9</sup> Sequer arrisco uma interpretação conclusiva do evento epocal das Manifestações de Junho de 2013.<sup>10</sup> Por fim, apenas menciono marginalmente fenômenos transnacionais de manipulação do universo digital e de utilização de dados de usuários das redes sociais.

E, repare bem, sou prudente: não nego a relevância desse tipo de abordagem, muito menos duvido de sua pertinência. Por exemplo, salta aos olhos a proximidade de Eduardo Bolsonaro com o The Movement, liderado por Steve Bannon.<sup>11</sup>

(Proximidade celebrada ao ponto de o presidente Bolsonaro, num jantar em Washington, fazer-se ladear por Olavo de Carvalho e Steve Bannon, hoje proscrito em virtude de seus recentes problemas com a Justiça. O guru dos radicais da extrema-direita foi preso em agosto de 2020 sob a acusação de “rachadinha”, isto é, lançar mão de fundos de campanha para pagar despesas pessoais. Pois é: o fruto nunca cai mesmo longe da árvore.<sup>12</sup>)

De igual modo, ninguém duvida que o temido Gabinete do Ódio domina técnicas de manipulação digital,<sup>13</sup> com ênfase para o disparo massivo de mensagens por meio de aplicativos e através do recurso aos tristemente célebres robôs.<sup>14</sup> Sem dúvida, o labiríntico processo político brasileiro da Nova República parece ter sido encerrado com a eleição de Jair Messias Bolsonaro. O televangelismo neopentecostal brasileiro evidentemente bebeu, ou na verdade se embriagou, na fonte norte-americana; assim

como a onda reacionária bolsonarista encontrou estímulo no modelo oferecido pela vitória eleitoral de Donald Trump.<sup>15</sup> O desejo de governar sem respeitar mediações institucionais, recorrendo pelo contrário às redes sociais como forma de contato direto com os apoiadores foi inteiramente absorvido do modelo do apresentador do programa *The Apprentice*.

(*O aprendiz* — reality show comandado por Donald Trump antes de ser eleito.)

Pois bem: ainda assim, insisto no meu *sambinha feito de uma nota só*; outras podem até entrar, *mas a base é uma só*: a mais completa tradução da esfinge bolsonarista demanda uma imersão num contexto que aprendemos a desconsiderar durante o período de redemocratização, especialmente a partir de 1985. Trata-se de contexto intrinsecamente associado ao resgate ressentido e revanchista da ditadura militar; resgate decisivo na formação da mentalidade da família Bolsonaro — o eixo de minhas análises. A contribuição deste ensaio concentra-se no esclarecimento das consequências plúmbeas da visão de mundo reacionária e militarista do fenômeno político bolsonarista. Caso não sejamos capazes de entender o impasse derivado dessa mentalidade, não saberemos *mover* nossos *passos por esse atroz labirinto de esquecimento e cegueira* em que o Brasil contemporâneo se transformou — na advertência premonitória de Cecília Meireles na “Fala inicial” do *Romanceiro da Inconfidência*.

Por enquanto, mais não digo. Você se dá conta: sou o primeiro a reconhecer os limites do meu projeto.

(Cabe ao leitor, como sempre, decidir se vale correr o risco.)

## Para a Introdução

---

<sup>1</sup>A determinação do retorno de duas ações contra a chapa vitoriosa somente ocorreu no dia 20 de junho de 2020. Ver a página do TSE: <https://tinyurl.com/y28g4xpd>

<sup>2</sup>“A vitória de Dilma foi apertadíssima (51,46% dos votos). (...) Aécio nunca aceitou o resultado das urnas, pedindo inclusive auditoria da votação. Desafiando a democracia, ele ataçava ainda mais uma horda que já estava a postos”. Cf. Rosana Pinheiro-Machado. *Amanhã vai ser maior. O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019 p. 71.

<sup>3</sup>Em entrevista ao *Estado de S. Paulo* (13/08/2018), o senador Tasso Jereissati, ex-presidente do PSDB, reconheceu que o PSDB incorreu num “conjunto de erros memoráveis’ desde a eleição da ex-presidente Dilma Rousseff e ainda pagará um preço por isso”. Ver: <https://tinyurl.com/yaznvo5s>

<sup>4</sup>O vídeo pode ser visto aqui: <https://youtu.be/xiAZn7bUC8A>.

<sup>5</sup>A denúncia pode ser lida na íntegra no link: <https://tinyurl.com/y47ergkc>

<sup>6</sup>“Por seus serviços prestados nos porões, o coronel ganhou a Medalha do Pacificador com Palma e elogios na ficha funcional. Porém, como aconteceu com todos aqueles que na repressão puseram a mão na massa, *ele nunca chegou a general*”. Cf. Lucas Figueiredo. *Olho por olho. Os livros secretos da ditadura*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009, p. 125, grifos meus.

<sup>7</sup>Erik Mota. “Kit gay nunca foi distribuído em escolas; veja verdades e mentiras”. *Congresso em Foco*, 11 de janeiro de 2020. Ver o artigo no link: <https://tinyurl.com/y2qmuu9h>

<sup>8</sup> Claro, refiro-me ao livro de Benjamin R. Teitelbaum, *Guerra pela eternidade. O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020. Na plataforma Agência Pública, recentemente saiu a excelente matéria de Ciro Barros, “Pesquisador americano analisa doutrina ideológica que une ‘gurus’ de governos do Brasil, EUA, e Rússia”. Ver aqui a entrevista com o autor, publicada em 29 de junho de 2020: <https://tinyurl.com/yxeobpus>

<sup>9</sup> Michele Prado realiza uma análise comparativa de caráter transnacional em *Tempestade ideológica. Bolsonarismo: A alt-right e o populismo i-liberal no Brasil* (Edição da autora, 2021).

<sup>10</sup> Aqui, o número de livros e artigos é legião. Destaco de imediato somente dois títulos. No calor da hora, destaca-se o agudo ensaio de Paulo Arantes, *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2014). Um conjunto certeiro de reflexões sobre as possíveis consequências do fenômeno encontra-se em *O que resta das Jornadas de Junho*; volume coletivo organizado por Vitor Cei, Leno Francisco Danner, Marcus Vinícius Xavier de Oliveira e David G. Borges (Porto Alegre: Editora Fi, 2017).

<sup>11</sup> O jornal inglês *The Guardian* preparou uma excelente reportagem sobre o esforço de Bannon em difundir posições de extrema-direita na Europa: “How Steve Bannon’s far-right ‘Movement’ stalled in Europe”: <https://youtu.be/SX2twSMMdHs>

<sup>12</sup> “Steve Bannon is charged with Fraud in We Build the Wall Campaign”. *The New York Times*, 20 de agosto de 2020. Ver o artigo no link: <http://nyti.ms/3njaDfO>

<sup>13</sup> Referência obrigatória no tema é o livro de Patrícia Campos Mello, *A máquina do ódio. Notas de uma repórter sobre fake News e violência digital* (São Paulo: Companhia das Letras, 2020.)

<sup>14</sup> O documentário *The Great Hack* (Privacidade Hackeada, 2019), dirigido por Karim Amer e Jehane Nujaim, chega a ser didático na exposição dos métodos empregados na manipulação política através de meios digitais.

<sup>15</sup> Marina Basso Lacerda estudou as convergências dos dois contextos. Nas suas palavras: “o que se chamará aqui de novo conservadorismo brasileiro, o qual por sua vez, é uma reelaboração do neoconservadorismo norte-americano”. Cf. Mariana Basso Lacerda. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019, p. 16.

# INTRODUÇÃO

## A riqueza dos mosaicos

*Even now, now, very now.*

William Shakespeare, *Othello*.

Nunca escrevi um livro como este: “*crônicas* de um Brasil pós-político”.

(*Crônicas* — não se esqueça. Por isso, não se surpreenda se aqui e ali eu for interrompido por um leitor bolsonarista. Isso mesmo: um leitor bolsonarista.)

E provavelmente não o faria se não vivêssemos um “tempo de partido/ tempo de homens partidos”, nos versos definitivos do poema “Nosso tempo”, coligido em *A Rosa do povo*, livro publicado em 1945. A experiência-limite da II Guerra Mundial e a crescente polarização ideológica que deu origem à Guerra Fria calaram fundo na sensibilidade do poeta. Ainda mais desconcertante era a incapacidade de entender os eventos: “Visito os fatos, não te encontro/ Onde te ocultas, precária síntese” — e a pergunta angustiada de Carlos Drummond de Andrade não me sai da cabeça.<sup>16</sup>

Pois é bem isso: busco a *precária síntese*, que Drummond pode não ter descoberto, mas soube converter em poesia. No meu caso, me contento em atender à urgência do instante, respondendo ao apelo do Iago shakespeariano: *Agora sobretudo já* — tradução selvagem para tempos vertiginosos.<sup>17</sup>

Não exagero, pois a sociedade brasileira encontra-se em transe: o espaço público foi sitiado por uma sucessão de muros tão altos como as convicções são irredutíveis. Leitores iletrados do poema de João Cabral de Melo Neto, “Fábula de um arquiteto”, os bolsonaristas dedicam-se a uma arriscada arquitetura da destruição, cujo resultado não pode ser outro:

*Onde vãos de abrir; ele foi amurando  
opacos de fechar; onde vidro, concreto;  
até refechar o homem: na capela útero,  
com confortos de matriz, outra vez feto.*<sup>18</sup>

De fato, a infantilização define o comportamento voluntarista das massas digitais, conceito que proponho para pensar a distopia política de ação direta das redes sociais — detalharei o conceito no quarto capítulo. Assombradas por uma máquina incansável de notícias falsas, as massas digitais sacrificam bodes expiatórios como quem troca de roupa todos os dias. De igual sorte, o presidente da República demonstra não compreender a dimensão da cadeira que ocupa. No enfrentamento de uma crise mundial de saúde, comporta-se como um animador de auditório, cujas declarações vivem à busca de inimigos.

(No momento em que faço a revisão final deste ensaio, o Brasil pode tornar-se um dos poucos países no mundo que ainda não definiu claramente uma política nacional de vacinação.)

A precária síntese drummondiana demanda uma pergunta: como foi possível chegar a este poço sem fundo aparente?

Neste ensaio, a fim de iluminar certo ângulo da questão, sugiro uma mudança radical de atitude: *a passagem da caricatura à caracterização*.

Eis a hipótese de meu trabalho: a *guerra cultural bolsonarista*, que se beneficia de uma técnica discursiva, a *retórica do ódio*, ensinada nas últimas décadas por Olavo de Carvalho, conduzirá o país ao caos social, à paralisia da administração pública e ao déficit cognitivo definidor do *analfabetismo ideológico*, outro conceito novo que apresento, e com o qual descrevo a negação da realidade e o desprezo pela ciência que estruturam o bolsonarismo.

(Constelação por si só deletéria para a boa condução da pólis em qualquer circunstância, já no contexto duma crise mundial de saúde, beira a omissão criminosa.)

Essa guerra cultural se alimenta de um paradoxo que prenuncia a ruína do governo — nada menos do que isso. Recupero a formulação do dilema: sem a guerra cultural, o bolsonarismo não mantém as massas digitais mobilizadas em constante excitação; contudo, a guerra cultural, pela negação de dados objetivos e pela necessidade intrínseca de inventar inimigos em série, não permite que se articule um programa de governo com um mínimo de coerência e continuidade. Daí, a impressão constante,

incontornável até: o governo Bolsonaro não tem rumo, esboça ações e muitas vezes volta atrás, depende mais do que deveria do ruído das redes sociais, e, mesmo após o término de seu segundo ano, ainda não apresentou um plano concreto e abrangente para lidar com os desafios da retomada do desenvolvimento.

Desvelar o paradoxo do bolsonarismo é meu propósito: ao fazê-lo podemos começar uma conversa com a sociedade, que é a única forma de superar os impasses criados pelo movimento bolsonarista e sua instrumentalização do ressentimento. E, quem sabe, dessa conversa advenha a possibilidade de substituir a *retórica do ódio* pela *ética do diálogo*. Em lugar do desejo perverso de aniquilação do outro, visto como inimigo a ser eliminado, vale apostar no reconhecimento do *outro* como um *outro eu* — e precisamente a diferença amplia meu horizonte existencial, enriquecendo minha visão do mundo.

Dois ou três cuidados antes de principiar.

Em primeiro lugar, reitero o subtítulo deste ensaio: “*crônicas de um Brasil pós-político*”. É o que tenho a oferecer. Nos últimos anos, uma vasta e relevante bibliografia foi produzida sobre muitos dos temas aqui discutidos. No entanto, meu objetivo é desenvolver uma reflexão particular acerca do contemporâneo, assim como propor uma linguagem que, por meio de conceitos novos, ilumine os mecanismos do curto-circuito do cenário político brasileiro. O diálogo com essa produção acadêmica estará concentrado nas notas; no corpo do texto, *trabalharei quase exclusivamente com materiais dos próprios agentes da guerra cultural*.

(Cartas na mesa.)

O ponto exige um esclarecimento: nos quatro capítulos que compõem este ensaio convido o leitor à análise atenta da produção da direita e mesmo da extrema-direita. Não vejo outra forma de entender o momento crítico pelo qual passamos. Estudarei discursos, postagens em redes sociais, palestras, documentários, vídeos, canais de YouTube, livros e artigos produzidos por bolsonaristas e seus apoiadores. A tarefa, contudo, não é fácil, pois uma boa parte desse material é elaborada por meio de intrincadas teorias conspiratórias, evidenciando um evidente propósito de desinformação com o desejo de produzir o caos cognitivo sem o qual o bolsonarismo dificilmente se sustenta.

De modo a enfrentar o desafio, desenvolvi um método (você me dirá se fui bem-sucedido): para lidar com esse tipo de documento, é preciso aperfeiçoar numa *etnografia textual*.

Explico — não há pedantismo algum na ideia. Ora, assim como seria absurdo imaginar um antropólogo que, diante da narração de um mito de origem, interrompesse seu informante para “corrigir” este ou aquele dado, de igual modo, busco descrever, da forma a mais acurada que conseguir, a lógica interna da mentalidade bolsonarista.

(e de suas estratégias de propaganda e de seus recursos retóricos e de sua necessidade intrínseca de odiar e de encontrar sempre e uma vez mais o bode expiatório da ocasião e — o ódio possui uma energia propriamente incontrolável e infinita)

Afinal, meu objetivo é a explicitação dos motivos e dos procedimentos da guerra cultural bolsonarista. No segundo capítulo, procurarei ampliar nossa compreensão do fenômeno, pois não somos reféns de um

entendimento limitado como o desejo de *eliminação do outro*. De igual modo, revelarei os truques da retórica do ódio, além de discutir as consequências graves da difusão do *analfabetismo ideológico*. Calma: não afirmo que o bolsonarismo inventou a guerra cultural! O choque entre visões de mundo contrárias remonta aos séculos XVI e XVII, pois é parte estrutural da noção moderna de tempo. Uma vez que se introduziu uma diferença qualitativa entre passado, presente e futuro, a novidade se tornou o sal da terra; em consequência, o choque de valores passou a ocupar o centro da cena da cultura. Naturalmente, o sentido norte-americano de *culture wars* não é o único possível, embora seja dominante e tenha desempenhado um papel decisivo na articulação do bolsonarismo. Eduardo Wolf realizou um importante trabalho conceitual relativo à noção de guerra cultural, associada aos conflitos internos da sociedade norte-americana após a década de 1960 e a revolução da contracultura. Esse caráter agônico favorece o *impulso de eliminação do adversário*, pois se trata de disputar a “essência” de uma sociedade e não apenas debater alternativas de governo: traço igualmente definidor do bolsonarismo.<sup>19</sup> No entanto, procurarei ampliar o entendimento do conceito. Por que limitar nosso horizonte intelectual à mediocridade contemporânea? Reitero: o analista não deve tornar-se um refém ingênuo de seu tema de estudo. Se a guerra cultural norte-americana e a bolsonarista somente sabem operar num registro binário, maniqueísta mesmo, não sou obrigado a colocar viseira neste ensaio, muito menos a limitar minha reflexão pelo metro do daltonismo alheio. Por fim, no Brasil, uma fissura geracional, nem sempre observada com atenção, originou um fenômeno novo: a emergência de uma expressiva juventude de direita, ágil no uso das redes sociais e hábil na disputa das ruas — território tradicionalmente ocupado pela esquerda.

Um passo atrás: no primeiro capítulo, oferecerei um conjunto de hipóteses acerca da ascensão da direita, naturalmente levando em consideração que também se trata de ocorrência transnacional. Mas, como já disse, privilegiarei a cena local. Identificarei o sistema de crenças Olavo de Carvalho, isto é, o resultado surpreendente da pregação do autor de *O futuro do pensamento brasileiro* (1997), materializada num conjunto de ideias e, sobretudo, de clichês, cuja força não somente exercitou a musculatura da nova direita a partir da década de 1990, como também deu régua e compasso ao movimento bolsonarista. Procuo demonstrá-lo por meio do exame de documentários recentes. E, acredite se quiser!, identificarei um subgênero musical, “Olavo tem razão”, a frase-amuleto que desde 2015 tomou de assalto os espaços públicos do país. Ora, de marchinha de carnaval a puro *heavy metal*, e isso sem esquecer de um híbrido RAP-gospel, o receituário de Olavo de Carvalho inspirou uma série de canções, cujas letras sintetizam suas obsessões. Uma pergunta se impõe: o incendiário ativista político tem razão em relação a quê? Mostrarei que se trata de um *sistema de crenças*. No fundo, basta descrevê-lo com precisão para expor seu perigoso fundo delirante e suas sombrias consequências autoritárias.

(Descrição: palavra-chave, geralmente mal-entendida, porém, a pedra de toque duma etnografia textual.)

No tocante à memória da ditadura militar, experimentamos uma circunstância muito específica, intimamente relacionada ao movimento revisionista da direita e mesmo da extrema-direita. No terceiro capítulo, levarei adiante essa caracterização resgatando os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, aperfeiçoada na Escola Superior de Guerra e

influenciada pela atmosfera polarizada da Guerra Fria, cujo corolário de ferro deve ser enfatizado: a *eliminação* do “inimigo interno” e a *limpeza* correspondente do corpo social. O revanchismo, marca d’água da mentalidade bolsonarista, se inicia no projeto secreto do Exército brasileiro na década de 1980, *Orvil*, duplo mimético do icônico *Brasil: Nunca Mais*, livro-denúncia das arbitrariedades e violências da ditadura, lançado em 1985. Mostrarei que a narrativa conspiratória que os autores anônimos de *Orvil* propõem da história republicana moldou o homem da caserna que chegou ao posto máximo da nação e segue presidindo seu olhar sobre as palavras e as coisas. A leitura que proponho desse documento praticamente esquecido revelará o surrealista porém poderoso relato de uma permanente “ameaça comunista” que ainda hoje alimenta fantasias autoritárias. No plano da cultura audiovisual, a produtora Brasil Paralelo, cuja denominação evoca um involuntário autorretrato, assumiu a tarefa de popularizar a versão do *Orvil* numa série de documentários históricos muito engraçados(*não tinham fatos, não tinham nada*), eivados de grosseiros erros factuais, como demonstrarei na análise do filme *1964: O Brasil entre armas e livros*, dirigido por Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. E, no entanto, seus criativos filmes já alcançaram mais de 30 milhões de espectadores e são fundamentais na difusão do *sistema de crenças Olavo de Carvalho*.

No quarto capítulo, tratarei do conceito de massas digitais, a fim de caracterizar o cenário contemporâneo de uma pólis pós-política. Se não dispomos de um consenso sobre o sentido das Manifestações de Junho de 2013, tratarei pelo menos duma consequência que literalmente mudou o cenário político: o *ativismo*, que nega o sistema político como um todo, embora situe a política como autêntica obsessão do dia a dia brasileiro.

Os ativismos judicial e digital foram fundamentais para o êxito do bolsonarismo. Discutirei também o percurso do medíocre deputado do baixo clero rumo à presidência: no meio do caminho, tiveram importância fundamental a reconciliação inesperada com o alto oficialato das Forças Armadas e a adesão irrestrita à pauta conservadora nos costumes.

Analisarei, por fim, o principal motivo do insucesso do governo Bolsonaro, vale dizer, a distopia de uma pólis pós-política, cujas mediações institucionais seriam violentamente suprimidas em favor de uma democracia direta, lastreada na volatilidade agressiva das redes sociais. Essa mal disfarçada pretensão autoritária leva o presidente a uma tensão estéril com os dois outros poderes da República e com as instituições da sociedade civil, destacando-se sua relação conturbada com a imprensa; relação conturbada, porém monótona e previsivelmente sempre hostil, já que se trata do receituário consagrado da onda transnacional de extrema-direita. Afinal, se a imprensa, e, sobretudo, o jornalismo investigativo, permaneceram relevantes, como impor uma realidade paralela? A guerra cultural é a ponta de lança dessa pulsão radicalmente antidemocrática.

(Democracia direta bolsonarista: o caos sem contraste, o inferno tornado evento cotidiano no paraíso do populismo e da demagogia.)

O ensaio não termina nessa nota melancólica — porém.

Na conclusão, esboçarei uma alternativa para a forma da democracia na época da sua reprodutibilidade digital por meio do resgate de uma diferenciação que permitiu à ágora ateniense conceder à palavra

disposição deliberativa: a distância entre *fato* e *rumor*. Tal resgate favorece a ética do diálogo; possibilidade tão urgente quanto o *Even now, now, very now* shakespeariano.

O tecido social brasileiro não suportará novos esgarçamentos.

Chegou a hora de recordar a riqueza dos mosaicos.

## [Para o Capítulo 1](#)

---

<sup>16</sup> Carlos Drummond de Andrade. “Nosso Tempo”. In: *A rosa do povo. Poesia e Prosa*. (Organizada pelo autor.) Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1988, p. 102-107.

<sup>17</sup> Na notável tradução de Lawrence Flores Pereira: “Agora, nesse instante”. Cf. William Shakespeare. *Otelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 137.

<sup>18</sup> João Cabral de Melo Neto. “Fábula de um arquiteto”. In: *A educação pela pedra. Obra completa*. (Edição organizada por Marly de Oliveira com assistência do autor). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, p. 345-46.

<sup>19</sup> Ver, de Eduardo Wolf, “Plágio, politicamente correto e paranoia no Inep de Bolsonaro”, *Revista Veja*, 12 de janeiro de 2019: <https://tinyurl.com/y2qy7qt9>. Consulta realizada em 5 de maio de 2020. Na mesma revista, na edição de 30 de novembro de 2018, Wolf publicou “Luta pela alma do Brasil”, demonstrando os vínculos do bolsonarismo com a *guerra cultural* na acepção norte-americana.

# CAPÍTULO 1

## A ascensão da direita e o *sistema de crenças* Olavo de Carvalho

*Things fall apart; the centre cannot hold;  
Mere anarchy is loosed upon the world,*

William Butler Yeats, *The Second Coming*.

### Desde quando?

No atual clima de polarizações acéfalas, em boa medida determinadas pela guerra cultural, quase não foi possível discutir o documentário de Petra Costa, *Democracia em vertigem*, lançado em 2019 e que alcançou a distinção de ser indicado ao Oscar. Em circunstâncias normais de temperatura e pressão, o simples fato teria sido recebido com entusiasmo, como ocorreu em 2004, quando *Cidade de Deus* (2002), filme de Fernando Meirelles e Kátia Lund, recebeu quatro indicações: melhor

diretor, melhor roteiro adaptado, melhor edição e melhor fotografia. O país parou no dia da cerimônia, como se estivéssemos numa final de Copa do Mundo.

E a premiação do Oscar foi realizada no dia 29 de fevereiro de 2004.

Isto é, há dezesseis anos. Mas é como se um século tivesse passado.

(Certo: 2004 foi um ano bissexto.)

Pelo contrário, no dia 9 de fevereiro de 2020, noite de entrega das estatuetas, a guerra cultural desenhou outro cenário. De um lado, o campo da esquerda celebrou na ocasião a oportunidade de infligir uma derrota simbólica de alcance internacional ao governo Bolsonaro. De outro, a milícia digital bolsonarista iniciou uma intensa campanha difamatória contra a diretora; nos programas de rádio e de televisão, comentaristas fiéis ao governo reiteraram o potencial infinito do tédio.

(Eis um motivo bem-humorado para superar o universo cinza da guerra cultural: ele é monocórdio e espantosamente repetitivo, pois sempre se sabe o que será dito antes mesmo do debate principiar.)

Na estética estreita dos bolsonaristas, o filme não deveria concorrer ao Oscar de melhor documentário, porém de ficção. Você certamente recordará outros argumentos: todos, no fundo, entoavam a mesma cantilena: se reduzia *Democracia em vertigem* à categoria de má ficção.

(O conforto que só a ignorância propicia! Há décadas é um lugar-comum assinalar a subjetividade como dado indissociável do gênero

documentário. No primeiro documentário de longa-metragem, reconhecido como marco fundador da antropologia visual, *Nanook of the North* (1922), seu diretor, Robert Flaherty, não hesitou em incluir elementos ficcionais.)

Nada de novo sob o céu plúmbeo da guerra cultural.

O que se perde nesse ambiente bélico?

Tudo.

Tudo o que importa entender.

Vamos mais uma vez assistir ao filme?

(Desarme seu espírito e deixe o videogame para depois.)

Petra Costa é muito honesta no esclarecimento de sua perspectiva: ela pertence ao campo da esquerda democrática e considera o processo do impeachment um golpe contra a democracia, cuja vertigem anunciou o abismo na próxima esquina: a eleição de Jair Messias Bolsonaro. A frase final do filme, com narração da própria diretora, explicita sua posição, sobretudo pelo tom de sua voz: “de onde tirar forças para caminhar entre as ruínas e começar de novo?”

A honestidade intelectual da cineasta não poupa sua família: somos informados de sua ascendência privilegiada, seu avô foi sócio-fundador da empreiteira Andrade Gutierrez, envolvidíssima no escândalo de corrupção revelado pela Operação Lava Jato. E como, desde o *tempo do rei, os extremos se tocam*, descobrimos que seus pais foram militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ativos na luta contra a ditadura

militar; inclusive seu nome foi escolhido em homenagem a Pedro Pomar, importante dirigente político, assassinado na Chacina da Lapa, em 16 de setembro de 1976.<sup>20</sup>

Cartas na mesa, portanto.

Aliás, no impressionante livro de Malu Gaspar, *A organização*, descobrimos que o esquema do poder público com empreiteiras remonta à década de 1940. Na República dita Nova os velhos acordos não perderam atualidade, somente mudava o nome dos operadores. Durante o malogrado governo de Fernando Collor de Mello, Paulo César Farias, o conhecido PC, era o factótum da vez: “A Odebrecht não era a única a agir assim. Praticamente todas as grandes construtoras tinham seu canal privilegiado com PC — OAS, Andrade Gutierrez e Cetenco estavam entre as mais próximas. (...) Havia esquemas para *todos os gostos e necessidades*”.<sup>21</sup>

(Euclides da Cunha *dixit* no princípio de “A Luta”, terceira parte de *Os sertões*: “O mal era antigo”. Não era, é constitutivo.<sup>22</sup>)

A edição do filme, claro está, não pretende ser neutra, pois a parcialidade do olhar é a premissa do filme — para o bem ou para o mal. Percebe-se, assim, que a maior parte das discussões sobre *Democracia em vertigem* apenas arranhou o dilema de sua narrativa, que conduz ao nervo da eleição de Bolsonaro, ou seja, remete à ascensão da direita no Brasil.

Passo a passo — o tema é decisivo.

Assumida a perspectiva de esquerda, a edição do filme naturalmente favorece a versão do impeachment como golpe branco, realizado não mais com a brutalidade de tanques nas ruas, porém urdido em gabinetes e

cortes supremas com auxílio dos artifícios legais da guerra jurídica (*lawfare*). Na expressão forte de Wanderley Guilherme dos Santos, tratou-se de um “golpe burocrático parlamentar”.<sup>23</sup> Nesse horizonte, a eleição de 2018 supôs um retorno traumático ao passado autoritário e desigual da ditadura militar.<sup>24</sup> De igual modo, documentários produzidos por movimentos de direita, por vezes lançando mão das mesmas imagens,<sup>25</sup> defendem a legitimidade do processo, em virtude das célebres e controversas pedaladas fiscais e, sobretudo, porque os ritos formais foram obedecidos.<sup>26</sup>

Aparada essa aresta, posso levantar o problema maior que vejo em *Democracia em vertigem*.

Na narrativa de Petra Costa, a direita simplesmente não existe. Isto é, enquanto movimento organizado de ideias, visão de mundo, ação política determinada, conjunto de valores e comportamentos, linguagem — não existe a direita entendida como movimento com dinâmica própria. Se não vejo mal, essa ausência é sintomática do impasse que o campo da esquerda não enfrentou de peito aberto, muito provavelmente porque nem sequer vislumbrou o fenômeno.

Um depoimento da então presidente Dilma Rousseff, em plena marcha do impeachment na Câmara dos Deputados,<sup>27</sup> é precioso, embora não tenha sido explorado pela cineasta: “Erramos ao não perceber que a hegemonia pela direita era crescente, porque ela não estava posta inteiramente em 2014”.<sup>28</sup>

Compreende-se o cálculo: se o Partido dos Trabalhadores (PT) venceu as eleições num disputadíssimo segundo turno em 2014, a direita não havia *ainda* conquistado a hegemonia do jogo político, muito embora o acirramento das tensões devesse ter servido como uma grave advertência.

Na sequência de sua fala, Dilma Rousseff atribuiu o processo do impeachment à atuação política do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Pronto!

Perdeu-se a notável intuição e voltamos ao *leitmotiv* do golpe perpetrado por políticos corruptos, uma elite vendida e, claro, a direita-encarnação-do-mal.

Deixemos a diplomacia de lado?

Essa interpretação continua dominante porque é cômoda. Tal análise transfere para o adversário a responsabilidade completa do movimento que culminou na eleição de Jair Messias Bolsonaro.<sup>29</sup> Assim, com habilidade de malabarista, o PT foi tirado do poder exclusivamente em virtude de suas qualidades. Esse malabarismo, contudo, não permite que se façam perguntas fundamentais: como explicar que nos últimos quinze anos uma numerosa juventude de direita tenha emergido no espaço público, e com presença dominante nas redes sociais? Como entender que um discurso de direita tenha adquirido uma musculatura inédita no debate nacional? E o que dizer de uma extrema-direita e seu reacionarismo de almanaque, fundado num anticomunismo bolorento? Como explicar que uma parte dos eleitores do PT tenha votado em Bolsonaro? Trata-se de fenômeno que não pode ter principiado em 2015, como Dilma Rousseff supôs, nem mesmo em 2013, como uma consequência inesperada das Manifestações de Junho, até porque o movimento principiou com fortes inclinações à esquerda do espectro político.

A ascensão da direita no Brasil contemporâneo, dada sua força e alcance, é um fenômeno necessariamente mais orgânico e longo do que

transparece nas interpretações dominantes no campo da esquerda. Desconsiderar esse panorama impede que se compreenda o processo político atual.

O tema é delicado, mas não vou fugir da dificuldade.

Vamos lá: última reiteração do meu projeto neste livro: não estou propondo uma análise do colapso da Nova República e de seus podres poderes,<sup>30</sup> nem uma reflexão sobre o legado do Lula<sup>31</sup> ou acerca das Manifestações de Junho de 2013,<sup>32</sup> tampouco um estudo do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff;<sup>33</sup> como vimos, um exemplo perfeito das estratégias de guerra jurídica (*lawfare*) usadas atualmente em todo o mundo.<sup>34</sup> Na prática, desconsidero os dois anos do governo Michel Temer.<sup>35</sup>

(Pois é: este livro parece cada vez mais uma mera ilustração do último capítulo de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Recorda seu título, não? “Das negativas”. De qualquer modo, ainda assim, o defunto autor machadiano confiou: “Somadas umas coisas e outras (...) achei-me com um pequeno saldo”.<sup>36</sup> Eis o tamanho de minha esperança.)

Meu propósito é modesto, quase um sintoma das monomanias diagnosticadas pelo Dr. Simão Bacamarte, personagem de *O alienista*, de Machado de Assis. Almejo caracterizar a *mentalidade bolsonarista* por meio da guerra cultural, isto é, estudarei o resgate insensato da Doutrina de Segurança Nacional, o alinhamento cego à matriz narrativa conspiratória do *Orvil*, a adesão náufraga ao *sistema de crenças Olavo de Carvalho* e, por fim, a crítica ruidosa a uma imaginária “ideologia de gênero” como passaporte para a conquista do eleitorado evangélico e

conservador. No quarto capítulo, tratarei da ideologia de gênero, que desempenhou papel central nas eleições de 2018; como se sabe, trata-se de uma deturpação deliberada de uma área de estudos iniciada sobretudo nas universidades norte-americanas, os “gender studies”.

A ascensão da direita é anterior à emergência do bolsonarismo e favoreceu sua possibilidade de êxito. Em boa parte dos estudos acerca do fenômeno, o efeito é tomado como causa. O bolsonarismo não possibilitou o triunfo eleitoral da direita, mas, pelo contrário, a ascensão paulatina da direita, articulada desde meados da década de 1980, preparou a vitória do Messias Bolsonaro. Em que medida, o capitão Bolsonaro tornou-se um inesperado ponto de fuga desse movimento? O *“bolsonarismo” não somente teria antecedido como pode vir a suceder o personagem que lhe deu corpo?*

(Eis a imagem mesma do horror conradiano: o bolsonarismo levado adiante por alguém mais palatável, capaz de reunir três frases coerentes numa sequência lógica, com bons modos, terno bem cortado, e linguagem moderna de gestor de empresas bem-sucedido. E, imaginemos um cenário apocalíptico, com experiência midiática.)

Hora, portanto, de analisar o fenômeno sem preconceitos, destacando a força incomum da presença de um escritor, metamorfoseado em ativista político no reino encantado do universo digital. Refiro-me a Olavo de Carvalho, artífice de uma retórica do ódio que ameaça levar o país a um esgarçamento inédito.

## Um movimento subterrâneo

De imediato, menciono quatro fatores cuja inter-relação esclarece o caráter orgânico da ascensão da direita nas últimas décadas, embora neste capítulo trate somente do primeiro fator. A redução desse movimento à vocação golpista, atribuída ao impeachment de 2016, tem paralisado a esquerda, que, assim, se revela incapaz de entender a importância de uma *juventude de direita*, força decisiva na política brasileira dos últimos anos.

(Talvez já na segunda metade da década de 1990, certamente desde 2002 — muito antes, portanto, de 2013.)

A simples enumeração dos elementos ilumina a incompreensão ainda hoje predominante: 1) a ação inicialmente positiva de Olavo de Carvalho na década de 1990, ampliando o repertório bibliográfico e fortalecendo a musculatura da direita por meio de polêmicas estratégicas contra ícones da esquerda; 2) uma fissura geracional que escapou aos cálculos da esquerda, em geral, e do Partido dos Trabalhadores, em particular. As quatro eleições presidenciais, legitimamente vencidas pelo PT, possibilitaram a associação automática, embora inédita, entre *establishment*, *sistema político* e *campo da esquerda*; daí, pela primeira vez na história republicana brasileira, *foi possível considerar-se de oposição por ser de direita*; 3) o conflito geracional foi agravado pela difusão da tecnologia digital e sua apropriação criativa e irreverente por uma crescente juventude de direita, cuja presença nas redes sociais materializou-se nas multitudinárias manifestações a favor do

impeachment da presidente Dilma Rousseff; 4) por fim, a partir de 2013, no princípio muito timidamente, porém já de forma ostensiva em 2015, a direita começou a disputar as ruas com o campo da esquerda, num desdobramento surpreendente para qualquer analista, pois as ruas pareciam propriedade simbólica dos que *estavam à margem do poder*, ou seja, antes do triunfo eleitoral do PT, a própria esquerda. Os quatorze anos de permanência do PT no governo federal alteraram de maneira profunda a ecologia da política brasileira, sem que tal abalo fosse imediatamente perceptível.

Iniciadas em março de 2015, e ampliadas em abril, agosto e dezembro do mesmo ano, as *manifestações de rua da direita* explodiram em março de 2016, revelando ao país uma organização sólida de grupos conservadores, com destaque para movimentos articulados nas redes sociais, que, com grande desenvoltura, tomaram os céus de assalto, não para defender a revolução, porém, todo o oposto, para derrubar o único partido de esquerda que chegou à presidência do Brasil.

Em relação aos quatro fatores que terminei de elencar, o último é o mais visível e muitas vezes o único considerado na ascensão da direita. Por isso, ela é reduzida ao ânimo golpista. Em última instância, aí se encontra a explicação de sua ausência no documentário de Petra Costa. Proponho que os dois primeiros fatores são os realmente decisivos para desenhar o cenário no qual a eleição de Jair Messias Bolsonaro se tornou possível. Isso em perspectiva histórica, claro está; num exame mais próximo ao presente imediato, teve papel central o combate ao que se convencionou chamar ideologia de gênero.

(E os elementos se encontram: a juventude de direita, ativíssima nas redes sociais, formou sua visão de mundo primariamente por meio do

sistema de crenças Olavo de Carvalho, apreendido por meio das mesmas redes sociais — e, aqui, a redundância é o sal da terra.)

Para dizê-lo de forma direta: desde meados dos anos 1980, como uma reação à política de distensão implementada pelo general Ernesto Geisel na década anterior (1974–1979), e, sobretudo, à redemocratização, conduzida aos trancos e barrancos pelo general João Batista Figueiredo (1979–1985), um *movimento subterrâneo de direita* foi articulado, inicialmente na caserna e posteriormente na sociedade civil.

(O *Orvil* é o modelo narrativo adotado pelo bolsonarismo, como veremos no terceiro capítulo. Como disse, trata-se de documento-chave que oferece o relato de uma permanente “ameaça comunista”, fortalecendo o discurso da atual extrema-direita no Brasil; trata-se do livro de cabeceira da família Bolsonaro.)

Sem dúvida, esse movimento de duas décadas explodiu em 2015 e 2016, porém sua intensidade foi preparada lentamente por meio da criação de uma linguagem própria, saturada de clichês anticomunistas com ressonâncias anacrônicas da Guerra Fria, ademais do recurso a uma moldura narrativa com base nas *tentativas de tomada do poder*<sup>37</sup> por parte da esquerda brasileira, “naturalmente” em acordo com o movimento comunista internacional, numa vasta trama de proporções apocalípticas. Por fim, não se negligencie o milagre às avessas da proliferação de teorias conspiratórias involuntariamente dadaístas.

Não é tudo!

Nas páginas finais do *Orvil*, o inimigo comum das próximas décadas é identificado: “Entende-se que o ‘partido de Lula’ é o principal resultado da luta da classe operária”.<sup>38</sup> Decifre-se a esfinge: sem um alvo determinado, como manter grupos diversos reunidos num mesmo projeto? Nesses casos, a diferença é subsumida na miragem de um adversário tentacular, convertido em inimigo útil, nada inocente, que assegura a coesão do movimento.

O documentário *Intervenção – Amor não quer dizer grande coisa*,<sup>39</sup> realizado em 2017, é uma contribuição notável para o entendimento da fusão caótica dos quatro fatores responsáveis pela ascensão da direita. O filme, a seu modo, presta homenagem ao Walter Benjamin de *Passagens (Das Passagen-Werk)*, autêntica biblioteca labiríntica de citações, ensaio-colagem de uma miríade de “passagens” num dispositivo único, cujo sentido necessariamente depende de um leitor aventureiro, que aceite converter-se em improvisada ilha de edição. *Intervenção* é um filme-colagem, que alinhava fragmentos de vídeos de youtubers de direita ou, na maior parte dos casos, de extrema-direita, nos momentos mais agônicos do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

No primeiro momento, a reação é de pura incredulidade, como se uma realidade paralela tivesse tomado conta do mundo. Os discursos são desconstruídos; as teorias apresentadas são ilógicas; as ameaças à segurança nacional, sempre reveladas em tom estridente de melodrama mexicano, parecem envolver os seres abissais e os incas venusianos; e, como se não bastasse, surgem seitas neopentecostais com milícias de inspiração paramilitar, perfilando rapazes com uniforme verde-oliva, ao lado de jovens evangélicas, cuja coreografia bélica prenuncia um Armagedon semanal.<sup>40</sup>

(Entender a lógica interna das teorias conspiratórias é tarefa urgentíssima, à qual me dedico no terceiro capítulo. De imediato, um aperitivo: é preciso compreender uma teoria conspiratória partindo sempre de sua conclusão! *Silogismo de Napoleão de hospício*, é a conclusão que determina as premissas e não o contrário.)

Não exagero!

Acompanhe comigo a transcrição de uns poucos fragmentos do filme.

(Fragmentos de um discurso nada amoroso.)

Começemos com uma fala característica da verve bocagiana de Olavo de Carvalho. Após lamentar a ausência, no ordenamento jurídico brasileiro, do sistema de “*recall*” nos poderes Executivo e Legislativo, o escritor vitupera:

Por isso que eu acho que o panelaço é a maior invenção. A coisa mais eficaz que tem no país é o panelaço. *Não* deixa falar mais! *Não* deixa falar, *não* obedeça, *não* reconheça! ‘Ah, a senhora é a presidente [*referindo-se a Dilma Rousseff*]?’ Presidente é o caralho! Você é uma usurpadora!<sup>41</sup>

Eis, neste livro, a primeira ocorrência do que denomino *retórica do ódio*, cuja análise detalhada reservo para o próximo capítulo. A reiteração pouco criativa do advérbio de negação evidencia o seu propósito: *não reconheça*, isto é, trata-se de eliminar simbolicamente o outro. O uso obsessivo e francamente monótono de palavrões desempenha o mesmo papel de desqualificação completa do adversário, transformado em inimigo, cuja destruição é favorecida pelo tratamento prévio. Inaugura-

se, assim, um perverso círculo vicioso do qual a sociedade brasileira tem dificuldade de se libertar.

O resultado dessa técnica, transmitida por Olavo de Carvalho para dezenas, talvez centenas de milhares de pessoas, sobretudo jovens, por meio de cursos on-line ou simplesmente pelo consumo de uma miríade de vídeos disponíveis na Internet, é o ensurdecimento deliberado em relação a tudo o que não espelhe as próprias convicções, em geral radicais e, por isso mesmo, favoráveis à resolução violenta de conflitos.

A fala que inspirou o subtítulo do documentário vale pela conclusão de um tratado:

Nós estamos lidando com pessoas que não têm amor à pátria. *Amor não é grande coisa*. Falar ‘eu te amo’ não significa coisa nenhuma! A palavra mais vazia é “eu te amo” (*sic*). Porque amor é ação! Não adianta o cara falar que ama a pátria e olhar pra bandeira e chorar de emoção, se eu não tiver ação. Então, é necessário ir pra rua!<sup>42</sup>

*Ir pra rua*: de fato, a nova direita aderiu à ação direta como forma própria de ocupar espaço e ganhar visibilidade. Seus militantes não necessariamente leram a obra de Georges Sorel, mas, com certeza, memorizaram as postagens piromaníacas do Facebook e do Twitter de Olavo de Carvalho, que incitam a uma pulsão autoritária, cujo ponto de partida seria precisamente a supressão de toda e qualquer instância mediadora entre os poderes constituídos e a cidadania.

(Georges Sorel, o teórico do *mito político* e de sua incomum capacidade para convocar a ação direta das massas — a distopia da supressão das

mediações institucionais. *Refléxions sur la violence*, publicado em 1908, bem poderia ser o livro de cabeceira da militância bolsonarista. Mas receio que, ao escutarem o nome de Georges Sorel, articulem frases desconexas sobre a ameaça do globalismo de George Soros.)

Vejamos três exemplos característicos da dicção incendiária olavista:

Bolsonaro não é só o *presidente escolhido e amado pelo povo*. É o líder natural e predestinado da REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Sua missão é quebrar a espinha do Estamento Burocrático e colocar de uma vez O POVO NO PODER<sup>43</sup> (Twitter, 19 de abril de 2020, grifos meus).

Em caso de uma ação decisiva das Forças Armadas, espero que nada se faça contra “instituições”, apenas contra INDIVÍDUOS, ladrões e comunistas de carne e osso. Que sejam *expelidos* de seus postos e *removidos* da vida pública, deixando as instituições intactas<sup>44</sup> (Twitter, 9 de maio de 2020, grifos meus).

Há quarenta anos vejo um povo oprimido, roubado e escravizado clamar em vão pela ajuda militar. Se houvesse UM PINGO de patriotismo e amor à democracia nas Forças Armadas, elas teriam reagido contra a dominação comunista da mídia, do sistema educacional, do funcionalismo público.<sup>45</sup> (Twitter, 12 de maio de 2020).

O autoritarismo gráfico de antipáticas letras maiúsculas dá as mãos a um anticomunismo genérico, cujo antídoto é a intervenção militar, que, como se sabe, é a forma propriamente bolsonarista de “proteger” a democracia. As falácias argumentativas se sucedem vertiginosamente e, mimetizadas por fiéis seguidores, tornam o espaço público um vale-tudo de palavra-puxa-palavrões.

Recordemos os resultados completos do segundo turno das eleições de 2018: Jair Messias Bolsonaro seduziu 55,13% dos eleitores, num total de 57.797.847 votos; Fernando Haddad convenceu 47.040.906 eleitores, chegando a 44,97% de preferência; votos brancos chegaram a 2,14%, num total de 2.486.593 e, por fim, votos nulos alcançaram 7,43%, ou seja, 8.608.105.<sup>46</sup> Numa conta que mesmo um mau aluno da antiga 3ª série do ginásio acertaria, concluimos que o Messias Bolsonaro foi eleito com um número de votos menor do que a soma dos sufrágios dados a seu adversário, acrescidos dos votos brancos e nulos. Nesse caso, teríamos 57.797.847 contra 58.135.604.

\*\*\*

*Não acredito! Você está negando a vitória do capitão Bolsonaro? E ainda diz que vai estudar com seriedade o cenário atual...*

Calma: volte à primeira frase deste livro: “No dia 1 de janeiro de 2019, o governo de Jair Messias Bolsonaro principiou de forma legítima”. É claro que não nego o êxito eleitoral do capitão Bolsonaro, como você prefere chamar o presidente. Na verdade, revelo o truque retórico de Olavo de Carvalho: *presidente escolhido e amado pelo povo*. Os dados objetivos mostram que a eleição de 2018 foi marcada por uma forte polarização; portanto, não houve adesão do povo a um único nome; aliás, o que é típico de sociedades democratas. Por isso, no fundo, democracia não é o regime que impõe a vontade da maioria, porém, um sistema que assegura plenos direitos às minorias.

(Conceito totalmente estrangeiro ao bolsonarismo — claro está.)

\*\*\*

Agora, tenho certeza, você me acompanha: no filme *Intervenção* as pontas se atam, mas só permanecem presas porque um alvo fixo reúne os delírios mais inverossímeis, dando consistência de ferro ao que antes pareceria uma assembleia de Napoleões de hospício.

Outra vez, poucos exemplos são suficientes.

(Mais do que isso, seria pura impertinência.)

Começo com um relato que poderia muito bem ter sido recolhido na Casa Verde machadiana:

(...) o PT não é nada comparado com o problema. E aí a gente entra em *globalismo*, em *Nova Ordem Mundial*, em *Illuminati*, em *maçonaria*, todas essas coisas (...). Enfim, pessoal, por que que não adianta a gente fazer o impeachment da Dilma? Com o impeachment, quem assume é o Michel Temer. O Michel Temer, como todo mundo pode ver, tem vídeo dele saudando a maçonaria. (...) Se a maçonaria controla o PSDB — e a gente já sabe que o PT e o PSDB sempre foram aliados —, é lógico: o PT tá lá fazendo o jogo da maçonaria, fazendo o jogo dos Illuminati, dos globalistas.<sup>47</sup>

Nessa sopa de alusões crípticas e de citações explícitas, delineia-se a *idiotia erudita*, definidora das massas digitais — conceitos que exporei nos próximos capítulo. De imediato, porém, duas palavras acerca deles. A idiotia erudita é o resultado do excesso de informações mal processadas e rapidamente mescladas em teorias conspiratórias

difundidas nas redes sociais, gerando um número sempre maior de dados, que, por sua vez, favorecerão teorias ainda mais intrincadas, que, por sua vez... e esse círculo vicioso torna o espaço público uma sucessão de ilhas que recusam a ideia de arquipélago. As massas digitais produzem no cenário contemporâneo um abalo sísmico similar ao provocado pelas massas urbanas nas primeiras décadas do século XX. Nas décadas de 1920 e 1930, avanços tecnológicos importantes na área da comunicação permitiram a inclusão de atores políticos até então à margem da representação política, mas, ao mesmo tempo, levaram ao colapso o modelo elitista da democracia liberal, incapaz de dar conta dessa nova demanda. As massas digitais, com seu ativismo que despreza toda forma de mediação, oferecem um paralelo instigante com essa circunstância, como mostrarei no último capítulo.<sup>48</sup>

Identifique-se, agora, a fonte do tsunami de disparates e de incoerências das falas reunidas no documentário-colagem: o sistema de crenças Olavo de Carvalho é o fio de Ariadne que nos orienta nesse labirinto. Termos-chave do discurso olavista sempre retornarão, esclarecendo a origem dos desarrazoados ilógicos, por exemplo, da prosa torta de um Carlos Bolsonaro: *esquerdismo, globalismo, analfabetismo funcional, Nova Ordem Mundial, maçonaria, desonestidade intelectual, gramscismo, ideologia de gênero, PT e PSDB como duplos miméticos que cooperam para a vitória comunista no Brasil*, entre tantas outras e inúmeras estultices.

Sem maiores comentários, ofereço o complemento da marcha brucutu da insensatez:

(...) Tá rodando, aí, *nas páginas de direita*, em várias páginas da Internet, que 50 mil [fuzis] AK47 passaram, ali, na fronteira com a Bolívia e estão escondidos em várias fazendas no interior do Mato Grosso do Sul, fazendas que estão sobre o controle do MST (Movimento dos Sem Terra).<sup>49</sup>

O alerta vermelho foi dado por um professor de História, formado na Universidade Federal de Goiás, que se tornou conhecido pela fanática militância bolsonarista nas redes sociais.<sup>50</sup> O mais surpreendente é o incontestável déficit cognitivo de um historiador incapaz de diferenciar uma fonte fidedigna, de um lado, e, de outro, uma informação evidentemente espúria: é como se entre *fato* e *rumor* a diferença não fosse qualitativa<sup>51</sup>: verdadeira seria a notícia com maior grau de circulação no universo digital. Informação obtida *nas páginas de direita* é aceita sem qualquer crítica interna e, literalmente do nada, 50 mil fuzis encontram-se escondidos *em várias fazendas*, num anúncio apocalítico da ditadura do proletariado que se avizinha. Retornamos ao padrão tautológico da retórica do ódio, inviabilizadora do diálogo pela irracionalidade intrínseca de seus pressupostos, que, no entanto, são apresentados num emaranhado de informações desencontradas, mas cuja coerência interna não deve ser menosprezada. Ademais, o efeito de persuasão do ressentimento não deve ser negligenciado. Arthur Hussne acertou em cheio:

O gosto pelo vocabulário chulo, pela humilhação pública dos adversários, pela desumanização dos oponentes, só mostra técnicas de efeito retórico para destilar inverdades que, mesmo que posteriormente desmentidas, têm potencial para enganar um número expressivo de pessoas.<sup>52</sup>

Imagine uma “notícia” sobre a presença de 50 mil fuzis nas mãos de “perigosos vermelhos” nas vésperas de uma eleição decisiva de segundo turno!

Por isso, é tão importante assinalar o ponto de fuga que dá sentido aos fragmentos desconexos de *Intervenção*: a mescla, nem sempre inteligível com facilidade, dos quatro fatores que se adensaram ao longo de décadas num movimento subterrâneo de articulação de forças de direita e, em alguns casos, de extrema-direita.

Em outras palavras, a passagem da caricatura à caracterização exige a reconstrução daqueles quatro fatores, pois, sem considerá-los com a devida atenção, não será possível compreender o alcance do bolsonarismo como fenômeno político de massas com uma invejável capacidade de mobilização.

Ao trabalho – portanto.

(e começo aqui e meço aqui este começo<sup>53</sup>: um primeiro passo.)

## **Olavo de Carvalho**

A ascensão da direita não é compreensível sem a ação positiva de Olavo de Carvalho na década de 1990.

(Sim: isso mesmo que você leu: *ação positiva*. Não espere que eu adote expedientes bolsonaristas em minha análise. Em lugar da desqualificação

nulificadora, oferecerei descrições da lógica de seus discursos. O efeito crítico, se não me engano, será muito mais devastador.)

Essa afirmação certamente surpreenderá a muitos: *ação positiva*. A virulência e a agressividade sempre foram a marca registrada de Olavo desde seu ingresso no admirável mundo novo das redes sociais. Inicialmente, com o programa de rádio *True Outspread*, em 2006, posteriormente no Curso Online de Filosofia (COF), iniciado em março de 2009, assim como em seu canal no YouTube, com mais de 1 milhão de inscritos, ou por meio de seu perfil no Facebook, com praticamente 600 mil seguidores, e, por fim, de sua conta no Twitter, que reúne quase 450 mil pessoas.<sup>54</sup> No fundo, eu não diria que, a partir do seu ingresso no reino encantado do universo digital, o autor de *O dever de insultar* (2016) tenha se reinventado, pois a vocação polêmica e o gosto pela agressão verbal como forma peculiar de argumentação já se encontravam perfeitamente desenvolvidos em *O imbecil coletivo* (1996); como, aliás, o título enuncia sem sutileza alguma. No entanto, a ligeireza favorecida pelas redes sociais e o alcance impressionante por elas propiciado, e aqui basta pensar no seus números em plataformas diversas, amplificaram certos traços da obra de Olavo de Carvalho — no próximo capítulo, analisarei a *retórica do ódio*, ensinada em suas aulas a partir dos anos 2000.<sup>55</sup>

Trato agora de sua ação positiva na articulação da direita no período de redemocratização política. Ora, nem todos os militares, e não só os da linha dura, tampouco civis de direita, e sobretudo os de extrema-direita, aceitaram de bom grado o encerramento da ditadura militar (1964–1985). No âmbito do Exército brasileiro articulou-se o projeto *Orvil*, que estudaremos no terceiro capítulo, e cujo propósito, como já vimos muito

brevemente, era iniciar uma guerra de narrativas com a esquerda sobre a história do próprio regime militar. Por muitos anos, os resultados dessa batalha secreta permaneceram desconhecidos do grande público.

Antes da explosão dos movimentos conservadores na década de 2010, coube a Olavo de Carvalho a tarefa de contestar a hegemonia intelectual da esquerda no plano da cultura.<sup>56</sup> O tema é espinhoso, sementeira de intermináveis mal-entendidos, mas deve ser enfrentado.

Eis como entendo o problema:

Melhor: recordemos um célebre ensaio de Roberto Schwarz: “Em 1964 instalou-se no Brasil o regime militar, a fim de garantir o capital e o continente contra o socialismo. (...) *Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país*”.<sup>57</sup> Sem dúvida, com a promulgação do Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, o controle sobre a produção cultural e inclusive a censura direta recrudesceram muito,<sup>58</sup> mas, ainda assim, uma série nada desprezível de estudos demonstra a presença forte de uma cultura de esquerda, mesmo como uma forma de resistência à ditadura. Esse fenômeno, contudo, não se impôs da mesma forma na área da indústria cultural; pelo contrário, aí se verifica o domínio de ideais conservadores, e até de valores francamente de direita. O crescimento vertiginoso da Rede Globo no período da ditadura é um caso típico e a criação do Jornal Nacional, em setembro de 1969, forneceu ao regime militar uma poderosa base de divulgação, do mesmo modo como a criação da Rádio Nacional, em 1936, foi decisiva para o projeto autoritário de Getúlio Vargas. Programas como “Amaral Netto, O Repórter” cumpriam uma função muito clara de defesa das políticas públicas do governo. Na verdade, “esse programa foi inicialmente exibido, em 1968, por seis meses, na hoje extinta TV Tupi.

A partir de 1969, foi transmitido pela TV Globo até 1985. (...) Na construção da memória, Amaral Netto é situado como o porta-voz da ditadura”.<sup>59</sup>

Nas últimas décadas, no campo da música popular, é significativo o declínio da MPB, importante foco de resistência durante a ditadura militar e gênero musical hegemônico na primeira década da redemocratização; aliás, esse declínio sintomaticamente ocorreu em paralelo com o domínio de gêneros, cujos artistas costumam se aliar a políticos conservadores e, mesmo na eleição de 2018, muitos apoiaram ostensivamente a candidatura de Jair Messias Bolsonaro. Inclusive no campo intelectual, a vitória, democrática e legítima, do PT em 4 eleições presidenciais seguidas estimulou o adensamento de um polo de oposição de direita. Num comentário oportuno:

E hoje, a hegemonia cultural de esquerda continua ou não? Eu avalio que nos últimos anos, especialmente após junho de 2013, podemos constatar uma tendência oposta àquela observada por Roberto Schwarz: depois de 13 anos com Presidentes da República do Partido dos Trabalhadores, autodeclarado de esquerda, há relativa hegemonia cultural da direita e ascensão do reacionarismo. Tal hegemonia pode ser vista nas listas de *best-sellers* e nas vitrinas de shopping centers, exibindo livros de militantes neoliberais, conservadores ou reacionários.<sup>60</sup>

(Paro por aqui: essa é uma *questão prenhe de questões que nos levariam longe*.<sup>61</sup> Anoto o *punctum*: a ascensão da direita é incompreensível sem levar em conta sua convicção não apenas na *hegemonia*, mas na *doutrinação de esquerda*, que teria conquistado corações e mentes — motivo obsessivo do *Orvil* e de Olavo de Carvalho. Mostrar

orgulhosamente que estão equivocados não permite que se identifique seu *sistema de crenças*. Voltarei à questão no terceiro capítulo.)

Na década de 1990, a estratégia de Olavo de Carvalho para combater a hegemonia da esquerda compôs um tríptico. No painel central, a publicação de uma trilogia; nos painéis laterais, de um lado, uma bem-vinda ampliação da bibliografia então dominante por meio da divulgação de autores conservadores e liberais; de outro, uma campanha virulenta direcionada estrategicamente contra os principais nomes da esquerda brasileira, que, em geral, ocupavam cátedras na universidade pública. Nessa época, ainda não predominava o fascínio adolescente pelo baixo calão e a monomania pela obsessão anal que definem os últimos quinze anos da oratória de Olavo de Carvalho. Num vídeo de 5 de dezembro de 2012, no último programa de rádio *True Outspcak*, Olavo de Carvalho justificou seu fetiche de uma forma, digamos, pedagógica:

Mas é o único jeito de fazer as pessoas sentirem a baixaria em que o Brasil tinha se tornado, e *criar uma linguagem, que é a linguagem da própria baixaria*, para falar dela mesma. Esta finalidade foi inteiramente cumprida. Eu vejo que muita gente aprendeu. Aprendeu a xingar. Aprendeu a mandar tomar no cu quando precisa mandar tomar no cu. Aprendeu a chamar de filho da puta quando é pra chamar de filho da puta e assim por diante. E isto eu acho que foi um progresso enorme (grifos meus).<sup>62</sup>

Adepto da estridência como método, antes dessa fase desavergonhadamente escatológica, ele contribuiu decisivamente para o fortalecimento da musculatura intelectual da direita, que veio a público sem receio de dizer o seu nome.

Hora de discutir a trilogia do autor.

## Uma leitura etnográfica: um sistema de crenças

Insisto (para a incredulidade de tantos muitos): sem a *ação inicialmente positiva* de Olavo de Carvalho, na década de 1990, a ascensão da direita não teria encontrado a linguagem que hoje a irmana, tampouco teria desenvolvido uma visão de mundo própria, que, embora elaborada com base em intrincadas teorias conspiratórias, permite uma coesão social impressionante e, sobretudo, propicia um alto grau de resistência ao mais elementar princípio de realidade. Na análise do documentário *Intervenção* sobressaiu o *efeito Olavo de Carvalho*, autêntico ponto de fuga para o qual convergem as afirmações mais desconexas e as crenças mais esotéricas.

(Você se recorda, não é mesmo? No primeiro momento, minha análise da ascensão da direita e do sistema de crenças Olavo de Carvalho inspira-se numa leitura etnográfica: trato de entender a dinâmica própria do fenômeno.)

Nas manifestações antipetistas de março de 2015, os seguidores mais afoitos do autor de *A fórmula para enlouquecer o mundo* (2014) lançaram uma frase rapidamente convertida em amuleto da nova direita: *Olavo tem razão*. Grito de guerra estampado em camisetas, impresso em cartazes, repetido em uníssono por entusiasmados não leitores que conhecem a doutrina olavista sobretudo através das redes sociais, assimilando migalhas de ideias, expressas em postagens e tuítes menos

lidos do que passados adiante, num arranha-céu sem fundação alguma. Castelo de cartas desbotadas. A frase-amuleto conheceu sua mais completa tradução em várias canções de uma tendência tão improvável quanto o hibridismo de um RAP suavizado pela linha melódica típica do gospel, o ritmo ligeiro de uma marchinha de carnaval e mesmo a atmosfera bélica de um *heavy metal*.

(*Mussolini ha sempre ragione!* Assim diziam os fascistas italianos.)

É preciso concordar com Arthur Hussner:

Neste momento, fica evidente que as teorias de Olavo haviam ganhado não apenas repercussão midiática, mas base popular: todo esse discurso, que parecia obscuro para muitos, circulou incessantemente por intelectuais secundários, sobretudo após 2013. Foi a partir desse momento que começaram a pipocar pelas redes a *hashtag* *#olavotemrazão*.<sup>63</sup>

Pois é: escute com atenção o RAP de Luiz, o Visitante,<sup>64</sup> “O velho Olavo tem razão”, antes de continuar a leitura.<sup>65</sup>

Vamos lá?

O vídeo principia com aproximadamente 10 segundos de uma fala característica do vernáculo do Olavo: “Eu já disse que essa é a cabeça desses filhas da puta. Eu já falei vinte anos atrás. Não há saco para isso: é muita burrice; levam muito tempo para entender o óbvio. Porra: não dá!”

Oráculo destemperado, as ideias de Olavo de Carvalho são apresentadas numa série de clichês; a letra da canção é antes uma síntese apressada dos princípios defendidos pela nova direita no debate público: nega-se o

racismo, louva-se o Velho Testamento, ataca-se o comunismo, denuncia-se a doutrinação nas escolas, alveja-se o feminismo, anuncia-se o caos com a eventual legalização da maconha, celebra-se o empreendedorismo, defende-se a força policial, nega-se o conflito de classes, alveja-se Paulo Freire: uma enciclopédia do reacionarismo que chegou ao poder em 2018.<sup>66</sup>

(Pouco importa se podemos *mostrar objetivamente*, por exemplo, que nunca houve *doutrinação* na educação pública pelo simples fato de que as competências nessa área, definidas pela Constituição, atribuem tarefas específicas para Municípios, Estados e a União. Não há, portanto, uma instância central, capaz de impor uma *doutrina em todos os níveis de ensino*. Em todo o caso, reitero: precisamos dar um passo atrás, a fim de montar o quebra-cabeça. Modestamente, busco identificar as peças em jogo.)

Acredite se quiser: as letras do subgênero “Olavo tem razão” expõem com detalhes o *sistema de crenças* que chegou ao poder com Jair Messias Bolsonaro. Trata-se de uma poderosa forma de difusão das ideias do autor de *O mundo como jamais funcionou* (2014); difusão reforçada pelo trabalho da produtora de conteúdo audiovisual Brasil Paralelo. Posso dizê-lo com uma dicção propriamente olavista: poucas vezes na história *completa* da humanidade *inteira* houve um sistema tão articulado para doutrinação de *toda* uma coletividade *integralmente*.

(Reparou na técnica da redundância? Espere um pouco, adiante discuto seu funcionamento na prosa de Olavo.)

Voltamos à letra da canção? Você me dirá se exagero:

Os livros que vocês tanto mandam a gente ler  
Não leram, ou pularam a página pra não ver  
Milhões que foram mortos *vítimas do comunismo*  
De fome; veja que sem sentido é seu vitimismo  
*MEC manipula livros*, porque a verdade dói  
Meu livro na 8ª série, José Dirceu era herói  
Quem mais pode te ensinar do que alguém que esteve lá?  
Olavo de Carvalho... Ele pode te explicar!  
(Grifos meus.)

Eis a expressão acabada da ideia de *doutrinação*; eixo articulador da mentalidade bélica bolsonarista, que legitima para seus seguidores a sistemática destruição das instituições públicas de ensino e de pesquisa, pois, em tese, todas teriam sido aparelhadas precisamente para levar adiante a doutrinação que, no entanto, deveria ter sido demonstrada. A prova, contudo, é transferida para o “óbvio” aparelhamento. Isto é, *a conclusão sustenta as premissas e não o contrário, num autêntico silogismo de Napoleão de hospício!* E se for necessário apresentar evidências do alegado aparelhamento, basta remeter à “inegável” doutrinação — e vice-versa, claro está. O ponto é decisivo: *a supressão de mediações* define tanto a técnica oratória olavista quanto a pulsão autoritária bolsonarista; nos dois casos, a eliminação de mediações inviabiliza o diálogo, exigindo antes adesão absoluta e, por isso, necessariamente acrítica.

(Preciso esclarecer que a fonte dessa convicção foi articulada pela primeira vez no documento secreto e revanchista do Exército, o *Orvil?* Olavo de Carvalho sofisticou a matriz narrativa com pretensões filosofantes.)

Uma vez que as denúncias foram feitas no ritmo firme do RAP, agora, é a vez da voz melodiosa de Talita Caldas introduzir, na toada de um gospel, a dimensão profética, que, a reboque da Teologia do Domínio, naturalmente recorre ao texto veterotestamentário:

Deus abençoou  
Essa ‘luta de paz’  
O velho Olavo ensinou  
E o resto a gente quem faz

Assinale-se: no caso de uma *luta de paz*, a fim de domesticar o oxímoro, melhor substituir o Novo pelo Velho Testamento, mimetizando o gesto de largo alcance político de algumas igrejas neopentecostais. Afinal, na elaboração de um projeto secular, Davi e Salomão são modelos muito mais adequados do que Jesus Cristo. No livro-manifesto, cujo título é de uma imprudente explicitude, *Plano de poder*, Edir Macedo privilegiou a leitura de Thomas Hobbes e do texto veterotestamentário — os dois eixos teóricos de sua convocação: “O Brasil tem uma população de aproximadamente 40 milhões de evangélicos. Terminamos aqui chamando a atenção deles para que não deixem que essa potencialidade seja desperdiçada”.<sup>67</sup> Como vimos, nos termos estudados por Andrea Dip, trata-se do casamento indissolúvel da Teologia da Prosperidade com a Teologia do Domínio.

No RAP-gospel, como Olavo de Carvalho é apresentado como um profeta digno do Velho Testamento, não surpreende a ousada aproximação:

Olavo tinha avisado, isso me lembrou Noé

O dilúvio ‘tá’ pra chegar, falta de aviso não é

Antecipação do pacto que efetivamente se concretizou na eleição de 2018 por meio da aliança entre bolsonarismo e igrejas neopentecostais. No último capítulo, discutirei as afinidades eletivas que reúnem os dois fenômenos.

O *heavy metal* “Olavo tem razão”<sup>68</sup>, do grupo REAC, recorre a expediente similar: o vídeo principia com o eco dos panelaços celebrados por Olavo de Carvalho, seguido de uma citação extraída de *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (2013), e que naturalmente reza a ladainha da decadência da atividade intelectual no Brasil, cuja regeneração, alguém duvida?, depende da receita olavista; aliás, aviada sem parcimônia na letra da música.

(*Receita*: outra forma de definir o sistema de crenças Olavo de Carvalho.)

Eis a prescrição: em primeiro lugar, denuncia-se o modelo hegemônico, esquerdista, e, como duvidar?, gramsciano. Instrumentação pesada, timbre raivoso, identifica-se o inimigo:

Ler Carta Capital

gostar de marginal

é pré-requisito  
pra ser intelectual  
(...)  
Pra que ficar sentado  
que nem burro esperando  
se bem aí do seu lado  
tem alguém que tá *esquerdando*<sup>69</sup>

*Esquerdando!* Gerúndio bárbaro, mas que possui algum encanto, pois sintetiza a tradução popular da matriz narrativa do *Orvil*, aperfeiçoada pelo “Noé brasileiro”. O anti-intelectualismo é a marca d’água do sistema de crenças Olavo de Carvalho e o ressentimento que o move anda tão à flor da pele que tornaria constrangedor qualquer esboço de análise psicológica. Ao mesmo tempo, o impulso é um tanto esquizofrênico, já que se trata de uma espécie peculiar de anti-intelectualismo, que lança mão de farta bibliografia, ainda que composta de títulos exóticos e em geral obscuros na composição alquímica de improváveis teorias conspiratórias.

Mais ou menos como sugerir que Theodor W. Adorno compôs as músicas dos Beatles com base na leitura de um polêmico jornalista holandês, Robin Ruiters, autor de livros singulares como, por exemplo, *O Anticristo — Poder oculto por trás da Nova Ordem Mundial*.<sup>70</sup> Melhor transcrever as palavras de Olavo de Carvalho; comentário algum faria justiça à criatividade do ativista:

Tem um livro de um repórter holandês, em que ele dá lá uma informação que eu ainda vou verificar... entre outras inúmeras informações úteis; o cara se chama

Robin de Ruiten... Eu não sei ler holandês, *eu só sei dele através de menções que foram feitas em outros livros*, entre outras informações que ele dá, ele dá uma que eu vou investigar, *mas que me parece verdadeira pelo contexto ali*, ele diz o seguinte: ‘os Beatles eram semi-analfabetos em música, eles mal sabiam tocar violão. Quem compôs as canções deles foi o Theodor Adorno’ (grifos meus).<sup>71</sup>

Violão? Pois é... Pergunta de programa de auditório: qual foi a primeira banda de rock notabilizada por tocar violão em lugar de guitarras? Os Beatles-Adorno! Ora, quem não se lembra de suas apresentações com John Lennon dedilhando um violão de sete cordas, sentado absorto no icônico banquinho? Ou seria num *barquinho a deslizar no macio azul do mar*? Pode ser: vale tudo! Especialmente porque não se lê o texto no idioma original; no fundo, nem mesmo se consulta o livro em tela, basta imaginar *menções que foram feitas em outros livros*.

Você me acompanha? Em síntese de condensação incomum, entende-se o êxito excepcional de Olavo de Carvalho nas redes sociais. Seu estilo palavra-puxa-palavrão, o excesso de citações jamais aprofundadas, a metamorfose de querelas propriamente filosóficas em “tretas” ginásianas, a substituição de mediações conceituais por frases de efeito, o recurso onipresente a ideias-muleta (gramscismo, duplo padrão, globalismo, extrema imprensa, Lei Rouanet, hegemonia da esquerda, método Paulo Freire, socioconstrutivismo, anticomunismo, etc. etc. etc.) que dispensam a reflexão sistemática; enfim, Olavo de Carvalho encontrou na volatilidade do universo digital o meio mais adequado para sua pregação: casamento perfeito, prole numerosa.

O restante da letra do *heavy metal* é uma autêntica resenha musical de *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, com destaque

para as mazelas da agenda progressista, que, como se sabe, ameaça levar o país ao caos.

Já disse e redisse: é preciso passar da caricatura à caracterização e, em lugar de reduzir a análise à crítica óbvia do caráter reacionário da letra, deve-se mapear a virtual onipresença da pregação de Olavo de Carvalho em meios os mais diversos: impresso, rádio, universo digital, música popular, redes sociais, produtos audiovisuais, uma miríade-legião de seguidores-youtubers e institutos-think-tanks que se multiplicam *como se não houvesse amanhã*.

(Porque se não pararmos para pensar e caracterizar o bolsolavismo, na verdade, não haverá.)

É isso mesmo: o sistema de crenças Olavo de Carvalho tornou-se a *koiné* da nova direita:

Viver de *coitadismo*  
é *empreendedorismo*  
pra ser canonizado  
é só *ter pós em terrorismo*  
(...)  
Aqui com os reações  
A conversa é real  
Não tem essa de utopia  
Nem verba de estatal  
Golpista é o caralho  
Putaque o pariu

A gente quer justiça

Pra mudar o Brasil

(Grifos meus.)

O aparente oxímoro na proximidade de termos em tese opostos — *coitadismo* e *empreendedorismo* — naturalmente não é considerado; afinal, por que perder tempo com miudezas? O movimento comunista não está à espreita? Acrescente duas ou três bocagens, não se esqueça da obsessão anal, e poderíamos estar lendo um post no Facebook do autor de *O império mundial da burla* (2016). Mas não sejamos injustos: os letristas do REAC superaram o mestre em inventividade, pois imaginaram nada menos do que uma *pós em terrorismo*! Quem sabe um MBA em explosivos? Ou um *crash course* em coquetel Molotov? Por fim, o refrão que encerra a canção também é uma rima pobre:

Olavo tem razão

Olavo tem razão

é tudo picareta

roubando a nação

E como se desejasse confirmar a inteligência do mestre, no final do vídeo, entre repetições infinitas do laborioso refrão, surge a voz do próprio autor durante aproximadamente 40 segundos. Os instantes finais são fiéis à agônica oratória olavista, que, aliás já havia sido adequadamente incorporada à letra do *heavy metal*: “Ora, puta que pariu! O que esses caras têm na cabeça, meu Deus do céu? Larga do meu saco – porra!”

Luiz Trevisani e Eder Borges contribuíram ao gênero nascente com uma desprestigiada marchinha de carnaval, “Olavo tem razão”.<sup>72</sup> O vídeo da canção se inicia com uma imagem do mestre, sucedida pela entrada em cena do ritmo carnavalesco que embala a marchinha. A primeira estrofe esclarece *o que fazer* para alcançar o nirvana das ideias:

Chegou a vez de você conhecer  
A obra de um patriota  
É o mínimo que você precisa saber  
Para não ser um idiota

Basta um artigo pra compreender  
Que a verdade não tem atalho  
Não perca a chance de aprender  
Com Olavo de Carvalho <sup>73</sup>

*Basta um artigo*, sem dúvida, pois exigir o estudo de muitos livros seria uma impertinência. Ainda assim, sobrevoando meros textos compilados de jornais vários, os seguidores do sistema de crenças compreendem num piscar de olhos *que a verdade não tem atalho* — mas o caminho também não deve ser muito árduo. Calma! Ora, como em toda marchinha, a letra é singela e almeja ser bem-humorada. Mais “sofisticado” e “elaborado”, contudo, é o entendimento de Luiz Trevisani acerca da história brasileira durante a ditadura militar e, especialmente, após seu término tardio:

Depois do golpe, o grande autor de esquerda que passou a ser lido no Brasil foi o Gramsci, e ele tem o conceito de *marxismo cultural*. Então, o marxismo tem que ser *vendido* na escola, no teatro, na novela, nos filmes,

na música, e, se você olhar o marxismo de 64 pra cá, é isso que você vê.<sup>74</sup>

Você já sabe: não se trata de observar, com mal disfarçada indignação erudita, o anacronismo nada deliberado de o marxismo cultural virar um conceito *cunhado* por Antonio Gramsci e ser espertamente *vendido* no museu das grandes novidades da indústria cultural. No quarto e último capítulo, mencionarei as origens da gelatinosa noção de *cultural marxism*. Uma de suas primeiras formulações encontra-se no artigo panfletário de Michael J. Minnicino, “The New Dark Age: Frankfurt School and ‘Political Correctness’”, publicado em 1992; não custa lembrar que Gramsci faleceu em 1937. Uma simples verificação de datas esclarece a fantasia subjacente às elucubrações de Trevisani. Porém, muito mais relevante do que demonstrar seu evidente erro é identificar o sistema de crenças subjacente ao discurso do publicitário e músico accidental. Nas palavras do compositor: o “vídeo chegou até o Olavo [de Carvalho], que obviamente passou a compartilhar. Com isso, ganhamos a simpatia de uma legião de pessoas que conhecem e curtem o Olavo de Carvalho”.<sup>75</sup>

(*Legião* — palavra com sentido muito próprio nos Evangelhos de Marcos e Lucas. Vale a pena reler.)

Luiz Trevisani e Eder Borges formaram a banda “Os Reaças” em Curitiba, onde residem, e se encontraram pela primeira vez num grupo de ativismo político de direita, articulado em 2013 e fortalecido com os resultados da Operação Lava Jato. Os dois são ainda autores de um rock que foi adotado como autêntico hino do processo que levou à deposição

da então presidente Dilma Rousseff, intitulado — criativamente — “Impeachment”.<sup>76</sup> Seu refrão foi gritado por multidões na Avenida Paulista e em todo o país — e não é difícil imaginar o êxtase coletivo *legião de pessoas* ao entoar o final do segundo verso:

Impeachment — não tem como fugir

Impeachment — *pede pra sair*

Impeachment — pra salvar a nação

Impeachment — está na Constituição <sup>77</sup>

O cuidado de enobrecer o processo de impeachment, *está na Constituição*, perde-se no tratamento dado aos políticos do PT: aqui, a retórica do ódio dá o tom: o ex-presidente Lula é *molusco*, a então presidente Dilma, *anta*. Como conciliar o apuro formal com o rito jurídico e o grosseiro esforço de desumanização dos adversários políticos? Pois é bem esse o propósito da retórica do ódio, qual seja, transformar o outro num nada, de modo a permitir sua eliminação simbólica. Mas a pergunta segue sem resposta: qual o acordo possível entre respeito à forma e desprezo ao conteúdo? A letra da canção tudo esclarece:

Já acabou a paciência do povo

Estamos juntos de novo

Pra combater nessa *guerra*

Já terminou o *tempo do comunismo*

Agora é o patriotismo

Que vai mandar nessa terra

(Grifos meus.)

Trata-se de *guerra* e o inimigo é o mesmo anunciado no *Orvil*, o *comunismo* e, para que seu tempo termine, não há limites. Tudo, portanto, calculado para explodir na exortação: *Pede pra sair* — frase icônica que se incorporou à linguagem popular. *Tropa de elite* de um só homem, Olavo de Carvalho desempenhou, com rara eficácia, o papel de artífice de um sistema de crenças, cujo caráter binário, maniqueísta mesmo, favoreceu a adesão apaixonada, irracional até, de um número sempre crescente de adeptos ao longo de décadas de pregação, cuja violência verbal somente atrai ainda mais seus acólitos.

Eis aqui um exemplo recentíssimo e propriamente insuperável (acredite em mim, indico a fonte para que você comprove por si mesmo):

A apoteose da coragem nacional: as Forças Armadas em aliança com o Foro de São Paulo em luta heroica contra... o Olavo de Carvalho.

Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu.  
Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu.  
Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu.  
Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu.  
Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu.  
Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu.  
Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu.  
Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu. Putá que pariiu.  
Putá que pariiu. Putá que pariiu (Facebook, 7 de dezembro de 2020; aqui, grifos seriam redundantes).<sup>78</sup>

O resultado desse, digamos, estilo, foi a emergência do *efeito Olavo de Carvalho*, isto é, a difusão de uma linguagem própria e vagamente

conceitual; a disseminação da retórica do ódio como forma de desqualificar adversários; o palavrão como argumento de autoridade; a reconstrução revisionista da história da ditadura militar; a identificação do comunismo como inimigo eterno a ser eliminado uma e outra vez (e sempre de novo); a presunção de uma ideia bolorenta de alta cultura; a curiosa pretensão filosofante; a divertida veneração pelo estudo de um latim sem declinações e pelo desconhecimento metódico de um grego, grego de fato; a elaboração de labirínticas teorias conspiratórias de dominação planetária; a adesão iniciática a um conjunto de valores incoerentes; a utilização metódica da verve bocagiana, aqui reduzida a três ou quatro palavrões e a dois verbos — bem entendido: *ir* e *tomar*.

(Um sistema de *crenças* — não se esqueça.)

Você pode até duvidar, mas é isso mesmo que proponho: não faz muito sentido, para entender a ascensão da direita, analisar a obra de Olavo de Carvalho em sua pretensão filosófica.

(É preciso ser duro, mas sem perder a elegância jamais: eu disse *para entender a ascensão da direita*.)

Contudo, enquanto sistema de crenças, a contribuição de Olavo de Carvalho é simplesmente fundamental e não pode ser ignorada; caso contrário, dificilmente entenderemos o Brasil contemporâneo, especialmente a fidelidade canina ao bolsonarismo, mesmo diante de evidências claras de seu fracasso. Como se trata de um sistema de crenças, uma vez internalizado, ele tende a se tornar imune a

contestações externas, pois, como mecanismo de defesa, entra em cena o fenômeno da dissonância cognitiva,<sup>79</sup> que discutirei na conclusão.

O sistema de crenças Olavo de Carvalho é o amálgama que confere inteligibilidade de alienista aos desconstruídos fragmentos que compõem tanto o documentário-colagem *Intervenção* quanto o caos cognitivo dos discursos da militância bolsonarista.

(Inteligibilidade de alienista. Mas ainda assim — ou por isso mesmo? — poderosa.)

\*\*\*

Uma anedota — se você me permite uma digressão.

Na véspera do primeiro turno das eleições de 2018, conversava com um motorista de aplicativo.

Bolsonarista.

Escutava, atento e atônito: sua fala era um aluvião de teorias conspiratórias que deixariam no chinelo o realismo mágico de Gabriel García Márquez.

Uma intuição me acompanhou do Maracanã a Copacabana – se estivesse certo, um gol de placa.

Você domina muitos dados e faz relações surpreendentes. Mata uma curiosidade: como você se informa?

*Rádio, o tempo todo ligado e, claro, YouTube; em casa, o YouTube é meu rádio favorito. E, ainda melhor que rádio, tem muitas imagens.*

O que você assiste?

*Ah! Tem um professor que eu sigo. Vejo sempre, aprendo, estudo com ele.*

Quem é?

*Olavo Bilac.*

Como?

*Olavo Bilac!*

Não seria Olavo... de Carvalho?

*Isso! Carvalho... Olavo... Olavo de Carvalho!*

Nada poderia ser mais exato: um sistema de crenças não se define pelo acerto de seus pressupostos, porém pela coerência interna de seus princípios. Vem à mente uma das epígrafes de *O jardim das aflições*: “Pois a irracionalidade malévola tem os seus processos lógicos próprios”.

Em vídeo que viralizou, sobretudo nas massas digitais bolsonaristas, o professor e crítico de cinema Ismail Xavier relatou um episódio similar. Um eletricitista, após consertar um problema qualquer em sua casa, passou pela biblioteca e demonstrou sua familiaridade com o universo dos

livros: *O senhor conhece Olavo de Carvalho?* (...) *É um homem muito inteligente!*<sup>80</sup>

(Compreender o alcance do fenômeno é o primeiro passo para superá-lo.)

\*\*\*

O sistema de crenças Olavo de Carvalho foi apresentado ao grande público nas manifestações de 2015 e de 2016 no lema-amuleto “Olavo tem razão”; conheceu uma tradução popular no subgênero musical “Olavo tem razão” e ameaça colonizar o audiovisual por meio do trabalho de propagação do credo olavista pela produtora Brasil Paralelo. Em breve, deve ser lançado o filme *Olavo tem razão*, anunciado pelos diretores José Otavio Gaó e Mauro Ventura.<sup>81</sup> O mesmo Mauro Ventura concluiu recentemente o curta-metragem *O imbecil coletivo* (2020). A narração, em tom solene e voz grave (gravíssima, pois o assunto lida com o sublime, não é mesmo?), recorre ao vocabulário definidor de um sistema de crenças: “Não há dúvidas, *um véu foi rasgado* pelo *O imbecil coletivo*, livro de Olavo de Carvalho, lançado em 1996” (grifos meus).<sup>82</sup> Alétheia tropical, a adesão ao mestre exige uma série infinita de rituais iniciáticos, numa eterna reiteração de fidelidade. No final do filme, com aparente seriedade, recebemos uma informação “reconfortante”. Trata-se de levar adiante um resgate nobre, nobilíssimo (como duvidar?):

O Brasil que nos foi roubado por uma *corja* de ladrões da inteligência, de *corruptores* da alma. Um Brasil cujas sementes guardamos em nossos corações para *contar* quando essa geração maldita tiver passado.<sup>83</sup>

Metáfora ousada: *contar* sementes! Uma a uma? E o que dizer da imaginação semântica dos guerrilheiros da alta cultura: *corja*, *corruptores*, *geração maldita*. Geração maldita? É isso mesmo? Eco deliberadamente veterotestamentário ou audição desmedida de telenovelas mexicanas? Não importa: o que importa é entender como esse sistema de crenças chegou ao poder através do casamento com o bolsonarismo. Hora, portanto, de ler e reler a trilogia de Olavo de Carvalho, mas não como estrutura de pensamento, tampouco enquanto obra filosófica, porém como o *sistema de crenças* que permitiu à nova direita brasileira perder a vergonha de dizer o seu nome.

## Três em um?

Começo adotando a bússola oferecida pelo autor:

*O imbecil coletivo* encerra a trilogia iniciada com *A nova era e a revolução cultural* (1994) e prosseguida com *O jardim das aflições* (1995). Cada um dos três livros pode ser compreendido sem os outros dois. Mais difícil é, por só um deles, captar o fundo do pensamento que orienta a trilogia *inteira*.<sup>84</sup>

Trilogia *inteira*: redundância reveladora de todo um projeto — trata-se de técnica já assinalada e que se revela onipresente na prosa olavista. Do ponto de vista estilístico, uma deselegância desnecessária, porém sua função é antecipar qualquer leitura crítica pela reiteração do dito. Afinal, o que seria uma trilogia, imaginemos, com dois títulos, ou uma trilogia, digamos, 3 em 1? Uma trilogia com suas *meias três quartos rezando*

*baixo pelos cantos?* O ponto de partida dos três livros é idêntico. Num primeiro momento, limito minha leitura à descrição do projeto de Olavo de Carvalho — e, na medida do possível, armo um quebra-cabeça com suas palavras. Desse modo, o sistema de crenças, derivado da influência do autor de *Apoteose da vigarice* (2013), pode ser apreendido em seus próprios termos.

De um lado, a escrita é sempre a reação visceral a um fato imediato da vida cultural brasileira.

Vejamos.

Em *A nova era e a revolução cultural*, o autor reconheceu: “O capítulo sobre Fritjof Capra foi redigido e distribuído aos meus alunos em setembro de 1993, quando se anunciava a próxima vinda ao Brasil do guru da Nova Era”.<sup>85</sup> É claro o impulso do professor que se preocupa com a possível perda de ascendência sobre os discípulos. E, como o seguro morreu de velho, por que não se antecipar e demolir o oponente imaginário? Prosa-bélica, aliás, bem poderia ser a definição exata do estilo olavista, cujo objetivo último é manter sua audiência sob controle estrito.

No segundo título da trilogia, *O jardim das aflições*, a escrita motivada pelo calor da hora assemelha-se a um acerto de contas compulsivo: “Digo então que o miolo destas páginas redigi numa só noite de maio de 1990, sob o impacto da aversão que haviam despertado em mim as palavras de José Américo Motta Pessanha, ouvidas algumas horas antes numa conferência sobre Epicuro”.<sup>86</sup> O veneno em tela foi ministrado numa aparentemente singela conferência no ciclo “Ética”, organizado em maio de 1990 pela Secretaria Municipal de Cultura.

(Singela conferência? Pois sim! Luiza Erundina era prefeita pelo PT; Marilena Chauí, secretária de Cultura. Entendeu? Não? Abra os olhos, inocente! Mas, como duvidar?, o futuro ativista político estava atento e desvendava os desígnios ocultos subjacentes ao ciclo de palestras. Poucos não seriam os propósitos inconfessáveis...)

Episódio revelador: o que realmente desconcertou Olavo de Carvalho foi menos o conteúdo exposto na conferência e muito mais o *efeito* produzido pelo discurso do palestrante. Num instante cândido, o autor confessou: “Eu nunca tinha visto José Américo Motta Pessanha. *Mas conhecia sua fama* e havia notado nela um traço peculiar: seus ouvintes saíam *fascinados* (...)”.<sup>87</sup> Outra vez, a presença de um *oponente imaginário* é o agulhão que impele à escrita, como uma forma nada oculta do desejo de apropriar-se da nomeada e do magnetismo alheios. Um pouco adiante, a obsessão ganha novos contornos: “Não consegui conciliar o sono. Após cinco tentativas falhadas, assumi que era um *sintoma vivo* e me encaminhei ao divã mais próximo — a máquina de escrever”.<sup>88</sup>

(*Sintoma vivo* — ainda bem: se fosse, digamos, um sintoma *falecido* talvez não fosse tarefa fácil identificá-lo.)

Em *O imbecil coletivo*, o gatilho do aqui e agora é descrito didaticamente: “Reúno aqui umas notas que fui tomando à margem do noticiário cultural brasileiro entre 1992 e 1996. Referem-se todas a um tema único: a alienação da *nossa elite intelectual*. (...) Todas tomam como ponto de partida algum acontecimento cultural local (...)”.<sup>89</sup> Leia-se a frase pelo avesso. Nessa hermenêutica maliciosa, salta aos olhos a

verdadeira *alienação* que inquieta o autor, isto é, o próprio Olavo de Carvalho nunca foi levado a sério pela mesma *elite intelectual* que ele alveja sem trégua. O ressentimento é uma poderosa força motriz da história — como ninguém ignora.

Nesse contexto, tornam-se inteligíveis afirmações de outro modo enigmáticas.

Melhor: pouco modestas.

(Delirantes?)

Você julgará:

Meus alunos — e praticamente só eles — já estão criando a nova alta cultura do Brasil, que jogará na lata de lixo do esquecimento *TODA* a subcultura universitária e jornalística das três ou quatro últimas décadas (*Facebook*, 20 de junho de 2016, grifo meu).<sup>90</sup>

Meus alunos são mais cultos e escrevem melhor do que *qualquer* jornalista ou professor universitário desses que vivem brilhando na mídia.

Descontados uns poucos sobreviventes de gerações anteriores, *ELES*, e *mais ninguém*, são a alta cultura brasileira (*Facebook*, 9 de fevereiro de 2019, grifos meus).<sup>91</sup>

MEUS ALUNOS SUPERAM, EM QUANTIDADE E QUALIDADE, A PRODUÇÃO CULTURAL DE *QUALQUER* UNIVERSIDADE BRASILEIRA. E NÃO CUSTAM AO POVO UM TOSTÃO EM IMPOSTOS. SEGUNDO A FÔIA, ISSO É FASCISMO (*Twitter*, 4 de dezembro de 2019, grifo meu).<sup>92</sup>

Tradução bem-humorada da imodéstia: se *nossa elite intelectual* aliena Olavo de Carvalho, simplesmente o autor de *A inversão revolucionária em ação* (2015) inventa, a fórceps, e se necessário com letras garrafais, um *círculo intelectual para chamar de seu*. O curioso é que essa *nova alta cultura do Brasil* permaneça inédita... Numa demonstração inesperada de comedimento, os discípulos do mestre preferem manter guardados, *debaixo de sete chaves, dentro do coração*, os romances, os poemas, os contos, as críticas, os ensaios, os tratados, as histórias, as reflexões filosóficas, os sistemas de pensamento, as peças de teatro, as análises políticas-James Bond, os exames metapolíticos das relações exteriores dos galácticos, os estudos profundos sobre tudo, enfim, toda a enorme riqueza que produzem com diligência beneditina, mas cujos resultados públicos são rigorosamente franciscanos. Do ponto de vista estilístico, anoto a vocação hiperbólica da prosa olavista, que analisarei no próximo capítulo como peça-chave da retórica do ódio. Mas posso adiantar que se trata de um recurso autoritário, pois a sucessão de hipérboles descaracteriza o objeto em discussão, inviabilizando a análise crítica do enunciado pela supressão de *QUALQUER MEDIAÇÃO* — como o próprio Olavo provavelmente escreveria.

(Reitero: a força do ressentimento como motor das ações humanas não poderia ter ilustração mais eloquente.)

De outro lado, a trilogia oscila deliberadamente entre a preocupação com a circunstância brasileira e a sua inserção no plano mais amplo da tradição universal; aliás, na melhor tradição do nosso ensaísmo. Nas palavras do autor: “O sentido da série é, portanto, o de situar a cultura

brasileira de hoje no quadro maior da história das ideias no Ocidente (...).<sup>93</sup>

Esse ritmo conhece uma gradação própria em cada livro.

Volto a acompanhar palavra a palavra o texto do autor.

*(Então eu escuto.)*

Na “Nota prévia” do primeiro volume, logo no primeiro parágrafo, a visão de mundo conspiratória e agônica é apresentada sem constrangimento: “A ‘Nova Era’ da qual Fritjof Capra se tornou festejado porta-voz e a ‘Revolução Cultural’ de Antonio Gramsci têm algo em comum: ambas pretendem introduzir no espírito humano modificações *vastas, profundas, e irreversíveis*”.<sup>94</sup>

*(Anote os adjetivos: vastos, profundos, irreversíveis. Repare nesse traço estilístico que sublinharei nas próximas citações, pois ele envolve um truque de manipulação da consciência do leitor, num embrião da retórica do ódio, que estudarei no próximo capítulo.)*

Capra e Gramsci são apenas nomes de uma rede tentacular cujo objetivo último é nada menos do que a metamorfose completa da humanidade! Difícil imaginar que tal propósito possa ser alcançado sem o apoio de uma organização secreta o suficiente para não expor um projeto tão extremo, porém forte o bastante para levá-lo adiante. Mas, claro, mesmo tal organização *não contava com a astúcia* do autor de *O mundo como jamais funcionou* (2014). Não surpreende, portanto, a revelação bombástica que o autor reserva para o final do livro: “(...) a estratégia gramsciana foi adotada *integral e entusiasticamente* pela KGB e, desde o

início dos anos 60, aplicada em todo o Ocidente com *pletora de recursos* financeiros e instrumentos de ação (...).<sup>95</sup>

(E, mesmo assim, a URSS foi dissolvida em dezembro de 1991! E Bolsonaro chegou à presidência em outubro de 2018... Ao que tudo indica, essa tal de estratégia gramsciana, *que nunca vi, nem comi, só ouço falar*, não é lá tão eficaz.)

Quem diria: um hiperbólico Foro de São Paulo *avant la lettre!* E não se duvide: lidamos com “a *maior e mais poderosa* organização de qualquer tipo *que já existiu no mundo*”.<sup>96</sup> A ameaça é ainda maior nos tristes trópicos; afinal, “Capra e Gramsci dominam as duas correntes mentais mais atuantes deste país”.<sup>97</sup> Criado em 1990, no âmbito de um seminário organizado pelo PT em São Paulo, o FSP propôs a reunião de partidos e de organizações de esquerda, a fim de pensar em formas novas de ação para a esquerda num mundo após a Queda do Muro de Berlim, evento propriamente epocal. O seminário chamava-se “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe”, foi noticiado pela imprensa e, repare bem, as atas dos encontros estão disponíveis no sítio da Câmara dos Deputados. Todas as atas. E outros muitos documentos.<sup>98</sup> Não parece exatamente o modo mais adequado de promover uma *organização secreta*, a não ser que seus organizadores fossem leitores fanáticos de um conto de Edgar Allan Poe, “A carta roubada”.

(Você se recorda, tenho certeza. Para melhor esconder um segredo, o que se deve fazer? Deixar o objeto à vista de todos...)

Estava escrito nas estrelas: se a obra de Gramsci possui tal penetração na cultura brasileira, e se a KGB é a organização responsável pela sua difusão, logo, diria o Dr. Simão Bacamarte, com seus paródicos silogismos aristotélicos, “Sim, o Brasil está inequivocamente entrando numa atmosfera de revolução comunista”.<sup>99</sup>

(*Caso do acaso, bem marcado em cartas de tarot?*)

Em *O jardim das aflições*, o autor não temeu arriscar o salto mortal: “centenas de militantes-delatores”, infiltrados pelo PT em áreas diversas da administração pública, formavam uma perigosa porém “pequena KGB”. Como o PT só chegou ao poder federal sete anos depois deste *alerta vermelho*, e ainda assim por meio de eleições democráticas, percebe-se que a tal KGB tropical era mesmo *pequena*.<sup>100</sup>

Profecia sombria, que provavelmente causou muita preocupação aos assustados leitores do ensaio na década de 1990. No fundo, ao que parece, Olavo de Carvalho desejava lançar um novo adágio: no Brasil, a revolução comunista tarda, sempre se atrasa e nunca chega!

(É o comunismo do “País do futuro”.)

Em *O imbecil coletivo*, a referência aos subterrâneos de serviços de inteligência se amplia ao infinito, num processo de hipérbole que descaracteriza o objeto tratado pela perda deliberada de qualquer sentido de proporção. Aliás, esse é o traço mais saliente da escrita e da mentalidade de Olavo de Carvalho: trata-se de uma técnica autoritária, cuja finalidade é conduzir o discípulo ou o leitor a uma concordância absoluta com as ideias propostas.

Você me dirá se sou justo ou se exagero:

É significativo que o século da democracia, do governo das massas, seja também o século do poder secreto — da CIA, da KGB, do Mossad, etc. Essas entidades influíram  *muito mais*  na produção da História Contemporânea do que  *todos os parlamentos e todas as eleições.* [101](#)

Posso ser repetitivo?

Repare bem na técnica persuasiva do discurso: não há passo a passo, gradações, nada que seja razoável, que permita análise de premissas e, sobretudo, contestação das conclusões. Pelo contrário, sempre lidamos com extremos ( *jamais houve na história do Ocidente* [102](#)); com ineditismos sem paralelo ( *Não há nenhum precedente histórico para este fenômeno* [103](#)); com exageros que descaracterizam o objeto ( *esse império universal da impostura* [104](#)); com generalizações que tornam vazio o enunciado ( *Mas um cérebro marxista nunca é normal* [105](#)); com afirmações evidentemente falsas, mas cuja veracidade ao mesmo tempo não pode ser facilmente questionada ( *É verdade: o Brasil é o único país do mundo onde a filosofia é uma especialização* ).[106](#)

(É verdade?)

A prosa de Olavo de Carvalho manipula com esperteza uma gama de artifícios que, ao suprimir as mediações entre os pontos discutidos, inviabiliza o pensamento, demandando somente a  *adesão irrestrita*  à palavra oracular. [107](#) Ao caracterizar o encanto provocado pelas palavras de José Américo Motta Pessanha, o autor pintou um involuntário

autorretrato: “Sua clave não era a veracidade, mas a da eficácia persuasiva. Ali não se tratava de provar, mas de suggestionar para impelir a uma ação”. [108](#)

A consequência é previsível: exclusivamente no âmbito do círculo restrito dos seguidores do autor encontra-se abrigo, *fora daí insânia, insânia e só insânia*. [109](#) Numa adaptação do vocabulário da Casa Verde, a trilogia desafina o samba de uma nota só na repetição tediosa do diagnóstico.

Acompanhe comigo:

O Brasil vive, de um lado, uma crise profunda da inteligência. [110](#)

Por isso mesmo, o esforço redentor de preparar:

(...) uma trilogia dedicada ao estudo da *patologia cultural brasileira*. [111](#)

Mas, como sempre se navega do local ao universal, o problema desconhece fronteiras:

Ideologias como o gramscismo, o neopragmatismo de Richard Rorty, o neoepicurismo, o ‘novo modelo de linguagem’ de David Bohm, são a legitimação ‘filosófica’ de uma *patologia* (...). [112](#)

E como, inversamente, se transita do universal ao local, eis que estamos de volta aos tristes trópicos:

São observações esparsas, não pretendem traçar um diagnóstico de conjunto, mas indicam fortemente no sentido de uma suspeita: a suspeita de que algo no cérebro nacional não vai bem. (...) Este livro completa a trilogia que, (...) consagrei ao estudo da *patologia intelectual brasileira* no novo panorama do mundo. [113](#)

Médico rigoroso, cujo diagnóstico severo prescreve sempre idêntica terapêutica; aliás, aviada musicalmente na marchinha de Luiz Trevisani e Eder Borges:

Leia, releia, entenda  
E saia da ilusão  
Estude, se informe e descubra  
Por que Olavo tem razão

Mas, ainda assim, o leitor impertinente talvez pergunte ao mestre: antes do século XX, como pensar em serviços secretos que ainda não existiam? Naturalmente, o autor de *Astros e símbolos* (1985) antecipou a objeção.

Hora de trazer ao debate com mais vagar *O jardim das aflições*. Nessa narrativa de longuíssima duração, descobrimos “que a história do ocidente *inteiro* é marcada pela ideia de Império e de sucessivas tentativas de criá-lo”. [114](#)

(Ocidente *inteiro*: reparou que se trata da mesma técnica de redundância? O que seria exatamente uma história do ocidente *pela metade*? Uma

história do ocidente com suas *meias três quartos rezando baixo pelos cantos?*)

Essa “ideia de Império” tem um complemento surpreendente, como se a sombra dos serviços secretos do século XX fosse projetada retroativamente num recorte temporal, digamos, *infinito* — bem ao gosto das hipérboles do autor.

No fundo, *todas* as aristocracias tiveram um forte elemento *esotérico* e *iniciático* nas suas origens. A aristocracia de sangue não é senão o *resíduo multissecular* de uma casta que no início recrutava os seus membros segundo critérios bem seletivos e *triagens iniciáticas* bem semelhantes aos da *Maçonaria* ou de *qualquer outra* sociedade do gênero. [115](#)

Citação importante, pois nela se delinea o sistema de crenças que produz o *efeito Olavo de Carvalho*, que tanto adensou a musculatura da nova direita quanto resultou na retórica do ódio. No limite, produz o caos cognitivo derivado do analfabetismo ideológico. Assinale-se o tropeço da redação: “da *Maçonaria* ou de *qualquer outra* sociedade do gênero”. Numa inversão desajeitada dos célebres versos de Fernando Pessoa, “O mito é o nada / que é tudo”, [116](#) na escrita de Olavo, se trata do *tudo* que, por sê-lo em todos os casos, é um *nada* em termos de pensamento rigoroso. Um perfeito exemplo de discurso vazio, embora não se negue a eloquência de seus achados e perdidos.

Ademais, nada falta para a matriz de uma rematada “interpretação conspirativa da História”, na expressão do autor. [117](#) Há rituais iniciáticos, grupos unidos por elementos esotéricos e, sobretudo, a Maçonaria como agente fundamental na promoção do Império norte-americano, pois ela

“se torna, com o tempo, um princípio estrutural, que atua por si, pelo *automatismo do hábito inconsciente* e independentemente de quem quer que seja”. [118](#)

(Isso mesmo: você se recordou de uma das cenas mais ininteligíveis do documentário-colagem *Intervenção*, na qual um alucinado acusava o PT e o PSDB de integrarem uma perigosa trama maçônica. Pois em verdade vos digo: o sistema de crenças Olavo de Carvalho é uma espécie de “Organizações Tabajara” da insensatez brasileira contemporânea, pois todos os disparates costumam convergir para o buraco negro da pregação do mestre. Dúvida? Espere o próximo capítulo e a análise discursiva da retórica do ódio.)

Passagem decisiva: o que realmente significa o *automatismo do hábito inconsciente*? Devo reformular a pergunta e, ao fazê-lo, escapar de vez da “armadilha Olavo de Carvalho”.

Explico: discutir se ele entendeu “corretamente” a obra de Aristóteles ou a filosofia de Kant [119](#) é uma perda de tempo e uma ingenuidade.

Perda de tempo: Olavo de Carvalho não chegou a elaborar uma filosofia própria, porém criou um poderoso *sistema de crenças*. Nesse caso, em lugar de avaliar a agudeza de suas leituras, é mais importante descrever o conjunto de princípios que terminou por empolgar um número nada desprezível de fiéis adeptos — *uma legião de pessoas*.

Mas quem disse que perder tempo não pode eventualmente valer a pena? Com a palavra, Ruy Fausto:

O que Olavo de Carvalho diz de Hegel não é melhor. Sem que a sua leitura de Hegel seja pura e simplesmente a leitura vulgar, ela é — apesar das aparências — muito superficial. Tese, antítese, síntese (ver *O jardim das aflições...*, Op. cit., p. 301), banalidade errada. O que ele nos oferece é, no fundo, um Hegel de manual, pelo menos quanto à Lógica. O autor não entende nada da Lógica de Hegel, nem da dialética hegeliana. [120](#)

Ingenuidade: pelo contrário, se Ronald Robson estiver certo, Olavo de Carvalho é de fato um filósofo. [121](#) Então, como ocorre com todo pensador, mais do que um intérprete engravatado do texto alheio, ele se apropria de ideias várias na articulação de seu pensamento. Nenhuma objeção – naturalmente.

Contudo, como não sou refém do binarismo que preside a guerra cultural, trago à baila a terceira margem.

Em *A tirania dos especialistas* (2019), Martim Vasques da Cunha ofereceu uma reflexão cuidadosa sobre a obra de Olavo de Carvalho. Sem negar sua inclinação filosófica, e mesmo a relevância de alguns de seus livros, considera que o autor de *O caráter como forma pura de personalidade* (1993) não conseguiu se manter à altura da própria vocação, preferindo antes dedicar-se à ampliação de seu poder pessoal: inicialmente, sobre seus discípulos, hoje, sobre a política nacional: “É a *filotirania* em estado puro — o amor pelo desejo tirânico, personificado ora num líder político, ora em um mestre que guie nossas almas. Com isso, a obra de Olavo de Carvalho *não passa de um conjunto de textos*”. [122](#)

(Claro: *um conjunto de textos* é bem o oposto de uma *obra*.)

\*\*\*

Outra digressão, se você me permite.

Se não sou refém de polarizações acéfalas, tampouco me equilibro em muros de ocasião. Em palavra diretas: a obra de Olavo de Carvalho não possui densidade filosófica.[123](#)

Tenhamos o mínimo de bom senso: como arvorar-se, por exemplo, em oferecer uma interpretação inovadora de Aristóteles sem dominar o grego? Sem conhecer minimamente a vastíssima bibliografia secundária relativa ao Estagirita? Sem nunca ter tido suas hipóteses consideradas por eruditos consagrados?

Como redigir um número imprudente de páginas dedicadas à revisão crítica das filosofias de Immanuel Kant e de Edmund Husserl ignorando o idioma de Goethe com incomum determinação? Em nenhum círculo intelectual sério tal possibilidade seria sequer aventada.

Ofereço uma contraprova na figura de um pensador admirável, o espanhol José Gaos; aliás, o professor responsável pela formação dos mais destacados nomes da cultura acadêmica mexicana na segunda metade do século XX.

Escutemos o que disse o primeiro tradutor de Martin Heidegger para o espanhol:[124](#)

He dado a este curso de lecturas el título de *Confesiones Profesionales* y no el de *Confesiones Filosóficas*, porque estoy muy seguro de ser profesor de Filosofía, pero

lo estoy muy poco de ser un filósofo. Para ser un filósofo parece que me falta —  
pues, caramba, nada menos que precisamente una filosofía.<sup>125</sup>

### Como compreender a afirmação?

O estudante Gaos teve a Xavier Zubiri como colega de curso: os dois foram alunos de José Ortega y Gasset. Zubiri foi o autor do primeiro livro escrito sobre Edmund Husserl fora de Alemanha e, além disso, estudou em Freiburg com o criador de *Sein und Zeit*.<sup>126</sup>

Segundo os critérios de Gaos, Zubiri foi propriamente um filósofo. De fato, ele desenvolveu um sistema coerente de ideias, com redes conceituais que compõem a estrutura da “*inteligencia sentiente*” — o pressuposto definidor do projeto intelectual de Zubiri.<sup>127</sup> Sua obra constitui um dos mais impressionantes desenhos, em língua espanhola, de um sistema filosófico autônomo, cuja ambição era reler a filosofia ocidental, produzindo um pensamento que superasse seus impasses, especialmente no tocante ao cruzamento da inteligência com os dados sensoriais. Ecoando, a seu modo, a fórmula kantiana, Zubiri afirmou: “No sentir humano, sentir já é um modo de entender, e entender já é um modo de sentir a realidade”.<sup>128</sup>

Já o incessante trabalho de Gaos foi reunido na forma de ensaios, traduções, introduções detalhadas a autores fundamentais, compilações de memoráveis cursos — nada que se assemelhasse ao caráter sistemático dos esforços zubirianos. Por isso, Gaos provavelmente pensava em Zubiri ao não se considerar um “filósofo”.

\*\*\*

Retorno à pergunta: qual a relação entre o sistema de crenças Olavo de Carvalho e a noção de *automatismo do hábito inconsciente*?

(*Trouxeste a chave?*<sup>129</sup>)

Todo interesse pela resposta, que não somente exhibe, fratura exposta, o cerne de seu sistema de crenças, como também permite surpreender um elo inesperado entre a trilogia da década de 1990 e a *emergência do bolsonarismo*.

Retorno à trilogia — metodicamente.

Olavo de Carvalho compreende o conceito de hegemonia de uma forma reveladora, nem tanto das preocupações de Antonio Gramsci quanto de suas obsessões:

(...) a ideologia burguesa não deve ser combatida no campo aberto dos confrontos ideológicos, mas no terreno discreto do senso comum: não pelo avanço maciço, mas pela penetração sutil, milímetro a milímetro, cérebro por cérebro, ideia por ideia, hábito por hábito, reflexo por reflexo.<sup>130</sup>

O *automatismo do hábito inconsciente* finalmente perde o receio de dizer seu nome:

Uma *lavagem cerebral* em larga escala...<sup>131</sup>

(Eu sei, calma! Confundir o conceito gramsciano de *hegemonia* com *lavagem cerebral* é de uma grosseria intelectual sem par, como veremos

no terceiro capítulo. Seria muito fácil mostrar que o senhor de Carvalho não tem muita ideia do que afirma e que nem tanto leu quanto imaginou um Gramsci *para chamar de seu*. Contudo, recorde: meu método de leitura é etnográfico. Reitero um exemplo que já ofereci: como imaginar um antropólogo que, ao escutar o relato de um mito de origem, interrompesse o narrador para asseverar: “Não, não é bem assim! O universo ‘começou’ com o Big Bang...”)

Eis o conceito-chave, obsessivo mesmo, de *toda* a obra *inteira* de Olavo de Carvalho: *lavagem cerebral*; noção à qual retornarei, e, como sempre, recorrendo às palavras do autor. E, ponto decisivo, *em larga escala*, vale dizer, um esforço deliberado de manipulação mental coletiva — nada menos do que isso.

Em entrevista concedida a Silvio Grimaldo, em 2014, o conceito não é usado, mas seu sentido domina a percepção do autor (e não se esqueça de prestar atenção nos destaques que faço no texto):

A característica mais terrível do gramscismo é que ele não é uma doutrinação, não é uma pregação, ele é uma *preparação de reações, mais ou menos automáticas e inconscientes*, por meio da *imitação*, segundo aquilo que Willi Münzenberg chamava de “criação de coelhos”. O processo é inconsciente e *foi feito para ser assim*.<sup>[132](#)</sup>

Mais uma vez: pouco importa se Olavo de Carvalho deslê ou se sequer leu a sério a obra de Gramsci, pois, para reconstruir seu sistema de crenças, o mais importante é sublinhar a óbvia fixação com termos e técnicas associados à noção de lavagem cerebral.

Vale, contudo, uma nota sobre o personagem citado: Willi Münzenberg. Basta passar os olhos em *The Red Millionaire*,<sup>133</sup> uma notável biografia política escrita por Sean McMeekin, para perceber que, no tocante às ações de Münzenberg, a simples ideia de lavagem cerebral é risível.

(Mantenho a elegância e não escrevo: *ridícula*.)

Um dos mais habilidosos agentes de propaganda comunista, pelo menos até desiludir-se com a política de ferro de Joseph Stálin, o revolucionário alemão foi o primeiro líder da Juventude Comunista Internacional, em 1919 e 1920, notabilizando-se pela grande capacidade de organizar comitês e congressos no mundo todo, a fim de recrutar novos seguidores e propagar o ideal soviético. Atividade, se não me equivoco, de uma visibilidade cristalina, nada subliminar, muito menos lastreada em *processos inconscientes*. Por fim, a curiosa referência à criação de coelhos — seriam todos eles vermelhos? — provavelmente decorre das trapaças da memória involuntária. A frase, bem-humorada, é de Arthur Koestler: “Willi produces committees as a conjurer produces rabbits out of his hat”.<sup>134</sup>

(O mágico tira coelhos da cartola, enquanto alguns sacam nomes da manga como se fossem citações imprecisas de títulos não lidos.)

Em *O jardim das aflições*, a descrição da palestra de José Américo Motta Pessanha recorre a um campo semântico, que, lido de ponta-cabeça, e com certo engenho, traz à cena, sob outro ângulo, o *recanto psíquico*<sup>135</sup> de Olavo de Carvalho: “as frases de Pessanha eram um *entorpecente*, que entrava pelos ouvidos da plateia, *envenenava os cérebros*, movia o eixo

dos globos oculares, fazendo ver tudo diferente do que era, num giro louco da tela do mundo”.<sup>136</sup>

Um pouco adiante, o leitor descobre que palestras como a de Américo Pessanha “formam *o mais vasto* empreendimento de persuasão retórica *já realizado* neste país”.<sup>137</sup> E como a reiteração é uma técnica elementar de manipulação, Olavo de Carvalho insiste: iniciativas similares pretendem nada menos do que “instaurar como fundamento da cultura um *novo corpo de crenças*, que pela *repetição* acabarão por se tonar consensuais”.<sup>138</sup> E para que não haja dúvidas, na página seguinte, fecha-se a conta: “é na verdade um astucioso experimento de *dirigismo mental*”.<sup>139</sup>

Astúcia que leva longe e encerra a trilogia, adicionando *prudência e sofisticação* à ideia bruta de lavagem cerebral ou à noção antipática de dirigismo mental. Ao radiografar a ética do intelectual brasileiro, Olavo de Carvalho atualizou seu léxico. Agora, os malvados vermelhos (ou serão os coelhos?) recorrem “à *programação neurolinguística*, à *hipnose* ou a alguma outra forma de *manipulação subliminar*, que são todas bem aceitas pela comunidade (...)”.<sup>140</sup>

(Ah! Esses terríveis gramscianos nunca se cansam!)

E o que dizer da definição de *imbecil coletivo*? Exemplo raro, ou, para dizê-lo na dicção olavista, *nunca antes visto na história inteira de toda a humanidade*, de uma espécie de autolavagem cerebral, uma auto-hipnose, cujo resultado exitoso sugere um masoquismo generalizado, que não teria ocorrido nem mesmo a Leopold von Sacher-Masoch.

Leiamos, juntos, a intrigante passagem:

O imbecil coletivo não é, de fato, a mera soma de certo número de imbecis individuais. É, ao contrário, uma coletividade de pessoas de inteligência normal ou mesmo superior que se reúnem movidas pelo desejo comum de imbecilizar-se umas às outras. Se é desejo consciente ou *inconsciente* não vem ao caso (...).<sup>141</sup>

Descontado, digamos, o bom humor da prosa, trata-se do eterno retorno do tema do *automatismo do hábito inconsciente*.

Não é tudo.

Aliás, ainda é muito pouco: releia comigo e, sobretudo, contenha o riso: *pessoas de inteligência normal ou mesmo superior que se reúnem movidas pelo desejo comum de imbecilizar-se umas às outras*.

*Desejo comum?* Como é possível que a esquerda tenha sido hegemônica se ela mesma, sozinha da silva, se imbeciliza? Assim: por livre e espontânea vontade! E com certo prazer. No fundo, Olavo se precipitou. Não teria sido uma estratégia mais inteligente não dizer nada, ficar na moita, e esperar pela imbecilização completa que, em tese, produziria uma muito bem-vinda afasia na intelectualidade de esquerda?

(Olavo: *falando sério, é melhor você parar com essas coisas.*)

Tento levar a sério a equação masoquista: como entender esse conluio autodestrutivo; em princípio, ilógico?

Hora de ler, reler e tresler o § 13 de *O jardim das aflições*: estas 13 páginas perturbadoras tanto contêm o núcleo duro do sistema de crenças

Olavo de Carvalho quanto esclarecem seu vínculo orgânico com a emergência do bolsonarismo.

Vamos lá?

Recorde-se o título do § 13: “Dos cães de Pavlov ao lava-rápido cerebral”.

(Título de capítulo ou radiografia de um projeto?)

Vale a pena acompanhar o raciocínio do autor. Preste bem atenção no fio da meada, que traz à superfície a preocupação onipresente na trajetória de Olavo de Carvalho — e isso desde sua participação ligeira na “ala marighelista do PCB”<sup>142</sup> ao envolvimento profissional com a astrologia, passando pela imersão existencial na tariqa de Frithjof Schuon.<sup>143</sup> Ao reinventar-se como professor de filosofia e, por meio das redes sociais, como ativista político, o vício apenas vestiu nova roupagem.

Refiro-me à monomania de Olavo de Carvalho: *a manipulação psíquica*.

Acompanhe, pois, o fio de Ariadne.

Melhor: organizo um colar de citações, uma colagem da *perspectiva perene do autor*: não importa o campo da atividade, o centro das pesquisas de Olavo de Carvalho sempre foi determinado pelo *desejo de se tornar o mestre de técnicas de controle da consciência alheia*.

Arme o espírito e leia todos os trechos de um só gole (mas procure manter a sobriedade):

A expressão “lavagem cerebral” entrou na linguagem popular a partir dos “processos de Moscou”, na década de 1930 (p. 106).

Logo ficou claro para todo mundo que a lavagem cerebral era aplicação das teorias do neurofisiologista russo Ivan Pavlov (1849–1936), descobridor dos reflexos condicionados pelo jogo estímulo-resposta (p. 106).

Para começar, o psicólogo austríaco Otto Poezl descobriu que estímulos visuais fraquíssimos, imperceptíveis à consciência, eram mais facilmente retidos na memória do que estímulos mais fortes. Logo depois, um publicitário, Hal C. Becker, verificou que *a coisa funcionava* também com estímulos auditivos (p. 107, grifo meu).

A técnica baseada nas descobertas de Poezl recebeu o nome de *propaganda subliminar*, por atuar abaixo do limiar (em latim, *limes*) da consciência.

Ora, que tal sintetizar Poezl e Pavlov? A mutação de personalidade por estimulação contraditória bem poderia ser produzida subliminarmente, sem gritos, doutrinação ostensiva ou violência de espécie alguma. Tudo no macio. A vítima nem se daria conta (p. 107).

Com base nessa descoberta, Sargant fez mais uma, decisiva para o progresso dos meios de dominação psíquica: *um paciente submetido a ab-reações repetidas desenvolvia uma dependência mórbida do terapeuta*. Quanto mais ab-reações, mais forte o vínculo (p. 108). [144](#)

Boa parte do *fascínio escravizador* exercido sobre seus discípulos pelo taumaturgo armênio Georges Ivanovich Gurdjieff, por exemplo, se devia tão-somente à “mágica” das ab-reações repetidas. (...). Repetida a operação algumas vezes, os discípulos se persuadiram de que Gurdjieff era mesmo um extraterrestre.

Gurdjieff manejava igualmente bem a estimulação contraditória (p. 108, grifo meu).

O que Sargant descobriu logo depois disso foi de estarrecer (...). O que Sargant percebeu foi que a fase ultraparadoxal<sup>145</sup> era acompanhada de “uma sugestionabilidade aumentada ao extremo... de maneira que o indivíduo se torna receptivo a influências do seu meio-ambiente às quais era imune antes”: era possível, portanto, hipnotizar um sujeito contra a sua vontade (p. 109).

Com a descoberta da hipnose forçada, o uso conjugado da estimulação incoerente e das ab-reações repetidas *abria os mais promissores horizontes aos manipuladores da mente*. Para reduzir um homem a uma *obediência canina*, já não havia necessidade de discursos em alto-falantes, de gritos, ameaças ou tortura mental (p. 110, grifos meus).

Dois pesquisadores, Flo Conway e Jim Siegelman, descobriram que, no ambiente fechado e artificial das seitas pseudo-religiosas, os resultados descritos por Sargant podiam ser alcançados num prazo inacreditavelmente breve: em menos de uma semana, às vezes em dois ou três dias, o discípulo de Moon ou Rajneesh passava por uma mutação profunda de personalidade, que os técnicos chineses em lavagem cerebral levariam meses ou anos para produzir (p. 110).

(Pausa estratégica para que você respire fundo — eu preciso.)

Impressionante, não é mesmo? Nesse colar de citações, encontra-se o núcleo do sistema de crenças difundido por Olavo de Carvalho. A manipulação mental coletiva não é somente uma obsessão intelectual, mas, sobretudo, um projeto de dominação política. Há inclusive técnicas, cuja eficiência é assinalada pelo autor: “O segredo era o planejamento cuidadoso do fluxo de informações, calculado para *paralisar a consciência por meio de estimulação contraditória*” (p. 110, grifo meu).

Aqui, finalmente, podemos atar as pontas.

A “interpretação conspirativa da História” explica que o século XX “será também o poder do serviço secreto — da CIA, da KGB, da Mossad etc.”. Entre os esforços de “lavagem cerebral”, sem dúvida, “o mais vasto empreendimento”, foi capitaneado pelo movimento comunista internacional. Ora, “a estratégia gramsciana foi adotada integral e entusiasticamente pela KGB”. Por fim, “a conversão formal ou informal, consciente ou inconsciente da intelectualidade de esquerda à estratégia de Antonio Gramsci é o fato mais relevante da História nacional dos últimos trinta anos”.<sup>146</sup>

Pronto!

Não falta nada mais para caracterizar o sistema de crenças Olavo de Carvalho, que confere inteligibilidade aos delírios usuais da militância bolsonarista. Reúna anticomunismo paranoico com uma ideia mofada de alta cultura, acrescente teorias conspiratórias de dominação mundial com atribuição raivosa de analfabetismo funcional para todo aquele que discorde do “seu mestre mandou”, associe a lógica da refutação ao emprego consciente do mecanismo do bode expiatório, relacione a retórica do ódio com palavras de baixo calão e, se ainda assim houver algum contratempo, o mágico tira da cartola uma arrojada *tentativa de tomada do poder* — como reza o subtítulo-manifesto de *Orvil*.

(Inteligibilidade de alienista — bem entendido.)

Esse sistema de crenças difundiu-se como rastilho, conferindo um poder de combustão inédito à nova direita, que se organizou mais sistematicamente a partir da década de 1990, também em torno da

trilogia aqui discutida. Pablo Ornela Rosas oferece uma boa caracterização do funcionamento desse sistema de crenças: “o anticomunismo do século XXI promovido por meio da governamentalidade algorítmica aparece em nosso país através, sobretudo, de textos, vídeos, aulas e livros de Olavo de Carvalho”.<sup>147</sup> Sua pregação — e a esquerda democrática precisa reconhecê-lo de uma vez por todas, ou será muito difícil superar os sérios impasses criados pela retórica do ódio — pretendeu virar de ponta-cabeça o que se considera ser a nota dominante na cena nacional:

(...) o hábito brasileiro de olhar as manifestações culturais como um adorno supérfluo impede de enxergar as tremendas *consequências práticas* que as ideias filosóficas, mesmo difundindo-se apenas num *estreito círculo de intelectuais*, podem desencadear sobre a *vida de milhões de pessoas* que nunca ouviram falar delas e que, se ouvissem, não compreenderiam.<sup>148</sup>

De imediato, entende-se a razão da centralidade da guerra cultural bolsonarista no atual governo: basta ler a passagem pelo avesso: a vitória nas urnas é muito menos importante do que a jihad da cultura. Numa narrativa revisionista, a ditadura militar não foi *suficientemente dura* porque teria descuidado dessa área. Versão absurda que a produtora de conteúdo audiovisual Brasil Paralelo buscou popularizar com o documentário *1964: O Brasil entre armas e livros*, e que analisarei no terceiro capítulo.

Mas ainda não é tudo; afinal, é necessário deslindar como se estabelece a mediação entre o *estreito círculo de intelectuais* e a *vida de milhões de pessoas*.

Faltou, pois, a última citação; o corolário da fixação de Olavo de Carvalho:

Não é preciso enfatizar as *facilidades* que, hoje em dia, a rede das *telecomunicações* e a *informatização* da sociedade oferecem para a aplicação dessa *receita* em escala nacional, continental ou planetária.

(Interrompo a citação e esclareço: *receita* quer dizer: abrir os *mais promissores horizontes aos manipuladores da mente.*)

Se ninguém ainda tentou, foi somente porque não quis, ou porque tropeçou em algum obstáculo acidental. *Impedimento técnico*, essencial, *não há*.

Palavras publicadas em 1995. São a essência da pregação olavista e seu elo inesperado com a emergência do bolsonarismo na década de 2010. Vale a pena repetir a citação, agora sem interrupções:

Não é preciso enfatizar as *facilidades* que, hoje em dia, a rede das *telecomunicações* e a *informatização* da sociedade oferecem para a aplicação dessa *receita* em escala nacional, continental ou planetária. Se ninguém ainda tentou, foi somente porque não quis, ou porque tropeçou em algum obstáculo acidental. *Impedimento técnico*, essencial, *não há*.<sup>[149](#)</sup>

Em 2018, no Brasil, *alguém tentou*, isto é, a campanha vitoriosa de Jair Messias Bolsonaro.

Em outros contextos, o laboratório teve lugar com êxito invulgar em 2016, na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente, no plebiscito do Brexit e na eleição de Donald Trump. O documentário *The Great Hack* (Privacidade Hackeada, 2019), dirigido por Karim Amer e Jehane Nujaim, expôs com absoluta clareza as estratégias desenvolvidas pela Cambridge Analytica a fim de manipular eleições em vários continentes. O livro de Brittany Kaiser, *Manipulados* (2019), não deixa pedra sobre pedra no desmascaramento de seus métodos, e seu subtítulo vale por uma radiografia, *Como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque*. O subtítulo em inglês é muito mais explícito, quase apocalíptico: *The Cambridge Analytica Whistleblower's Story of How Big Data, Trump and Facebook Broke Democracy and How It Can Happen Again*.<sup>150</sup>

Nos versos de William Butler Yeats:

*Tudo desaba; o próprio centro hesita;  
Livre, a anarquia reina sobre o mundo,*<sup>151</sup>

(O projeto dos engenheiros do caos: *Mere anarchy is loosed upon the world*.)

## **Coda: bolsolavismo**

O sistema de crenças Olavo de Carvalho foi fundamental para a articulação da nova direita e do próprio bolsonarismo. Na agudeza definidora de suas análises, Ruy Fausto observou: “a figura principal

desse esquema, pelo menos no plano ideológico, foi e é Olavo de Carvalho”.<sup>152</sup>

Por fim, as técnicas de lavagem cerebral, descritas com evidente volúpia em páginas inquietantes de *O jardim das aflições*, tornaram-se autêntica orgia com as possibilidades abertas pelo universo digital e pelas redes sociais.

(No vocabulário anos 90 do autor, *a rede das telecomunicações e a informatização da sociedade*.)

Talvez por isso, e em mais de uma ocasião, o deputado federal Eduardo Bolsonaro celebrou o papel de precursor da pregação de Olavo de Carvalho: “uma inspiração, e sem ele Jair Bolsonaro não existiria”.<sup>153</sup>

(Parece que tinha *alguma* razão.)

## [Próximo Capítulo](#)

---

<sup>20</sup> A Chacina da Lapa tem uma imagem icônica: Pedro Pomar e Ângelo Arroyo jazem assassinados no chão, com armas próximas a seus corpos, sugerindo que morreram em combate. Esta versão oficial foi contestada pela Comissão Nacional da Verdade, mas, de fato, a foto existente inclui as armas. Petra Costa editou a foto, retirando o revólver e o rifle da cena. Compreendo sua decisão, no afã de recuperar o que muito provavelmente foi o cenário verdadeiro, porém, creio que o mais adequado teria sido esclarecer sua opção para o espectador.

<sup>21</sup> Malu Gaspar. *A organização. A Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 85, grifos meus.

<sup>22</sup> Euclides da Cunha. *Os sertões. Campanha de Canudos*. Leopoldo M. Bernucci (org.). São Paulo: Ateliê Editorial / Imprensa Oficial / Arquivo do Estado, 2001, p. 331.

<sup>23</sup> Wanderley Guilherme dos Santos não economizou adjetivos para definir a substância do golpe branco: “Os peemedebistas já descobertos vendiam-se por migalhas. Medo do flagrante levou-os à sandice do golpe burocrático parlamentar, com a conivência das elites conservadoras, mas socialmente fracassado, sem perspectiva de redenção. Meliantes sem projeto de futuro, os intrusos no poder afagam os grandes cartéis de interesse, gigantes internacionais que lhes deem cobertura na rede cosmopolita em que são penetras, adotando-lhes as ideias, protegendo-lhes os interesses”. Cf. Wanderley Guilherme dos Santos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 8. Para não deixar margem a dúvidas, o título do segundo capítulo vale por uma síntese do argumento do ensaio: “1964 e 2016: dois golpes, dois roteiros”.

<sup>24</sup> Em tom dramático, João Moreira Salles chegou ao mesmo veredicto: “Em 1964, o poder foi tomado à força. Em 2018, 57,7 milhões de brasileiros sufragaram a versão piorada de um regime odioso”. Cf. João Moreira Salles. “A morte e a morte. Jair Bolsonaro entre o gozo e o tédio”. *Revista Piauí*, 166, julho de 2020. Ver o texto aqui: <https://tinyurl.com/y76l94f2>. Acesso em 10 de julho de 2020.

<sup>25</sup> Cuidado: a origem social de Petra Costa e o passado militante de seus pais permitiram à cineasta um privilégio raro, inacessível a todos os demais: presença nos bastidores do poder, assegurando imagens únicas à diretora. Mais: em momentos decisivos, ela esteve nas entranhas mesmas dos altos escalões da política nacional. Em nenhum momento, esse acesso é questionado pela diretora, o que teria enriquecido a reflexão proposta pelo filme.

<sup>26</sup> Dois filmes se destacam: *Não vai ter golpe* (2019), produzido pelo Movimento Brasil Livre (MBL); o sexto episódio da série *Congresso Brasil Paralelo*, realizado pela produtora em 2019, *Impeachment: do apogeu à queda*.

<sup>27</sup> A bibliografia sobre o tema é vastíssima; de imediato, destaco o número especial da *Revista Novos Estudos CEBRAP*. O ensaio de Fernando Limongi identifica o eixo político do processo no afastamento progressivos entre PT e PMDB: “(...) em finais de 2011, o governo procurou encontrar um substituto ao PMDB, estimulando a criação de força alternativa, uma espécie do “PMDB do B”, tarefa confiada a Gilberto Kassab, que liderou a formação do PSD. O confronto armado ganhou dimensão redobrada no início de 2015, na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados. Cunha infligiu derrota humilhante ao governo que apoiara a candidatura do petista Arlindo

Chinaglia”. Cf. Fernando Limongi, “Impedindo Dilma”, *Revista Novos Estudos CEBRAP*, junho de 2017, p. 8.

[28](#) Fala que aparece no minuto 52 do documentário de Petra Costa.

[29](#) É o problema maior do artigo mencionado de João Moreira Salles, “A morte e a morte. Jair Bolsonaro entre o gozo e o tédio”. Na conclusão do texto, afirma-se: “No fim das contas, *talvez fosse inevitável chegarmos a isso*. Bolsonaro não é diferente do país que o elegeu. Não todo o Brasil, nem mesmo a maioria do Brasil (uma esperança), mas um pedaço significativo do Brasil é como Bolsonaro. Violento, racista, misógino, homofóbico, inculto, indiferente. Perverso” (grifo meu). Por que seria inevitável, se uma parte considerável desses impressionantes 57 milhões votou no PT em 4 eleições presidenciais, de 2020 a 2016? A questão é muito mais complexa e exige que entendamos *nossa parte* no colapso institucional, sem o qual a ascensão do bolsonarismo não teria ocorrido.

[30](#) Uma reportagem, hoje injustamente esquecida, esclarece de forma inquestionável os dilemas da Nova República: Gilberto Dimenstein, *República de padrinhos. Chantagem e corrupção em Brasília* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1988). Modelo de jornalismo investigativo, o livro identifica os acordos políticos e transações econômicas que pavimentaram a redemocratização, viciando o sistema desde suas origens e estabelecendo as bases do “presidencialismo de coalizão”, na definição feliz de Sérgio Abranches, à qual retornarei no próximo capítulo.

[31](#) Destaca-se, aqui, o ensaio de André Singer, *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador* (São Paulo: Companhia das Letras, 2012). Uma das mais inspiradas interpretações do tema, Singer reconheceu lhanamente: “O lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento. É o caráter ambíguo do fenômeno que torna difícil a sua interpretação”. Cf. p. 9.

[32](#) A bibliografia sobre as Manifestações de Junho de 2013 é a Biblioteca de Babel contemporânea. No último capítulo, destacarei alguns títulos.

[33](#) Mais uma vez, André Singer brilha na constelação de textos sobre o governo de Dilma Rousseff: *O lulismo em crise. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Tudo parecia preparado para um momento de consagração: “Em dezembro de 2010, o ex-presidente encerrava o mandato com 83% de aprovação, a maior da série iniciada pelo Datafolha na década de 1980. A Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ambas no Brasil, projetavam-se como a consagração definitiva do lulismo”. Cf. p. 12. Contudo, “Cinco anos, quatro meses e doze dias depois, numa quinta-feira, 12 de maio de 2016 — data em que a presidente deixou

o Planalto, acusada de crime de responsabilidade —, o sonho se convertera em pesadelo. (...) O lulismo estava despedaçado”. Idem, p. 12-13. Equação difícil de equilibrar; na avaliação de Singer: “o lulismo se quebrou porque, acelerado por Dilma no bojo da ideologia rooseveltiana, acabou vítima de suas contradições, que são igualmente as contradições brasileiras. Embora um quarto da população ainda estivesse na pobreza em 2014, como mostro no capítulo 2, havia uma passagem do subproletariado para o proletariado, o que pressionava as condições de reprodução do capitalismo à brasileira”. Idem, p. 21.

<sup>34</sup> A bibliografia sobre o tema é vasta; seleciono somente alguns exemplos: Ana Carolina Galvão, Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan e Wilberth Salgueiro (orgs.). *Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise*. Campinas: Pontes Editora, 2019. No “Prefácio”, Gaudêncio Frigotto sintetiza a abordagem: “Um golpe que esconde, em seu ritual formal, parlamentar e jurídico, o grau maior de violência sobre direitos”, *ibidem*, p. 7. No calor da hora e com a participação de relevantes atores políticos do processo, Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (orgs.), *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

<sup>35</sup> Um exame sensível e agudo desse período mais amplo encontra-se na importante trilogia de Tales Ab’Saber: *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica* (São Paulo: Editora Hedra, 2011); *Dilma Rousseff e o ódio político* (São Paulo: Editora Hedra, 2015) e *Michel Temer e o fascismo comum* (São Paulo: Editora Hedra, 2018).

<sup>36</sup> Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas. Obra completa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986, p. 639.

<sup>37</sup> O próprio subtítulo de *Orvil*, a fonte das teorias conspiratórias que presidem a mentalidade bolsonarista, autêntico *Urtext* de suas obsessões.

<sup>38</sup> Na versão on-line, <https://tinyurl.com/y2l8674k>, p. 904. Na versão impressa, *Orvil: tentativas de tomada do poder* (Tenente Coronel Lício Maciel & Tenente José Conegundes do Nascimento [ed.]. São Paulo: Schoba Editora, 2012), p. 874. Nas próximas citações, indicaremos a paginação da versão on-line e, em seguida, a paginação da versão impressa. A redação do documento foi coordenada pelo General Agnaldo Del Nero Augusto.

<sup>39</sup> Direção e montagem de Rubens Rewald, Tales Ab’Saber e Gustavo Aronda; o argumento é de Tales Ab’Saber.

<sup>40</sup> Essa tendência neopentecostal é abordada por Andrea Dip: trata-se de movimento com alusões constantes à guerra, ao combate e é visceralmente veterotestamentário. Eis seus termos fundamentais: “dois pilares que sustentam o neopentecostalismo no Brasil: a Teologia da Prosperidade e a Teologia do Domínio (TD)”. Cf. Andrea Dip. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 81.

<sup>41</sup> Ver, no documentário, de 14:00 a 14:50.

<sup>42</sup> Ver, no documentário, de 45:25 a 45:50, grifos meus.

<sup>43</sup> Ver o link: <https://tinyurl.com/y3sjphw8>

<sup>44</sup> Ver o link: <https://tinyurl.com/yy54fk12>

<sup>45</sup> Ver o link: <https://tinyurl.com/y2f3ndmm>

<sup>46</sup> Resultados completos podem ser aqui verificados: <https://tinyurl.com/y4j9exao>

<sup>47</sup> Ver, no documentário, a partir de 22:17, grifos meus.

<sup>48</sup> Importante reconhecer: num ensaio de grande agudeza, Christian Dunker propôs: “Se as novas massas e coletivos digitais prescindem de ideais bem formados e imagens representativas, elas podem envolver traços de estilo, de apresentação ou de consumo ligados pelo contágio afetivo por efusão ou como defesa coletiva contra a angústia”. Cf. Christian Ingo Lenz Dunker. “Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático”. In: *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 119.

<sup>49</sup> Ver, no documentário, a partir do minuto 50:37, grifo meu.

<sup>50</sup> Trata-se de Alexandre Ângelo Seltz. Recentemente, no dia 27 de março de 2020, ele publicou um vídeo no qual se desculpou pela militância bolsonarista. O vídeo original foi retirado do ar, mas ainda pode ser visto aqui: <https://tinyurl.com/yxbs68fw>

<sup>51</sup> Na conclusão, retornarei à distinção entre fato e rumor, fundamental para assegurar à palavra poder deliberativo, tal como ocorreu na experiência histórica da democracia ateniense.

[52](#) Arthur Hussne. “Olavismo e bolsonarismo”. Rosa, I, março de 2020. Ver o link do artigo: <https://tinyurl.com/y5kwsc9q>

[53](#) Você já sabe, mas me permita assinalar que se trata da abertura do poema *Galáxias*, de Haroldo de Campos.

[54](#) Para ser mais preciso, eis os números exatos no dia 5 de janeiro de 2021: Facebook, 591.758 seguidores; YouTube, 1,01 milhão de inscritos; Twitter, 442,4 mil seguidores.

[55](#) Leticia Duarte preparou um perfil brilhante de Olavo de Carvalho, chamando atenção para sua técnica de humilhação do outro como uma forma metódica de eliminação simbólica de “adversários”. Ver: *Retrato Narrado*, 18 de outubro de 2020. “Como o olavismo explica o bolsonarismo”. Link de acesso ao podcast: <http://spoti.fi/391wXG0>. Devo a referência ao jornalista Augusto Diniz.

[56](#) Um ex-aluno de Olavo de Carvalho escreveu dois depoimentos muito interessantes para pensar essa questão a partir do ponto de vista de um então jovem intelectual de direita. Na *Folha de S. Paulo* (16/12/2018), Pedro Sette-Câmara publicou um artigo alentado, “Olavo de Carvalho redefiniu noção de intelectual público” (Link de acesso: <https://tinyurl.com/y6cla9km>). Ver, também, “Algumas memórias da década de 1990”, In: Ronald Robson [Ed.]. *Nabuco: revista brasileira de humanidades*. São Luís, MA: Edições Nabuco, 2014, p. 53-63. No próximo capítulo, tratarei de testemunhos similares.

[57](#) Roberto Schwarz. “Cultura e política, 1964-1969”. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978, p. 61-62, grifo do autor.

[58](#) “Cerca de 430 livros foram censurados pela ditadura, 92 deles de autores nacionais, sendo 15 livros de não ficção, 11 peças teatrais publicadas em livro, além de dezenas de textos literários, em sua maioria (cerca de 60) eróticos ou pornográficos”. Cf. Marcelo Ridenti. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 334. Na página 53, o autor também menciona o ensaio que citei: “Roberto Schwarz [pôde] falar numa hegemonia relativa de esquerda no âmbito da cultura artística”.

[59](#) Katia Iracema Krause. *O Brasil de Amaral Netto, o Repórter – 1968-1985*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal Fluminense, 2016, p. 15.

[60](#) Vitor Cei. “Cultura e política, 2013-2016: os incitadores da turba”. In: Vitor Cei, Leno Francisco Danner, Marcus Vinícius Xavier de Oliveira e David G. Borges (orgs.). *O que resta das Jornadas de*

Junho. Porto Alegre: Editora Fi, p. 207.

<sup>61</sup> Você identificou a alusão, tenho certeza, mas vamos lá: “Mas, vendo a morte do cão narrada em capítulo especial, é provável que me perguntes se ele, se o seu defunto homônimo é que dá o título ao livro, e por que antes um que outro, — questão preme de questões, que nos levariam longe...”. Cf. Machado de Assis. *Quincas Borba. Obra completa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986, p. 806.

<sup>62</sup> Publicado no canal do jornal *Mídia Sem Máscara*, no YouTube, de 04:22 a 05:05. Ver o link: [https://youtu.be/hRYwIi751\\_E](https://youtu.be/hRYwIi751_E)

<sup>63</sup> Arthur Hussne. “Olavismo e bolsonarismo”, op. cit.

<sup>64</sup> Vale a pena ler a matéria da *Ilustrada*, da *Folha de S. Paulo*, de 6 de junho de 2017, “Inspirado em Chico, rapper louva Bolsonaro e projeta vertente ‘reaça’”. Link: <https://tinyurl.com/y2nysoh5>. Ver, também, a excelente reportagem de Silvio Essinger, “Quem são e como atuam os representantes do ‘rap de direita’ emergente no Brasil”. *Revista Época*, 05/04/2019. Link: <http://glo.bo/35eRUfh>

<sup>65</sup> Eis o link para a canção: [https://youtu.be/nCQowNfA\\_1g](https://youtu.be/nCQowNfA_1g)

<sup>66</sup> Link para a ler a letra na íntegra: <https://tinyurl.com/y6sppxoo>

<sup>67</sup> Edir Macedo (com Carlos Oliveira). *Plano de poder. Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008, p. 123.

<sup>68</sup> Link para a música: <https://youtu.be/Ah8ghf15aaE>

<sup>69</sup> (Grifo meu.) Link para ler a letra na íntegra: <https://youtu.be/Ah8ghf15aaE>

<sup>70</sup> Livro publicado no Brasil em 2005 pela Editora Ave Maria. Bem-aventurados os leitores...

<sup>71</sup> Ver o vídeo (eis a hermenêutica de São Tomé): <https://youtu.be/CKxs2F6bdI0> (Ver de 0:42 a 1:16).

<sup>72</sup> Eis o link do vídeo: <https://youtu.be/fDwpJkn8lcc>

<sup>73</sup> Link para ler a letra na íntegra: <https://tinyurl.com/yy5svgc7>

[74](#) “Contra Dilma, contra o PT, contra a esquerda”. *Revista Ideias*, de Curitiba, 5 de abril de 2015, grifos meus. Eis o link da entrevista com Luiz Trevisani e Eder Borges: <https://tinyurl.com/yyvext5k>

[75](#) Idem, grifo meu.

[76](#) Eis o link do vídeo: <https://youtu.be/qadeecuNaxM>

[77](#) (Grifo meu.) Link para ler a letra na íntegra: <https://tinyurl.com/yxrc6fhn>

[78](#) Creia nos seus olhos: <https://tinyurl.com/y5tbersz>

[79](#) Refiro-me, claro, ao estudo clássico de Leo Festinger, *A theory of cognitive dissonance*, publicado em 1957.

[80](#) Ver o vídeo: <https://youtu.be/sdRfjshZVYw> (a partir de 1h23). O depoimento de Ismail Xavier foi colhido para Escola de Arte Dramática da USP, EAD/ECA.

[81](#) No momento em que concluo este ensaio, os diretores desenvolvem o projeto, como se pode depreender pela página *Olavo tem razão*. O filme: <https://tinyurl.com/y4g6tyxc>

[82](#) Ver o filme: <https://youtu.be/NpUFNuPmIrU> (de 01:33 a 01:42). Mauro Ventura. *O imbecil coletivo*, 2020.

[83](#) Idem, 13:41 a 13:58.

[84](#) Olavo de Carvalho. *O imbecil coletivo. Atualidades inculturais brasileiras*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019, p. 27, grifo meu.

[85](#) Olavo de Carvalho. *A nova era e a revolução cultural*. Fritjof Capra & Antonio Gramsci. 4ª edição. Campinas: Vide editorial, 2014, p. 29. No “Prefácio à segunda edição”, a reação se amplia: “O sr. Capra não foi o último da série. Depois dele, recebemos a visita e as luzes do sr. Richard Rorty (...). Idem, p. 19.

[86](#) Olavo de Carvalho. *O jardim das aflições. De Epicuro à Ressurreição de César: ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil*. 3ª edição. Campinas: Vide Editorial, 2015, p. 27.

[87](#) Idem, p. 29, grifos meus.

[88](#) Idem, p. 30, grifo meu.

[89](#) Olavo de Carvalho. *O imbecil coletivo*, op. cit., p. 39, grifo meu.

[90](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y6fsqeet>

[91](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y3lvehkq>

[92](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y3fa7s6v>

[93](#) Olavo de Carvalho. *O imbecil coletivo*, op. cit., p. 27. Em relação ao escopo do empreendimento, Olavo de Carvalho não é nada tímido: “De modo geral, os estudiosos da identidade brasileira deram por pressuposto que, tendo entrado na História no chamado período ‘moderno’, o Brasil não tinha por que tentar enxergar-se num espelho temporal mais amplo. Estou, portanto, sozinho na jogada (...)”. Idem, p. 28.

[94](#) Olavo de Carvalho. *A nova era e a revolução cultural*, op. cit., p. 27, grifo meu.

[95](#) Idem, p. 218, grifos meus.

[96](#) Idem, *ibidem*, grifos meus.

[97](#) Idem, p. 28.

[98](#) Não acredite em mim; confira o link: <https://tinyurl.com/yxyxtqpc>

[99](#) Olavo de Carvalho. *A nova era e a revolução cultural*, op. cit., p. 21.

[100](#) Olavo de Carvalho. *O jardim das aflições*, op. cit., p. 372-373.

[101](#) Olavo de Carvalho. *O imbecil coletivo*, op. cit., p. 420, grifos meus.

[102](#) Olavo de Carvalho. *O jardim das aflições*, op. cit., p. 267, grifo meu.

[103](#) Idem, p. 112, grifo meu.

[104](#) Idem, p. 117, grifo meu.

[105](#) Olavo de Carvalho. *A nova era e a revolução cultural*, op. cit., p. 160, grifo meu.

[106](#) Olavo de Carvalho. *O imbecil coletivo*, op. cit., p. 107, grifos meus.

[107](#) Martim Vasques da Cunha realizou um estudo perspicaz sobre a estrutura da linguagem de Olavo de Carvalho, destacando os impasses da “dialética simbólica”. Em suas palavras: “A analogia sempre foi a força e a fraqueza dessas visões de mundo baseadas nas correspondências proporcionais entre o que é inferior e o que é superior, o que é invisível e o que é visível, nesta busca obsessiva para compreender ‘as maravilhas da coisa una’. Não seria diferente com Olavo de Carvalho. (...) Os usos e abusos da analogia, não só como fundamento das religiões baseadas nela, mas também na lógica interna do sistema filosófico esboçado por Olavo de Carvalho”. Martim Vasques da Cunha. *A tirania dos especialistas. Desde a revolta das elites do PT até a revolta do subsolo de Olavo de Carvalho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 153 & 159.

[108](#) Olavo de Carvalho. *O jardim das aflições*, op. cit., p. 236, grifo meu.

[109](#) Machado de Assis. “O Alienista”. *Papéis avulsos*. In: *Obra Completa*. Vol. II. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986, p. 261.

[110](#) Olavo de Carvalho. *A nova era e a revolução cultural*, op. cit., p. 19.

[111](#) Idem, p. 20, grifo meu.

[112](#) Olavo de Carvalho. *O jardim das aflições*, op. cit., p. 114-115, grifo meu.

[113](#) Olavo de Carvalho. *O imbecil coletivo*, op. cit., p. 39, grifo meu.

[114](#) Olavo de Carvalho. *O jardim das aflições*, op. cit., p. 412, grifo meu.

[115](#) Idem, p. 305, grifos meus.

[116](#) Refiro-me, claro, aos versos de Ulysses: “O mito é o nada que é tudo / O mesmo sol que abre os céus / É um mito brilhante e mudo – / O corpo morto de Deus, / Vivo e desnudo. // Este, que aqui aportou, / Foi por não ser existindo. / Sem existir nos bastou. / Por não ter vindo foi vindo / E nos criou. // Assim a lenda se escorre / A entrar na realidade, / E a fecundá-la decorre. / Em baixo, a vida, metade /De nada, morre”. Fernando Pessoa. “Ulysses”. In: *Mensagem. Poemas esotéricos*. José Augusto Seabra (org.). Paris: Coleção Archivos, 1996, p. 17.

[117](#) Olavo de Carvalho. *O jardim das aflições*, op. cit., p. 309. Na passagem, Olavo de Carvalho nega que sua abordagem signifique “aderir a nenhuma interpretação conspirativa da História”. Contudo, lido pelo avesso, a passagem evoca um involuntário autorretrato.

[118](#) Idem, ibidem, grifo meu.

[119](#) “Na aula on-line de Olavo sobre o texto de Kant ‘O que é a Ilustração’, são tantos os absurdos que chega a ser difícil comentar”. Daniel Peres esmiuçou as trapalhadas filosóficas de Olavo de Carvalho em sua leitura excêntrica da obra de Immanuel Kant: “Quão obscurantista é o emplasto filosófico de Olavo de Carvalho?”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 12 de fevereiro de 2019. O artigo pode ser lido aqui: <https://tinyurl.com/y6pokjkz>

[120](#) Ruy Fausto. “A direita no ataque”. *Caminhos da esquerda. Elementos para uma reconstrução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 193.

[121](#) Ronald Robson, um jovem e brilhante intelectual, escreveu um alentado livro sobre a filosofia de Olavo de Carvalho. Além de domínio completo da obra édita, Robson estudou as apostilas, os cursos e mesmo as postagens do Facebook e do Twitter. No final do livro, Robson preparou um “Índice de termos técnicos da filosofia de Olavo de Carvalho”. Nas suas palavras: “Por sinal, esta é uma das lições da metafilosofia de Olavo de Carvalho: uma filosofia só se realiza a partir das experiências primordiais, concretas, sobre as quais foi construída; interpretar uma filosofia é ir em busca desse seu chão, para que sobre ele também caminhe nossa alma e averigue a maior ou menor adequação da cristalização conceitual que dali nasceu; de maneira que leio aqui Olavo com a mesma liberdade e vigor (espero eu) com que ele lê Descartes ou Maquiavel”. Cf. Ronald Robson, *Conhecimento por presença: em torno da filosofia de Olavo de Carvalho*. Campinas: Vide Editorial, 2020, p. 27-28.

[122](#) Martim Vasques da Cunha. *A tirania dos especialistas*. op. cit., p. 184, grifos meus.

[123](#) “A substância do pensamento filosófico de Olavo é pouca”. Joel Pinheiro da Fonseca. “Precisamos falar sobre Olavo de Carvalho”. In: Eduardo Cesar Maia (org.). *Sobre livros e ideias*.

*Uma seleção de ensaios e entrevistas de Café Colombo*. Recife: Café Colombo, 2016, p. 84.

[124](#) Martin Heidegger. *El ser y el tiempo*. Tradução de José Gaos. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.

[125](#) José Gaos. *Confesiones Profesionales. Aforística*. Obras Completas. XVII. México: UNAM, 1982, p. 45.

[126](#) Assim Gaos se refere a Zubiri: “Y él era el prodigio — y el bien enterado: era ya graduado en Roma y había estado ya en Bélgica y Alemania”. Idem, p. 62.

[127](#) Tratei da filosofia de Xavier Zubiri em “Uma nova ideia do sentir e do pensar”. *O Estado de S. Paulo*, “Sabático”, 08/10/2011. Ver: <https://tinyurl.com/yyjuyzkb>

[128](#) Xavier Zubiri. *Inteligência e Logos*. Tradução de Carlos Nougué. São Paulo: Editora É Realizações, 2011, p. 5. Na célebre fórmula kantiana: “Sem sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem entendimento nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas”. Immanuel Kant. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Valerio Rohden & Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 74 (B 76).

[129](#) Claro, recorro ao poema de Carlos Drummond de Andrade, “Procura da poesia”. Eis a estrofe que citei: “Chega mais perto e contempla as palavras. / Cada uma / tem mil faces secretas sob a face neutra / e te pergunta, sem interesse pela resposta, / pobre ou terrível, que lhe deres: / Trouxeste a chave?” Carlos Drummond de Andrade. “Procura da poesia”. In: *A rosa do povo*. op. cit., p. 95-97.

[130](#) Olavo de Carvalho. *A nova era e a revolução cultural*. Op. cit., p. 65, grifo meu.

[131](#) Idem, ibidem, grifo meu.

[132](#) Idem, p. 223, grifos meus.

[133](#) Sean McMeekin. *The Red Millionaire. A Political Biography of Willy Münzenberg*. *Moscow’s Secret Propaganda Tsar in the West, 1917-1940*. New Haven: Yale University Press, 2003.

[134](#) Arthur Koestler. *The Invisible Hand: The Second Volume of an Autobiography*. 1932-1940. London: Collins, 1954, p. 382. “Willi cria comitês como um mágico tira coelhos de sua cartola”.

[135](#) Mais uma vez, o autor de *Dom Casmurro* me socorre: “Foi então que um dos recantos desta lhe chamou atenção — o recanto psíquico, o exame da patologia cerebral”. *O Alienista*, op. cit., p. 254.

[136](#) Olavo de Carvalho. *O jardim das aflições*. op. cit., p. 27, grifos meus.

[137](#) Idem, p. 51, grifos meus.

[138](#) Idem, p. 365, grifos meus.

[139](#) Idem, p. 366, grifo meu.

[140](#) Olavo de Carvalho. *O imbecil coletivo*. op. cit., p. 272, grifos meus.

[141](#) Idem, p. 43, grifo meu.

[142](#) Idem, p. 291.

[143](#) Eis como ele se refere ao “pensamento de Frithjof Schuon, homem espiritual de primeiro plano e inventor do único método válido já concebido para a comparação e aproximação das religiões”. Olavo de Carvalho. *O jardim das aflições*. op. cit., p. 402. Mas, por uma questão de honestidade, assinale-se que, em nota na mesma página, o leitor encontra a seguinte ressalva: “O reconhecimento de minha dívida intelectual para com o F. Schuon não implica de maneira alguma aceitá-lo como a espécie de guru universal ou árbitro supremo das tradições que ele de certo modo pretendeu ser”. *Guru universal ou árbitro supremo?* Ora, mas quem mesmo desejaria assumir um papel tão pouco modesto?

[144](#) “(...) *ab-reações*, como Freud chamava a suspensão dos comportamentos neuróticos após a catarse curativa”. Idem, p. 108.

[145](#) “As mesmas reações, em suma, podem ser provocadas com estímulos cada vez mais leves. Pavlov denominara a isto a *fase paradoxal* da mutação, a que se seguia uma fase ultraparadoxal (...). Idem, p. 109, grifo do autor.

[146](#) Olavo de Carvalho. *A nova era e a revolução cultural*. op. cit., p. 23.

[147](#) Pablo Ornelas Rosa. *Fascismo tropical. Uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 236.

[148](#) Olavo de Carvalho. *O jardim das aflições*, op. cit., p. 38, grifos meus.

[149](#) Idem, p. 111, grifos meus.

[150](#) Brittany Kaiser. *Como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque* (Rio de Janeiro: Harper Colins, 2020).

[151](#) William Butler Yeats, “A segunda vinda”. In: Jorge Wanderley (organização, tradução e notas). *22 ingleses modernos: uma antologia poética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 23.

[152](#) Ruy Fausto. “Depois do temporal”. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 158.

[153](#) Apud Patrícia Campos Mello. *A máquina do ódio. Notas de uma repórter sobre fake News e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 135.

# CAPÍTULO 2

## A guerra cultural bolsonarista

*Seja bala, relógio  
ou lâmina colérica,  
é contudo uma ausência  
o que este homem leva.*

*João Cabral de Melo Neto, Uma faca  
só lâmina: ou, serventia das ideias  
fixas.*

### **Guerra cultural: o conceito e sua história**

*Guerra cultural* é o grito de guerra bolsonarista — e aqui a redundância se impõe, pois se trata do verdadeiro eixo do projeto autoritário de poder encabeçado por Jair Messias Bolsonaro. Avisos não faltaram. Em entrevista concedida em 12 de dezembro de 2017, ao *Estado de S. Paulo*, o então “Pré-candidato à Presidência da República, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ)”, antecipou nosso presente sombrio:

Mas vamos até o fim! Há algo maior que eleição em jogo: a *derrubada da hegemonia cultural da esquerda* no Brasil.<sup>154</sup>

É um projeto de aniquilamento *até o fim* das instituições criadas pela Constituição de 1988.<sup>155</sup> E o pior: ninguém pode alegar que o modelo de governo enquanto arquitetura da destruição seja uma surpresa desagradável; pelo contrário, na observação aguda de Ricardo Lísias, feita no calor da hora, Jair Messias Bolsonaro manteve sua palavra:

(...) um candidato que não tinha nenhum programa de governo organizado, havia feito declarações racistas, machistas e homofóbicas, elogiara abertamente torturadores e a ditadura militar e prometera nomear como ministro da Fazenda um homem com experiência no governo de Augusto Pinochet e ideias claras para estrangular a vida da maioria da população. Vale dizer que até agora *o mito e seus ministros estão cumprindo, com notável competência, tudo o que prometeram.*<sup>156</sup>

Recorde o conceito-chave na declaração do candidato: *a derrubada da hegemonia cultural da esquerda*: mantra que assegura a excitação permanente das massas digitais e sem o qual dificilmente se concebe a coesão discursiva que engessa os militantes bolsonaristas — por isso mesmo, bem tagarelas. É onipresente, obsessivo até, o recurso retórico ao fantasma da *hegemonia cultural da esquerda*. *Bellum iustum*: a guerra justa de latinistas que desconhecem a existência de declinações, autêntico vale-tudo ideológico, que encontra sua realização perversa no desmonte sistemático do edifício jurídico legado pela Constituição de 1988.

(*Não verás país nenhum*, você sabe, é o título de um romance de Ignácio de Loyola Brandão. Leitura obrigatória: inclua na lista. Melhor: comece a ler o livro hoje mesmo.)

Em postagem no Facebook, em 29 de novembro de 2016, Olavo de Carvalho já havia tocado o berrante:

Tantos, hoje, dizem querer o Brasil de volta, e em vista disso gritam: “Bolsonaro 2018”. Não quero ser estraga-prazeres, mas os comunistas não começaram a nos *tomar o Brasil* pela Presidência da República. *Tomaram primeiro* as universidades, *depois* a Igreja Católica e várias das protestantes, *depois* os sindicatos, especialmente de funcionários públicos, *depois* a grande mídia, *depois* o sistema nacional de ensino, *depois* o sistema judiciário, *depois* os partidos políticos *todos*, e *por fim*, depois de quarenta anos de esforços, a cereja do bolo: a Presidência da República. Vocês acham REALMENTE que tomando a cereja de volta o bolo inteiro virá junto? (grifos meus). [157](#)

(Reparou na data? Novembro de 2016! Onde estávamos? Bolsonaro realizou uma das mais longas e bem planejadas campanhas à presidência da história republicana — no quarto capítulo, analisarei o fenômeno, que não foi destacado porque limitamos nossa perspectiva à caricatura do homem e não à caracterização do projeto.)

Sublinhe-se o hábil truque retórico, implícito na sequência implacável: *tomaram primeiro*, seguido de *depois* nada menos do que seis vezes e, por fim, o próprio *por fim*. O verbo escolhido é significativo, já que recorre ao mesmo léxico do *Orvil*, cujo subtítulo é *Tentativas de tomada do poder*. Recorde-se ainda a técnica da redundância, que examinamos no primeiro capítulo: “os partidos políticos *todos*”. Ora, contra tal engrenagem, tentacular e onipresente, como não lançar mão de todos os recursos numa anacrônica *guerra justa*? O anticomunismo de almanaque

de Guerra Fria foi o primeiro passo na ascensão da nova direita, fenômeno que ampliou seu alcance por meio da adesão irrestrita à denúncia de uma hipotética ideologia de gênero.<sup>158</sup> O ataque do governo Bolsonaro às universidades, à pesquisa e à ciência é justificado pela militância nessa atmosfera, não é mesmo? O caminho para o caos cognitivo que aflige o Brasil de 2020 foi preparado passo a passo diante dos nossos olhos.

No capítulo anterior, descrevi um dos vértices da guerra cultural *bolsonarista*: o “sistema de crenças Olavo de Carvalho” e sua “receita” de manipulação coletiva por meio, sobretudo, da “estimulação contraditória” — receituário favorecido exponencialmente pela tecnologia de comunicação digital. No próximo capítulo, tratarei de dois outros vértices do triângulo: de um lado, a adaptação truculenta da Doutrina de Segurança Nacional em tempos democráticos; de outro, a adoção insensata da narrativa conspiratória do projeto secreto do Exército brasileiro, o *Orvil*.

Como se percebe, são todos elementos propriamente brasileiros e profundamente marcados por uma mentalidade militarista. Porém, não custa reiterar, a ideologia de gênero foi a adição nova ao receituário, em íntima associação com a direita e a extrema-direita norte-americana.

No entanto, e você tem toda razão, a guerra cultural é um fenômeno muito anterior à emergência do bolsonarismo.

Um passo atrás, pois desejo caracterizar duas formas de compreensão do fenômeno. E começo pela noção dominante.

Não é incomum que se considere o livro *Culture wars: The struggle to define America* (1991)<sup>159</sup>, de James Davison Hunter, um marco na definição das guerras culturais do mundo contemporâneo. Isto é, um

momento decisivo na caracterização intelectual do fenômeno, que se articulou ao longo de décadas, especialmente a partir de 1960 e do impacto do movimento da contracultura. *A luta pela definição da América* abrange os temas dominantes dos últimos tempos, estabelecendo a pauta de costumes que se tornou decisiva em muitas eleições — e não apenas no Brasil. O minucioso subtítulo do ensaio é esclarecedor: *Making sense of the battles over the family, arts, education, law, and politics*. De fato, na ascensão internacional da direita e da extrema-direita, as guerras culturais somente são inteligíveis no âmbito de autênticas batalhas ideológicas pelo estabelecimento de modelos normativos (reacionários até) de família, arte, educação, lei e política. No parlamento brasileiro, o crescimento exponencial da bancada evangélica é indissociável desse conflito de valores.<sup>160</sup>

(Sem dúvida, a influência da *alt-right* norte-americana é visível no discurso e na prática da política brasileira nas últimas décadas, especialmente no tocante à difusão de teorias conspiratórias por meio das redes sociais.)

Um pouco antes, em 1987, Allan Bloom lançou um livro provocador, que obteve sucesso imediato: *The closing of the American mind*.<sup>161</sup> O título lamentava o ensimesmamento do espírito americano, distanciado do humanismo clássico. A origem do dilema foi lhanamente identificada pelo subtítulo que faz questão de não ser nada sutil: *How higher education has failed democracy and impoverished the souls of today's students*. A educação superior não somente traiu a democracia, como também empobreceu a alma dos estudantes. Eis o paradoxo que

inquietava o autor: em lugar de colaborar decisivamente para a formação de futuros cidadãos, a universidade parecia determinada a trabalhar pela sua deformação. Claro: a responsabilidade pelo insucesso, cabia à hegemonia progressista na educação.

(Outra vez, esse ataque à universidade, vista como o centro de uma doutrinação contrária aos valores tradicionais da civilização cristã e ocidental, foi inteiramente assimilado pela guerra cultural bolsonarista.)

O círculo se fecha: o ensino superior, alvo do ensaio de Bloom, teria sido a fonte da relativização das noções de família, arte, educação, lei e política; relativismo esse repudiado no livro de Davison Hunter. Aliás, no ano seguinte à publicação de *Culture Wars*, na convenção do Partido Republicano, Pat Buchanan proferiu o famoso discurso “Cultural War,”<sup>162</sup> cujo ideário finalmente chegou ao poder com a eleição de Donald Trump à Casa Branca, em 2016. Numa entrevista do mesmo ano de 1992, em sua campanha nas primárias do Partido Republicano, Buchanan propôs um lema que muitas décadas depois Trump adaptaria; nos termos de Buchanan, sua plataforma de governo se resumia numa frase-símbolo: “*Make America first again*”.<sup>163</sup>

(Fiel à lógica empresarial, Trump ajustou os termos da equação: somente sendo *great*, os Estados Unidos seriam *first*. O que previamente indicava *prioridade*, agora se traduz como mera *competição*. Nesse deslocamento de sentido, toda uma época se revela.)

Embora derrotado nas primárias, que referendaram o nome de George Bush, o presidente em exercício, a campanha do reacionário Pat

Buchanan obteve impressionantes 23% dos votos, num total de quase 3 milhões de eleitores que apoiaram sua pregação contra o multiculturalismo, a imigração, o aborto e, como se dizia na época, o casamento gay. Desde então, essa agenda, apresentada como a defesa da “essência” da experiência histórica norte-americana, permaneceu importante, porém somente se tornou capaz de decidir o resultado de eleições majoritárias com o advento do universo digital e das redes sociais. Nesse horizonte, *guerra cultural implica um entendimento fundamentalista do mundo, cujo corolário é a eliminação pura e simples de tudo que seja diverso.*

(Importante: não somos reféns dessa noção maniqueísta de guerra cultural; como mostrarei adiante.)

Na circunstância brasileira, no calor da hora, antes mesmo do início formal do governo Bolsonaro, Eduardo Wolf foi um dos primeiros analistas a assinalar a relação profunda, inescapável, do bolsonarismo com as *culture wars* norte-americanas. Nas suas palavras certeiras (estamos em novembro de 2018):

Jair Bolsonaro é o presidente das guerras culturais no Brasil. (...) Assim, a guerra cultural mistura o adversário real — os governos petistas e suas políticas (suficientemente desastrosas para merecer oposição) — com a fantasia retórica poderosa do “*inimigo da nação*”, que precisa ser “*varrido do mapa*”. (...) Esse tipo de retórica depende de uma característica fundamental das guerras culturais: a crença de que existe uma essência, uma identidade profunda e inalterável da nação ou da sociedade, e de que ela está sob ataque. [164](#)

A alusão é facilmente identificável: na véspera da vitória no segundo turno em 2018, o candidato Messias Bolsonaro elevou o tom, ou melhor, levou sua retórica à conclusão lógica: “*Vamos varrer* do mapa os bandidos vermelhos”.<sup>165</sup> No dia 1º de setembro, na reta final da campanha, a ameaça já havia sido feita: “*Vamos fuzilar* a petralhada toda aqui do Acre”.<sup>166</sup> No dia 21 de outubro, falando de sua casa, arminha na mão, isto é, portando um telefone celular, para uma multidão em êxtase na Avenida Paulista, o admirador de um dos mais abjetos torturadores da história, o coronel Brilhante Ustra, manteve-se coerente:

Nós somos a maioria. *Nós somos o Brasil de verdade.*

(...)

Petralhada, vai tudo vocês pra *ponta da praia*. Vocês não terão mais vez em nossa pátria porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês.

Será uma *limpeza* nunca visto (*sic*) na história do Brasil.<sup>167</sup>

A cena é icônica<sup>168</sup>: no que parece ser o pátio de sua casa, atrás de um varal de roupas estendidas (marca da espontaneidade que, em tese, comprovaria o caráter antissistêmico da figura do capitão que come pão com leite condensado), o candidato menos apresentou ideias do que fulminou adversários. Ao mesmo tempo, era filmado por outro celular, o que lhe permitia ver o que se passava na Avenida Paulista no momento de seu discurso. Eis um surpreendente flagrante do futuro governo Bolsonaro: um eterno improvisado; plano algum de largo alcance; excesso de redes sociais em todas as horas para um déficit de gestão no dia a dia; o jogo labiríntico de egos na superfície de uma tela qualquer.

E o que dizer do conteúdo?

*Nós ... o Brasil de verdade*: retórica da essência, cuja corolário é a recusa intolerante do que não seja espelho. No fundo, as frases desses pronunciamentos explicitam o sentido da guerra cultural *bolsonarista*: eliminação sumária do outro, sempre visto como *inimigo*. Varrer, apagar, eliminar: verbos onipresentes na linguagem extremista. *Limpeza*: substantivo que evidencia a incapacidade de lidar com a diferença, a não ser pela sua aniquilação. A referência à *ponta da praia* não surpreende: no vocabulário militar designava os presos políticos levados para instalações onde seriam torturados e executados.

(“Os mais amargurados repetiam Hitler, quando ele ameaçava *ausradieren* [apagar do mapa] as cidades inglesas”;<sup>169</sup> como deixar de consultar Victor Klemperer nesse contexto?)

Por isso, a democracia não é o regime que impõe a vontade da maioria, mas, pelo contrário, um sistema que assegura plenos direitos às minorias ou aos derrotados em pleitos eleitorais.

Embora inegavelmente útil para caracterizar a arena da cultura nas últimas décadas, essa brevíssima reconstrução do conceito de guerra cultural é pouco satisfatória, pois limitar nosso entendimento ao universo norte-americano é antes um sintoma do que um diagnóstico preciso — e, nem vale a pena supor, erudito.

Venho, portanto, a uma caracterização alternativa do fenômeno da guerra cultural, muito mais próxima a uma leitura cuidadosa do conceito de *hegemonia*, que abordarei no próximo capítulo.

(A besta-fera do bolsonarismo.)

## Guerra cultural e modernidade

Se, movidos por uma cautela imprudente, limitássemos nosso horizonte ao século XX e à língua inglesa, ainda assim deveríamos considerar um ano-chave: 1922.

(De igual modo, o ano-evento da cultura brasileira no século XX. [170](#))

Isso mesmo: *annus mirabilis* da literatura anglo-saxã com a publicação de obras-primas. Virginia Woolf lançou *Jacob's room*; James Joyce, *Ulysses*; T. S. Eliot concluiu o poema-matriz *The waste land*, além de fundar a revista *The criterion*. Nas palavras de Ezra Pound, tratava-se do Ano Um da Nova Era.

(Nada menos!)

Na área da antropologia, 1922 também foi um momento decisivo.[171](#) Bronislaw Malinowski publicou *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, sistematizando de forma pioneira o trabalho de campo (*fieldwork*), empregando como ferramenta etnográfica a fotografia e formas de registro sonoro.[172](#) No mesmo ano, como mencionei no capítulo anterior, Robert Flaherty filmou o primeiro documentário de longa-metragem, *Nanook of the North*.

Ainda em 1922 a British Broadcasting Corporation (BBC) foi criada com o propósito de difundir a “alta cultura” para um público totalmente alheio aos círculos elitistas de Oxford e Cambridge. Bastaria sintonizar o rádio na privacidade dos lares das classes média e trabalhadora para ter acesso a palestras, cursos, concertos, adaptações teatrais. Era essa a visão de John Reith, o lendário primeiro diretor da BBC.

(No Brasil, o multifacetado Edgard Roquette-Pinto desenvolveu um projeto próprio com a iniciativa de fundar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923.)

A reação de muitos foi o ceticismo: os novos meios de comunicação, o rádio, e posteriormente a televisão, pareciam hostis ao projeto. Como reproduzir na modesta residência das classes menos abastadas as condições ideais de um teatro, uma casa de ópera, uma sala de concerto, o auditório de uma tradicional universidade? Nesse caso, independentemente do caráter louvável da iniciativa, o efeito não poderia senão levar à diluição da obra, devido à ausência de rigor na forma mesma da transmissão.

A seu modo, esse ceticismo não deixa de ser generoso, pois pelo menos admitia a possibilidade de difusão. Especialmente generoso se o comparamos com os ataques francos do mais destacado crítico literário da época, F. R. Leavis. Guardião da tradição, aqui entendida exclusivamente como “alta cultura” — *high culture* —, o autor do clássico *The Great Tradition* (1948) foi um opositor radical da simples ideia de ampliar o público das obras-primas da literatura, sua verdadeira preocupação. Arte de iniciados, a mera possibilidade de multiplicação do número dos *we few, we happy few, we band of brothers* compunha um

oxímoro de gosto duvidoso.<sup>173</sup> Muito em breve, sua aversão foi traduzida na ácida polêmica que provocou em 1962 ao escrever a diatribe *Two cultures? The significance of C. P. Snow*.

O ataque ao físico e romancista C. P. Snow foi motivado pela palestra, proferida em 1959, *Two cultures and the scientific revolution*. O argumento de Snow era cristalino e muito pouco diplomático: no século XX, a ciência passou a rivalizar com a própria literatura em termos de importância na definição da cultura; por isso mesmo, sua proposta de reduzir a distância entre as duas culturas. Além disso, é sintomático que a palestra conclua pela seção “The rich and the poor”, a fim de propor que esse hiato também deveria ser preenchido e a educação científica poderia acelerar o movimento que Snow julgava ser inevitável: “A disparidade entre ricos e pobres foi percebida. E foi percebida de forma mais aguda e nada surpreendente pelos pobres. (...) O Ocidente deve colaborar para esta transformação”, e, para tanto, o diálogo das duas culturas seria indispensável.<sup>174</sup>

O desentendimento entre os dois catedráticos de Cambridge ocultava uma modalidade de guerra cultural que opunha “alta” e “baixa” cultura (*high culture* e *low culture*), mas que, no fundo, se desdobrava noutra dicotomia: uma expressão restrita a um círculo exíguo de entendidos ou tornada moeda corrente para um público indistinto por meio das novas tecnologias de comunicação.

No primeiro momento, o conflito resolveu-se por uma espécie de divisão tácita de territórios: a alta cultura seria preservada na exata proporção de sua recepção restrita, limitada ao pequeno círculo dos iniciados, ao passo que a difusão ampla, assegurada pelos meios de comunicação de massa,

implicaria algum nível de perda de densidade, diminuída pela própria forma de transmissão.

Contudo, num segundo momento, a guerra cultural provocada pelo aparecimento da BBC foi disputada na própria emissora.

(O caso é fascinante — você me dirá se me deixo levar pelo entusiasmo.)

Em 1969, a BBC celebrou o advento da TV a cores com a produção de uma ambiciosa série de 13 horas de duração, concebida e apresentada por Kenneth Clark, renomado historiador da arte e diretor da National Gallery. O título da série era uma declaração de princípios: *Civilisation: A personal view*.<sup>175</sup> *Bildungsroman* audiovisual, fora de lugar, e sobretudo de um anacronismo nada deliberado, Clark conduz o espectador a uma peregrinação potencialmente infinita por uma miríade de obras-primas, guardiãs incontestáveis do espírito da Civilização, plasmado num conjunto cuidadosamente preservado em museus e galerias.

(O primeiro episódio da série foi gravado em Paris em maio de 1968. Sem dúvida, alguma coisa estava fora da ordem.)

A resposta não tardou a ser veiculada — e na mesma BBC.

Em 1972, o crítico de arte marxista John Berger ofereceu uma resposta modesta, porém certa: num programa de quatro episódios, *Ways of Seeing*,<sup>176</sup> virou de ponta-cabeça o modelo aristocrático de Kenneth Clark. Na abertura do primeiro episódio, Berger *parece* estar na seção italiana da National Gallery e, com uma coragem invejável,

simplesmente “rasga” o canto superior esquerdo da tela da obra-prima de Sandro Botticelli, *Vênus de Marte* (1483). Para ser mais preciso, Berger destaca da tela o rosto da deusa do amor e da beleza.

E com evidente satisfação!

Claro: tratava-se de uma reprodução do quadro, pois o que estava em jogo era apresentar ao espectador a ideia benjaminiana da “obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”. De igual modo, John Berger dialogava com a obra pioneira do historiador marxista da arte Arnold Hauser, *A história social da arte e da cultura* (1951), resgatando a relação das obras com seu contexto de produção e com as circunstâncias de sua recepção.

Sintoma esclarecedor: iniciada pelo desconforto gerado pela fundação da BBC, a guerra cultural britânica, e sua oposição dogmática entre *high culture* e *low culture*, conheceu seu momento decisivo na programação não mais do rádio, porém da televisão.

(Não é difícil imaginar a reação irada de um F. R. Leavis!)

Em todo caso, por que reduzir o conceito de guerra cultural ao contexto anglo-saxão e ao século XX?

Sem respeito à cronologia, voltemos ao século XVII.

Posso ser ainda mais exato: retornemos ao dia 27 de janeiro de 1687.

(Foi uma segunda-feira que prometia ser tediosamente pacífica.)

Mais conhecido pelo gênero literário que ajudou a sistematizar, o conto de fadas, nesse protocolar início de semana, Charles Perrault leu, numa sessão da Académie Française, um poema laudatório ao Rei Sol, intitulado, sem maiores surpresas, “Le siècle de Louis le Grand”. Os versos iniciais correspondiam à solenidade da ocasião:

*La belle antiquité fut toujours vénérable;  
Mais je ne crus jamais qu'elle fût adorable.  
Je vois les anciens, sans plier les genoux;  
Ils sont grands, il est vrai, mais hommes comme nous;  
Et l'on peut comparer, sans craindre d'Être injuste,  
Le siècle de Louis au beau siècle d'Auguste.*<sup>177</sup>

*[A bela antiguidade sempre foi venerável;  
Mas jamais acreditei que fosse adorável.  
Vejo os antigos, sem dobrar os joelhos;  
Eles são grandes, é verdade, mas, homens como nós;  
E pode-se comparar, sem medo de ser injusto,  
O século de Luís ao belo século de Augusto.]*<sup>178</sup>

O paralelismo não pretendia causar escândalo algum; na verdade, nem mesmo era particularmente ousado.

Ora, se Luís XIV nada devia aos mais afamados imperadores da Antiguidade, como autêntico Rei Sol, ele não deveria igualmente iluminar os outros domínios de seu século? Logo, se a Antiguidade é venerável, ou seja, deveria ser respeitada, nem por isso seria adorável, pois *seu tempo já passou*; agora caberia aos modernos estar à altura da grandeza de Luís XIV e desenvolver uma nova arte, assim como elaborar

um novo pensamento. Silogismo impecável: o século do Rei Sol, por definição, não poderia ser inferior a nenhum outro, e não *apenas* ao *beau siècle d'Auguste*. E não somente no plano político, como em todos os campos da atividade *francesa*, ou, como eles preferem pensar, *humana*. Logo, os artistas e os pensadores *modernos* no mínimo deveriam ombrear-se aos *antigos* ou não seriam satélites dignos do brilho do Rei Sol. Em tese, portanto, nada haveria a objetar ao exercício encomiástico.

Os versos de Perrault, contudo, forneceram o combustível que faltava para o grande incêndio que opôs antigos e modernos. Entre outros, Nicolas Boileau reagiu à involuntária heresia de Perrault numa defesa enfática da perfeição dos modelos clássicos, que, por isso mesmo, deveriam ser adotados como modelos necessários. A disputa se prolongou, envolvendo os nomes mais destacados da cultura francesa.

Exemplo acabado de guerra cultural numa acepção mais ampla, e que importa muito resgatar no agônico cenário brasileiro contemporâneo, a *querelle des anciens et des modernes* opôs duas visões de mundo não apenas diversas, como opostas. Nesse sentido, guerra cultural sempre implica a disputa de valores, com base na alegada superioridade dos princípios que este ou aquele grupo defendem.

Contudo, e este ponto é decisivo, afirmar a preeminência dos valores esposados em nenhuma circunstância significa advogar a eliminação dos que propõem princípios outros, aliás, como os versos de Perrault deixam claro: *a bela antiguidade sempre foi venerável*; mas não obrigatoriamente *adorável*, isto é, respeita-se o universo clássico, porém se afirma o desejo moderno de abrir novos horizontes: o modelo dos mestres não será reproduzido, porém emulado. Em 1694, no mesmo palco da Académie Française, Perrault e Boileau se reconciliaram.

(Você me acompanha: precisamos recuperar essa compreensão, que nada tem a ver com o uso bolsonarista, tributário do ânimo bélico das *culture wars* norte-americanas, além de um resquício insensato dos princípios draconianos da Doutrina de Segurança Nacional.)

No século anterior, o princípio já havia sido exposto, e por que não?, com *engenho e arte*. A terceira estrofe do Canto I de *Os Lusíadas* é ainda mais eloquente na comparação entre os feitos da Antiguidade e as conquistas iniciadas com as Grandes Navegações. O raciocínio é cristalino: se as caravelas portuguesas singraram *por mares de antes nunca navegados*, caberia a Camões rematar a empresa, ampliando os horizontes da poesia épica:

*Cessem do sábio Grego e do Troiano  
As navegações grandes que fizeram;  
Cale-se de Alexandro e de Trajano  
A fama das vitórias que tiveram;  
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,  
A quem Netuno e Marte obedeceram.  
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,  
Que outro valor mais alto se alevanta.*<sup>179</sup>

O raciocínio de Perrault foi aqui perfeitamente antecipado: na trilha de um Vasco da Gama, a lírica portuguesa também deveria desbravar territórios novos na forma da emulação da tradição de Homero e Virgílio, sobretudo deste último. Assim, tanto nos versos de Camões quanto nos de Perrault afirma-se a noção que autoriza a própria existência de guerras

culturais, isto é, o tempo histórico moderno. A equação é de fácil entendimento: a modernidade inaugura um tempo cindido em três dimensões qualitativamente distintas: passado, presente e futuro. Em lugar de um tempo definido pela circularidade do eterno retorno ou pelo primado incontestado da tradição, agora, cada momento se diferencia do anterior e pretende superá-lo. Nesse registro conflituoso, o conceito de novidade é uma faca-só-lâmina, que avança na exata medida em que corta o que fica para trás e dele se desprende. Nesse horizonte são definitivos os versos “Cessem do sábio Grego e do Troiano”, assinalando o inequívoco triunfo do *moderno* em relação ao *antigo* — em todas as áreas, bem entendido. A ideia de modernidade é indissociável da sucessão de guerras culturais, já que o presente muito em breve será o passado do futuro que se avizinha e, desse modo, será contestado pelo novo presente que será muito em breve formado. Na conceituação de Reinhart Koselleck, estamos às voltas com a relação complexa entre “espaço de experiência”, associado ao passado, e “horizonte de expectativas”, que se abre ao futuro.<sup>180</sup> O presente, cabo de guerra inesperado, resulta da tensão desses dois polos.

Seria fácil multiplicar exemplos de conflitos de valores nos séculos XVIII e XIX, seja a *Kulturkampf*, na Alemanha da década de 1870, e a discussão sobre a separação de Igreja e Estado no mundo moderno, seja na Rússia oitocentista e a radicalização da querela multissecular opondo eslavófilos, ocidentalistas e eurasianistas. Reitero o ponto que interessa sublinhar: nesse *horizonte* não há *espaço* para aniquilar o adversário; não se deseja *apagar* ou *varrer* o outro do mapa. Disputa-se, aqui, a *hegemonia cultural*, o que sempre implica a presença do coro dos contrários.

Paro por aqui; afinal, já é hora de retornar à caracterização da guerra cultural *bolsonarista*, que, pelo contrário, não admite a diversidade, tornando a *eliminação do diferente* um mal disfarçado culto à morte.

## A ascensão da direita (II)

No primeiro capítulo, ao tratar da ascensão da direita, entendida como um movimento subterrâneo de aproximadamente três décadas que favoreceu a eleição de Jair Messias Bolsonaro, destaquei quatro fatores inter-relacionados, embora só tenha discutido o alcance *inicialmente* positivo da atuação de Olavo de Carvalho. Porém, a partir do ingresso irrestrito nas redes sociais, e sobretudo em virtude da adesão completa à política bolsonarista, a pregação de Olavo de Carvalho constitui-se como o autêntico ponto de fuga da guerra cultural do governo Bolsonaro. A difusão da *retórica do ódio*, que define a doutrinação do autor de *O imbecil coletivo*, representa hoje o maior obstáculo para a superação do caos cognitivo produzido pelo *analfabetismo ideológico*, por sua vez, alimentado pela *idiotia erudita*.

(Devagar com o andor! E os outros três fatores?)

A chegada, legítima e democrática, do PT ao poder federal, sua permanência por 14 anos, de janeiro de 2003 a 31 de agosto de 2016,<sup>[181](#)</sup> favoreceu a emergência de um fenômeno inédito na vida política brasileira.

Salvo melhor juízo, o movimento não foi antecipado pela esquerda, em geral, e pelo PT, em particular. Refiro-me à fissura geracional que permitiu o surgimento de uma numerosa e ruidosa *juventude de direita*. Pela primeira vez na história republicana, foi possível tornar um aparente oxímoro o motor mesmo de surpreendentes manifestações de rua, que explodiram em 2015 e 2016, mas que foram anunciadas pelas Manifestações de Junho de 2013.

Sem maiores suspenses: entre os anos de 2002 e 2016, a presença, democrática e legítima,<sup>182</sup> de um partido de esquerda no governo federal, permitiu o estabelecimento de uma associação nova: ser oposição ao sistema, ao *establishment*, passou a significar assumir posições de direita. Pouco a pouco os tristes trópicos assistiram à formação de um tipo improvável: o *conservador revolucionário*, no milagre da proliferação de oxímoros, autêntica “máquina engenhosa e disparatada: arcaísmo e novidade, conservadorismo e revolução”.<sup>183</sup>

(Por favor! Sei que para você são todos uns reacionários e nada mais... Mas, repare bem, assim nunca entenderemos o que ocorreu no Brasil desde 2013. Estou, num primeiro momento, aceitando a descrição que fazem de si próprios. Sem uma sensibilidade antropológica não chegaremos longe.)

Faça comigo um cálculo simples: um adolescente que em 2002 tivesse 14 anos, em agosto de 2016 tinha 28 anos. Se tivesse 18 anos, completou, em 2016, 32 anos. Radicalizemos na aritmética política do *talvez quem sabe o inesperado faça uma surpresa*: se nosso adolescente modelo tivesse 10 anos em 2002, na saída da presidente Dilma Rousseff, chegou aos 24 anos.

Isto é, e vale a pena repisar, pela primeira vez na história republicana, um partido de esquerda esteve no poder e por mais de uma década. Visto pelo avesso, isso também quer dizer que houve uma geração que ingressou na adolescência e nos anos iniciais da vida adulta assistindo a um partido de esquerda triunfar em quatro eleições presidenciais, e com fôlego para um projeto de poder ainda mais longo.

Em condições normais de temperatura e pressão, ou seja, sem os atropelos e os contratempos do ativismo judicial e da guerra jurídica (*lawfare*), muito menos sem os inúmeros e incontestáveis escândalos de corrupção e de malversação da coisa pública, e, por fim, ainda sem considerar as *tenebrosas transações*, características não deste ou daquele grupo político, mas do presidencialismo de coalizão, na definição feliz de Sérgio Abranches,<sup>184</sup> e que originou a miragem da malandragem com *contrato, com gravata e capital*, e esperava nunca se dar mal (“com o Supremo e com tudo”, você se recorda, tenho certeza<sup>185</sup>); esse *malandro candidato a malandro federal* encontrou casa, comida e roupa lavada no seio generoso do *pemedebismo*,<sup>186</sup> na caracterização justa de Marcos Nobre, que conferiu o tom de respeitável arranjo institucional ao toma lá, dá cá do corporativismo legislativo; pois, como eu tentava dizer, mesmo em condições normais de temperatura e pressão, a mera presença de um mesmo projeto por mais uma década no poder geraria não somente fadiga na máquina partidária, como o inevitável desgaste de imagem junto à sociedade — e isso em qualquer latitude, ressalve-se.

(E nem sequer mencionei as Manifestações de Junho de 2013 e o sentimento antissistêmico daí derivado.)

Assinale-se que o fenômeno ultrapassou as fronteiras nacionais e se alastrou por toda a América Latina e América do Norte. Na Argentina, a eleição de Maurício Macri, em 2015; nos Estados Unidos, o triunfo de Donald Trump, em 2016; no Chile, o retorno à presidência de Sebastián Piñera, em 2018; no Brasil, a vitória de Jair Messias Bolsonaro — todos esses eventos relacionam-se à ascensão da direita no cenário internacional.

No entanto, neste ensaio concentro-me nas circunstâncias brasileiras. Você se lembra de minha hipótese? A reorganização subterrânea da direita principiou no início mesmo da redemocratização, já em 1985, e se adensou na década de 1990, recrudescendo, e muito, em 2002 com a primeira vitória eleitoral do PT à presidência. O triunfo de Dilma Rousseff, em 2010, e a instalação da Comissão da Verdade, em 19 de novembro de 2011, forneceram o combustível que faltava para a explosão de uma energia que se acumulou por duas décadas. Nessa atmosfera, um dado fundamental não foi devidamente considerado: Jair Bolsonaro obteve sua votação mais expressiva precisamente em 2014, quando obteve uma conquista inédita, tornando-se o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro, com 464.572 votos. O capitão, reformado para não ser expulso em desonra, encontrou seu bilhete premiado na oposição radical e sem trégua à presidente Dilma Rousseff. E mesmo assim nenhum de nós levou a sério as ambições aparentemente insensatas do capitão. Thaís Oyama sintetizou a avaliação que se fazia de Bolsonaro:

No primeiro trimestre de 2015, nenhum ativista político apostaria na hipótese de 10% dos brasileiros votarem no deputado Jair Messias Bolsonaro para presidente da República. Mais do que um deputado do baixo clero, ele era um representante daquilo que os jornalistas de Brasília apelidaram de cota folclórica do Congresso —

parlamentares que costumam despertar a atenção pelo histrionismo, pelos arroubos verbais no plenário e pelas confusões em que se metem.<sup>187</sup>

(A confiar na palavra do próprio, o descrédito era amplo, geral e irrestrito: “‘Há quatro anos, quando eu decidi me candidatar a presidente, nem minha mulher acreditava’, afirmou”.<sup>188</sup>

Em relação à emergência de uma aguerrida juventude de direita, contamos como uma série de testemunhos de grande relevância para essa discussão. Vamos escutá-los?

(*Escutar* com ouvidos atentos como forma de reconstruir um momento que ainda hoje não compreendemos de todo.)

Começo com dois ensaios memorialísticos de Pedro Sette-Câmara.

No primeiro número da revista *Nabuco*, cujo editor, Ronald Robson, como vimos, é autor de alentado livro acerca do pensamento de Olavo de Carvalho,<sup>189</sup> Sette-Câmara publicou o artigo “Algumas memórias da década de 1990”. Sua abertura sintetiza à perfeição a percepção de mundo que então se articulava da nova direita:

Nasci em 2 de junho de 1977. Como não morri, *minha adolescência foi passada na década de 1990*. E, por Deus, posso assegurar que, se não fosse por Olavo de Carvalho e por Bruno Tolentino, eu provavelmente teria morrido sim, e de tédio.<sup>190</sup>

Esclareça-se: o sentimento nada tem a ver com o *spleen* baudelairiano; o absinto era desconhecido pelos jovens de direita. Ao que tudo indica,

sentiam-se à beira do abismo, ou seja, sentiam-se oprimidos pela *hegemonia cultural da esquerda*. Eis aí o mantra que irmana da direita conservadora à extrema-direita bolsonarista, acrescido, nos últimos anos, a partir de segmentos da Igreja Católica e da quase totalidade das denominações neopentecostais, da malfadada ideologia de gênero, que foi o truque de prestidigitador que favoreceu o êxito bolsonarista. Isabela Kalil destacou o elo de ligação: “A partir da mobilização destes medos, pânticos e repulsa, nossa chave de leitura se dá a partir de dois elementos estruturantes que, embora com variações, se organizam em torno da combinação da acusação de ‘comunismo’ e da ‘ideologia de gênero’”.<sup>191</sup>

A descoberta de *O jardim das aflições* foi transformadora para Sette-Câmara: “a decisão de ler aquele livro foi uma das mais importantes da minha vida. Isso foi no começo de 1997. (...) Eu estava realmente fascinado”. O tédio rapidamente desapareceu, sobretudo, se bem entendo a confissão, por uma bem-vinda ampliação do repertório bibliográfico e cultural:

No Seminário de Filosofia, Olavo de Carvalho nos apresentava autores de que provavelmente não teríamos ouvido falar. Lembro-me perfeitamente da aula sobre René Girard (...).

Além de apresentar autores, Olavo filosofava ao vivo, o que é o contrário de dar aula.<sup>192</sup>

Em texto posterior, publicado após a eleição de Bolsonaro, mas escrito para caracterizar a atmosfera cultural da década de 1990, destaca-se a crítica ácida à encenação de *As bacantes*, dirigida por Zé Celso.<sup>193</sup> As palavras iniciais também valem por um diagnóstico:

A noite em que Bolsonaro foi eleito presidente corria tranquila para mim, até que alguém no Twitter disse que Bolsonaro tinha feito a ‘live’ da vitória com um livro de Olavo de Carvalho sobre a mesa.<sup>194</sup>

As pontas começam a se atar, trazendo à superfície o elo forte que reúne o autor de *A nova era e a revolução cultural* e o homem da caserna que chegou à presidência: uma luta, imaginária, porém sem trégua, contra a hegemonia cultural da esquerda.<sup>195</sup> Agora, a entrevista do então candidato ao *Estado de S. Paulo* em dezembro de 2017 e a postagem de novembro de 2016 no Facebook de Olavo de Carvalho podem passar do flerte apressado ao casamento imediato e sem regras. Em ambos os casos, o ressentimento não se pode ocultar:

(...) a partir de algum momento, Olavo de Carvalho tornou-se um tabu, um assunto do qual não se falava. Porém, desde o dia da eleição, o interesse por Olavo explodiu. (...).

Quando conheci Olavo em 1997, eu me sentia alheado do *mainstream* da cultura brasileira. Hoje, grande parte da imprensa parece descobrir-se alheada dos eleitores e de um grande movimento cultural.<sup>196</sup>

Sette-Câmara provavelmente aludiu à entrevista concedida em 2004 pelo jornalista e político Milton Temer a Bruno Zornitta. Ao ser perguntado por uma determinada opinião de Olavo de Carvalho, Temer respondeu sem hesitar:

Não, não comenta o Olavo de Carvalho... Isso não deve ser tema de faculdade de jornalismo. *O Olavo de Carvalho não é para ser comentado*. São paradigmas da irracionalidade absoluta. Eu nem levo em conta o que esse cara diz.<sup>197</sup>

Francisco Escorsim relativizou o alcance da proposta de Milton Temer, assinalando que o “tabu” terminou sendo “um imenso favor ao filósofo. *Aproveitando o crescimento da Internet*, foi se tornando cada vez mais independente da mídia e conseguindo atingir um público imenso”.<sup>198</sup> Aliás, a receita foi seguida com zelo pelos seguidores e uma legião de youtubers olavistas ocupa um espaço considerável nas redes sociais. O vocabulário de Sette-Câmara mudou, mas o sentido permaneceu: *alheado do mainstream* quer dizer: rebelde à *hegemonia cultural de esquerda*. Leitmotif da direita nacional, fetiche sem o qual muito provavelmente a campanha de Messias Bolsonaro teria sido muito mais árdua. Essa boa nova é acima de tudo reativa — e como sempre, sua expressão é explícita.

Eis o sentido do brinde oferecido pelo presidente em sua primeira viagem aos Estados Unidos. A seu lado, na Embaixada do Brasil, em lugar de honra, Olavo de Carvalho e Steve Bannon.

(Lado a lado: Bannon e Carvalho. Carvalho e Bannon. Dupla muito vocal e com estilos gêmeos.)

O presidente antecipou o perfil de seu governo:

Nós temos de desconstruir muita coisa, de desfazer muita coisa, para depois recomeçarmos a fazer.<sup>199</sup>

A política da terra arrasada se justificou sem nenhum apego à ideia de originalidade:

O que sempre sonhei foi libertar o Brasil da influência nefasta da esquerda. *Um dos grandes admiradores meus* está aqui à minha direita: o professor Olavo de Carvalho, *que é admirador de muitos jovens no Brasil.*<sup>200</sup>

Ansioso por principiar o exercício de “desconstruir”, o presidente principiou pelo vernáculo. Ele desejava dizer “uma das minhas grandes admirações” e “que é admirado por”. Desconstrução involuntária do Camões nunca lido, no discurso capenga de Bolsonaro, “transforma-se o admirador na coisa admirada”.<sup>201</sup> O papel precursor de Olavo de Carvalho, contudo, foi corretamente assinalado, ainda que na peculiar sintaxe-torcicolo do presidente.

O depoimento de Martim Vasques da Cunha, “Tragédia ideológica”, permite aprofundar elementos resgatados por Pedro Sette-Câmara.

Começemos a leitura:

Para mim, tudo começou em 1999, quando um amigo, Dionisius Amêndola, me indicou um livro com título instigante: *O jardim das aflições.*<sup>202</sup>

Repete-se o padrão anterior: Leopoldo Serran, o reconhecido roteirista de cinema e de televisão, abriu os olhos de Pedro Sette-Câmara para a mensagem de Olavo de Carvalho.<sup>203</sup> O autor de *A tirania dos especialistas* foi apresentado ao livro com título instigante por um amigo. O mesmo ensaio, aliás, *O jardim das aflições*, foi o gancho que prendeu ambos, pelo menos durante algum tempo, às idiosincrasias e obsessões do sistema de crenças Olavo de Carvalho.

(Sei que você se lembra bem da análise que propus deste ensaio em particular, cujo centro articulador é o §13 que, em especulares treze

páginas, dissecou a “receita” infalível para a manipulação psíquica coletiva.)

O testemunho de Martim Vasques destaca-se por sua honestidade e lhanza. Em sua recordação, *O imbecil coletivo* representou um “refresco para um jovem como eu, que, no terceiro ano de jornalismo da PUC-Campinas, nunca havia gostado de marxismo”.<sup>204</sup> Contudo, a experiência realmente decisiva ocorreu na travessia das páginas dedicadas à reconstrução da ideia de Império Romano na história ocidental:

Foi, porém, *O jardim das aflições* que me levou a *repensar a minha própria vida*. Com uma prosa hipnotizante e um raciocínio que *amarrava as pontas soltas de eventos políticos de minha adolescência* — como o impeachment de Fernando Collor, em 1992 —, o livro me abriu possibilidades que não eram transmitidas no meu curso universitário.<sup>205</sup>

E não apenas na universidade, como se depreende de uma surpreendente associação proposta por Martim Vasques. Se não a levamos a sério, muito embora ela pareça à primeira vista contraintuitiva, não entenderemos o fenômeno da emergência de uma juventude de direita na década de 1990 e sua relação intrínseca com a ação *inicialmente* positiva de Olavo:

Naqueles anos da era FHC, o Partido dos Trabalhadores, embora ainda estivesse um tanto longe da Presidência da República, era uma quase unanimidade nas redações e nas universidades.

(Permita-me uma breve interrupção para assinalar o tema onipresente da *hegemonia cultural da esquerda*. Eis aí o verdadeiro fio de Ariadne da direita brasileira. Voltemos à leitura.)

(...) Carvalho passou a representar para mim, e para várias pessoas da minha geração igualmente *sufocadas com o pensamento do PT*, um papel parecido com o de Monteiro Lobato nas décadas de 1930 e 1940, em sua oposição a Getúlio Vargas. Além disso, Carvalho fornecia a chance de redescobrir autores nunca citados na imprensa (...), sem falar de *pensadores brasileiros banidos do cânone universitário por sua posição liberal-conservadora* (...). Mais ainda: Carvalho tinha a ousadia de desafiar diretamente alguns dos expoentes da *intelligentsia* de esquerda no país. [206](#)

Outra citação longa; este não é um livro, porém um mosaico de vozes alheias — você se aborrece. É verdade, sou o primeiro a reconhecê-lo. Mas não conheço nenhuma passagem mais completa na caracterização do poder encantatório exercido por Olavo de Carvalho, *do ponto de vista da então crescente juventude de direita*. E sem recuperá-lo não seremos capazes de interpretar o cenário contemporâneo. Difícil discordar da caracterização: “Tendo uma capacidade hipnótica de formar acólitos devotos, Olavo não se pensa como um professor, mas como um mestre que mostra uma forma e vida, educando a mente e a alma”. [207](#)

Vejam: *redescobrir autores nunca citados* significava descobrir *pensadores brasileiros banidos* do baile das ideias; gestos desdobrados na *ousadia de desafiar diretamente* ícones da esquerda universitária. Numa palavra: tratava-se de combater e denunciar a *hegemonia cultural de esquerda*. Recorde-se outro depoimento nessa direção, extraído de uma palestra de Francisco Escorsim, realizada no *think tank* de direita

Instituto Borborema, “Guerra Cultural: como perdê-la achando que está ganhando”:

(...) Então, numa época em que a esquerda era hegemonia cultural, se você era de esquerda, tava tudo bem. Mas, se você descobre que você não é aquilo, o que é você? E aí se você não tem nada, outra cultura na qual se ligar, o que você faz? Você fica só com você, e mais nada. Cresce uma espécie de individualismo em você por necessidade. [208](#)

Esse é o norte que favoreceu a ascensão de uma juventude de direita na década de 1990, forjando uma comunidade ao redor da presença aglutinadora de Olavo de Carvalho. Agora, o *individualismo por necessidade* podia ser substituído pelo sentimento de pertencer ao círculo do escritor que inesperadamente exercia um *papel parecido com o de Monteiro Lobato*.

(“Mas nunca existiu tal hegemonia! Olha a Rede Globo, a indústria cultural!” Assim reagem meus indignados amigos do campo da esquerda. À indignação, em alguma medida justa, oponho o método que desenvolvo neste livro: *etnografia textual*. Não me cancelem, *ainda*. Seguirei lendo os testemunhos e as reflexões de intelectuais conservadores e de direita com a mesma diligência e honestidade com que me dedico aos autores da esquerda democrática à qual me filio.)

A razão de ser do futuro bolsonarismo, anacronicamente anticomunista, aí se encontra na sua integralidade: combater a hegemonia da esquerda.

(Rumo à Estação Brasília, claro, a adesão à ideologia de gênero permitiu incorporar o reacionarismo de certas denominações neopentecostais e de setores conservadores da Igreja Católica.)

Retornarei ao texto de Martim Vasques da Cunha, mas, de imediato, é hora de consultar o relato de Joel Pinheiro da Fonseca, cujo título arranha a questão do “tabu”, “Precisamos falar sobre Olavo de Carvalho”. À leitura:

Ouvi falar de Olavo de Carvalho pela primeira vez em 2004, *indicado por um amigo* no primeiro ano de faculdade. Foi *uma descoberta revolucionária*. Em seus artigos, Olavo desbanca, refuta, humilha e *xinga* subintelectuais de esquerda badalados pela mídia (...), fazendo referências a autores de que jamais ouvimos falar. *Era uma desforra* contra o discurso oficial que dominava desde o ensino médio até a mídia e a política. [209](#)

*Chegou a hora* de a modesta etnografia textual a que me dedico *mostrar seu valor*, pois, nos depoimentos que selecionei como exemplares da emergência de uma aguerrida juventude de direita, a reiteração de um conjunto de elementos confere ao fenômeno a consistência que ainda hoje relutamos em admitir.

Passo a passo.

A recordação de Joel Pinheiro fecha o círculo: *indicado por um amigo*. Antes de seu ingresso triunfal nas redes sociais, Olavo de Carvalho teve a seu favor um boca a boca certamente invejável. Curioso, contudo, nesse sistema de transmissão de influências, é que ninguém parece ter lido um

primeiro livro de Olavo espontaneamente. Corrente mimética paradoxal, que permaneceu fiel ao princípio aristotélico da causa não causada.

(Quem terá lido Olavo de Carvalho por vontade própria?)

\*\*\*

*Acha que não decifrei seus truques? Você somente citou memórias de jovens de direita. Não haverá exceção? Assim seu horizonte fica muito limitado e seu raciocínio se enfraquece muito... Esperava mais de você!*

Agradeço pela confiança e acolho a crítica — ela é justa.

Espere um pouco: vou pesquisar.

\*\*\*

Em livro recente, Bruno Paes Manso recorda seus primeiros contatos com a obra de Olavo de Carvalho: “o nome dele me foi indicado pelo meu professor e orientador Oliveiros S. Ferreira”.<sup>210</sup> Na época, o autor realizava o doutorado em Ciência Política na USP. O testemunho é eloquente:

Havia algo de fascinante nos textos de Olavo, que discutia filosofia como alguém que dialogava com o leitor comum e não com seus pares da academia — grupo do qual ele nunca fez parte. Isso aumentava a sagacidade e a clareza de seus argumentos e tornava seus textos mais atraentes — mesmo que repleto de distorções e sofismas. Sua erudição era notável e se tornou um importante divulgador de autores de tradição conservadora, ainda pouco debatidos no Brasil.<sup>211</sup>

Ora, mas não há uma hegemonia “absoluta” da esquerda que sistematicamente interdita a leitura de autores como... Olavo de Carvalho? O autor de *República das milícias* estudava na pós-graduação da USP.

Você me acompanha, tenho certeza. O modelo de penetração crescente da presença de Olavo de Carvalho, na década de 1990, junto à juventude de direita, tornou-se pura progressão geométrica a partir de sua mudança para os Estados Unidos em 2005, isto é, a ativa participação do escritor nos labirintos do universo digital ampliou exponencialmente seu público.

Não pode haver dúvida: para Pedro Sette-Câmara, Martim Vasques da Cunha, Francisco Escorsim e Joel Pinheiro da Fonseca, o encontro com a obra de Olavo *foi uma descoberta revolucionária*. Para Bruno Paes Manso significou um arejamento do ambiente intelectual. Eles não foram os únicos, certamente.

Como entendê-lo? Afinal, pelo contrário, os princípios articulados no sistema de crenças Olavo de Carvalho, na melhor das hipóteses, são francamente conservadores, e, no limite, são inequivocamente reacionários.

(Mantenho meu compromisso com a elegância e, por isso, não escrevo *princípios delirantes*.)

Só há uma forma de aprofundar a reflexão sem se deixar levar pelo ressentimento. Caso contrário, podemos até derrotar Bolsonaro, mas não desmontaremos o bolsonarismo — essa poderosa máquina de ódio convertida em motor de ação política.

Você me dirá se acerto no alvo.

Eis: *na percepção da emergente juventude de direita*, na década de 1990, o establishment cultural era dominado pela esquerda, assim como, a partir de 2002, o establishment político foi dominado pela conquista da presidência pelo PT. As sucessivas vitórias, legítimas e democráticas, do PT nas eleições presidenciais converteram aquela percepção em retrato fiel da realidade. Nesse *espaço de experiência*, delimitado pela hegemonia cultural (e agora também política) da esquerda, a esperança de transformação residia na projeção de um *horizonte de expectativas* no qual aquela hegemonia seria abertamente contestada e, se possível, superada. Em tal contexto, compreende-se que a atuação de Olavo de Carvalho fosse vista como revolucionária; afinal, num ambiente esquerdista, ser de direita era a senha para o reino encantado da transgressão ideológica, com direito inclusive a oxímoros antes inconcebíveis: o conservador-exterminador do “passado-presente vermelho”; o subversivo de direita; o iconoclasta engravatado da missa das 11h; o carola rebelde da revolução permanente pela preservação da família; o cristão que, em lugar de oferecer a outra face, prefere mesmo quebrar a cara dos ímpios; entre tantas encarnações improváveis que dominam a paisagem política nos últimos anos.

Darei um único exemplo.

(Remédio-veneno: a dosagem é tudo.)

Num livro sutilmente intitulado *Desconstruindo Paulo Freire*, publicado em 2017 — portanto em pleno governo de Michel Temer, ou seja, no momento de triunfo da onda ascendente da direita —, Rafael Nogueira,

após redigir um capítulo *contra Paulo Freire*, concluiu seu texto em tom melodramático de telenovela mexicana: “Mas onde está a coragem intelectual? Que eu sofra *uma espécie* de censura por ter escrito o que escrevi, ou *que me mandem ao exílio*, não importa!”<sup>212</sup>

Não sei se entendo bem o que seria *uma espécie de censura*, talvez o equivalente epistemológico de *estar ligeiramente grávida*. Porém é simplesmente ridículo o receio do exílio, já que o nome de Paulo Freire é vilipendiado por todo aspirante ao papel de conservador de canal de YouTube, cuja “monetização” (palavra-ímã da nova geração de direita) depende exatamente de ataques virulentos a... Paulo Freire! Por isso, rapidamente youtubers como Rafael Nogueira são alçados ao posto de funcionário público no governo Bolsonaro.

(Intelectuais que fizeram carreira vilipendiando o Estado, advogando sua redução máxima, não resistiram ao canto da sereia de altos salários e promessas de poder.)

O gesto “valente” de Rafael Nogueira, pelo contrário, é o caminho mais fácil para cativar liberais, conservadores, bolsonaristas, e quem mais chegar desse espectro político. Caricato e despropositado — é tudo verdade. Mas, ao mesmo tempo, sintoma de uma articulação que, salvo engano, nem sempre assinalamos com a ênfase devida, qual seja, a disputa, *legítima*, pela hegemonia cultural; disputa iniciada na década de 1990 e muito acirrada a partir de 2002.

*Era uma desforra*, assim Joel Pinheiro definiu o fascínio exercido pela ação de Olavo de Carvalho, especialmente na década de 1990 e nos anos iniciais do novo milênio. Não é verdade que a ascensão do bolsonarismo

ao poder é ininteligível se não considerarmos o ressentimento que comanda o movimento?

(É verdade: a rima nunca é uma solução, mas como evitá-la o tempo todo?)

Não é tudo.

A emergência dessa juventude de direita coincidiu com o advento de um novo e poderoso meio de comunicação que alterou radicalmente a ecologia das relações humanas em todas as suas dimensões, com destaque para o potencial de manipulação política, como se observa no avanço de populismos digitais de direita e até de extrema-direita em todo o mundo.

Como anunciei, retorno ao texto de Martim Vasques da Cunha.

Melhor: retornamos:

*No início dos anos 2000, comecei a participar ativamente das discussões de novos grupos à direita no Fórum Virtual Sapientia, criado por Carvalho em sua página na Internet.*<sup>[213](#)</sup> Ali, eu conversava sobre religião, filosofia, literatura e música sem me sentir cerceado pelos *slogans esquerdistas* dos meus professores.<sup>[214](#)</sup>

*Alheado do mainstream*, na expressão de Pedro Sette-Câmara, o movimento de uma juventude de direita em ascensão soube aproveitar com irreverência e determinação o universo digital — e isso em todas as suas modalidades, com ênfase para um domínio completo de técnicas de engajamento em redes sociais.

Aprofundarei o paralelo no último capítulo, mas vale anotar desde já que, de igual modo, nas décadas de 1920 e 1930, a extrema-direita rapidamente compreendeu a potência dos novos meios de comunicação, tornando o rádio, o cinema e modernas técnicas de propaganda de massa autênticos cúmplices na chegada do nazifascismo ao poder. Agora, no século XXI, o crescimento transnacional da extrema-direita seria incompreensível sem o concurso de uma bem estudada utilização de dados extraídos das redes sociais, convertidas em plataformas políticas de grande alcance. Multiplicam-se livros e documentários sobre o seu impacto no dia a dia contemporâneo e, sobretudo, acerca de seus efeitos no modelo da democracia representativa. O abalo sísmico provocado nesse modelo é diretamente proporcional à capacidade de manipulação definidora da pólis pós-política na era da reprodutibilidade digital. Em entrevista concedida à BBC News Brasil, em 21 de maio de 2020, Olavo de Carvalho colocou as cartas na mesa:

Existem milhões de meios de você obter o poder. Um deles é a *dominação psicológica* que você tem sobre as pessoas. Isto talvez seja o *principal*.<sup>215</sup>

Retomada intempestiva dos termos do §13 de *O jardim das aflições*, no qual se aviou a “receita” de controle psíquico que poderia conduzir um grupo político ao poder com relativa facilidade, desde que os meios de comunicação fossem dominados. A repórter Mariana Sanches não perdeu a oportunidade e insistiu, “Como se faz esta dominação psicológica?” Sem se dar conta da malícia da pergunta, e no fundo encantado com o próprio artifício, Olavo entregou o mapa do tesouro:

É um assunto muito bem estudado, hoje. Por exemplo, se você estudar as obras do Kurt Lewin, que foi o grande psicólogo social, *engenheiro psicológico do mundo*, ele tá lá dando *um monte de truque de como você dominar a cabeça das pessoas*. Agora, no Brasil, as pessoas sobem na vida sem sequer terem estudado isso. [216](#)

A exceção, claro, são os alunos do próprio Olavo. Em 2015, Joel Pinheiro da Fonseca ainda podia respirar aliviado ao constatar o que parecia ser um fator inamovível da vida pública brasileira: “Felizmente, ninguém que o leva a sério parece ter muita influência nos centros de poder”.[217](#) Alguns parágrafos adiante, contudo, mencionou-se sem a devida atenção o meio no qual a pregação olavista realmente encontrou eco e fiéis seguidores, cujo forte nunca foi o espírito crítico:

Seus leitores e ouvintes assíduos (...) aderem às mais irrisórias conspirações que circulam por *correntes de WhatsApp e sites de notícias falsas*, referências que o próprio Olavo já compartilhou.[218](#)

Um desses seguidores emulou o mestre e começou a publicar textos excêntricos num blog: *Metapolítica 17*, cujo subtítulo é uma reverência a Olavo de Carvalho: *Contra o Globalismo*.[219](#) Assim definiu-se o propósito da empresa:

Quero ajudar o Brasil e o mundo a se libertarem da ideologia globalista.

Globalismo é a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural. Essencialmente é um sistema anti-humano e anticristão. A fé em Cristo significa, hoje, lutar contra o globalismo, cujo objetivo último é romper a conexão entre Deus e o homem, tornado o homem escravo e Deus irrelevante. O projeto

metapolítico significa, essencialmente, abrir-se para a presença de Deus na política e na história.<sup>220</sup>

(Melhor não comentar.)

Graças a ideias desse jaez, um diplomata que jamais liderara uma Embaixada tornou-se Ministro das Relações Exteriores. Nessa geleia geral de noções apressadas, *marxismo cultural* é a besta-fera da hegemonia da esquerda projetada no plano internacional. Apoiado por Olavo de Carvalho, o chanceler não pode ser considerado ingrato. Pelo contrário: em artigo publicado em *The New Criterion*, e que provocou hilaridade em todo o mundo, menos nos círculos bolsolavistas, o bravo diplomata abraçou a bravata:

Foi a divina providência que guiou o Brasil por todas essas etapas, reunindo as ideias de Olavo de Carvalho com a determinação e o patriotismo de Bolsonaro? Eu acho que sim.

Meus detratores me chamaram de louco por acreditar em Deus e por acreditar que Deus age na história — mas eu não me importo. Deus está de volta, e a nação está de volta: uma nação com Deus; Deus através da nação.<sup>221</sup>

Nem sempre é fácil, mas me mantenho fiel à hipótese que me guia: passar da caricatura à caracterização. Deixo de lado, portanto, o conteúdo do desarrazoado de Ernesto Araújo. Concentremos nossa atenção na forma do raciocínio. Nosso amigo da Casa Verde, o Dr. Bacamarte,

ficaria particularmente interessado na monomania expressa na frase final. Vale a pena ler de novo:

*Deus está de volta, e a nação está de volta: uma nação com Deus; Deus através da nação.*

Numa sentença exígua, a repetição de palavras chama atenção: *Deus*, 3 vezes; *nação*, 3 vezes; *volta*, 2 vezes. Como um bom discípulo de Olavo, Ernesto aposta todas as fichas na redundância. O efeito é de um ensimesmamento preocupante: eis um verdadeiro pensamento-avestruz, incapaz de confrontar hipóteses com dados objetivos. Percebe-se que o autor desse tipo de frase foi abduzido por inúmeras teorias conspiratórias, cuja base é precisamente a redução da complexidade do mundo a tautologias simplistas.

E repetitivas.

E delirantes.

E violentas.

Não extrapolo! No dia 22 de abril de 2020, o chanceler publicou um novo texto, “Chegou o Comunavírus”. Basta citar os dois primeiros parágrafos — felizmente, são mínimos:

O Coronavírus nos faz despertar novamente para o perigo comunista.

Chegou o Comunavírus. [222](#)

*Chegou o Comunavírus*: mais do que somente assinalar o ridículo implícito na figura de um ministro das Relações Exteriores escrever estultices desse nível, importa ler no artigo uma miniatura da guerra

cultural, ou seja, uma metonímia da mentalidade bolsonarista. Vale dizer, o paradoxo que move este ensaio encontra aqui uma ilustração incomparável. O êxito do bolsonarismo autorizou a ascensão de Ernesto Araújo para uma posição claramente superior a sua capacidade; aqui, também, o chanceler e o presidente se dão as mãos. Contudo, tal êxito anuncia o fracasso inexorável do governo Bolsonaro, pois, sem considerar fatos concretos, como administrar um país?

(A condução absurda da crise da saúde já se encontra toda no artigo do chanceler.)

Entende-se então que, no último programa de rádio, *True Outspcak*, após seis anos que pavimentaram a ampliação inédita de seu público, Olavo de Carvalho justificou o encerramento da iniciativa por um fator decisivo: muitos de seus alunos estavam fazendo o mesmo, isto é, abrindo canais no YouTube, organizando *hangouts* e *podcasts*, fortalecendo comunidades nas mais diversas redes sociais por meio de compartilhamento sistemático e recíproco, multiplicando exponencialmente o alcance de contas individuais e promovendo campanhas conjuntas de grande repercussão. Isso para não mencionar o uso diário, diuturno, do WhatsApp como autêntica usina de desinformação e de propagação de notícias falsas. Nas palavras de Olavo:

(...) nesse ínterim, apareceram centenas de sites que estão dizendo as coisas como elas realmente são. Não vejo por que continuar eu mesmo fazendo este serviço, já que tem tanta gente fazendo, e fazendo bem. [223](#)

Muito em breve, essa juventude de direita em ascensão se articularia formalmente através de centros de estudo, rapidamente convertidos em institutos de ensino e — sejamos generosos como a etnografia textual exige — pesquisa. Produtores de conteúdo conservador; em alguns casos, francamente reacionário, em total sintonia com o sistema de crenças Olavo de Carvalho — para tudo dizer direito.

(*Think tanks* de direita como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado em fevereiro de 1962 para desestabilizar o governo João Goulart e preparar a atmosfera que legitimou o golpe militar de 1964.)

Há muitos exemplos à disposição! Concentro-me em dois rebentos da pregação olavista: o Instituto Borborema (IB) e a produtora de conteúdo audiovisual, Brasil Paralelo — é assim mesmo que se denominam, não é implicância minha: Brasil *Paralelo*. No próximo capítulo, analisarei os seus inventivos documentários. Agora, convido você a um encontrão marcado com o Instituto Borborema, cuja página na Internet apresenta candidamente os princípios norteadores da empresa:

Fundado em 2015, o IB tem como objetivo principal o resgate da *verdadeira educação e da verdadeira cultura*. Acreditamos que os grandes problemas brasileiros são consequências diretas da derrocada educacional que assola o país *há pelo menos cinco décadas*. [224](#)

Primeira pausa — respire fundo, mas preste bem atenção; por muito tempo, *andamos meio desligados, olhamos e não vimos nada*. Por sua vez, os jovens do IB não perderam tempo e se transformaram em sentinelas das ideias propagadas por Olavo de Carvalho.

Nada menos do que isso: sentinelas atentas, soldados fiéis, guerrilheiros digitais.

Você me dirá se sou injusto.

Olavo de Carvalho concedeu uma reveladora entrevista ao IB, “Literatura e autoconsciência”.<sup>225</sup> O diálogo foi conduzido pelo presidente do Instituto, Mateus Mota Lima, e por um de seus professores, Caio Perozzo. O mimetismo do mestre não dispensa o hábito de fumar ostensivamente cigarros que antes evocam objetos cenográficos. Nas palavras entusiasmadas de Perozzo, Olavo “dispensa apresentações, nosso grande professor, nosso mestre, um dos grandes responsáveis pela existência do Instituto Borborema”.<sup>226</sup> Há nessa entrevista um retrato do olavismo e de sua difusão.

O sistema de crenças Olavo de Carvalho supõe uma noção bolorenta e autodidata de “alta cultura”. Acredite se quiser, mas o professor Perozzo resolveu esclarecer que o estudo de poesia “bota a cabeça para funcionar com relação a cavar a sintaxe e a semântica, sem falar da memória e da atenção”.<sup>227</sup>

(*Cavar a sintaxe?* Melhor não tentar entender esses arqueólogos improvisados do vernáculo. Em “aula” sobre um tema complexo, “Autoengano e dissonância cognitiva”, o bravo Perozzo produz pérolas como se vivesse num mar de ostras: “Olha, fala com a minha irmã pra ela falar com a *siclana (sic)*, que é advogada, pra ver se ela pode me dar um auxílio pra o que eu tô precisando”, tal tal. (...) E aí a irmã da fulana olhou pro seu esposo e disse: “Olha, eu posso até falar, mas talvez não seja muito bom porque a *siclana (sic)* não gosta da fulana”.<sup>228</sup> Caio Perozzo é autointitulado professor. Ou será autoengano?

A resposta do Olavo é antológica e bem poderia ingressar numa nova edição do *FEBEAPÁ*:

O que é a *Divina Comédia*? Uma história que aconteceu com um *sujeito*, que ele vai mostrando ali, passar do Céu, Purgatório, *essa coisa toda*. [229](#)

Assistir ao vídeo equivale a identificar os elementos centrais do sistema de crenças Olavo de Carvalho. Há até testemunhos de conversão! Mateus Mota Lima se comove ao lembrar como se rendeu à pregação do mestre: “Quando eu comecei a ver as suas coisas (...) cheguei no *True Outspcak*, lá por volta de 2008, 2009”.[230](#) Era preciso difundir a boa nova: ele decidiu unir-se a amigos: terminaram criando o IB. Essa trajetória foi certamente a de milhares de seguidores de Olavo. Caio Perozzo não desejou ficar atrás e improvisou um panegírico emocionado:

O que o senhor fez por nós e por várias pessoas do Brasil. (...) A diferença do Caio antes de Olavo de Carvalho e depois de Olavo de Carvalho. E eu não sou único. *São vários*. Então, isso que o senhor fez, isso é uma coisa indestrutível. Isso jamais vai passar. Na verdade, *só começou*. Eu rezo todo dia pelo senhor. Rezo todo dia pelo trabalho do senhor.[231](#)

A entrevista contém todo o sistema de crenças Olavo de Carvalho. Os mentores do IB podem não saber exatamente que horas são, pois para eles seria impertinente *acertar o relógio império da literatura nacional*,[232](#) mas intuem com precisão o lugar das ideias; centro estável, estabilíssimo, que permite o *resgate* — afinal, houve um sequestro, pois não? — *da verdadeira educação e da verdadeira cultura*.

\*\*\*

*Verdadeira?* Em mais uma “aula” do redentor Instituto Borborema, Edmilson Cruz deslumbrou a todos com sua rara erudição, revelando domínio incomum da delicada arte da etimologia:

Então, cultura, ele sempre tem que trazer essa ideia de evolução. E, ao mesmo tempo, quando a gente fala a palavra cultura vem o quê? Vem a ideia de *culto*. E a ideia de *culto* é *cultuar um Deus*, o sumo bem.<sup>233</sup>

(Não farei comentários, tampouco evocarei o nome de Cícero. É constrangedor que o valente “professor” do Instituto Borborema confunda *cultuar* e *cultivar*.)

\*\*\*

O surpreendente é que a *derrocada educacional assola o país há pelo menos cinco décadas*. Compreende-se, assim, a urgência com que oferecem cursos virtuais — que devem ser virtuosamente pagos, claro está.<sup>234</sup> Uma aritmética elementar aponta para uma questão política séria:  $2015 - 50 = 1965$ .

1965?

Tem certeza?

Então, das cinco décadas de sequestro da *verdadeira educação e da verdadeira cultura*, nada menos do que vinte anos são de responsabilidade do regime militar?

Eis um dos aspectos mais complexos na constituição da juventude de direita a partir, sobretudo, do final da década de 1990, e, ao mesmo tempo, seu elemento mais inquietante, pois mantém uma fronteira muito tênue com a extrema-direita reacionária que se mostra tão vocal e desinibida no Brasil contemporâneo.

(Esta é maior surpresa que tive ao estudar a juventude de direita: *Mas não prestas atenção ao que eu digo; não percas nada, peço-te.*<sup>235</sup>)

Outra vez, a influência de Olavo de Carvalho não pode ser desconsiderada e se esclarece por seus constantes ataques aos militares, ou melhor, a todo militar que não seja da linha dura e que não apoie uma intervenção autoritária, com a finalidade de *varrer a esquerda do mapa*. Em entrevista à rádio Jovem Pan, em 8 de junho de 2016, o então talvez futuro candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro, com a sutileza que caracteriza sua visão do mundo, avaliou o regime militar severamente: “O erro da ditadura foi torturar e não matar”.<sup>236</sup>

Aí se encontra a mais completa tradução da mentalidade da nova direita: o regime militar merece aprovação por ter impedido a imposição de uma ditadura do proletariado em 1964 — não se precipite, discuto esse delírio no próximo capítulo —, mas não se impõe como modelo porque falhou ao descuidar da área da cultura, possibilitando a influência da esquerda nos mais diversos meios, propiciando o estabelecimento de uma *hegemonia cultural* que resultou no triunfo eleitoral do PT em 2002. Este é o sentido de postagens recentes de Olavo de Carvalho; ofereço somente um exemplo:

Somente a direita mais imatura e boboca do mundo pode ter tido a ideia magnífica de conquistar a Presidência da República *antes de haver dominado* nem mesmo um pedacinho das universidades, ds mídia e dos sindicatos. *Todos os atuais problemas vêm daí*, e nem isso a tal direita percebe (Facebook, 4 de outubro de 2020, grifos meus). [237](#)

E *os atuais problemas vêm* precisamente do período da ditadura militar que, tendo vencido a batalha das armas, perdeu a guerra dos livros. Em consequência, governar é menos importante do que radicalizar a *guerra cultural*, de modo a não repetir o “equivoco” dos militares. Daí, *destruir órgãos públicos aparelhados* é tarefa mais relevante do que empenhar-se na prosaica engenharia de administração cotidiana do país. É isso mesmo que você acabou de ler: ou se entende essa percepção da história recente do Brasil ou não se compreende a ascensão de uma juventude de direita.

(O documentário *1964: O Brasil entre armas e livros* defendeu essa narrativa para milhões de espectadores. A produtora responsável pelo filme? Brasil *Paralelo*.)

Segunda pausa — e mais uma vez as pontas se atam.

(Bento Santiago envia lembranças póstumas. [238](#))

Voltemos à página do Instituto Borborema para descobrir os responsáveis pela tragédia da educação nos trópicos, agora, tristíssimos:

A troca do modelo clássico de formação pelos modos “educacionais” de Paulo Freire, Piaget e *afins* conseguiu *emburrecer quase que completamente* a nossa

população. [239](#)

Os adeptos do socioconstrutivismo não contavam com a astúcia dos rapazes do IB. Especialmente, eles refutaram os *afins*. E chegaram a tempo! Os pedagogos do mal não triunfaram em seus objetivos, pois, em lugar de *emburrecer toda a nossa população*, “apenas” conseguiram fazê-lo *quase que completamente*.

Há, pois, esperança.

Última consulta à página:

Com essas atividades, conseguimos alcançar *milhares de pessoas* ao redor do país *através das plataformas digitais* (YouTube, Facebook, Instagram, site) e dos eventos presenciais. [240](#)

Modelo acabado de negócio que impulsionou a nova direita, ganhando as ruas a partir de 2013 — mas esse será assunto do último capítulo.

Completemos a análise da ascensão da direita no Brasil. O estudo da poderosa narrativa proposta pelo *Orvil* rematará esse exame.

Mas cada coisa a seu tempo.

De imediato, debruço-me sobre a retórica do ódio e os seus elementos.

(“Por fim!” Você tem razão; também estava ansioso, aguardando esse momento. Deseje-me boa sorte.)

## **Retórica do ódio**

Tal como ensinada na pregação de Olavo de Carvalho nas últimas duas décadas, a retórica do ódio é uma *técnica discursiva que pretende reduzir o outro ao papel de inimigo a ser eliminado*.

Trata-se de uma técnica — e esse aspecto deve ser sublinhado. Por isso, pode ser ensinada e transmitida. E, como uma técnica, possui elementos próprios. No caso do discurso de Olavo, destacam-se dois procedimentos: a *desqualificação nulificadora* e a *hipérbole descaracterizadora*.

(Claro, adiante esclarecerei o sentido dessas expressões com exemplos extraídos de textos de Olavo de Carvalho. Espere um pouco, será divertido.)

Vale dizer, tal como a defino, a retórica do ódio tem um alvo expresso — a “esquerda”, compreendida como um bloco monolítico, representante da “mentalidade revolucionária” — e um conjunto determinado de recursos — sempre com a finalidade de eliminar simbolicamente o adversário. Daí a necessidade de identificar *o inimigo* de forma inequívoca, ou o próprio discurso perderia substância.

Portanto, neste livro, não estou discutindo o discurso de ódio (*hate speech*). É óbvio que devemos repudiar qualquer expressão de ódio, mas, ao tratar da ascensão da direita no mundo e do triunfo do bolsonarismo no Brasil, é muito importante distinguir *retórica do ódio* e *discurso de ódio*: enquanto aquela é objetiva em seus procedimentos, este muitas vezes depende de reações subjetivas para sua determinação.

Ao mesmo tempo, o recrudescimento atual do *hate speech* e, especialmente, das consequências físicas da violência simbólica, levou a

Organização das Nações Unidas a lançar, em maio de 2019, um documento delimitando uma “Estratégia e plano de ação sobre o discurso de ódio”.<sup>241</sup> A pergunta inicial não poderia deixar de ser: “What is hate speech?”. A resposta reconhece a dificuldade de delimitar o conceito:

Não há uma definição legal, internacionalmente aceita, de discurso de ódio, e a caracterização do que seja ‘odioso’ é polêmica e objeto de disputa.<sup>242</sup>

O tema é particularmente difícil porque as reflexões acerca da necessidade imperiosa de inibir discursos de ódio também devem considerar a questão constitucional da liberdade de expressão — é óbvio que essa encruzilhada só se impõe em alguns poucos exemplos controversos. Na maior parte das vezes, o *hate speech* é grosseiro o suficiente para dirimir dúvidas. Ainda assim, na ascensão transnacional da extrema-direita, são legião os casos nos quais os acusados de discurso de ódio recorrem ao princípio da liberdade de expressão para se defenderem.

A bibliografia sobre o tema é vasta e de grande relevância.<sup>243</sup> As redes sociais, com seu ânimo bélico e sua vocação sacrificial, tornaram esse problema um dos mais urgentes e inquietantes no mundo contemporâneo.

Contudo, a *retórica do ódio* não se confunde com o *hate speech* — sem essa distinção, não seremos capazes de enfrentar o desafio representado por uma técnica discursiva que propõe a eliminação (inicialmente) simbólica do outro; favorece o surgimento do *analfabetismo ideológico*; propicia a irrupção de uma constrangedora *idiotia erudita*; alimenta um *excêntrico anti-intelectualismo* com base num excesso mal digerido de referências bibliográficas secundárias; mescla *autodidatismo* e *autoengano*; confunde a tarefa do pensamento com a ginásiana “lógica da

refutação”, reduzindo o diálogo a uma esgrima adolescente de memes e de “lacrações”; e, por fim, transforma a *dissonância cognitiva* na mola mestra do sistema de crenças Olavo de Carvalho.

\*\*\*

“Analfabetismo ideológico”, “idiotia erudita”, “anti-intelectualismo com referências bibliográficas”, “lógica da refutação” — *você não se cansa de inventar nomes? Eles querem dizer alguma coisa?*

Você me dirá ao final deste ensaio.

\*\*\*

Esqueçamos a obsessão de Olavo de Carvalho com o baixo calão, deixemos de lado seu conhecido fetiche erótico, não vamos mais perder tempo com caricaturas inócuas. Chegou a hora de caracterizar a retórica do ódio que ameaça a possibilidade de imaginar um espaço público.

(Espaço público? Viu como sou antigo?)

Em boa medida, a retórica do ódio é responsável pelo caos cognitivo que se tornou dominante no Brasil de hoje.

(Não se esqueça: iniciou-se um movimento antivacinação para uma vacina que ainda não tinha sido plenamente desenvolvida.)

Ao trabalho — portanto.

Isto é, passemos à descrição do *modus operandi* da retórica do ódio.

## A desqualificação nulificadora

Marco zero da retórica do ódio, gênese e apocalipse da técnica olavista, a *desqualificação nulificadora* reduz o adversário ideológico num outro tão absoluto que ele passa a se confundir com um puro nada, um ninguém de lugar nenhum. O efeito é assustador porque autoriza a completa desumanização de todo aquele que não seja espelho de minhas próprias convicções. E como se trata de uma *técnica* — nunca se esqueça desse ponto! —, a desqualificação nulificadora, tal como aperfeiçoada por Olavo de Carvalho, foi aprendida e multiplicada pela miríade de youtubers de direita, empregada à exaustão nas redes sociais, por meio da orquestração muito bem coordenada de *likes* e *dislikes*, alcançou a esfera privada de dezenas de milhões de pessoas através das temidas correntes de WhatsApp e, por fim, foi traduzida e ampliada nos círculos políticos do fenômeno bolsonarista por meio do linchamento permanente do inimigo de plantão.

Fiel ao método da etnografia textual, ofereço uma seleção do peculiar recurso retórico que leva as massas digitais a uma excitação de difícil apaziguamento.

(O bolsonarismo é marcado por uma pulsão sacrificial que tanto explica sua força quanto deve acelerar seu colapso.)

O primeiro nível da técnica da desqualificação nulificadora não passa de um truque infantil e, apesar disso, ou por isso mesmo, desfruta de grande favor entre os seguidores do mestre.

(Confesso que o artifício é tão primário que me sinto constrangido. “Vergonha alheia”, como se diz.)

Olavo de Carvalho principiou o joguete: por que não desqualificar um adversário pela corrupção paródica de seu nome próprio? O procedimento, é preciso reconhecê-lo, tem ascendência nobre na tradição da sátira, já presente nas literaturas grega e latina. No entanto, tal como empregado por Olavo e seus seguidores, não passa de um cambalacho linguístico. Não vou me estender muito mais nesse primeiro desnível. O historiador Marco Antônio *Villa*, torna-se Marco Antônio *Vil*; o pensador Mário Sérgio *Cortella*, Mário Sérgio *Costela*.

(Quanta criatividade! Há limites, inclusive para a ética do diálogo, isto é, para o exercício da escuta implícito na etnografia textual.)

Venho, pois, ao segundo nível da desqualificação nulificadora. Trata-se da *estigmatização* que converte o outro numa mera caricatura, estimulando o seu sacrifício simbólico — pelo menos numa fase inicial.

Vamos lá?

Apertem os cintos mais uma vez.

A estigmatização tem um alvo preciso, aliás, ponto de interseção entre olavismo e bolsonarismo:

O Ancelmo Góis e *a putada comunista inteira* (...) (Facebook, 13 de agosto de 2018, grifos meus).[244](#)

Já vimos a técnica da redundância: “putada comunista *inteira*”. Bloco monolítico, inequivocamente maléfico, não resta dúvida:

Cada vez mais me convenço de que o movimento comunista tem sido *a ÚNICA força agente no cenário mundial*. O resto é apenas “reação”, termo com que os *próprios comunistas* o descrevem com notável exatidão (Facebook, 25 de setembro de 2016, grifos meus).[245](#)

Sim, você leu a data corretamente: 2016 e o malvado movimento comunista quase promove minha reconciliação com a melancólica palavra resiliência. A sequência da postagem é uma peça inadvertidamente dadaísta:

(...) Desde a II Guerra o “establishment” americano, incluindo um *exército inteiro* de conservadores, tem como uma de suas principais ocupações acobertar — e portanto ajudar — a penetração comunista nos altos círculos do governo, tornando-a tanto mais poderosa e devastadora *quanto mais invisível e imencionável* (grifos meus).[246](#)

De novo, ainda outra vez, o pleonasma se impõe como se fosse um autêntico método hipnótico: um exército *inteiro*, não de democratas radicais, *porém de conservadores*, unidos na improvável missão de propiciar o triunfo do movimento comunista internacional, muito embora a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas tenha sido dissolvida sem honra alguma em dezembro de 1991.

(Para os amantes da precisão, a dissolução ocorreu em 25 de dezembro.)

Mas não sejamos ingênuos! No fundo, o movimento comunista internacional não contava com a visão de raio X de *O dever de insultar* (2016). Em março desse ano, Olavo desvendou uma das coisas mais ocultas desde a fundação do mundo contemporâneo. Nada menos:

Não deveria ser preciso explicar isto, mas, numa época em que o movimento comunista *em massa* adotou a fórmula estratégica de Antonio Gramsci, só *uma parcela ínfima* dos seus agentes se apresenta ostensivamente como comunista. Todos os outros se escondem por trás de uma variedade *alucinante* de fachadas e falsas identidades (março de 2016, Wordpress, grifos meus)<sup>247</sup>

A redundância é o oxigênio da prosa de Olavo de Carvalho: “movimento comunista *em massa*”, *todos* os outros, etc. Menos do que um culto ao tédio, a monotonia do recurso pretende *antecipar qualquer possível crítica* pelo reforço deselegante. *Déjà-vu* textual, autêntico cacoete estilístico, torcicolo permanente nos escritos de Olavo. O ardil contagiou seus discípulos *todos*, sem exceção, *um a um*, por assim dizer. A sequência da postagem desafiaria a imaginação de um Gabriel García Márquez:

A CNBB, *enquanto entidade*, é parte integrante do movimento comunista, *e nada mais*. Se alguns de seus membros *nem sabem disso*, também não sabem *que sua ignorância é elemento essencial* do cálculo gramsciano (grifos meus).<sup>248</sup>

Vamos deslindar esse palheiro. Corro o risco de ser repetitivo, mas, no método que proponho de etnografia textual, caracterizar as marcas da prosa de Olavo de Carvalho é um passo inescapável.

(Aproveite para se divertir.)

A CNBB, salvo engano, não é outra coisa senão uma entidade! O aposto “enquanto entidade” é mais uma redundância definidora de uma escrita autoritária, pois, ao fim e ao cabo, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil não poderia ser outra coisa.

(“Analfabeto funcional”, vocifera nos meus ouvidos um olavista raiz, ‘enquanto entidade’ porque, individualmente, pode haver um ou outro membro que não seja comunista”. Acredite em mim, nesses casos, *melhor é deixar para lá: deixa a vida me levar.*)

Repare bem no detalhe: pouco importa se este ou aquele religioso não é um “vermelho infiltrado”, afinal, no tentacular *cálculo gramsciano*, a *ignorância* de certos membros da CNBB *é elemento essencial*. Logo, ainda que um outro membro não seja comunista, *enquanto entidade*, a CNBB *é parte integrante do movimento comunista*.

O fenômeno, como não imaginá-lo?, é universal: o flagelo comunista nunca descansa, tampouco prega os olhos e, de tão ágil, terminou por infiltrar-se inclusive em notas de pé de página de laboriosos volumes. Literalmente de A a Z, todo o alfabeto *inteiro, inteirinho*, é colorado, que nem o Chapolin com toda a sua astúcia.

Abra os olhos:

A coisa mais difícil, hoje em dia, é encontrar *nas livrarias*, uma Bíblia católica sem notas e comentários de *imbecis comunistas*. Monsenhor Viganò tem notado: O Concílio fudeu com tudo (*Facebook*, 24 de setembro de 2020, grifos meus).<sup>249</sup>

Difícil vislumbrar o arcebispo Carlo Maria Viganò aderir alegremente ao estilo palavra-puxa-palavrão, mas, no reino encantado do sistema de crenças Olavo de Carvalho, o céu é sem limites.

Impressiona ainda mais a organização impecável, onisciente do movimento comunista, pois alcançou até mesmo obscuras e eruditas notas auxiliares de edições críticas. Impressiona também que, apesar dessa eficiência incomparável, a União Soviética tenha sido simplesmente dissolvida — claro, trata-se de um dos lances mais hábeis da história política. Não se deixe enganar pelas aparências! Não entendeu? Qual a melhor forma de difundir o comunismo em todo o mundo sem que ninguém perceba o que está acontecendo? Ora, acabar com a URSS!

Você me segue com facilidade: no sistema de crenças Olavo de Carvalho, o anticomunismo bolorento é peça-chave do quebra-cabeças, favorecendo a estigmatização do inimigo de sempre, cuja “ameaça iminente” legitima todos os desmandos e todas as arbitrariedades. Este é o elo que reúne a retórica do ódio e a Doutrina de Segurança Nacional, que estudaremos no próximo capítulo. Em ambos os casos, uma vez identificado o *inimigo*, sua imediata *eliminação* é a única alternativa aceitável.

Chegamos então ao terceiro e último nível da desqualificação nulificadora. Se a redução paródica do outro à mera caricatura é seguida

por sua estigmatização desumanizadora, *a consequência lógica desse processo é sua eliminação*; pelo menos, inicialmente, simbólica.

Vejamos ainda dois ou três exemplos definitivos da técnica olavista, cuja difusão alimenta o caos cognitivo que produziu ironicamente uma inédita imbecilização coletiva à direita, e mesmo à extrema-direita:

Quando um comunista acusa seus inimigos de algum crime, investigue e acabará descobrindo, em *noventa e nove por cento* dos casos, que quem cometeu o crime foi ele mesmo (*Twitter*, 16 de fevereiro de 2020, grifos meus).<sup>250</sup>

Generosidade incomum, ao levantar a hipótese da existência de um por cento de comunistas honestos. Em postagem de 2016, *Olavo tem razão* estava em melhor forma, pois, agora:

Comunistas, *como bons psicopatas que são*, sabem imitar perfeitamente os sentimentos bons das pessoas normais, para conquistar sua confiança e depois, quando estão desprevenidas, inocular nelas o veneno, *o ódio revolucionário*. No aguardo do momento certo de virar o jogo, podem esperar dez, vinte, trinta anos, *gerações inteiras* (*Facebook*, 28 de junho de 2016, grifos meus).<sup>251</sup>

Eis um Olavo envelhecido em barris de carvalho, reserva especial, puro *vintage!*

*Bons psicopatas*, os comunistas são sobretudo longevos e, ao que tudo indica, alguns desses bastardos da foice e do martelo — malditos sejam! — descobriram a fonte da eterna juventude e podem se dar ao luxo de aguardar *gerações inteiras*, nada de gerações pela metade, pois, como um verdadeiro Jó pós-moderno, *o ódio revolucionário* é paciente e, ao

contrário da canção, descobriu que esperar é saber e quem sabe espera a hora azada, nunca faz acontecer antes do tempo. Que por azar pode levar décadas e décadas: *inteiras, todas elas* — não se esqueça.

Mais uma ilustração *vintage*? É só recorrer à safra de 2016:

Comunistas e muçulmanos criaram o fantoche Barack Hussein Obama, para que, *colocado na presidência*, ele cometesse *os crimes mais hediondos* de que eles precisavam para dar mais credibilidade ao seu discurso antiamericano. *So simple as that* (Facebook, 28 de junho de 2016, grifos meus).<sup>252</sup>

Baixe a guarda e se permita admirar a habilidade retórica do inesperado fecho: *So simple as that*. Dessa forma, busca-se domesticar o evidente delírio da construção do raciocínio labiríntico, típico das teorias conspiratórias, sem as quais o sistema de crenças Olavo de Carvalho definharia como a exegese de Aristóteles, para quem o idioma grego, de fato, é grego mesmo.

Comunistas e muçulmanos, juntos, juntinhos da silva, *colocaram o Hussein* — quanta malícia em recordar o nome quase completo; faltou o II, no final — na presidência para que ele cometesse *os crimes mais hediondos*. Percebeu agora a função do fecho? Dar plausibilidade argumentativa à alucinação do texto.

*Simples assim.*

(*Really?*)

E como o uso do cachimbo entorta a boca sem remédio, o melhor estava por vir, aliás, veio no dia 23 de setembro do presente ano:

Bolsonaro cure-se dessa sua CEGUEIRA. Não vê que estão usando você como “*camuflagem*” conservadora de *uma ditadura comunista*? (Twitter, 22 de setembro de 2020, grifos meus). [253](#)

Mas agora os muçulmanos também estão envolvidos ou são apenas os pérfidos esquerdistas de plantão? De todo modo, como reagir diante de tal ameaça, tão horrível quanto onipresente?

Você já deduziu por si só o terceiro nível da desqualificação nulificadora, não é mesmo?

Isso: *eliminação do outro*, pois no âmbito da retórica do ódio, o adversário é sempre e somente um inimigo a ser eliminado.

Por favor, abra bem os olhos: não exagero. Leia esta postagem de 2018:

Quebrada a *hegemonia intelectual*, a *guerra cultural* começa com a desocupação de espaços. Botar para fora, *da maneira mais humilhante possível*, os farsantes e usurpadores. Isso exige militância organizada e *PRESENÇA FÍSICA* (Facebook, 20 de março de 2018, grifos meus). [254](#)

PRESENÇA FÍSICA? Ameaçadoras letras maiúsculas associadas à ideia belicosa de uma *militância organizada*? Olavo deseja levar seus adversários para a *ponta da praia*? Compreende-se que a noção de *guerra cultural* pouco tem de metafórica, sendo antes a expressão de um desejo nada obscuro, explicitado por verbos como *quebrar*, *varrer*, *eliminar*, *apagar*. Mais uma vez, o fantasma da *hegemonia intelectual da esquerda* é um falso passaporte que pretende legitimar toda forma de

violência simbólica, que, agora sabemos, é o prelúdio cinzento da PRESENÇA FÍSICA — violenta, por óbvio.

Último retorno ao ensaio de Martim Vasques da Cunha. Em 2016, ele foi convidado para oferecer um curso de pós-graduação no Instituto Mises. Eduardo Bolsonaro era um dos alunos. Martim Vasques apresentou uma análise crítica do livro *Democracia: O deus que falhou*, de Hans-Hermann Hoppe, uma das bíblias do libertarianismo. Martim Vasques citou o autor em sua visão de uma perversa República platônica, a fim de esclarecer a intolerância implícita na obra: “Eles [os *democratas e os comunistas*] terão de ser fisicamente separados e expulsos da sociedade”.<sup>255</sup> Numa palavra: *eliminados*. Hora, portanto, de apresentar o fecho do argumento; em tese, ninguém apoiaria a anacrônica adaptação da expulsão dos poetas da pólis. No entanto:

Enquanto explicava esse trecho, alertei aos alunos que essa ‘ordem social libertária’ de Hoppe era, de fato, uma ordem social totalitária. A sala de aula ficou em total silêncio — exceto Eduardo Bolsonaro, que disse: ‘Professor, lá em casa temos armas e facas para que isso aconteça *aqui*, no Brasil’.<sup>256</sup>

A guerra cultural bolsonarista é a ponta de lança de um projeto autoritário e, por isso, a ameaça de Eduardo Bolsonaro precisa ser levada a sério. No Twitter de Olavo de Carvalho, em março deste ano, seus propósitos tornaram-se manifestos:

Ou o presidente *destrói os seus inimigos AGORA*, ou eles o destruirão em três meses. E o meio de destruí-los é uma Mega Lavajato (*Twitter*, 21 de março de 2020, grifos meus).<sup>257</sup>

Nos tristes trópicos tudo se degrada! O movimento comunista internacional aguarda sem precipitação, *por gerações inteiras*, já no *Brasil brasileiro*, vou cantar-te nos meus versos, o presidente seria destruído em noventa dias. Eis por que o futuro nunca chega: aceleramos muito o tempo *todo, inteiro*, mas sem direção.

Não pode dar certo.

(Simples assim.)

A desqualificação nulificadora é o meio através do qual a retórica do ódio e a Doutrina de Segurança Nacional vivem em permanente lua de mel, inventando inimigos em série, impulso sacrificial que anima o mecanismo do bode expiatório, tal como estudado por René Girard, e que supõe a canalização da violência contra um alvo, a fim de dar direção ao ressentimento coletivo.<sup>[258](#)</sup>

Esse é o passo mais importante na caracterização da retórica do ódio. Contudo, precisamos ainda descrever o segundo procedimento padrão da mentalidade revolucionária olavista: a *hipérbole descaracterizadora*. Se entendermos seu alcance, o castelo de cartas marcadas do sistema de crenças Olavo de Carvalho terá os dias contados.

(*Estava escrito nas estrelas, tava, sim*).

## **Hipérbole descaracterizadora**

Começamos a deslindar no primeiro capítulo a marca d'água da mentalidade olavista, qual seja, *o cacoete da redundância*, aliás, traço muito comum da fala, pois, no calor da hora do círculo da conversação, é muito útil repisar pontos e reiterar argumentos, a fim de assegurar à audiência o perfeito entendimento do que se propõe. Contudo, o excesso desse recurso no texto impresso resulta em deselegância perfeitamente evitável, já que em nada contribui para a inteligência da reflexão, como se, em lugar do malicioso piparote machadiano, o escritor trouxesse o leitor sempre na rédea curta, de modo a controlar sua interpretação.

É isso mesmo: empregada como respiração artificial, a redundância torna-se uma forma autoritária, que inibe a crítica e desmobiliza questionamentos. Afinal, já se disse tudo e mais um tanto de tanta coisa o tempo todo...

Daí, nos livros de Olavo de Carvalho, encontram-se trilogias *completas*, em alguma medida, *completinhas*; a história *toda* do Ocidente *inteiro*; gerações *inteiras*; movimento comunista *em massa*; um exército *inteiro*; a putada comunista *inteira*; e paro por aqui, pois se continuar corro o risco de esgotar sua paciência *inteira*.

A redundância, empregada de modo igualmente reiterativo, onipresente mesmo, evoca o efeito produzido pela *Senophobia*, identificada por Aristóteles na natureza, que teria horror ao vazio. Em latim, *horror vacui*, conceito usado pelo brilhante crítico Mario Praz na descrição do uso excessivo de ornamentos na decoração do período vitoriano, muito embora a noção também possa ser útil para entender expressões artísticas de outras épocas. A ausência de espaços em branco equivale à interdição do silêncio na fala, ou ao cerceamento máximo da liberdade de interpretação implícita no ato da leitura.

O cacete da redundância pretende manipular a consciência do leitor, já que a reiteração sistemática do que se acabou de dizer condiciona a recepção, que, assediada pelo mesmo sentido, uma e de novo outra vez e ainda outra, não pode senão aceitar o argumento *inteiro*, confundindo reflexão filosófica com experiência iniciática.

Chega de preâmbulos: hora de descrever a hipérbole descaracterizadora.

Começemos com o vídeo *O Olavo tem razão 1: quem sou eu*. O próprio fala de si mesmo e da importância de sua obra e de seu domínio da linguagem e de sua erudição e da repercussão de seu trabalho — autoelogio e autodidatismo se irmanam. Um artigo de Ruy Fausto serviu de pretexto à expansão. Olavo esclareceu a razão do impacto que produziu na cena brasileira.

Escutemos:

E o que eu escrevi tem mais efeito do que o que ele escreveu, porque eu escrevo *mil vezes melhor* do que esses caras, pô! *É a coisa mais óbvia do mundo*. Eles *não sabem nem português*, são uns coitados, porra! Então... agora o que eu escrevo é vivo, é engraçado, tem humor, tem sentido, tem conteúdo; então, é claro que acaba tendo muito mais repercussão. *É óbvio*<sup>259</sup> (grifos meus).

A autoproclamação hiperbólica — *eu escrevo mil vezes melhor* — e confirmatória — *o que eu escrevo é vivo, é engraçado*, etc. — tornou-se a máscara sem medo usada por Olavo de Carvalho em sua *persona* nas redes sociais. O eficaz *É óbvio* equivale ao divertido *As simple as that*; ou seja, o absurdo do enunciado é domesticado pela eloquência da enunciação. O efeito é devastador: seus discípulos adotam o truque, embora em geral não disponham de formação sólida em área alguma do

conhecimento. Rapidamente, e com invejável ousadia, ministram cursos on-line com base em dois ou três livros consultados dogmaticamente acerca de um tema aleatório. Claro: *todos* os cursos tratam de *temas decisivos e fundamentais* na história da cultura ocidental. Ora, há uma miríade de cursos para um número razoavelmente limitado de assuntos incontornáveis em qualquer disciplina. O resultado é o caos cognitivo que domina o cenário brasileiro contemporâneo, numa mescla explosiva de analfabetismo ideológico e idiotia erudita.

Já vimos no primeiro capítulo uma série de exemplos do que denomino *hipérbole descaracterizadora*.

Você se recorda, não?

Sempre estamos às voltas com o *mais vasto empreendimento*, envolvendo *centenas de militantes-delatores* infiltrados nas mais diversas instâncias do estado e na sociedade civil, e, claro, *jamais houve na história do Ocidente* uma tal empresa; naturalmente, *não há nenhum precedente histórico para esse fenômeno*, capaz de criar um *império universal da impostura*, pois, ao fim e ao cabo, *um cérebro marxista nunca é normal*.

Você se deu conta da operação que coloquei em marcha?

Tomei frases soltas da trilogia de Olavo, discutida no primeiro capítulo, e simplesmente alinhavei uma longa frase, tendo como ponto de fuga a “ameaça vermelha”, pânico que, no campo da direita e sobretudo da extrema-direita, confere verossimilhança às associações mais desconexas e às conclusões mais disparatadas.

Inventei, portanto, um aplicativo, o *gerador automático de frases do sistema de crenças Olavo de Carvalho*. É uma espécie de *silogismo de Napoleão de hospício*. Isto é, no silogismo aristotélico, duas proposições

verdadeiras possibilitam a inferência de uma terceira proposição igualmente válida. A primeira premissa é de caráter mais geral, a segunda, mais restrita, e a conclusão é derivada da relação entre as duas proposições anteriores. No exemplo sempre citado (perdoe-me por reproduzir o que certamente você conhece muito bem — somente me permito fazê-lo para iluminar a insensatez do silogismo olavista e suas consequências nefastas):

Todo homem é mortal.

Sócrates é homem.

Logo, Sócrates é mortal.

Cristalino, não é mesmo?

Agora, por efeito de contraste, o falso silogismo olavista pode ser finalmente desmascarado. *Olavo parte sempre da conclusão* — “o perigo vermelho” iminente, já na esquina, na verdade, dentro de nossas casas, pior!, conquistando nossos corações e mentes — e, desse modo, pouco importa o conteúdo das proposições, que, logicamente, deveriam anteceder à conclusão. Como ela se encontra determinada *a priori*, e jamais se altera, Olavo inaugurou uma nova modalidade: a *lógica do vale-tudo*, um inesperado UFC de ideias fora de ordem, mas imantadas no invariável ponto de fuga: a ameaça vermelha, que nunca cessa, pois, *como bons psicopatas*, comunistas podem “facilmente” aguardar *gerações inteiras* antes de seu triunfo definitivo.

(Viu como o gerador automático de frases é infalível? Basta partir da conclusão, aceita dogmaticamente, e o que vem antes pouco importa.)

Em 2019, a conclusão pau para toda obra conheceu uma formulação impecável:

*Nada no mundo se compara à intensidade do ódio no coração de um esquerdista. É implacável, incessante, sem fim* (Twitter, 4 de novembro de 2019, grifos meus).<sup>260</sup>

A redundância e suas reiteraões infinitas: se o ódio *é incessante*, já se sabe que *é sem fim*. Mas, aqui, pelo menos, descobrimos que no peito dos desafinados esquerdistas *também bate um coração*.

(Em pelo menos 1% desses corações, não é mesmo?)

Se a ilação-matriz é aceita sem reserva, então, qualquer conteúdo se torna aceitável; mesmo as afirmações mais absurdas parecem razoáveis.

Acredite!

Vejamos alguns exemplos de declarações propriamente absurdas:

O Brasil está sob INTERVENÇÃO CHINESA. Alguém ainda não percebeu? (Twitter, 10 de maio de 2020)<sup>261</sup>

O embaixador da China tem mais autoridade que o presidente, seus ministros e todos os generais somados (Twitter, 12 de maio de 2020, grifos meus)<sup>262</sup>

Para o futuro do Brasil, SÓ a luta contra os comunistas é prioritária. O resto é TUDO desconversa, oba-oba e carreirismo. TUDO (Facebook, 15 de setembro de 2020, grifos meus)<sup>263</sup>

A tal quarentena é A MAIOR FRAUDE DA HISTÓRIA HUMANA (Twitter, 20 de abril de 2020, grifos meus).<sup>264</sup>

A mentalidade do Messias Bolsonaro ecoa essa lógica do vale-tudo. Recentemente, diante do fracasso óbvio da política econômica de seu governo, o presidente levantou a suspeita da presença de “infiltrados do PT” na equipe.<sup>265</sup> Os ineptos ministros da Educação justificam a inação de suas gestões recorrendo à noção olavista das *centenas de militantes* infiltrados. O predomínio do silogismo de Napoleão de hospício nas altas esferas da administração pública somente torna ainda mais agudo, quase dramático, o paradoxo que identifiquei no princípio deste ensaio: o êxito do bolsonarismo implica o fracasso do governo Bolsonaro.

A *hipérbole* olavista é *descaracterizadora* porque *suprime deliberadamente as mediações* entre os pontos tratados num argumento qualquer. Transita-se do alfa ao ômega sem pausa alguma, numa vertigem que impede a reflexão e despreza o conceito. O uso constante de letras maiúsculas apenas dá forma visual ao efeito pretendido, qual seja, a adesão absoluta ao exposto pelo mestre-sabe-tudo — e, claro, *mais um tanto*. O depoimento de Joel Pinheiro da Fonseca esclarece o alcance da submissão exigida por essa crença:

Questionar e discordar são práticas coibidas, ou, na melhor das hipóteses, desestimuladas. Chegou-se ao ridículo de inventar a ‘virtude’ conhecida como ‘humildade metódica’, segundo a qual o aluno, mesmo quando lhe parecer que Olavo está errado em um ponto particular, tem a obrigação de guardar a impressão para si.<sup>266</sup>

Pois não? Afinal, Olavo certamente pensa e lê e escreve e fala *mil vezes melhor do que todos os seus alunos* — inteiros e somados, você já sabe.

O inquietante é a homologia entre o recurso estilístico olavista e a natureza autoritária do projeto político bolsonarista. Em ambos os casos, o propósito último é o de abolir toda forma de mediação, a fim de estabelecer seja o controle da consciência dos discípulos, seja o estabelecimento de uma “democracia” direta por meio da abolição das mediações institucionais entre poder e cidadania.

(Democracia direta também se diz *democratura*.<sup>267</sup>)

Curioso: o mesmo Olavo pensava o oposto em 2016 e execrava o desejo de governar sem as mediações institucionais, mas parece que se esqueceu do que disse numa transmissão sintomaticamente intitulada “Amnésia histórica”. Vamos recordá-lo?

O Bertrand de Jouvenel, no livro *O Poder: história natural do seu crescimento*, ele mostra que isso é um mecanismo repetitivo ao longo da história... Quer dizer, o governante que se alia à classe popular *para quebrar as hierarquias intermediárias*. E o povo o apoia pensando que vai levar alguma vantagem nisso e, no fim, o que sobra são dois níveis: o chefe, em cima, e a massa anônima, inorgânica, incapaz de agir, em baixo.<sup>268</sup>

Aqui, finalmente, posso afirmar, sem ironia alguma, que “Olavo tem razão”, pois *quebrar as hierarquias intermediárias* é a definição mesma do projeto autoritário bolsonarista, cuja ponta de lança é a guerra cultural e cujo meio mais eficiente é a retórica do ódio. Caracterizada essa

retórica, descritos os seus procedimentos textuais, cabe perguntar pelos seus efeitos na paisagem mental do agônico Brasil contemporâneo.

## **Analfabetismo ideológico e idiotia erudita**

Retorno ao ponto-chave: a *retórica* do ódio é uma *técnica discursiva* que lança mão de recursos estilísticos determinados, a fim de produzir efeitos precisos.

Essa consideração se desdobra em duas consequências.

De um lado, como se trata de uma técnica discursiva, a retórica do ódio pôde ser ensinada e difundida para os seguidores do sistema de crenças Olavo de Carvalho. O resultado prático dessa disseminação é propriamente assustador — como veremos num minuto ao resgatar eventos recentes do conturbado cotidiano brasileiro na era bolsonarista.

De outro, no plano do duelo argumentativo, a retórica do ódio é dependente de uma ingênua *lógica da refutação*, que, no plano do debate, ainda que na esfera do dia a dia e no domínio da política, mais uma vez evoca o princípio da Doutrina de Segurança Nacional, pois o objetivo é não apenas calar o outro, mas humilhá-lo publicamente; numa palavra, eliminá-lo. Nada mais patético do que youtubers, “jornalistas” e políticos que editam suas participações em eventuais aparições midiáticas em vídeos sempre com idêntico título: “A destrói B”; “C arrasa D”; “E humilha F”. No fundo, trata-se de uma contrafação vulgar da dialética erística, tal como apresentada por Arthur Schopenhauer, ou seja, “a arte

de discutir, mais precisamente a arte de discutir de modo a *vencer*, e isto *per fas et per nefas* (por meios lícitos e ilícitos)”.<sup>269</sup>

“Mas, afinal”, você pergunta com razão, “o que quer dizer analfabetismo ideológico e idiotia erudita?”

Em lugar de oferecer uma resposta chã, prefiro recordar dois ou três episódios e, assim, desenvolveremos juntos os dois conceitos.

Hoje é o dia 1º de maio de 2020, Dia do Trabalhador; e estamos em Brasília, mais precisamente na Praça dos Três Poderes. Um grupo de enfermeiras e de enfermeiros realiza uma manifestação pacífica, silenciosa até: todos perfilados, segurando uma cruz em sinal de luto, um protesto em memória de 55 enfermeiros, técnicos e auxiliares que já haviam morrido — esse número, infelizmente, aumentou e muito. Além de recordar os profissionais da saúde vitimados pela peste da Covid-19, também se denunciava suas precárias condições de trabalho.

Em tese, difícil imaginar que se pudesse discordar da iniciativa. O artista plástico Gabriel Giucci dedicou uma série de grande sensibilidade e força ao protesto, “Brasília, 1º de Maio, 2020”: nas suas telas, os profissionais da saúde surgem isolados, vulneráveis, como se pedissem socorro e a projeção acentuada de suas sombras parecem transformá-los em fantasmas de nossa indiferença.<sup>270</sup> Mas em tempos de analfabetismo ideológico, o inesperado sempre faz uma surpresa desagradável.<sup>271</sup>

Inesperadamente, vemos uma senhora, muito agressiva, ostentando belicosamente uma bandeira do Brasil, e um senhor, visivelmente alterado, vestindo uma camisa amarela, com uma inscrição em previsíveis letras verdes, “Meu partido é o Brasil”. Os dois invadem o protesto e começam a agredir os manifestantes verbalmente. E, como se seguissem à risca o conselho miliciano de Olavo de Carvalho, decidiram

impor sua PRESENÇA FÍSICA, aproximando-se ameaçadoramente sobretudo das enfermeiras.

(Ideologia de gênero e misoginia costumam andar de mãos dadas.)

A senhora brande a bandeira nacional como se fosse uma arminha; inquieta, ela saca da cartola uma metralhadora giratória de argumentos de um anacronismo nada deliberado (Ionesco invejaria a verve):

É vergonhoso, é vergonhoso o que vocês fazem. (...) Hoje vocês estão ganhando um salário mais ou menos. Amanhã, vocês estão ganhando 50 dólares. (...) Vocês querem uma passagem para Venezuela e para Cuba? *Eu sinto o cheiro da sua pessoa*, pessoa que não toma banho direito, cheiro que não passa um perfume, a gente entende quem você é. [272](#)

Difícil encontrar um exemplo mais chocante do caráter nefasto, abjeto inclusive, da guerra cultural concebida como forma de eliminação do outro. A retórica do ódio é parte indissociável do fenômeno porque a estigmatização caricatural do adversário autoriza o gesto último: a *desumanização* do outro, reduzido a papel de inimigo por abater. A menção feita pela empresária ao “cheiro” da pessoa que está na sua frente me produz engulhos, confesso sem remorso. Contudo, é preciso transformar a justa indignação em reflexão ou se perde a potência da etnografia textual. É necessário depreender a essência do *analfabetismo ideológico* das palavras da agressora. Destaco a mescla de dados: Cuba e Venezuela são nomes próprios do ponto de fuga das teorias conspiratórias elaboradas com base num anticomunismo delirante. Aqui, 50 dólares equivale a uma metonímia do fracasso que se atribui à economia

socialista. Pelo avesso, o que está em jogo é uma autêntica chantagem política: ou aceitamos todos os desmandos do Messias Bolsonaro ou...

Melhor: escutemos o presidente.

Estamos agora na reunião ministerial de 22 de abril de 2020. Depois da excêntrica sucessão de falas de ministros e de altos funcionários, que, em plena pandemia, em lugar de delinearem uma estratégia mínima de ação, dedicaram-se com incompreensível entusiasmo à duvidosa competição pelo primeiro prêmio de radicalismo reacionário; após essa corrida maluca ministerial, o presidente subiu o tom, lançando mão de um imaginário que, acredite se puder, ou melhor, identifique nessa coincidência precisamente a atmosfera que dá densidade ao analfabetismo ideológico, pois o imaginário do presidente compartilha os mesmos fetiches e se organiza segundo o mesmo ponto de fuga delirante da empresária assediadora.

Transcrevo a fala e você me dirá se tenho razão:

Eu tô vendo o mais antigo aqui, o General Heleno aqui. Ele sabe o que foi 64. Muitos aqui não sabem. *Essa cambada* que tentou chegar ao poder, se tivesse chegado, a gente tava fodido, todo mundo aqui. Cortando... Ia tá felicíssimo se tivesse *cortando cana, ganhando vinte dólar por mês*. Não pode esquecer disso!<sup>273</sup>

No próximo capítulo, resgatarei a fonte dessa narrativa — e você já sabe que me refiro ao *Orvil*, não é mesmo? De imediato, permaneçamos um pouco mais na reunião ministerial para flagrar no discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, um vocabulário típico dos piores momentos da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional, rediviva no clima hostil e insensato da guerra cultural bolsonarista.

Um detalhe para contextualizar a fala: na saraivada que se segue, Guedes referia-se ao funcionalismo público.

Respire fundo:

Então nós sabemos e é nessa confusão toda, todo mundo tá achando que tamo distraído, abraçaram a gente, enrolaram a gente. Nós *já botamos a granada no bolso do inimigo*. Dois anos sem aumento de salário. [274](#)

Salvo engano, a função de uma granada é explodir. Na mentalidade do ministro, que, num dia que já parece distante, foi ungido como superministro, o *inimigo* deve mesmo ir pelos ares. Poucas vezes a brutalidade de uma metáfora infeliz foi tão reveladora.

É bem isso a guerra cultural bolsonarista.

(Relembro que tratei de um conceito de guerra cultural em que o outro não é eliminado, mas considerado um oponente no mundo das ideias.)

O analfabetismo ideológico não supõe a existência objetiva de uma dificuldade (no limite da impossibilidade) de interpretar um texto simples — isso para não pensar em formulações complexas, que, para o analfabeto funcional, são verdadeiramente indecifráveis. Pelo contrário, em geral, o analfabeto ideológico tem boa formação, não enfrenta dificuldade alguma para interpretar textos elaborados e na maior parte dos casos possui uma boa expressão oral. Seu problema, portanto, não é de ordem cognitiva, porém política.

Posso propor uma definição ainda mais sucinta; porém, fiel a meu método, evoco outro episódio — ao final, você chegará à definição por si

só.

Voltamos ao 1º de maio na Praça dos Três Poderes em Brasília. O senhor de camisa amarela com letras verdes supera a empresária em agressividade, tanto física quanto verbal. Falemos um pouco dessa camisa, pois ela realiza uma complexa síntese de política, messianismo, religião e populismo. Trata-se do modelo da camisa que o então candidato Messias Bolsonaro usava quando sofreu o atentado em 6 de setembro de 2018. Menos de 48 horas depois do atentado, a campanha do PSL transformou a peça de roupa num símbolo que segue mobilizando a militância: “Com a frase ‘Meu partido é o Brasil’ estampada, a imagem mostra um rasgo na parte inferior do que seria a camisa, com uma mancha de sangue, representando a facada que Jair Bolsonaro recebeu durante o ato público em Juiz de Fora, em Minas Gerais”.<sup>275</sup>

No descontrole do senhor no protesto pacífico dos profissionais de saúde, contudo, havia certo método, pois ele recorreu a um conceito convertido em inesperado xingamento, dirigido a uma enfermeira que, em silêncio, manifestava-se de modo absolutamente ordeiro.

Prepare o espírito:

Moça, você é uma *analfabeta funcional!* Não precisa correr, não! Você é uma *analfabeta funcional!* (...)

É isso que você aprende *lá no seu estudo* de formar... sei lá o quê? Sua *analfabeta funcional!* Eu tenho berço! Você tá me ouvindo? Sua *analfabeta medíocre!*<sup>276</sup>

Na etnografia do presente a que me dedico, é indispensável superar o desprezo que tais tipos provocam e concentrar-se nos signos em rotação identificáveis em seus gestos e palavras.

Paremos, pois, para pensar.

Qual a agressão maior que ocorreu ao senhor que, depois se soube, era funcionário terceirizado do ministério comandado por Damares Alves?<sup>277</sup>

A resposta abre a Caixa de Pandora do sistema de crenças Olavo de Carvalho, ou seja, da guerra cultural bolsonarista: a enfermeira seria uma *analfabeta funcional*, afinal, mesmo tendo um diploma superior, *é isso que [ela] aprende lá no seu estudo*.

Retorna o mantra da hegemonia cultural da esquerda na alusão nada sutil ao “método Paulo Freire” que teria criado gerações de analfabetos funcionais. Trata-se de outro ponto de fuga de narrativas conspiratórias que atualizam o típico silogismo olavista; como vimos, o silogismo de Napoleão de hospício.

Sublinhe-se, e agora tudo parecerá óbvio, mesmo o ódio na voz do senhor. Em aproximadamente 30 segundos, o xingamento “analfabeta funcional” é vociferado três vezes, e “analfabeta”, uma. Contudo, recorde-se a cena: a enfermeira está de pé, segura uma cruz e permanece em silêncio, num protesto pacífico. Vale dizer, ela não está lendo, muito menos interpretando um texto. Por que considerá-la uma analfabeta funcional? Em primeiro lugar, porque *analfabeto funcional* é a forma principal de desqualificação usada por Olavo de Carvalho.<sup>278</sup> Como não é possível discordar das geniais hipóteses do autor de *A fórmula para enlouquecer o mundo* (2014), quem o faz, batata!, simplesmente não foi capaz de entender a complexidade do texto. Logo, sem dúvida, um analfabeto funcional, educado no “método Paulo Freire”, claro está. O emprego do artifício pelo senhor de camisa amarela apenas evidencia o incomum alcance da mensagem olavista.

Por fim, o analfabetismo ideológico implica a projeção de suas próprias convicções no outro, no texto e no mundo. Tudo se transforma em pretexto para a reiteração de suas crenças. As redes sociais, graças à lógica do algoritmo, reforçam exponencialmente as condições para o contágio indiscriminado do fenômeno. É como se o estratagema 28 da dialética erística tivesse sido adaptado para o ritmo vertiginoso das redes sociais e fornecesse matéria-prima infinita para a proliferação de “memes”:

Em geral, adota-se este estratagema quando uma pessoa culta discute com um auditório inculto. (...) E, ainda que o adversário seja um conhecedor do assunto, não o são os ouvintes. Aos olhos destes, ele estará derrotado, tanto mais se nossa objeção conseguir que sua afirmação apareça, de algum modo, sob um aspecto ridículo. *As pessoas são inclinadas as riso fácil*, e os que riem estão do lado daquele que fala. Para demonstrar que a objeção é nula, o adversário deverá entrar numa longa discussão e remontar aos princípios da ciência ou a qualquer outro recurso. Mas *não é fácil encontrar um auditório interessado nisso.* [279](#)

Dessa perversão de um olhar ideologicamente determinado nos menores detalhes do dia a dia emerge o fenômeno desconcertante da *idiotia erudita*, esteio e eixo das labirínticas teorias conspiratórias. Os delírios que vimos no documentário *Intervenção*, examinado no primeiro capítulo, são casos rematados de um excesso de informações organizadas em esquemas delirantes ao ponto da idiotia. Não importa: se o ponto de fuga permanecer sendo a iminência da “ameaça vermelha”, então, todo e qualquer dado pode ser automaticamente incorporado, pois o anticomunismo pau-para-toda-obra opera como um autêntico buraco negro, capaz de assimilar o próprio universo.

## Coda: a idiotia erudita nossa de cada dia

Mencionarei apenas uma instância de idiotia erudita. O exemplo, contudo, é tão extremo que praticamente dispensa comentários:

A esquerda tem tentado fazer no Brasil o que o chefe da KGB, nas décadas de 1970 e 1980, Yuri Bezmenov, que refugiou-se nos Estados Unidos — chefe da KGB, extinto serviço secreto da União Soviética: *promover as ideologias de gênero*, para promover o caos na sociedade. E é isso o que tem sido feito *por meio do Foro de São Paulo*, por meio da Internacional Socialista, por meio da união dos movimentos de esquerda latino-americanos; eles têm tentado impor, a todo e qualquer custo, a imposição da ideologia de gênero, o *feminismo*, e *toda a pauta da esquerda*. E é por isso que nós estamos aqui: para garantir a manutenção do Estado de Direito. Pois não duvidem: não há democracia no socialismo. Nunca houve!<sup>280</sup>

No primeiro capítulo, já fomos apresentados ao orador, Angelo Seltz, formado em História pela Universidade Federal de Goiás. Num efeito típico do universo digital e das redes sociais, os dados se multiplicam, mas se trata de pura informação sem processamento algum, pois a reflexão é substituída pelo ponto de fuga que define a guerra cultural bolsolavista: *toda a pauta da esquerda*. A mescla mal assimilada de dados dispersos favorece sua ordenação caótica em labirínticas teorias conspiratórias. Em boa medida, o fenômeno da ascensão do bolsonarismo corresponde à difusão desse caos cognitivo em escala inédita no Brasil.

O analfabetismo ideológico e a idiotia erudita são, por assim dizer, formas suaves do desejo de eliminação simbólica do outro.

Não é o caso da guerra cultural bolsonarista e de sua linguagem, a retórica do ódio. Aqui, não há meio termo, tampouco hesitação: trata-se de ver o outro como um adversário, um inimigo para varrer do mapa. Uma vez identificado, sua eliminação se impõe e não deve ser procrastinada. E se é verdade que as *culture wars* norte-americanas, especialmente após sua apropriação pela *alt-right*, também almejam a aniquilação das diferenças, no caso brasileiro há uma teoria que, remontando em seus primórdios à década de 1930, conheceu sua formulação definitiva e draconiana durante a ditadura militar estabelecida com o golpe de 1964: A Doutrina de Segurança Nacional já advogava a eliminação necessária do adversário.

É o que veremos no próximo capítulo.

(Tentarei entender *a bala, a lâmina colérica*, que nos levam ao precipício.)

## [Próximo Capítulo](#)

---

<sup>154</sup> “Entrevista de Bolsonaro ao ‘Estado’ com elogio a Chávez mobiliza militância”, *Estado de S. Paulo*, 12 de dezembro de 2017, grifos meus. Eis o link: <https://tinyurl.com/y3z4nnx9>

<sup>155</sup> Um livro importante e esclarecedor acerca deste ataque: Aldo Arantes (org.) *Por que a Democracia e a Constituição estão sendo atacadas?* Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2019.

[156](#) Ricardo Lísias. *Diário da catástrofe brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020, p. 8, grifos meus. Nota realizada no dia 2 de janeiro de 2020.

[157](#) Eis o link: <https://tinyurl.com/y64kxxhl>

[158](#) No quarto capítulo, tratarei do processo que levou à reunião entre anticomunismo e ideologia de gênero, que se mostrou uma força eleitoral considerável. De imediato, recomendo o livro de Sônia Corrêa e Isabela Kalil, *Políticas antigênero en América Latina: Brasil* (Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW) / ABIA – Asociación Brasileña Interdisciplinar de SIDA, 2020).

[159](#) James Davison Hunter. *Culture wars: The struggle to define America. Making sense of the battles over family, art, education, law, and politics*. New York: Basic Books, 1991.

[160](#) “O número de evangélicos no parlamento brasileiro cresceu acompanhando o aumento da quantidade de fiéis”. Cf. Andrea Dip. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 26. No quarto capítulo, retornarei ao tema.

[161](#) Allan Bloom. *The Closing of the American Mind: How higher education has failed democracy and impoverished the souls of today's students*. New York & London: Simon & Schuster Paperbacks. The 25th Anniversary Edition.

[162](#) Discurso proferido no dia 17 de agosto de 1992, que pode ser visto aqui: [https://youtu.be/2olwuAy3\\_og](https://youtu.be/2olwuAy3_og)

[163](#) A entrevista pode ser vista aqui: [https://youtu.be/qBm7SZ\\_WjYY](https://youtu.be/qBm7SZ_WjYY)

[164](#) Eduardo Wolf. “Luta pela alma do Brasil”, grifos meus. *Revista Veja*, 30 de novembro de 2018: <https://tinyurl.com/yy9z6z88>. Consulta realizada em 15 de maio de 2020.

[165](#) Heloísa Mendonça e Nadia Galarraga Cortázar. “Bolsonaro a milhares em euforia: ‘Vamos varrer do mapa os bandidos vermelhos’”, grifos meus. *El País*, 22 de outubro de 2018: <https://tinyurl.com/y2zd9sbj>

[166](#) Letícia Casado e Reynaldo Turolo Jr. “PT vai ao STF contra Bolsonaro por vídeo em que ele defende ‘fuzilar a petralhada’”, grifos meus. *Folha de S. Paulo*, 3 de setembro de 2018:

<https://tinyurl.com/y3qj4xd3> “A petralhada *toda*”: Olavo de Carvalho aprovaria a redundância.

[167](#) Reinaldo Azevedo. “Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro transmitido ao vivo durante manifestação”, grifos meus. *Folha de S. Paulo*, 22 de outubro de 2020. Link: <https://tinyurl.com/yxmfv3bz>

[168](#) O vídeo pode ser visto aqui: <https://youtu.be/oEpOm5XLvxQ>

[169](#) Victor Klemperer. *LTI. A linguagem do Terceiro Reich*. Tradução de Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 211.

[170](#) 1922, de igual sorte, foi um ano-chave na cultura brasileira, embora, em geral, somente recordemos da Semana de Arte Moderna, ocorrida em fevereiro, momento icônico de ruptura com o passado. Contudo, dois outros eventos do mesmo ano caminharam em sentido contrário. Em agosto, o Museu Histórico Nacional foi fundado a fim de promover a conciliação simbólica entre passado monárquico e presente republicano. No dia 7 de setembro, inaugurou-se no Rio de Janeiro a Exposição do Centenário da Independência, cujo êxito fez com que permanecesse aberta até o mês de março de 1923. Sua ênfase, claro está, repousava na união nacional. Signos em rotação oposta, como se percebe. No campo político, os vetores também se opunham. Ora, se no dia 25 de março, fundou-se o Partido Comunista — Seção Brasileira da Internacional Comunista —, em 5 de julho explodiu a primeira de uma série de revoltas tenentistas, a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. De um lado, a promessa de ruptura radical, que nunca se concretizou; de outro, a insatisfação de jovens militares, que chegou ao poder em 1930. Ano-oxímoro, portanto.

[171](#) Destaque-se, nesse horizonte, o instigante livro de Marc Manganaro, *Culture, 1922: The Emergence of a Concept* (Princeton: Princeton University Press, 2003). O autor associa a emergência do conceito de cultura a um movimento específico na universidade: “As décadas de 1920 e 1930 testemunharam esforços concentrados e bem-sucedidos de profissionalização de duas disciplinas: antropologia cultural e crítica literária” (p. 11).

[172](#) Uma reflexão importante sobre o tema pode ser encontrada no inovador ensaio de Michael Taussig, *Mimesis and Alterity; A particular history of the senses* (New York, Routledge, 1993).

[173](#) Não resisto à lembrança do célebre discurso de Henrique V: “We few, we happy few, we band of brothers; / For he today that sheds his blood with me / Shall be my brother; be he ne’er so vile, / This day shall gentle his condition”. Na tradução de Carlos Alberto Nunes: “Nós, poucos; nós, os poucos felizardos; / nós, pugilo de irmãos! Pois quem o sangue / comigo derramar, ficará sendo / meu irmão.

Por mais baixo que se encontre; confere-lhe nobreza o dia de hoje”. Cf. William Shakespeare. *Henrique V*. In: Teatro completo. Dramas históricos. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 250.

[174](#) C. P. Snow. *Two Cultures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 42. Esta edição contém uma alentada introdução de Stefan Collini e o texto de 1963, “Two Cultures: A second look”.

[175](#) A série pode ser vista na íntegra. Eis aqui o primeiro episódio: <https://youtu.be/JxEJn7dWY60>

[176](#) Também esta série pode ser vista na íntegra. Eis o primeiro episódio: [https://youtu.be/0pDE4VX\\_9Kk](https://youtu.be/0pDE4VX_9Kk)

[177](#) Charles Perrault. *Le siècle de Louis le Grand*. In: Fumaroli, Marc (org.). *La Querelle des Anciens et des Modernes*. Paris: Éditions Gallimard, 2001, p. 257. Esta compilação é precedida por um longo e fundamental ensaio do organizador, “Les abeilles et les araignées”, p. 7-218.

[178](#) Tradução de Bluma Waddington Vilar.

[179](#) Luís de Camões *Os Lusíadas*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1988, p. 9.

[180](#) Reinhart Koselleck. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006. Ver, especialmente, o capítulo 14, “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”, p. 305-327.

[181](#) Na prática, o PT deixou o exercício do poder no dia 17 de abril, um domingo, na sessão especial da Câmara dos Deputados, quando 367 votos foram dados a favor do *impeachment* e 137 votos contra o *golpe* — e a distinção ainda hoje domina a cena política.

[182](#) Nunca é demais lembrar! Não iremos longe relativizando o respeito ao rito mais elementar da democracia representativa: o resultado das eleições.

[183](#) Arthur Hussne. “Olavismo e bolsonarismo”, op. cit.

[184](#) Sérgio Abranches apresentou sua instigante hipótese no artigo “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro” (*Dados – Revista de Ciência Sociais*, vol. 31, n. 1, 1988, p. 5-33). Em livro recente, o cientista político atualizou seu argumento e assim definiu o conceito: “O

presidencialismo de coalizão nasceu em 1945, durou dezessete anos, descontando-se o interregno parlamentarista de setembro de 1961 a janeiro de 1963. Foi reinventado e praticado por trinta anos na Terceira República (1988–atual). Ele combina, em estreita associação, o presidencialismo, o federalismo e o governo por coalizão multipartidária”. Cf. Sérgio Abranches. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 9-10.

[185](#) Mas não custa recordar a frase tristemente célebre do então senador Romero Jucá; frase-síntese do corporativismo legislativo que buscava anular as ações da Operação Lava Jato. “Em gravação Jucá sugere ‘pacto’ para barrar a Lava Jato, diz jornal”. *G1*, 23 de maio de 2016. Nesta matéria é possível ouvir o áudio da conversa: <https://glo.bo/2JTtukg>

[186](#) O *pemedebismo* seria uma forma desenvolvida num regime democrático com a finalidade paradoxal de evitar a ampliação máxima dos benefícios advindos da própria democracia: “Uma das teses centrais deste livro é a de que um dos mecanismos fundamentais desse controle está em uma cultura política que se estabeleceu nos anos 1980 e que, mesmo se modificando ao longo do tempo, estruturou e blindou o sistema político contra as forças sociais de transformação”. Cf. Marcos Nobre. *Imobilismo em movimento. Da redemocratização ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 10. Para uma crítica dessa hipótese, ver, de Marcelo Moreira, “‘Pemedebismo’: rupturas e contradições no Brasil contemporâneo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 30, n° 87, p. 171-175.

[187](#) Thaís Oyama. *Tormenta. O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 10-11.

[188](#) “Temos de desconstruir muita coisa”. *Revista Veja*, 18 de março de 2018: <https://tinyurl.com/y2v94wyl>

[189](#) Ronald Robson. *Conhecimento por presença: em torno da filosofia de Olavo de Carvalho*. Campinas: VIDE Editorial, 2020

[190](#) Pedro Sette-Câmara. “Algumas memórias da década de 1990”. *Nabuco: revista brasileira de humanidades*, n° 1, 2014, p. 53. Grifos meus.

[191](#) Isabela Kalil. “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”. Relatório de Pesquisa. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Outubro, 2018. O relatório pode

ser lido aqui: <https://tinyurl.com/y6zcbvbb> Há, na página da pesquisadora no site Academia, versões em espanhol e em inglês; a versão em inglês é a mais completa.

[192](#) Pedro Sette-Câmara. op. cit., p. 59-60.

[193](#) O dramaturgo respondeu à altura: José Celso Martinez Corrêa. “Tabu do corpo nu retorna na guerra cultural antimarxista”. *Folha de S. Paulo*, 21 de dezembro de 2018. Nas suas palavras: “É difícil a comunicação com os que não amam o corpo, seu próprio corpo. Não sabem das coisas, não têm o corpo feito, y neste momento do mundo engrossam a fila do ódio ao vivo, que trocam perfeitamente pela sua própria robotização. Seu desejo maníaco por apontar armas”. O artigo pode ser lido aqui: <https://tinyurl.com/y47xg8u3>

[194](#) Pedro Sette-Câmara. “Olavo de Carvalho redefiniu noção de intelectual público”. *Folha de S. Paulo*, Ilustríssima, 16 de dezembro de 2018: <https://tinyurl.com/y6cla9km>

[195](#) Ricardo Lísias é mais ácido na descrição do artigo de Sette-Câmara: “É esse o resumo do texto de Sete Câmeras (*sic*): um menino deslocado vai a uma peça em que muitos atores ficam pelados, até o Caetano Veloso!, se horroriza, não entende como tanta gente pode gostar da mesma montagem que o traumatizara e encontra conforto em um homem que lhe garante que são todos tontos, menos ele e seu grupo de alunos. O leitor coloque aí algumas crises econômicas graves em um país sob tensão crescente, o aprimoramento da política de bloqueios sobretudo através da Internet, o efeito em cascata dos grupos de pressão neofascistas, e chegamos à eleição do candidato mais nefasto da história eleitoral brasileira”. Cf. Ricardo Lísias. *O diário da catástrofe brasileira*, op. cit., p. 31.

[196](#) Pedro Sette-Câmara. “Olavo de Carvalho redefiniu noção de intelectual público”.

[197](#) “Entrevistas. Milton Temer”, grifos meus. *Fazendo Media*, 3 de outubro de 2004: <https://tinyurl.com/y4w4vqu5>

[198](#) Francisco Escorsim. “Olavo de Carvalho não é para ser comentado”, grifos meus. *Gazeta do Povo*, 5 de junho de 2017. Eis o link para o artigo: <https://tinyurl.com/y23e8zad>

[199](#) Revista *Veja*, 18 de março de 2018: <https://tinyurl.com/y2v94wyl>

[200](#) Idem.

[201](#) Você reconheceu a alusão, eu sei, mas não custa mencionar a primeira estrofe do Soneto 94 de Camões: “Transforma-se o amador na cousa amada, / Por virtude do muito imaginar; / Não tenho, logo, mais que desejar / Pois em mim tenho a parte desejada”. Luís de Camões. *Sonetos*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1988, p. 301.

[202](#) Martim Vasques da Cunha. “Tragédia ideológica”. *Revista Piauí*, nº 167, agosto de 2020, p. 28. O texto encontra-se disponível na página da revista: <https://tinyurl.com/y4ccpg9m>

[203](#) “Leopoldo um dia me deu um livro de presente, assim do nada. Era *O jardim das aflições*, de Olavo de Carvalho. (...) O que me impressionava no *Jardim das aflições* era que Olavo de Carvalho discutia teses sérias no que desde aquela eu chamava de ‘língua de gente’, para contrapor à *langue de bois* intelectual”. Cf. Pedro Sette-Câmara, “Algumas memórias da década de 1990”. op. cit., p. 57.

[204](#) Martim Vasques da Cunha, op. cit., p. 28.

[205](#) Idem, ibidem.

[206](#) Idem, ibidem.

[207](#) Arthur Hussne. “Olavismo e bolsonarismo”, op. cit.

[208](#) Francisco Escorsim. “Guerra Cultural: como perdê-la achando que está ganhando”. Palestra publicada no canal do Instituto Borborema, em 5 de junho de 2019. Link: <https://youtu.be/KxHwg0QoBH0>

[209](#) Joel Pinheiro da Fonseca. “Precisamos falar sobre Olavo Carvalho”. *Revista Café Colombo*, 2015, p. 36, grifos meus.

[210](#) Bruno Paes Manso. *A República das Milícias. Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020, p. 278.

[211](#) Idem, p. 279.

[212](#) Rafael Nogueira. “Apontamentos sobre a educação bancária: Um estudo sobre a originalidade, a aplicabilidade, a veracidade e a atualidade do conceito de educação bancária em Paulo Freire”. Thomas Giulliano (org.). *Desconstruindo Paulo Freire*. Porto Alegre: História Expressa, 2017, p.

112, grifos meus. Aliás, o título do divertido artigo não deixa de ser um elogio involuntário à técnica da redundância da prosa olavista.

[213](#) Olavo de Carvalho / Website oficial: <https://olavodecarvalho.org/>.

[214](#) Martim Vasques da Cunha, op. cit., p. 28.

[215](#) Olavo de Carvalho, “Casos pequeninhos de corrupção podem acontecer em qualquer governo”, grifos meus. BCC News Brasil: <https://youtu.be/HZwWcy4UTDU> ; ver de 1:10:10 a 1:10:24.

[216](#) Idem, grifos meus; ver de 1:10:34 a 1:11:03.

[217](#) Joel Pinheiro da Fonseca, op. cit., p. 37.

[218](#) Idem, grifos meus.

[219](#) Trata-se do blog do atual Chanceler Ernesto Araújo: <https://www.metapoliticabrasil.com/>. Não é tudo: o futuro chanceler sempre soube lançar garrafas ao mar: “O tipo de ativismo apoiado pela Cambridge Analytica era uma forma aprimorada e inovadora de algo conhecido nos círculos de extrema-direita como *metapolítica*. A estratégia envolve fazer campanha não por meio da política, *mas por meio da cultura*”. Benjamin R. Teitelbaum, op. cit., p. 62, grifos meus.

[220](#) Ver: <https://www.metapoliticabrasil.com/about>

[221](#) Ernesto Araújo. “Agora falamos”. *The New Criterion*. Janeiro, 2019: <https://tinyurl.com/yxfev88o>

[222](#) Ernesto Araújo. “Chegou o Coronavírus”: <https://tinyurl.com/y2ebepu4>

[223](#) Ver o vídeo: [https://youtu.be/hRYwIi751\\_E](https://youtu.be/hRYwIi751_E), publicado no canal do jornal *Mídia Sem Máscara*, no YouTube. Ver de 6:17 a 6:29.

[224](#) Instituto Borborema: <https://institutoborborema.com/>

[225](#) O vídeo pode ser visto aqui: [https://youtu.be/1aIep5e\\_294](https://youtu.be/1aIep5e_294)

[226](#) Ver o vídeo a partir de 00:30.

[227](#) Ver o vídeo a partir do minuto 17.

[228](#) É tudo verdade: Caio Perozzo. “Autoengano e Dissonância Cognitiva”. Instituto Borborema (a partir de 18:49: <https://youtu.be/tD6CujpOGD4>

[229](#) Ver o vídeo a partir do minuto 18: [https://youtu.be/1aIep5e\\_294](https://youtu.be/1aIep5e_294), grifos meus. Boa sorte...

[230](#) Ver o vídeo a partir de 01h09.

[231](#) Ver o vídeo a partir de 01h55.

[232](#) Como você reconheceu, trata-se de uma passagem do “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” (1924), de Oswald de Andrade.

[233](#) Edmilson Cruz. “São José de Anchieta: Fundador da Terra de Santa Cruz”, grifos meus; Instituto Borborema (ver a partir de 08:02): <https://youtu.be/YjXeyKS8kVs>. Vale a pena transcrever a análise etimológica numa versão mais generosa: “Uma sociedade que tem uma cultura fraca, mais pequena, mais bárbara, ela é menor do que uma sociedade que tem uma cultura mais apurada, mais desenvolvida. Então, você pega, por exemplo, é... Um exemplo prático é o exemplo de cultura voltada para a agricultura. A agricultura foi o que dentro da história da humanidade? Foi o momento no qual os humanos deixaram de ser nômades, tribais [...] e [...] passam agora a se organizar em cidades e, aqui, eles surgem (*sic*), as primeiras cidades, começam a ser civilizados. Então, cultura, ele sempre tem que trazer essa ideia de evolução. E, ao mesmo tempo, quando a gente fala a palavra cultura vem o quê? Vem a ideia de culto. E a ideia de culto é cultivar um Deus, o sumo bem”. Pois é... E como a sabedoria do palestrante não é pequena, ele completou (ver a partir de 09:41): “[...] lá no Enem vai cair o conceito de cultura, o conceito de um cara chamando Laraia, Romeu-não-sei-das-quantas-Laraia E ele vai dizer que cultura é tudo o que o homem faz. Tudo. Não importa [...] se é belo, se é feio, se é verdadeiro ou se mentira, se é bom ou se é mal. Não importa”. O corajoso professor queria, muito provavelmente, se referir ao renomado antropólogo Roque de Barros Laraia. (Abro um parêntese a fim de deixar clara a etimologia correta da palavra cultura: o verbo *colo, is, ere, colui, cultum* é derivado da raiz indo-europeia *k\*lw* e seu significado mais antigo é o de cultivar, lavar, plantar. A partir do supino desse verbo [*cultum*] é formado o particípio futuro ativo *culturus, a, um*, cuja forma nominativa e neutra é cultura, significando “as coisas a serem cultivadas”. Ainda no período arcaico, o espectro semântico desse último termo se ampliou do campo agrário para o físico [vide o treinamento militar] e, mais tarde, para o dos valores morais a serem transmitidos para

a coletividade. Agradeço muito ao professor de Latim da UERJ, Fernando Pita, pelo valioso auxílio no esclarecimento da etimologia dessa palavra).

[234](#) Por exemplo, o curso “Formação básica online. Linguagem, Literatura e Imaginário”, composto por “78 aulas divididas em 7 módulos + material de apoio!” – e a exclamação sugere a excelência do material, suponho – custa módicos R\$ 1.164, 00 e, de novo, repare na exclamação, pode ser quitado “em até 12 vezes no cartão!”.

[235](#) Recorro ao recurso de Próspero para capturar a atenção de Miranda! No original, “(...) – thou attend’st not!”; “I pray thee mark me”. Citei a tradução de Carlos Alberto Nunes: *A Tempestade*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2008, p. 27

[236](#) “Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe militar”. *Folha de S. Paulo*, 28 de março de 2019: <https://tinyurl.com/y4hygkfr>

[237](#) Eis o link: <https://tinyurl.com/yyooavtd> Não altero a ortografia das postagens.

[238](#) Assim o narrador casmurro definiu seu propósito: “O meu fim evidente era atar as pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência”. Cf. Machado de Assis. *Dom Casmurro*. Obra completa. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, p. 810.

[239](#) Instituto Borborema: <https://institutoborborema.com/>, grifos meus.

[240](#) Idem, grifos meus.

[241](#) United Nations. *Strategy and Plan on Hate Speech*: <https://bit.ly/3q5o6dl>

[242](#) Idem, p. 2.

[243](#) Uma pequena seleção, muito limitada: Winfried Brugger. *Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano*. Trad. Maria A. J. de Santa Cruz Oliveira. *Revista de Direito Público*, Brasília, v. 15, n. 117, jan.-mar. 2007; André Glucksmann. *O discurso do ódio*. Tradução Edgard de Assis Carvalho e Maria Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Difel, 2007; Ronald Dworkin. *O direito da liberdade: a leitura moral da Constituição norte-americana*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2006; Samantha Ribeiro Meyer-Pflug. *Liberdade de expressão e discurso do ódio*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009; Alexander

Tesis. *Dignity and Speech: the regulation of hate speech in a democracy*. Wake Forest Law Review, Vol. 44, 2009.

[244](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y4lnyjze>

[245](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/yyg8g2fa>

[246](#) Idem.

[247](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/yyz9mkak>

[248](#) Idem.

[249](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y2cywk4t>

[250](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/yx98d222>

[251](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y5385b7t>

[252](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/yxqt69ux>

[253](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y3vqc9d6>

[254](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y6e6te3s>

[255](#) Martim Vasques da Cunha, op. cit., p. 33.

[256](#) Idem, grifo do autor.

[257](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/yxp8y4hd>

[258](#) Ver a introdução à teoria mimética: René Girard, João Cezar de Castro Rocha e Pierpalo Antonello. *Evolução e conversão. Diálogos sobre a origem da cultura*. São Paulo: É Realizações, 2011.

[259](#) Link para o vídeo *O Olavo tem razão 1: quem sou eu*: <https://youtu.be/5q1FhFgjBhY>

[260](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/yy2zwyug>

[261](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/yy7r8wbe>

[262](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/yyhz4udh>

[263](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y2kjq7vr>

[264](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y5rmp489>

[265](#) Thiago Bronzatto. “Bolsonaro desconfia de ‘infiltrados do PT’ na equipe econômica”. *Revista Veja*, 27 de setembro de 2020: <https://tinyurl.com/y2sklxhc>

[266](#) Joel Pinheiro da Fonseca, op. cit., p. 39.

[267](#) Conceito proposto por Ruy Fausto e que retomarei no próximo capítulo.

[268](#) Ver o vídeo a partir de 12:25: <https://youtu.be/kkzYLL-Sm3M> . A transmissão ocorreu em 18 de outubro de 2016, grifos meus.

[269](#) Arthur Schopenhauer. *Como vencer um debate sem precisar ter razão. (Em 38 estratégias)*. *Dialética erística*. Introdução, notas e comentários de Olavo de Carvalho. Tradução de Daniela Caldas e Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1997, p. 95, grifos do autor.

[270](#) Gabriel Giucci, “Brasília, 1º de Maio, 2020”. In: *Revista Serrote*. Edição especial: Em Quarentena: <https://tinyurl.com/yyljwpao> O texto de apresentação lança mão do conceito que empregamos para entender o analfabetismo ideológico: “As telas de Gabriel Giucci reforçam a dissonância cognitiva que é a normalidade do país devastado por pandemia e autoritarismo”.

[271](#) “‘Profissionais no mundo são aplaudidos, e no Brasil a gente apanha’, diz enfermeira agredida em ato no DF”. G1, 1 de maio de 2020: <https://glo.bo/2L4Vou6> O episódio foi noticiado nos principais veículos de comunicação. Escolhi esta matéria pelo caráter simbólico de seu título.

[272](#) Ver o link: <https://youtu.be/SG1RF4oRM-g>; primeira fala, em 00:30; para a continuação, de 01:39 a 01:57; grifos meus. Afonso Ferreira & Luiza Garonce, “Empresária que agrediu enfermeiras durante protesto no DF presta depoimento”. G1, 11 de maio de 2020: <https://glo.bo/3rXlj6s>

273 Ver o link: <https://youtu.be/6cg5AAcijv4>; de 1h29 a 1h29:31, grifos meus.

274 Idem, ver de 1:41:10 a 1:41:30, grifos meus.

275 “Campanha de Bolsonaro usa montagem de camisa com sangue”. *IG São Paulo*, 9 de setembro de 2020: <https://tinyurl.com/y6fehng9>

276 Ver o link: <https://youtu.be/SG1RF4oRM-g>; ver de 02:04 a 02:10; e de 02:45 a 03:05, grifos meus.

277 Brenda Ortiz. “Homem que agrediu enfermeira no DF é funcionário do Ministério dos Direitos Humanos”. *G1*, 5 de maio de 2020: <https://glo.bo/35gQXTY>

278 “A regra infalível se verifica: ao fim, Olavo está tratando o tal parecerista como analfabeto”. Cf. Joel Pinheiro da Fonseca, op. cit., p. 37.

279 Arthur Schopenhauer, op. cit., p. 158, grifos meus.

280 Vídeo “Alexandre Seltz na audiência pública sobre Ideologia de Gênero, Câmara Municipal de Goiânia”, grifos meus. Link: <https://youtu.be/XirB0lNjP58>

# CAPÍTULO 3

## Doutrina de Segurança Nacional / *ORVIL*

*Temos que voltar à ditadura militar! E não é só o Bolsonaro, não! Tem muita gente no meio civil que está pensando assim. (...) São as vivandeiras!*

Ernesto Geisel.

*O vampiro Ditador  
Semeou espadas  
Colhe cadáveres.  
(...)  
Inútil dança  
Tudo é cruel*

Murilo Mendes, “A noite em 1942”.

## Onda autocrática

**A** guerra cultural bolsonarista relaciona-se intrinsecamente aos modelos transnacionais de ascensão da direita e mesmo da extrema-direita. O uso obsessivo do Twitter como autêntico “Abre-te, Sésamo” das redes sociais

evidentemente emula o Grão-Mestre dos fatos alternativos, Donald Trump — conceito-chave, ao qual retornarei na conclusão. *E lá vamos nós de novo, um tanto assustados* com a realidade paralela que insiste em moldar nosso dia a dia. O desejo de manietar as instituições a fim de impor o modelo paradoxal e absurdo da “democracia iliberal” segue (ou tenta seguir) à risca o padrão da Hungria, de Viktor Orbán, da Turquia, de Recep Tayyip Erdogan, ou ainda da Polônia, de Andrzej Duda. Em 1997, Fareed Zakaria já se preocupava com o tema. O paradoxo da expressão dificultava a identificação do dilema:

Tem sido difícil reconhecer o problema porque, no Ocidente, por praticamente um século, democracia sempre significou democracia *liberal* — um sistema político caracterizado não apenas por eleições livres e legítimas, mas também pelo império da lei, pela separação dos poderes e pela proteção das liberdades fundamentais de expressão, reunião, religião e propriedade. [281](#)

O caráter iliberal se apropria da noção de democracia por meio das mesmas eleições legítimas e livres que, aos olhos da opinião pública, operam como autêntica metonímia do regime democrático. Daí também a dificuldade de reagir ao processo de desmonte das instituições, pois o político iliberal aproveita a legitimidade inegável conferida pelo resultado das urnas para impor mudanças que adulteram o modelo a que ele próprio recorreu para chegar ao poder. Trata-se de cálculo perverso que aposta na relativa inércia das instituições ou mesmo na incredulidade diante do assalto à ordem constitucional. No Brasil, entre março e maio de 2020, o bolsonarismo ameaçou dominar o governo Bolsonaro por meio de um golpe de estado cujo passo a passo seguiu ao pé da letra o manual do populismo digital: pressão “popular” sobre os poderes

Legislativo e Judiciário; ataques violentos contra a imprensa; manifestações a favor de intervenção militar organizadas pelas eternas “vivandeiras” denunciadas pelo ex-presidente Ernesto Geisel; mobilização intensa das redes sociais, visando à produção do caos político e social necessário para um gesto de força, restaurador da ordem desestabilizada pelas mesmas redes sociais. O círculo é mesmo vicioso e, mais do que isso, se alimenta gozosamente do próprio vício.

\*\*\*

*Bolsonarismo e governo Bolsonaro? Você se refere a eles como se fossem entidades distintas! Por quê?*

Não se recorda de minha hipótese? De um lado, o bolsonarismo é a expressão brasileira, muito bem-sucedida, do fenômeno da guerra cultural. De outro, ele cresceu na atmosfera de reorganização da direita a partir da década de 1980. Contudo, seu êxito surpreendente inviabiliza a possibilidade de articulação do governo Bolsonaro, pois a gestão pública exige a consideração de dados objetivos e o planejamento racional de tarefas; ações impensáveis no reino encantado das narrativas e dos fatos alternativos.

*Não me convenceu. Pura narrativa...*

Mas é uma hipótese.

*Fake news!*

\*\*\*

Na futura reconstrução da escalada golpista, os historiadores destacarão o dia 27 de maio de 2020 como um importante balão de ensaio visando ao estabelecimento da *democratura* nos tristes trópicos. Numa transmissão ao vivo, no canal do YouTube do *Terça Livre*, empresa cuja liberdade consiste em apoiar sem vacilação alguma o bolsonarismo todos os dias, difundindo teorias conspiratórias com a naturalidade de uma respiração artificial, Eduardo Bolsonaro, como se não fosse deputado federal, portanto, pelo menos em tese, um defensor da legalidade, afirmou sem pudor aparente:

Eu até entendo quem tenha uma posição mais moderada, vamos dizer, pra não tentar chegar a um momento de ruptura, um momento de cisão ainda maior, um conflito ainda maior. Eu entendo essas pessoas, que querem evitar esse *momento de caos*. Mas, falando bem abertamente, opinião do Eduardo Bolsonaro *não é mais uma opinião de se, mas sim de quando* isso vai ocorrer. E não se enganem, as pessoas discutem isso.<sup>[282](#)</sup>

Ventríloquo do pai-gestor da franquia política Bolsonaro, o deputado lançou uma garrafa incendiária no oceano de fogo das redes sociais, como quem usa um termômetro nem tanto para medir como para aumentar a temperatura ambiente. Forjar o *momento de caos* é exatamente o que se almeja, a fim de justificar um gesto de força, “pacificador”, “fiador” de uma interpretação singular de democracia, qual seja, “Intervenção militar *com* Bolsonaro no poder”. Ou: “Intervenção militar *já!*”. Ainda: “FFAA fechem o Congresso e o STF *já!*”: tradução infeliz da urgência do Iago shakespeariano, como vimos na

introdução. No dia 23 de maio de 1999, em entrevista ao jornalista político Jair Marchesini, o deputado-capitão assim respondeu à pergunta sobre um possível fechamento do Congresso, se algum dia se tornasse presidente:

Não há a menor dúvida. Daria golpe no... no mesmo dia! No mesmo dia! Não funciona! E tenho certeza que pelo menos 90% da população ia (*sic*) fazer festa, ia bater palma!<sup>283</sup>

Em plena excitação, as massas digitais bolsonaristas convocaram uma grande manifestação de apoio ao governo para o dia 15 de março de 2020 e os dizeres acima foram retirados de faixas orgulhosamente exibidas na ocasião.<sup>284</sup> Entre tantos oxímoros e estultices, destacava-se a promessa de um sombrio retorno ao pior instante de repressão do regime militar: inúmeras faixas, todas com o mesmo padrão gráfico, laconicamente glorificavam os porões da ditadura: “AI-5”. A sigla somente, nenhuma letra a mais, nenhuma tortura a menos — ostensório do autoritarismo intrínseco ao bolsonarismo.

*A palo seco, pois.*

*(De olhos abertos, lhe direi: Amigo, eu me desesperava: a movimentação golpista se desdobrava à luz do dia e mesmo assim parecia invisível para muitos. Quase todos?)*

A ação foi claramente orquestrada: no final de fevereiro, o próprio presidente convocou aliados para se juntarem à manifestação e os parlamentares mais aguerridos e estridentes de sua base envolveram-se

na organização do “protesto a favor” do Messias Bolsonaro.<sup>285</sup> E não se esqueça da ameaça nada sutil: *as pessoas discutem isso*. Sem dúvida: Monica Giuliano reconstruiu os bastidores do instante mais tenso do governo Bolsonaro, no qual o presidente parece ter cogitado uma intervenção autoritária no Supremo Tribunal Federal (estamos no dia 22 de maio). As manifestações — houve outras depois do 15 de março, praticamente em todos os finais de semana — não surtiram o efeito desejado; sempre menores, sempre mais caricatas, elas comprovavam, à revelia de seus entusiastas, que o sólido se desfaz no ar. Eis a passagem-chave do importante artigo:

Entre a decisão de Bolsonaro de intervir no STF e o conselho apaziguador de Heleno, deu-se um debate sobre *como a intervenção poderia acontecer legalmente*. Apesar da brutalidade autoritária de uma intervenção, havia a preocupação de *manter as aparências de uma medida dentro da lei*.<sup>286</sup>

O cuidado com o verniz de legalidade é a marca d’água da democracia iliberal e, no caso bolsonarista, lançou seus dados numa interpretação distorcida (grosseira até) do artigo 142 da Constituição.<sup>287</sup> Tudo gira em torno do dispositivo inicial:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (grifos meus).

Carl Schmitt de calças curtas, não faltaram rábulas, advogados e inclusive juristas de prestígio que viram no artigo a imagem das Forças Armadas como um anacrônico e redivivo “poder moderador”, desempenhado no Segundo Reinado pelo Imperador Pedro II. O respeitado jurista Ives Gandra da Silva Martins levou as massas digitais bolsonaristas ao delírio com sua exegese do dispositivo, exposta no texto “Cabe às Forças Armadas moderar os conflitos entre os Poderes”. O título, em si mesmo, dispensava a leitura. Tudo já estava dito, mas se o seguidor do mito porventura consultou o texto, regozijou-se ainda mais: “se um Poder *sentir-se atropelado por outro*, poderá *solicitar às Forças Armadas que ajam como Poder Moderador para repor, NAQUELE PONTO, A LEI E A ORDEM*, se esta, realmente, tiver sido ferida pelo Poder em conflito com o postulante”. [288](#)

Sopa no mel: as manifestações de 15 de março vociferavam aos quatro ventos que o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal extrapolavam suas atribuições, literalmente manietando o presidente, o que, além de constituir uma interferência indevida dos poderes Legislativo e Judiciário no poder Executivo, produziria um preocupante estado de anomia. Nos termos “contidos” do jurista, *NAQUELE PONTO, A LEI E A ORDEM* estariam comprometidas. Daí, o oxímoro se torna a regra do jogo: para “defender” a democracia, por que não solicitar uma intervenção militar? Para “garantir” o funcionamento ideal do Congresso e do STF por que fechá-los? Ora, desse modo, certamente deixariam de cometer equívocos.

(Lógica implacável do reino encantado da produtora Brasil Paralelo.)

Ruy Fausto foi cirúrgico na caracterização do fenômeno em sua expressão contemporânea:

O bolsonarismo faz parte da segunda onda autocrática que assola o mundo moderno, a do século XXI, e que também vai exibindo espécies, ou subespécies, diversas. (...) É muito difícil encontrar um nome para esse bicho novo. Uma denominação que não me parece ruim, embora tenha a relativa desvantagem de ser um neologismo, é *democratura*.<sup>289</sup>

Uma forma de guerra jurídica (*lawfare*) permanente, os partidários da democratura não almejam “a liquidação direta e imediata da democracia, mas sua ocupação”.<sup>290</sup> Por isso, o apuro com *as aparências de uma medida dentro da lei*. Daí, a paixão hermenêutica provocada pelas discussões sobre o artigo 142 da Constituição. No fundo, trata-se de herança da ditadura militar e seu afã legalista, pois, a cada vez que se violentavam os princípios mais fundamentais da cidadania, os generais-presidentes se esmeravam na produção em série de Atos Institucionais — entre 1964 e 1969, foram editados 17 Atos Institucionais e 104 atos complementares. Eis o dilema da instalação da democracia iliberal ou da democratura: quando finalmente se compreende a pulsão autoritária do movimento, na maior parte das vezes é tarde, especialmente se o poder Judiciário foi devidamente manipulado. Eduardo Bolsonaro — quem mais? — definiu o protocolo, e para elucidar seu ponto cita o exemplo da Venezuela e dá a receita:

“(...) a gente discute esse tipo de coisa porque a gente estuda história, a gente sabe que a história, ela vai apenas se repetindo. Não foi de uma hora para outra que

chegou a ditadura na Venezuela. Começou aos poucos: desarma o cidadão, arma a milícia deles (...)

[Você] dissolve a Suprema Corte, bota a Suprema corte toda bolivariana, indicada pelo Hugo Chávez... e assim por diante.”

Ditaduras, está claro, é só quando o outro dissolve a Suprema Corte. [291](#)

\*\*\*

*Você pode dar mais exemplos concretos, em lugar de insistir em paralelos impressionantes, porém abstratos? Manifestação de rua é livre, não? Há atos específicos do governo que se assemelhem à democratura, “esse bicho novo”?*

Basta um único exemplo?

*Sim, desde que seja convincente.*

É justo — justíssimo.

(Mas como você me seguiu até agora, oferecerei duas instâncias do projeto de democratura bolsonarista.)

\*\*\*

Na segunda-feira, 25 de maio de 2020, somente três dias após o malogrado projeto de intervenção no STF, e no rescaldo da escalada golpista do bolsonarismo, o Ministério da Justiça, imediatamente após a saída do ex-juiz Sérgio Moro, publicou uma edição especial do *Diário*

*Oficial* com 16 páginas e 99 portarias, algumas contendo diversas nomeações;<sup>292</sup> centenas de cargos, portanto, foram remanejados.

Não é tudo: seis superintendentes regionais e cinco cargos de chefia foram trocados,<sup>293</sup> com destaque para a mudança na Superintendência do Rio de Janeiro: posição estratégica se considerarmos as investigações que envolvem o senador Flávio Bolsonaro e sua incomum capacidade de sedução: os muitos assessores contratados em seu gabinete de deputado estadual no Rio de Janeiro devolviam de forma “espontânea” a quase totalidade de seus salários para causas “benéficas”. Louvável, não é mesmo?

Ademais, essa reordenação da Polícia Federal (PF) favorece a perseguição política de adversários do governo Bolsonaro. Parlamentares da base aliada chegaram a desenvolver incomuns dotes paranormais e, boquirrotos, anteciparam ações futuras da PF, coincidentemente contra políticos da oposição. O caso exemplar envolveu a deputada Carla Zambelli, conhecida por sua “discrição”. Em entrevista à Rádio Gaúcha, no mesmo dia 25 de maio, ela consultou o mapa astral da política brasileira e cravou:

A gente já teve operações da Polícia Federal que estavam na agulha para sair, mas não saíam. E *a gente deve ter nos próximos meses* o que a gente vai chamar talvez de Covidão, ou de, não sei qual é o nome que eles vão dar, *mas já tem alguns governadores sendo investigados pela Polícia Federal.*<sup>294</sup>

Como uma parlamentar, agindo rigorosamente dentro de parâmetros legais, poderia estar informada sobre operações futuras e investigações em curso? Esse aparelhamento das instituições é o modo de operação das *democraturas* ou das *democracias liberais*.

Promessa é dívida: venho ao segundo exemplo. Esse é tão direto que nem mesmo um bolsonarista convencidíssimo da honestidade do Messias Bolsonaro deixará de reconhecer que há algo de podre no reino da família-franquia.

Eis: o auditor-fiscal Christiano Paes Leme Botelho foi exonerado do cargo de chefe do Escritório da Corregedoria da Receita Federal no Rio de Janeiro.

\*\*\*

*Mas agora você foi muito longe! Qual a relação entre uma ação rotineira de um órgão federal e o governo? Remanejamento de posições ocorrem o tempo todo na administração pública. Onde ficou a etnografia textual e sua reconstrução cuidadosa dos discursos alheios?*

Calma! Sei que o fato é incômodo, mas, por favor, não abandone a leitura agora.

\*\*\*

A matéria de Ítalo Nogueira é reveladora: o auditor-fiscal exonerado foi decisivo para que fosse possível apresentar a denúncia minuciosa contra Flávio Bolsonaro, acusado de organização criminosa, peculato e lavagem de dinheiro. A fim de aumentar a pressão sobre Christiano Paes Leme Botelho, os advogados do senador recorreram, acredite se quiser, a instâncias superiores do Palácio do Planalto:

Os advogados acionaram o GSI e o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) para tentar obter provas do suposto acesso irregular. O Serpro é quem mantém o registro de todas as consultas a dados de contribuintes — os chamados “logs”.

Em nota, a defesa de Flávio afirmou que acionou o GSI porque o suposto acesso irregular foi “praticado contra membro da família do senhor presidente da República”.[295](#)

O atual Ministro do Gabinete de Segurança Institucional é o general Augusto Heleno. Fundado em 1999, em tese, sua função é oferecer assistência direta e imediata ao Presidente da República em temas relativos a assuntos militares e de segurança. O aparelhamento do GSI e do Serpro para pressionar um servidor público é obviamente ilegal e evoca o processo de estabelecimento de uma democracia iliberal ou de uma democratura.

Portanto, a relação do fenômeno bolsonarista com o populismo autoritário e digital é propriamente incontornável.

*De acordo: eu aceito o argumento. Mas não me altere o ensaio tanto assim.*

Explico.

O ponto comum dessa onda autocrática é não somente a intolerância, a incapacidade de aceitar a diferença, mas também, ou sobretudo, a desfaçatez com que se transforma essa aversão ao outro em ação política. Na acirrada campanha presidencial de 2020, o presidente polonês Andrzej Duda, buscando sua reeleição, abraçou a ideia absurda de

declarar cidades do país “zonas livres de LGBTs”. O truque mais uma vez foi efetivo e o presidente venceu o pleito. A União Europeia, é bem verdade, tem reagido à altura e pressiona o governo polonês para que as medidas sejam revogadas.<sup>296</sup>

(E, contudo, as eleições já foram decididas...)

O discurso xenófobo e racista de Donald Trump contra os imigrantes é talvez a forma mais acabada da intolerância elevada ao duvidoso papel de ativo eleitoral.

Reconheço, pois, que a instrumentalização do ódio e do ressentimento não pode ser perfeitamente compreendida se limitarmos nossa perspectiva ao contexto brasileiro. Pelo contrário, os *engenheiros do caos*, na sugestiva expressão de Giuliano Da Empoli, são agentes transnacionais, trocam informações e compartilham métodos espúrios de manipulação das massas digitais e técnicas comprovadamente eficazes de uso sistemático de *fake news* e desinformação.<sup>297</sup> E, claro está, reconhecem seus pares:

Em janeiro de 2019, em Brasília, a cerimônia de posse do novo presidente Jair Bolsonaro foi celebrada com entusiasmo por seus dois principais aliados ideológicos na Europa e Oriente Médio, o primeiro-ministro Viktor Orban e o israelense Benjamin Netanyahu, que estiveram presentes à capital brasileira. Donald Trump fez questão de participar da festa expressando sua alegria no Twitter: ‘Os Estados Unidos estão com vocês’.<sup>298</sup>

Nesse cenário, não chega a surpreender que a imprensa esteja sob constante ataque nos países da democracia iliberal já estabelecida, ou em

países, como o Brasil, sob ameaça de instalação da democratura. A autêntica guerra de Donald Trump inicialmente com a CNN e hoje com todas as emissoras, incluindo a antiga aliada Fox News, é parte de um programa completo de implosão de toda e qualquer instituição que não se submeta ao projeto neopopulista e autoritário de poder.

Patrícia Campos de Mello alinhou o fenômeno:

Em intensidade e divergências, os ataques de Bolsonaro contra a imprensa são incomparáveis, não têm nenhum paralelo na história do Brasil. A fúria dele contra a mídia já se assemelha à de outros líderes populistas no poder, como Viktor Orbán, na Hungria, Recep Erdogan, na Turquia, Narendra Modi, na Índia, Rodrigo Duterte, nas Filipinas, Nicolás Maduro, na Venezuela, e Daniel Ortega, na Nicarágua.<sup>299</sup>

Dois livros recentes trazem em seus títulos a mais completa tradução do desejo de eliminação de tudo que não seja espelho: *O ódio como política*<sup>300</sup> e *Ódios políticos e política do ódio*.<sup>301</sup> Dedicados à cena brasileira contemporânea, bem poderiam tratar do cenário internacional, no sentido de denunciar os ataques sistemáticos à democracia como política cotidiana do ódio e do ressentimento.

No entanto, retorno à hipótese que me norteia, ou seja, resgato uma teoria desenvolvida especialmente durante a ditadura militar, embora seja anterior ao golpe de 1964, a fim de caracterizar traços singularmente brasileiros na definição da guerra cultural *bolsonarista*.

(Pois é bom que não se esqueça do poema de Murilo Mendes: *semeou espadas, colhe cadáveres*.)

## O Brasil brasileiro

Posso fechar o primeiro círculo da análise: na vertente contemporânea, capitaneada pelo reacionarismo de direita e sobretudo de extrema-direita, guerra cultural implica o desejo de eliminação do outro. A intolerância é sua marca d'água; o ódio, o núcleo duro de sua retórica.

Em outras palavras, o fenômeno não é exclusivamente brasileiro, pois remete a um conjunto de fatores presentes em latitudes das mais diversas. No entanto, o cenário local apresenta singularidades que não podem ser reduzidas ao caráter transnacional da ascensão do populismo digital e autoritário.

(Pelo menos, assim espero demonstrar ou preciso abandonar este livro agora mesmo.)

Salvo engano, nas ruas de Moscou ou nas proximidades da Casa Branca, nunca surpreendemos cartazes ou camisetas com a frase-emblema: “Dugin tem razão”, “Bannon is right”. Não se verifica o mesmo movimento de discípulos fiéis criando editoras e abrindo institutos para a difusão da palavra do mestre — isso sem mencionar sua presença na cultura popular, como é o caso de Olavo de Carvalho. De igual modo, as inúmeras manifestações a favor do presidente voltam sempre ao mesmo ponto: fechamento do Congresso e do STF; intervenção militar *com* o capitão no poder, que só então seria mais livre para governar; e, o pior de tudo, o retorno do AI-5, o ato institucional mais draconiano da ditadura

militar, pois, entre tantas arbitrariedades e violências, a extinção do *habeas corpus* não apenas favoreceu, como também, na prática, autorizou o uso da tortura como política oficial de estado.

Não é tudo.

As Manifestações de Junho de 2013 abriram a Caixa de Pandora do sentimento antissistêmico, que, por si só, tornou-se, se não uma agente político, seguramente uma agência política de força incomum. A vitória eleitoral do Messias Bolsonaro é incompreensível sem esse sentimento, muito embora o capitão seja o gestor de uma franquia muito bem-sucedida: sua própria família. Voltarei a essa circunstância no próximo capítulo. De imediato, assinalo a convergência, essa sim propriamente brasileira, entre três fatores cuja inter-relação produziu a anomia-Brasil do governo Bolsonaro: pulsão antissistêmica, anticomunismo de almanaque da Guerra Fria e revisionismo histórico do período de chumbo da ditadura militar.

Ainda não é tudo.

A penetração desse conjunto de ideias em todos os níveis da população é um dado sistematicamente negligenciado nas análises contemporâneas.

(Você já sabe, não? Retorno à etnografia textual.)

Prepare o estômago: usarei munição pesada.

Se necessário, recorde a lição machadiana: a etnografia textual é uma forma de leitura literária: “o leitor atento, verdadeiro ruminante, tem quatro estômagos no cérebro, e por eles faz passar os atos e os fatos, até que deduz a verdade, que estava ou parecia estar escondida”.<sup>[302](#)</sup>

Você certamente se recorda da melodia da cantiga popular:

*Se essa rua*

*Se essa rua fosse minha*

*Eu mandava*

*Eu mandava ladrilhar*

*Com pedrinhas*

*Com pedrinhas de brilhante*

*Para o meu*

*Para o meu amor passar*

A ingenuidade da letra se harmoniza à perfeição com a simplicidade da melodia, assegurando a permanência da canção no imaginário brasileiro, não é mesmo?

Pois bem.

Agora, feche os olhos e escute a apropriação que o rapper Luiz, o Visitante, fez da cantiga.<sup>[303](#)</sup>

(Sim, ele mesmo, o compositor do RAP-gospel “O velho Olavo tem razão”.)

Mais uma vez em parceria com a cantora gospel Talita Caldas, a letra sofre uma alteração inimaginável:

Se essa rua

Se essa rua fosse minha

Nem feminista  
Nem petista ia passar  
O nome dela ia ser  
Coronel Brilhante  
Na esquina  
Uma escola militar [304](#)

A ingênua anáfora que conferia uma dicção quase infantil à cantiga popular (*Se esse rua / Se essa rua (...) / Eu mandava / Eu mandava (...)*, etc.), é mantida somente no primeiro verso do RAP. A atmosfera bélica é definida na sequência pelo uso agressivo do duplo *nem*, com valor de advérbio de negação. Eis aí uma miniatura da mentalidade que preside a guerra cultural bolsonarista: como vimos no discurso do Messias Bolsonaro em Washington, destruição é a prioridade: começa-se sempre pelo *nem, não, nunca, jamais*. Daí, o delicado “brilhante” que pavimentaria amorosamente a rua *para o meu amor passar* — essa forma singela de imaginar que a “lua (...) salpicava de estrelas nosso chão”, no verso definitivo de Orestes Barbosa —, converte-se no abjeto Coronel Brilhante, o Ustra de triste memória, torturador da rua Tutóia, em São Paulo, um dos piores centros de violência e assassinatos da ditadura militar, conhecido como “Sucursal do Inferno”.

(E a competição não era nada fácil — reconheça-se.)

A chave para decifrar o enigma, proponho, é a reunião, melhor, a justaposição de três elementos: *feminista, petista e Coronel Brilhante*.

Vejam — pois a sobreposição desses fatores fortaleceu o bolsonarismo.

A menção à *feminista* opera como uma metonímia do conservadorismo reacionário que reúne no mesmo balaio a rejeição à política identitária, o desprezo por temas progressistas e a invenção interessada de uma delirante ideologia de gênero. O ataque visceral ao “politicamente correto” foi o primeiro movimento em direção à negação pura e simples dos direitos de qualquer minoria. A noção perversa de que o jogo democrático implica a imposição da vontade da maioria, em detrimento de todos os demais grupos, é intrínseca aos partidários da democracia iliberal ou da democratura — aspiração nada secreta do bolsonarismo. As palavras de Olavo de Carvalho esclarecem a miopia dessa perspectiva:

Toda “minoría oprimida” começa mendigando direitos e termina exigindo e impondo um PODER. Transita da *choradeira* à *prepotência* e da *prepotência* à *brutalidade assassina* com a cara mais bisonha do mundo, como se intimidar, agredir e matar fossem coisas tão inocentes quanto querer um lugar no ônibus<sup>305</sup>  
(Facebook, 16 de janeiro de 2017, grifos meus).

Repare na ironia involuntária, isto é, na *brutalidade* (assassina?) com que o raciocínio transita da *choradeira* à *brutalidade assassina* (atribuída ao outro, claro está), passando sem maiores explicações e muito menos mediações pela *prepotência*. São truques retóricos desse jaez que foram assimilados pela legião de youtubers, ex-atletas, subcelebridades, professores-que-leram-três-livros-e-oferecem-cursos, jornalistas-vozes-de-aluguel, e *tutti quanti*, num coro desafinado que leva ao caos cognitivo do Brasil bolsonarista. A menção à trajetória exemplar de Rosa Parks apenas agrava a sordidez do artifício.

Na paisagem mental da canção, *petista* é um signo carregado de sentidos — e todos negativos. Na visão do mundo de Luiz, o Visitante, PT remete

à corrupção, ao aparelhamento do Estado, com ênfase para as áreas da educação e da cultura, e, sobretudo, às políticas progressistas, o maior alvo das notícias falsas durante as eleições de 2018.

(E anote o que digo: em 2021, a guerra cultural retornará com força, mas provavelmente fracassará.)

Sem dúvida, o peso maior desse estigma foi determinado pelas denúncias da Lava Jato, que intensificaram ao ponto do paroxismo um antipetismo que sempre esteve presente na política nacional desde a fundação do PT, em 1980.

\*\*\*

*Estava demorando, mas sabia que você ia acabar “passando pano” para os governos do PT... Pronto: fecho o livro agora, nem sei por que cheguei tão longe!*

Espera! Já leu *A organização*, da Malu Gaspar? Leia com cuidado, linha a linha: tudo lá se encontra: o PT não “criou” esquema algum com as empreiteiras: o esquema já existia e ia muito bem, obrigado. A decepção, *sem dúvida*, é que o PT tenha se acomodado completamente ao modelo de corrupção que começou na década de 1940, envolvendo grandes empreiteiras e obras públicas. Leia comigo: “Fernando Henrique Cardoso, velho amigo da organização”,<sup>306</sup> isto é, da Odebrecht. E *amigo*, ninguém ignora, *é coisa para se guardar*: “Emílio Odebrecht disse ter tratado de dinheiro de caixa dois para a eleição de FHC com (...) Sérgio

Motta, o Serjão”<sup>307</sup> — e, se tratamos de caixa dois, o aumentativo se impõe naturalmente.

Houve CPIs nas décadas de 1980 e 1990 que revelaram os podres poderes das construtoras em conluio com o Estado, mas os partidos então dominantes, PSDB e PFL, revelaram-se pizzaiollos de ascendência italiana: insuperáveis na tradicional arte de preparar uma delicada margherita ou uma succulenta calabresa. A edição de agosto de 1992 da revista *Playboy* (como se sabe, o poder e libido costumam ser sinônimos) publicou uma reportagem que provocou um enorme escândalo: “Sangue, ouro, lama”. Fernando Valeika Barros não deixou pedra sobre pedra em sua anatomia das construtoras mais importantes do país, e até da América Latina: “a reportagem dizia que o poder das grandes empreiteiras era tão grande que nos seus escritórios se escreviam até as minutas com as quais os governantes propunham as obras”.<sup>308</sup>

*E daí? Vai dizer agora que o PT não fez nada?*

Não foi o que eu disse; pelo contrário: leia o fundamental capítulo 5, “O novo amigo”, que detalha a proximidade crescente entre Luiz Inácio Lula da Silva e Emílio Odebrecht. A *organização* designou um alto funcionário, Alexandrino Alencar, para tratar exclusivamente do então promissor líder político: “O investimento da Odebrecht em Lula foi constante e disciplinado”.<sup>309</sup> O portal se abriu ainda na década de 1990: Alencar precisava de uma pessoa para lidar com as constantes greves que comprometiam os empreendimentos petroquímicos da Odebrecht. A solução perfeita foi encontrada num piscar de olhos: “Alencar imediatamente contratou Frei Chico [José Ferreira da Silva] como consultor. (...) Além de ter um espião nos sindicatos, a empreiteira

colocara o irmão de Lula em sua folha de pagamento”.<sup>310</sup> Ao chegar ao poder, em 2002, a relação do petista com a *organização* já era sólida como concreto armado.

*Viu? Não disse! O PT! O PT!*

Calma: me acompanhe um pouco mais: a marca da *organização* bem poderia ser um arco-íris, pois em seu arco de influências cabem todas as cores do espectro político. Duvida? Leia comigo: “FHC tinha uma relação estreita com Emílio Odebrecht, que conhecera vinte anos antes (...). Foi para seguir uma indicação de FHC que Emílio contratou, em 1994, a assessoria de imprensa Companhia de Notícias, recém-criada pelo seu ex-auxiliar e então genro João Rodarte”.<sup>311</sup> *Recém-criada*, mas o que importa se comparada com um comércio afetivo tão longevo? E certamente muito produtivo: “*Em todas as campanhas do tucano (...), a empreiteira compareceu com doações generosas. Só nos registros oficiais, a Odebrecht doou 1,2 milhão de reais à campanha presidencial tucana de 1994. No caixa dois, provavelmente a ajuda foi muito maior*”.<sup>312</sup> No final de seu mandato, FHC “telefonou para o Emílio Odebrecht: ‘Vou criar meu instituto, o instituto FHC, preciso de ajuda’. O empreiteiro não titubeou: ‘Ajudo, presidente, claro’. (...) FHC precisava de mais de 7 milhões de reais, e a cota de Emílio era de 800 mil”.<sup>313</sup>

*1994? Tem certeza? FHC?*

E não é tudo. A leitura é mesmo fascinante: a Odebrecht fez obras sem cobrar uma pataca sequer para Antônio Carlos Magalhães (ACM). E não foram exatamente pequenas reformas num sítio modesto: “Quando criou

a TV Bahia, [ACM] convocou a OAS e a Odebrecht para construir a sede — e nunca pensou em colocar a mão no bolso para pagar qualquer despesa”.<sup>314</sup> Um dos escândalos mais sérios envolveu “empréstimos de 100 milhões de dólares a juros menores do que os de mercado para financiar obras da Norberto Odebrecht para Angola”.<sup>315</sup> Ou para obras no Peru, ou para a latitude que se desejar. Na década de 1990, Emílio Odebrecht destacava com orgulho, “as obras no exterior já representavam 39% do faturamento da construtora”. Um dado impressionante, não é mesmo? No entanto, “[Emílio] só não dizia que o financiamento vinha quase sempre do Tesouro ou de bancos estatais brasileiros”.<sup>316</sup>

*Década de 1990? Bancos públicos financiando obras no exterior, a fim de receber caixa dois das empreiteiras? Década de 1990?*

Até antes... E o termo “caixa dois”, como se tornou vocabulário cotidiano após a Lava Jato, aparece pela primeira vez no livro na página 68 e não para mais: palavra-imã, autêntico sol do sistema político brasileiro. Estamos agora no final da década de 1960 e ao longo da década de 1970: “alguns políticos tinham porcentagem nos contratos. Era como se fossem sócios do governo nas obras. E se havia um sócio guloso, esse era o governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf. (...) E [as obras viárias] rendiam ao político 3% de tudo o que governo do estado depositava na conta das empreiteiras”.<sup>317</sup> Contudo, negociante ardiloso, nem sempre Maluf pagava pelas obras contratadas, embora não dispensasse seus, por assim dizer, honorários fixos. Ao sair do governo em 1982, muitas dívidas ficaram pendentes. No governo de Franco Montoro, do PMDB, a construtora procurou receber o que lhe era devido. No início, o Secretário de Planejamento, José Serra, opôs resistência;

afinal, o problema fora criado pelo adversário, um corrupto de carteirinha, não é assim que se fala? Mas, como não há determinação que uma boa conversa não amoleça, tudo se resolveu a contento: “Serra nunca deixou de pedir dinheiro para as campanhas, e a Odebrecht nunca deixou de dar. A amizade se estendeu por décadas — até a Lava Jato se abater sobre os destinos de ambos”. [318](#)

...?

Em silêncio, não é? Também fiquei assim durante a leitura de *A organização*. A verdadeira “organização” é o sequestro do Estado brasileiro por parte de agentes públicos e de uma elite empresarial e financeira que tornaram a corrupção uma prática exclusiva para os amigos do Estado do país-potência-econômica no qual enriquecem, em detrimento de uma nação-que-nunca-é, pois o futuro teima em se atrasar.

(Ao que parece, ainda há muitas promissórias a descoberto).

*Mas e a Operação Lava Jato?*

Boa! A Operação Lava Jato difundiu para toda a população, em horário nobre e a cores, o porão da república dos *few, happy few*. O bolsonarismo provavelmente não teria tido força e capilaridade sem o legítimo sentimento antissistêmico derivado das denúncias de uma corrupção sistêmica no interior do estado brasileiro.

Lembra do *Euclides dixit*? “O mal era antigo”. E eu acrescentei: mais: era constitutivo.

*Antes ainda da década de 1990?*

Leia o livro da Malu Gaspar e depois me diga o que achou. Sem superar a *indignação seletiva*, ficaremos sempre reféns de populismos autoritários. O que acha?

\*\*\*

Por fim, *Coronel Brilhante* é um símbolo do revisionismo histórico, irmão siamês do negacionismo definidor da guerra cultural bolsonarista. Ustra troca de pele: de torturador infame passa a ser pintado como herói da pátria, o que sugere uma leitura muito peculiar do regime militar; aliás, interpretação que já encontramos na análise que realizei dos propósitos do Instituto Borborema no capítulo anterior. Acredite se quiser (mas, por favor, creia, *ou nunca entenderemos o bolsonarismo como fenômeno que antecede o Messias Bolsonaro e sem dúvida sucederá ao limitado capitão*): a direita brasileira contemporânea julga os 21 anos da ditadura (1964–1985) de uma forma ambígua e essa ambiguidade é o que define a retórica do ódio; daí o resgate desavergonhado da figura sombria do coronel Ustra.

Eis o julgamento: o regime militar teve o mérito de barrar a “tentativa de tomada do poder” por parte dos comunistas em 1964. No entanto, faltou à *linha dura* das Forças Armadas o comando efetivo e, sobretudo, permanente do processo — adiante, detalharei esse aspecto, rigorosamente fundamental para que se entenda os ataques constantes de Olavo de Carvalho a *certos* militares. Em outras palavras, o regime castrense, nessa perspectiva ostensivamente autoritária, não reprimiu com

o vigor necessário; para tudo dizê-lo sem constrangimentos: *matou pouco*.

Não foi suficientemente claro?

É possível.

Ofereço um exemplo cristalino.

Voltemos ao profético 23 de maio de 1999. Em aparência, um plácido final de noite de domingo, no já mencionado programa político do simpático Jair Marchesini. O jovem deputado federal Jair Messias Bolsonaro, fiel a seu passado de militar reformado para não ser expulso em desonra, decidiu lançar bombas, porém, dessa vez, metafóricas:

Através do voto, você não vai mudar nada nesse país! Nada! Absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, quando nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro... E fazendo *um trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil!* Começando com o FHC! Não deixar pra fora, não! *Matando!* Se vai morrer (*sic*) alguns inocentes, tudo bem (...). [319](#)

O reacionarismo de direita atual encontra sua genética em declarações desse naipe. Não são, e esse ponto é crucial, idiosincrasias de um ex-militar pouco sensato, dotado de agudo senso incomum. Pelo contrário, as palavras precariamente alinhadas pelo capitão reformado, numa sintaxe balança mas não cai, dá corpo a uma doutrina draconiana e a uma interpretação delirante da história brasileira: de um lado, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), de outro, o *Orvil*. Como se percebe, traços caracteristicamente brasileiros da guerra cultural bolsonarista.

Conscientemente ou não, a ascensão de uma juventude de direita no Brasil abraçou tanto a DSN quanto a matriz conspiratória do *Orvil*.

É o que mostrarei nas próximas páginas.

*(Eu hoje tive um pesadelo e levantei atento, a tempo. Tomara: sobretudo: a tempo.)*

## **(In)Segurança Nacional**

Há um dado relevante na formação do jovem Jair Messias Bolsonaro: a mera cronologia. Preste atenção nas datas extremas:

Jair Bolsonaro foi efetivado na AMAN em *março de 1974*. Em 24 de agosto, recebeu o espadim de Caxias, confirmando-se cadete. Integrou a turma Tiradentes, composta de 427 alunos, tendo sido declarado aspirante a oficial de artilharia em 15 de dezembro de 1977.<sup>[320](#)</sup>

O ingresso do futuro presidente na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) ocorreu num ano-chave para o entendimento da estrutura narrativa do *Orvil*; como veremos na próxima seção, 1974 é o instante mágico da teoria conspiratória do Exército. No dia 15 de março desse ano, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República, iniciando o processo de distensão política que levaria à abertura do regime, levada adiante pelo general João Baptista Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Em sua interpretação

peculiar do jogo democrático, o general Figueiredo não hesitou em contribuir com uma pérola do anedotário político nacional:

“– É para abrir mesmo, e quem quiser que não abra, eu prendo, arrebento. Não tenha dúvida!”<sup>321</sup>

É muito provável que o espírito da polêmica afirmação tenha escapado inclusive aos observadores mais atentos. Vale dizer, eternos reféns do impulso fácil da caricatura, talvez tenhamos confundido o alvo. Ao fazê-lo, perdemos a habilidade de interpretar o contemporâneo e, logo, a capacidade de transformá-lo.

Serei ainda mais claro: o general Figueiredo não se referia necessariamente aos civis — ora, qual cidadão ou cidadã ficaria descontente com a revogação da draconiana Lei de Segurança Nacional de 1969? —, *porém aos militares da linha dura*, que não aceitaram de bom grado o projeto da Anistia, em particular, e a iniciativa de liberalização do regime, em geral.

(*Não aceitaram de bom grado*: eis uma boa definição de eufemismo.)

O general Geisel, no uniforme de presidente, começou a desmontar os órgãos de repressão — afinal, os grupos armados da esquerda revolucionária haviam sido dizimados.<sup>322</sup> A guerrilha urbana estava desbaratada e o único foco rural importante, a guerrilha do Araguaia, organizada pelo PCdoB, foi exterminado em outubro de 1974.<sup>323</sup> Portanto, o método da tortura sistemática e a prática do desaparecimento de corpos de adversários políticos pareciam não ter mais lugar: *o inimigo interno, o subversivo, havia sido eliminado.*

A “comunidade de informações”, braço operacional da linha dura das Forças Armadas, responsável pela repressão direta, espionagem e infiltração em grupos guerrilheiros, torturas e execuções de adversários, não aceitou sem resistência a nova orientação do regime. E organizou um ativo e preocupante “terrorismo de direita” com a finalidade de interromper o processo de abertura.<sup>324</sup> Voltemos agora à frase do general Figueiredo: *É para abrir mesmo, e quem quiser que não abra, eu prendo, arrebento*. Será que entendemos o que se ocultava nessa ameaça? Ao fim e ao cabo, tal determinação, vinda de um reconhecido militar da linha dura, ex-chefe do SNI, bem pode ter ajudado a arrefecer os ânimos de generais radicais, que apostavam na continuidade e até no endurecimento da ditadura. Penso, claro está, no general Sílvio Frota e sua tentativa de desestabilizar a ninguém menos do que o presidente:

Em 1977, o então ministro do Exército, Sílvio Frota, maior expoente da linha dura do regime militar, tentou emparedar o presidente Ernesto Geisel, a quem pretendia suceder e criticava por ser de ‘centro-esquerda’. O embate entre o ministro do Exército e o presidente se arrastou até o dia 12 de outubro, quando Geisel exonerou Frota do comando do Exército.<sup>325</sup>

Sabemos o resultado do conflito: Sílvio Frota foi derrotado e o processo da abertura foi preservado pelo sucessor, João Baptista Figueiredo. O mais importante, porém, é recordar quem esteve ao lado do general Frota em sua aventura golpista: o jovem capitão Augusto Heleno, hoje ministro-chefe da Casa Civil; o abjeto torturador e coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, constantemente homenageado pelo presidente Bolsonaro e pelo vice-presidente Hamilton Mourão e cuja viúva foi recebida duas vezes pelo presidente Bolsonaro no Palácio do Planalto;<sup>326</sup>

por fim, o major Curió, “nome mais conhecido do grupo que havia pouco matara sessenta guerrilheiros nas matas do Pará”,<sup>327</sup> também recebido pelo presidente Bolsonaro no Palácio do Planalto.<sup>328</sup> Major na época em que executou os guerrilheiros no Araguaia, foi reformado como coronel porque, como no caso de Ustra, o Exército não promoveu ao generalato oficiais que tiveram participação ativa nos porões da ditadura.

Reparou bem no ano?

1977: tentativa frustrada de golpe do general Sílvio Frota.

1977: um jovem brasileiro se torna aspirante a oficial de artilharia.

(De qual lado estaria o jovem aspirante nesse embate?)

\*\*\*

*Certo, certo... Mas o que isso tem a ver com o bolsonarismo? Daqui a pouco, tudo será culpa do capitão! Adão e Eva? Lá estava o Bolsonaro oferecendo a maçã... Chega a ser ridículo...*

Você tem razão! Deixei de explicitar os elos do raciocínio e me desculpo por isso. Vou dar um passo atrás. Na verdade, dois ou três.

Um minuto e me ajeito.

\*\*\*

Em março de 1974, dois fatos terminariam por cruzar-se de forma inesperada: o general Geisel tornou-se presidente da República; Jair Messias Bolsonaro, cadete da AMAN. Fora essa coincidência, nada mais

reunia os dois militares. Na avaliação severa e justa do general, o capitão pouco valia:

Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, *inclusive um mau militar*.<sup>[329](#)</sup>

Pois bem: durante o período de formação do *mau militar* Bolsonaro, o Brasil encontrava-se sob o império não exatamente de uma lei democrática, porém sob a tutela inflexível da Lei de Segurança Nacional, formulada em 29 de setembro de 1969, no Decreto-Lei nº 898,<sup>[330](#)</sup> e que só foi revogada no governo do general Figueiredo com a promulgação de uma nova Lei de Segurança Nacional, em 19 de dezembro de 1978.<sup>[331](#)</sup> Por longos, intermináveis 9 anos e aproximadamente 3 meses o país esteve à mercê do arbítrio institucionalizado: bem ao gosto do legalismo da ditadura militar, a violência do Estado era antecedida por um dispositivo oficial.

(Por favor, interrompa a leitura deste ensaio e consulte a LSN de 1969: você se surpreenderá tanto quanto eu — tenho certeza.)

É claro que a ideia da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) não foi criada pela ditadura militar. Na verdade, ela remonta ao clima de polarização ideológica da Guerra Fria. Nos Estados Unidos, o estopim foi o ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941. Em junho do ano seguinte, criou-se o Office of Strategic Services (OSS), a fim de prevenir futuros ataques de *inimigos externos* por meio de atividades de inteligência, isto é, espionagem e contraespionagem.

(Inimigos *externos*: por enquanto, destaco a delimitação precisa: *externos*.)

Após a Segunda Grande Guerra, a estratégia de segurança norte-americana sofreu uma modificação significativa. Uma data icônica nesse processo é o dia 22 de fevereiro de 1946, quando George F. Kennan, um diplomata de carreira do Serviço de Relações Exteriores, enviou um longuíssimo e histórico telegrama ao Secretário de Estado. Nele, além de analisar a linha soviética de ação, Kennan formulou a célebre “*policy of containmet*” (política de contenção), que se tornou a matriz teórica das ações norte-americanas durante a Guerra Fria.<sup>332</sup> Em julho de 1947, com o pseudônimo de X, Kennan publicou um artigo de grande relevância para a política externa norte-americana, “The Sources of Soviet Conduct”. Tratava-se de reforçar a necessidade de conter o avanço comunista a partir do estudos das fontes da conduta soviética. O último parágrafo do texto combina esperança no futuro e dicção apocalíptica: o observador atento “sentiria uma certa gratidão à Providência”, pois, diante do desafio representado pelo poder soviético, o povo americano precisava unir-se para estar à altura “da liderança moral e política” exigida pela História.<sup>333</sup>

(Tom dramático que evoca o “estilo” dos artigos do chanceler Ernesto Araújo, não é mesmo?)

Em 1947, inaugurando a “Doutrina Truman”, o presidente norte-americano Harry S. Truman editou o “National Security Act”<sup>334</sup>, que, entre outras iniciativas, levou à substituição do Office of Strategic Services (OSS) “por um organismo ainda mais forte, a Central

Intelligence Agency (CIA),”<sup>335</sup> cuja área de atuação seria a preocupação com potenciais inimigos externos.

(Mais uma vez: assim como os japoneses, os soviéticos seriam a imagem acabada do *inimigo externo*. Reitero: *externo*.)

No ano anterior, mais precisamente no dia 1 de julho de 1946, o National War College (NWC) foi fundado com a finalidade de preparar oficiais capazes de elaborar as bases de uma estratégia nacional de segurança. No Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, pela Lei nº 785, de 20 de agosto, adotou o modelo do NWC, e enfatizou um elemento que, já presente na instituição norte-americana, ganhou destaque no Brasil, tornando-se a essência da instituição.

O artigo 2º esclarece a função da ESG:

A Escola Superior de Guerra funcionará como centro permanente de estudo e ministrará os cursos que, nos termos do artigo 4º, forem instituídos pelo Poder Executivo.<sup>336</sup>

Claro: a ESG respondia diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, uma vez que seu propósito, como se explicita logo no artigo 1º, é nada menos do que “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da *segurança nacional*” (grifos meus). O objetivo exigia o concurso da sociedade como um todo, pelo menos se atentarmos aos termos do artigo 5º:

Terão ingresso na Escola *oficiais de comprovada experiência e aptidão*, pertencentes às Forças Armadas, *e civis de notável competência e atuação relevante* na orientação e execução da política nacional (grifos meus).

A ESG pretendia reunir a elite das Forças Armadas com os nomes mais destacados da sociedade civil. As memórias de Ernesto Geisel iluminam o real alcance desse conúbio (a citação será longa, porém decisiva):

(...) as questões de segurança nacional, dentro do *conceito de guerra total*: da guerra que não é apenas das Forças Armadas, mas de toda a nação (...)

A ESG resultou desse conceito de guerra total. (...)

Na organização da Escola e do seu programa de trabalho, tivemos a colaboração e a influência americanas. No início, a Escola contava com alguns oficiais americanos que funcionavam como assistentes.

Acho que a ESG foi importante porque conseguiu transmitir para uma boa parte do setor civil, *mais responsável*, informações e estudos sobre o problema da segurança do país, mostrando que aquele não era um problema só dos militares, mas de toda a nação. (...)

A ESG foi a instituição formulada de uma doutrina de segurança nacional, realizando uma *integração doutrinária* entre o meio militar e o meio civil (grifos meus).<sup>337</sup>

Os criadores da ESG viram longe: foi precisamente o vínculo entre militares e civis que não somente favoreceu, como também preparou o passo a passo do golpe de 1964.<sup>338</sup> No fundo, a associação do conceito de *guerra total* à *integração doutrinária entre o meio militar e o meio civil* possui um potencial particularmente assustador, finalmente materializado na LSN de 1969.

Antes, contudo, o efeito perturbador já se anunciava — e de um modo quase didático.

Em fevereiro de 1962, fundou-se o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), um *think tank* de direita cuja ação foi fundamental para a criação de uma atmosfera favorável à intervenção militar: a pregação anticomunista, sempre em tom catastrófico, caracterizou o material produzido pelo IPES. Como se antecipassem as notícias falsas do universo digital, suas publicações “tinham um caráter de propaganda ‘deturpadora’, ou seja, eram basicamente fatuais e continham informação cuidadosamente selecionada, à qual adicionavam uma certa ‘torção’. Já outros trabalhos eram mentiras declaradas ou ficção”.<sup>339</sup>

As fontes de financiamento do IPES eram generosas: o governo norte-americano e empresários e políticos como Magalhães Pinto, Walther Moreira Salles, Mário Henrique Simonsen, entre outros. “Somente nas ações contra o regime [de João Goulart] despendeu o equivalente a 100 milhões de dólares, fortuna bancada com doações de centenas de grandes e megaempresários brasileiros e estrangeiros. O número de corporações americanas que apoiaram financeiramente a entidade chegou a 297”.<sup>340</sup> O diretor do IPES foi ninguém menos que o general Golbery do Couto e Silva. Ele só deixou o posto para assumir a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pouco depois do golpe, no dia 13 de junho de 1964. Eis o fluxo que ilustra à perfeição a *integração doutrinária* preconizada por Ernesto Geisel: o convênio civil-militar teve musculatura suficiente para derrubar um governo! Não surpreende, pois, saber que, “nos dez anos que vão, de 1954 a 1964, a ESG passou por rápido desenvolvimento no que se refere à composição de uma teoria de direita para intervenção no processo político nacional”.<sup>341</sup> Destaque-se, nesse contexto, um dado significativo: “Até 1979 passaram pelo Curso

Superior de Guerra 2.365 pessoas, sendo 1.334 civis, 561 do Exército, 249 da Marinha e 221 da Aeronáutica”.<sup>342</sup> Ainda mais importante: a própria estrutura do SNI antecipou o aspecto mais inquietante da LSN de 1969 — o eixo da mentalidade bolsonarista. Consulte-se o artigo 2º da Lei nº 4.341:

O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em *todo o território nacional*, as atividades de informação e contrainformação, em *particular* as que interessem à Segurança Nacional.<sup>343</sup>

A especificação em *todo o território nacional* situa a *guerra total* nas fronteiras do próprio país — é como se o inimigo *externo* fosse apenas uma miragem. Nesse caso, a ressalva *em particular* oculta a ameaça que se revelou infelizmente muito real: o SNI concentrou sua energia quase exclusivamente na repressão aos opositores da ditadura militar. O que deveria ser uma política de Estado reduziu-se ao papel pálido de polícia do governo de plantão.

(Exatamente como o Messias Bolsonaro fez com a ABIN, constrangida a trabalhar na defesa do seu filho, o senador Flávio Bolsonaro.)

Lucas Figueiredo sintetizou o delicado problema em sua análise da estrutura dúplice do SNI. Em geral, os países democráticos:

(...) tinham, no mínimo, dois serviços de informação totalmente independentes, um para atuação interna, outro para a externa. Nos Estados Unidos eram a CIA (que operava fora do país) e o FBI (internamente, como misto de polícia e serviço de informações).

(...) *O modelo do SNI era mais parecido com o adotado pela ditadura comunista da União Soviética.* Esta, sim, concentrava num só órgão, a KGB, a espionagem interna e a externa, funções acumuladas com as da política e formuladora de políticas do governo.<sup>344</sup>

A inesperada proximidade do SNI com o KGB pode ser entendida se analisarmos a LSN de 1969 e se entendermos que a ênfase da DSN e da ESG recairá sobre o *inimigo interno*.

(Tal ênfase na *eliminação do inimigo interno* é a essência mesma do bolsonarismo e da retórica do ódio.)

O projeto da *integração doutrinária* civil-militar foi inscrito na estrutura do SNI. No artigo 5º, por exemplo, estabeleceu-se que “O chefe do SNI, *civil ou militar* (...)”. O artigo seguinte esclarece: “O pessoal *civil e militar* necessário ao funcionamento do SNI (...)”. O artigo 7º reitera o ideal de união: “Os serviços prestados ao SNI pelo pessoal *civil ou militar* constituem serviços relevantes (...)”.<sup>345</sup> O parágrafo terceiro desse mesmo artigo é revelador: “Os *civis e militares* em serviço no SNI farão jus a uma *gratificação especial* fixada, anualmente, pelo *Presidente da República*” (grifos meus).

Esse ponto desempenhará um papel considerável na reação da comunidade de informações ao desmonte dos órgãos de repressão: além da questão ideológica, havia um aspecto pragmático, pois as “gratificações especiais” e os “bônus” pela prisão de adversários políticos de prestígio eram particularmente generosas — especialmente no período mais ativo da guerrilha urbana.

A dobradinha civil-militar foi decisiva na desestabilização do governo João Goulart e, sobretudo, na articulação do golpe militar. Tal articulação teve um desdobramento sombrio no dia 29 de setembro de 1969.

Refiro-me à promulgação da Lei de Segurança Nacional que não somente revogava a LSN anterior, de 13 de março de 1967,<sup>346</sup> como também endurecia ao máximo os dispositivos legais de combate aos opositores do regime. Em alguma medida, tratava-se de adaptar a LSN aos termos marciais do Ato Institucional nº 5, o AI-5 de tristíssima memória.<sup>347</sup> Os artigos nº 10 e nº 11 jogavam uma pá de cal em qualquer esperança de restauração democrática:

Art. 10 – Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, *contra a segurança nacional*, a ordem econômica e a economia popular.

Art. 11 – *Excluem-se de qualquer apreciação judicial* todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus atos complementares, bem como os respectivos efeitos (grifos meus).

Geralmente, só se menciona a suspensão do *habeas corpus*, o que se entende, dada a gravidade da ação. Contudo, o artigo 11 era muito mais importante e estratégico, ao eximir de responsabilidade penal os excessos cometidos pelos agentes da repressão: tortura, execuções e desaparecimento de corpos de adversários do regime ficariam impunes *se praticados de acordo com este Ato Institucional*, e como o AI-5 foi deliberado no Conselho de Segurança Nacional, tudo se resolvia no conceito de *segurança nacional* esposado pelos militares, que, como sabemos, defendia a eliminação do inimigo interno.

(Chacrinha, cientista político, diria: no autoritarismo, nada se cria, tudo se copia! A ditadura militar assegurou às ações de repressão o “excludente de ilicitude” que o ex-juiz Sérgio Moro tentou implementar na era bolsonarista.)

Aliás, na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia, a ditadura aplicou o mesmo princípio de proteção dos seus membros: essa foi a condição imposta pelos militares para a abertura política. Nas palavras do general Figueiredo na assinatura do projeto: “A Anistia tem justamente este sentido de conciliação para a renovação”.<sup>348</sup> O artigo 1 é enfático:

É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes (...).

O período foi cuidadosamente escolhido, recuando a disposição legal para os tempos turbulentos, posteriores à renúncia de Jânio Quadros. Desse modo, as articulações golpistas também seriam escudadas contra futuros processos. O primeiro parágrafo ampliou ao máximo o alcance da anistia para os militares:

§1 – Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os *crimes de qualquer natureza*, relacionados com crimes políticos ou praticados com motivação política (grifos meus).<sup>349</sup>

*Crimes de qualquer natureza?* Difícil imaginar anistia mais ampla e irrestrita, não é mesmo? Contudo, o parágrafo segundo excluía certos

adversários do regime das mesmas benesses:

§2 – Excetuam-se os benefícios da anistia os que foram condenados pela prática dos crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

Entende-se que *crimes de qualquer natureza* incluem apenas os excessos, as violências e as arbitrariedades cometidos pelas forças oficiais de repressão. A exclusão de certas ações da esquerda armada explicitam o caráter seletivo do primeiro parágrafo. Logo, o sentido verdadeiro da Anistia era o de *conciliação pelo esquecimento dos crimes dos militares*. Na recordação de um importante intelectual, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o AI-5 e a LSN de 1969 se complementaram, forjando um cenário legalista, porém intrinsecamente autoritário:

A processualística dos julgamentos pela Lei de Segurança Nacional de setembro de 1969 se tornou arbitrária, sempre que a letra da lei valesse de alguma coisa aos advogados dos réus. A militarização judicial acompanhou a militarização do combate direto às organizações de esquerda. Elaborada na Escola Superior de Guerra, a doutrina de segurança nacional colocou este combate na categoria de *defesa interna*, de *casus belli* de responsabilidade das próprias Forças Armadas. (...) A repressão das organizações de esquerda se converteu oficialmente em operação de *guerra interna*.<sup>350</sup>

Nessa passagem, Gorender associava o endurecimento do processo legal, que se tornou uma espécie de ficção só-violência, à suspensão da “prerrogativa do *habeas corpus*, a partir do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968”.<sup>351</sup> A arbitrariedade, na perspectiva da ditadura,

justificava-se porque era preciso fazer frente à ofensiva da luta armada, concentrada nos grupos da guerrilha urbana. Vale a pena lembrar que o conceito de *casus belli* supunha conflitos entre dois Estados. Daí o ânimo bélico traduzido na noção de guerra conduzida no interior das fronteiras nacionais contra um *inimigo interno*.

(Guarde esse conceito: *inimigo interno*: ele estrutura a teoria conspiratória do *Orvil* e determina a visão do mundo bolsonarista.)

\*\*\*

*Você não se cansa? O que todas essas leis têm a ver com o Brasil de hoje? Ah, claro! Essas leis, anteriores à carreira militar do capitão, foram todas “iniciativas” de Bolsonaro... Fake news, narrativas e nada mais...*

Repare bem, espera um pouco. Os apoiadores do bolsonarismo não pediram o retorno do AI-5 e a intervenção militar em inúmeras manifestações? Pois, nesse caso, é preciso resgatar a história, a fim de entender de que modo a mentalidade bolsonarista foi intrinsecamente moldada pela atmosfera draconiana da Lei de Segurança Nacional de 1969. Por isso mesmo, peço que me acompanhe na análise que proponho da LSN e de sua relação com a concepção de *guerra interna* — conceito-chave.

\*\*\*

Vamos à etnografia textual da letra da lei.

A Lei de Segurança Nacional, promulgada em 29 de setembro de 1969, revogou o dispositivo anterior, que havia sido proposto no dia 13 de março de 1967. As diferenças entre as duas leis são profundas e reveladoras.

A LSN de 1967 é composta por 58 artigos e em nenhuma passagem o substantivo morte aparece.

(Assinalo a importância dessa informação.)

Os dois primeiros artigos definem o escopo do conceito de Segurança Nacional:

Art. 1 – *Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.*

Art. 2 – *A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto *internos* como externos.*<sup>352</sup>

O primeiro artigo sutilmente contagia a LSN com o princípio da *guerra total*, de modo a envolver potencialmente todo e qualquer “cidadão de bem”, isto é, os apoiadores da própria ditadura. Este princípio, contudo, implica uma consequência sombria, pois o opositor do regime torna-se, sem mediação alguma, um *antagonista interno*. Em vocabulário mais preciso, um *inimigo*! E, como tal, deve ser *eliminado*.

(Começamos a mapear a gênese da mentalidade bolsonarista, não é mesmo?)

O terceiro artigo destaca duas formas de antagonismo a serem prevenidos e reprimidos: “a guerra psicológica adversa e a *guerra revolucionária ou subversiva*” (grifos meus). O conceito de guerra revolucionária é fundamental e sugere a assimilação por parte da ESG da doutrina francesa desenvolvida durante os sangrentos conflitos da assimétrica guerra colonial.<sup>353</sup> Conceito desenvolvido no livro de Roger Trinquier, *La guerre moderne*. A definição é esboçada no segundo capítulo: “Desde o final da última guerra mundial, uma nova forma de guerra nasceu. Chamada algumas vezes de guerra subversiva ou guerra revolucionária (...)”.<sup>354</sup> A LSN brasileira somente alterou a ordem dos termos, que, como se sabe, não altera a equação.

(Não se trata de detalhar esse tema, porém, vale a menção: nas lutas de libertação colonial, o governo francês adotou como política oficial a tortura, a execução e o desaparecimento de corpos de adversários políticos. As ditaduras sangrentas do Cone Sul na década de 1970 foram assessoradas por oficiais franceses.<sup>355</sup> A impactante cena de abertura do clássico *A batalha de Argel* é eloquente: trata-se de uma cena de tortura.<sup>356</sup>)

O parágrafo terceiro da LSN define o conceito:

§ 3º – A guerra revolucionária é o *conflito interno*, geralmente inspirado em uma ideologia ou *auxiliado do exterior*, que visa à conquista subversiva do poder pelo *controle progressivo* da Nação. (grifos meus)

Muita calma nessa hora: esse momento é decisivo e será tornado instrumento de morte em menos de três anos.

Explico.

A Doutrina de Segurança Nacional foi inicialmente concebida como uma estratégia de contenção do *inimigo externo*: esse era o sentido da famosa “policy of containment”, formulada por George F. Kennan a fim de enfrentar o desafio da expansão da União Soviética após a Segunda Guerra Mundial. A ditadura militar brasileira operou uma torção hermenêutica: a DSN da ESG inventa uma ficção conveniente: o *inimigo é interno*, porém, ao ser *auxiliado do exterior*, também se torna *externo*. Os efeitos letais desse torcicolo jurídico afloram no texto da LSN de 1969. Não nos enganemos: “Foram estes princípios de ‘segurança nacional’ que nortearam a subjetividade oficial em vigor à época: *a caça ao inimigo interno!* Para isto, foi amplamente modificado o sistema de segurança do Estado brasileiro”.<sup>357</sup>

(Respire fundo: chegamos ao fundo do poço do período de chumbo da ditadura militar.)

Modificação certamente dramática: de um lado, o draconiano AI-5, de outro, a inflexível LSN de 1969.

Interrompa por um momento a leitura deste ensaio e pelo menos passe os olhos na Lei de Segurança Nacional, promulgada em 29 de setembro de 1969.<sup>358</sup>

(Impressionante, não é mesmo?)

Em primeiro lugar, a LSN de 1969 é muito mais robusta e de 58 salta para 107 artigos. Os primeiros artigos se repetem, mas, muito em breve,

tudo muda.

E a mudança é radical: *o substantivo morte aparece 32 vezes* na redação do Decreto-Lei nº 898. No capítulo II, “Dos crimes e das penas”, nada menos do que 9 artigos estabelecem como pena:<sup>359</sup>

Prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Outros 6 artigos revivem a lei de talião e prescrevem a pena de morte para ações que, de igual forma, tenham resultado na morte de agentes oficiais ou de civis.<sup>360</sup>

O artigo 5º ampliou ao máximo o alcance da LSN, que, para “caçar” o inimigo interno, poderia ultrapassar as fronteiras nacionais:

Art. 5º – Ficam sujeitos ao presente Decreto-lei, embora cometidos no estrangeiro, os crimes que, mesmo parcialmente, produziram ou deviam produzir seu resultado no território nacional.

Como se fosse uma antecipação da Operação Condor, que reuniu órgãos de repressão de ditaduras do Cone Sul, a fim de aprisionar e mesmo executar adversários políticos que porventura se tivessem exilado num país vizinho, a LSN de 1969 desejava estender seus tentáculos para *caçar inimigos internos* em qualquer latitude.

Recordemos as datas da iniciação militar do jovem Bolsonaro: em março de 1974, ele ingressou na AMAN, e foi declarado aspirante em dezembro de 1977.<sup>361</sup> Sua mentalidade de militar foi forjada sob a égide da Lei de Segurança Nacional, de 1969, que, na verdade, mais do que apenas um Decreto-Lei, *é sobretudo um culto à morte*. Sublinhe-se a gravidade

desse dado: entre 1969 e 1978, a pena de morte foi prescrita no país fora de uma situação específica, a de *guerra declarada* com potência estrangeira, o *casus belli* que acabamos de ver; aliás, dispositivo ainda hoje vigente,<sup>362</sup> definido no inciso XLVII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLVII – não haverá penas:

- a) de morte, *salvo em caso de guerra declarada*, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;<sup>363</sup>

Portanto, na DSN da ditadura militar, o opositor do regime era tratado como um *inimigo externo*. Posso ser ainda mais direto: a LSN de 1969 representou um culto à morte do outro, visto como adversário, *inimigo a ser eliminado*.

A mentalidade bolsonarista é a tradução insensata para tempos democráticos da DSN em sua expressão mais violenta, a LSN de 1969. As consequências não podem ser senão trágicas, como logo veremos.

(Não exagere: enquanto fazia a revisão final deste capítulo, o deputado federal Eduardo Bolsonaro publicou um vídeo de seu pai-presidente. Nele, o Messias Bolsonaro exhibe sem aparente constrangimento o livro

negacionista do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, *A verdade sufocada*, e em tom de ameaça afirma: “Isso aqui devia ser uma leitura obrigatória”.<sup>364</sup>)

A Doutrina de Segurança Nacional supõe uma visão de mundo agônica, cujo alvo é a identificação do inimigo, seguida de sua imediata eliminação.

Nada menos: ou a própria doutrina perderia o sentido.

No entanto, ainda falta um elemento fundamental: a visão do mundo bélica precisa identificar o inimigo ou, pelo contrário, deixaria de ter função.

Contudo, como caracterizar o perigo? Como saber onde se oculta o adversário, esse outro que não pode ser reduzido à imagem de mim mesmo?

Finalmente, chegamos ao *Orvil*!

## ***Brasil: Nunca Mais – o algoz registra seus crimes***

*Orvil* foi, durante 19 anos, um projeto sigiloso do Exército brasileiro: havia rumores insistentes sobre sua existência, faltava a comprovação definitiva. A primeira notícia segura veio no ano 2000, em artigo do brilhante jornalista investigativo Mário Magalhães e de Sérgio Torres, “Internet revela livro secreto do Exército”. Descrevia-se a origem da iniciativa, assim como sua divulgação inicial:

O livro foi encomendado ao comando do CIE em 1986 pelo então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Teria o título de “Terrorismo Nunca Mais”. Acabou vetado, nunca publicado e mantido em rigoroso segredo.

Desde maio de 2000, o grupo Terrorismo Nunca Mais, dedicado a divulgar a visão militar sobre o combate entre os órgãos de Estado e os agrupamentos esquerdistas, põe a cada quinzena, sem citar a fonte, trechos do livro na sua página na Internet ([www.ternuma.com.br](http://www.ternuma.com.br)), na seção “Recordando a História”.<sup>365</sup>

Realizado por agentes do Centro de Informações do Exército (CIE), um dos mais temidos órgãos de repressão da ditadura militar, a redação final do *Orvil* exigiu três anos de trabalho, principiado em 1985 e concluído em 1988. Pronto, o relatório-vingança não teve sua publicação autorizada e somente em 2007 começou a circular na íntegra na Internet, num calhamaço de 953 páginas, com uma ressalva reveladora em cada uma delas: reservado.<sup>366</sup> Em 2012, veio à luz em formato de livro. O coronel Ustra escreveu a apresentação do volume e, como bom integrante da comunidade de informações, esclareceu o enigmático título:

Visando resguardar o caráter confidencial da pesquisa e da elaboração da obra, foi designada uma palavra-código para se referir ao projeto — Orvil — livro escrito de *forma invertida*.<sup>367</sup>

Escrita espelhada,<sup>368</sup> *Orvil* é livro ao contrário. Neste caso, duplo mimético por excelência, o *Orvil* pretende ser o avesso exatamente de qual título? Vale dizer, a compreensão do relatório do CIE exige um passo atrás. E para dar esse passo com segurança, consultemos o prefácio do *Orvil*:

(...) o grupo ligado a Paulo Evaristo Arns lançou o livro ‘Brasil Nunca Mais’, no qual tem acusações aos que enfrentaram o terrorismo, em especial aos militares, *com ampla divulgação pela Imprensa* falada e escrita.<sup>369</sup>

Dois inimigos alvejados em uma só sentença: *Brasil: Nunca Mais (BNM)* e a Imprensa — assim substantivada porque, claro está, ela foi “aparelhada” pela esquerda inspirada na estratégia gramsciana.

(Espere um pouco: adiante falaremos dessa e de tantas outras teorias conspiratórias.)

Relatório-vingança, *Orvil* pretendia virar *Brasil: Nunca Mais* de ponta-cabeça.<sup>370</sup>

Começo tratando do volume organizado pelo *grupo ligado a* (Dom) *Paulo Evaristo Arns*. Projeto igualmente clandestino em sua gênese, *Brasil: Nunca Mais* foi concebido como um audacioso programa de mapeamento da situação jurídica de presos políticos e de exilados. Sem esse levantamento, como preparar a sua defesa? A promulgação da Lei de Anistia favoreceu o projeto, já que, para defender seus clientes, os advogados precisavam consultar os processos. A atmosfera de abertura, ainda que controlada e com limites claramente definidos, tornou possível a ousada iniciativa:

Em março de 1979, tomava posse na Presidência da República o general João Batista Figueiredo, prometendo aprofundar a distensão política iniciada no Governo Geisel, transformando este país numa democracia. Poucos meses mais tarde, começava a dar seus primeiros passos, *no silêncio necessário da discrição e do*

*sigilo*, o Projeto de Pesquisa “Brasil: Nunca Mais”. Um *reduzido grupo de especialistas* dedicou-se, por um período superior a cinco anos, à elaboração de um volumoso estudo que será resumido neste livro.<sup>371</sup>

Advogados como Eny Raimundo Moreira e Luiz Eduardo Greenhalgh tiveram finalmente acesso aos casos que tramitavam no Superior Tribunal Militar (STM). Ao longo da pesquisa, obtiveram um tesouro difícil de mensurar: “cópias de 707 processos completos e dezenas de outros incompletos, num total que ultrapassou 1 milhão de páginas”.<sup>372</sup>

Era uma operação digna de um filme de espionagem: os documentos eram xerocados durante longas noites, devolvidos no dia seguinte pela manhã e então “microfilmados em duas vias, para que uma pudesse ser guardada, sem riscos fora do país”.<sup>373</sup> Hoje, na plataforma do projeto “Brasil: Nunca Mais Digital” é possível ter acesso à totalidade dos documentos coligidos, assim como aos textos e relatórios produzidos pela equipe de pesquisa.<sup>374</sup> Ademais, instrumentos de busca muito eficientes permitem que qualquer usuário explore o acervo e descubra, por si só, *a verdade que os militares e suas vivandeiras buscaram ocultar*: o regime militar adotou a tortura como política oficial na repressão à luta armada.

Eis a pergunta-chave: como o *Brasil: Nunca Mais* conseguiu furar o cerco imposto pela comunidade de informações?

Foi um autêntico e inesperado ovo de Colombo: ao consultar os *processos instruídos pela Justiça Militar*, isto é, redigidos pelos próprios oficiais das Forças Armadas, os advogados encontraram com *uma frequência assustadora denúncias de torturas* sofridas pelos presos políticos nas dependências do Estado brasileiro, ou sob sua custódia em

centros clandestinos usados para torturar e muitas vezes executar adversários do regime.

A reiteração se impõe, até mesmo porque nem sempre esse aspecto recebe a ênfase devida: as denúncias de abuso não foram feitas por “ONGs vermelhas” ou por militantes “em busca de indenização”. Não! *Os relatos foram extraídos de processos da Justiça Militar*. O legalismo da ditadura pregou uma peça no regime: como negar as denúncias, se elas foram transcritas, em documentos oficiais, pelos próprios militares?

Novidade metodológica absoluta: *os algozes registraram seus crimes com riquezas de detalhes*. Basta abrir o livro para se horrorizar com o macabro título do primeiro capítulo: “Aulas de tortura: os presos-cobaias”.

Eis o primeiro “caso” apresentado ao leitor: o estudante de 23 anos, Ângelo Pezzuti da Silva, preso em Belo Horizonte e torturado no Rio de Janeiro:

(...) narrou ao Conselho de Justiça Militar de Juiz de Fora, em 1970: (...); que, na PE (Polícia do Exército) da GB, verificaram o interrogado e seus companheiros que *as torturas são uma instituição, vez que, o interrogado foi o instrumento de demonstrações práticas desse sistema, em uma aula de que participaram mais de 100 (cem) sargentos e cujo professor era um oficial da PE, chamado Tnt. Ayrton* (...). [375](#)

Nos 707 processos completos estudados pela equipe do projeto, depoimentos similares, com as mais variadas formas de tortura, não permitem dúvidas: as Forças Armadas adotaram a tortura como política de Estado. Num filme de grande importância, *Pra frente, Brasil*, de

Roberto Farias, o tema é abordado com realismo que atesta a coragem do diretor. Lançado em março de 1982, foi censurado e só voltou a ser exibido em fevereiro do ano seguinte. Numa cena tão chocante quanto emblemática, um “preso-cobaia” é usado como *instrumento de demonstrações práticas*. Um homem falando inglês, evocação do funcionário da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Daniel Anthony Mitrione, mais conhecido como Dan Mitrione, e que foi justificado em 1970, em Montevideu, pelo grupo guerrilheiro de esquerda Tupamaros, dá uma aula sobre formas rápidas de obter confissões por meio de torturas brutais. Há métodos menos violentos, ele diz, mas exigem muito mais tempo.<sup>376</sup> Sua fala é traduzida por um personagem calcado na figura terrível de Sérgio Paranhos Fleury, torturador comparável ao coronel Ustra na desumanidade com que tratava os prisioneiros.<sup>377</sup>

(Em 1972, Costa-Gravas filmou um de seus grandes sucessos, *État de Siège* [Estado de Sítio]<sup>378</sup>, ficcionalizando o sequestro e a execução de Dan Mitrione, representado por Yves Montand. No filme, por meio de uma cena que se passa no Brasil, alude-se à prática de usar presos-cobaias em aulas de tortura.)

Aliás, uma pausa para reconhecer a centralidade do jornalismo investigativo na difícil tarefa de historiar o presente imediato. No tocante à tortura, dois livros destacam-se pela força das revelações e pelo destemor de seus autores: *A sangue quente. A morte do jornalista Vladimir Herzog*, de Hamilton Almeida Filho<sup>379</sup>, e *Tortura. A história da repressão política no Brasil*, de Antonio Carlos Fon.<sup>380</sup> Este último foi preso e torturado em setembro de 1969, e somente liberado após 52 dias

de encarceramento.<sup>381</sup> Dez anos depois, lançou um livro pioneiro e fundamental, que parece ter inspirado algumas cenas do filme *Pra frente, Brasil*. Na cadeia, a alimentação só era servida à noite:

*Isso tem um motivo. Uma pessoa alimentada não pode ser pendurada no “pau-de-arara” ou submetida a choques elétricos, sob o risco de morrer de congestão, nós éramos alimentados apenas à noite, para ficarmos disponíveis durante o dia para sermos torturados.*<sup>382</sup>

A tarefa principal de Dan Mitrione era precisamente a de ensinar métodos “racionais” e “científicos” de tortura. Isso, claro está, no caso de presos políticos, pois se falarmos de presos ditos comuns — e a denominação é tristemente reveladora — a prática da tortura segue vigente e sempre mais brutal.<sup>383</sup>

\*\*\*

*Para: aqui, é palavra contra a palavra! Os militares negam ter torturado os prisioneiros políticos.*

Você não me entendeu: *Brasil: Nunca Mais* trouxe a discussão para outro patamar. Ora, como *sufocar a verdade* se uma miríade de testemunhos foi obtida nos processos do próprio Superior Tribunal Militar?

*Mas...*

Se eu mostrar para você a “confissão” do general Ernesto Geisel, você se convence?

*Nesse caso...*

Vamos ler juntos:

Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. Já contei que no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, inclusive o Humberto de Melo, que mais tarde comandou o Exército de São Paulo, foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contrainformação inglês. Entre o que aprenderam vários procedimentos sobre a tortura. *O inglês*, no seu serviço secreto, *realiza com discrição*. E o nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, *mas* reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é compelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior!<sup>384</sup>

\*\*\*

*Brasil: Nunca Mais*: o que se desejava extirpar de uma vez por todas da política nacional era justamente a prática da tortura. Por isso, o último anexo do livro reproduz na íntegra a “Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes”.<sup>385</sup>

O golpe foi duro: não era mais possível ocultar os crimes da ditadura militar. Nesse caso, por que não perder de vez a desfaçatez e assumir publicamente o opróbrio, seguindo as pegadas do deputado federal Jair Messias Bolsonaro?

Eu até sou favorável que a CPI, no caso do Chico Lopes, tivesse pau de arara lá! Ele merecia isso: pau de arara. Funciona! Eu sou favorável à tortura. Tu sabe (*sic*) disso! E o povo é favorável a isso também!<sup>386</sup>

Para que a imprudente afirmação se tornasse um horizonte possível, embora muito pouco provável, os militares decidiram reiniciar a guerra.

Desta vez, seria um confronto de narrativas.

## **Orvil: o delírio é aqui e agora**

Na atmosfera de abertura política, em 1979, a Rede Tupi lançou o ousado “Abertura”, com direção de Fernando Barbosa Lima, e com participação constante de Glauber Rocha, entre outros nomes fundamentais da cultura brasileira.<sup>387</sup> No ano seguinte, a Rede Bandeirantes estreou um programa icônico, ainda hoje na grade da emissora, “Canal Livre”. Agora audiovisual, esperança de novos tempos, sob a batuta de Roberto D’Ávila, o Brasil tinha um encontro marcado com nomes que por quase duas décadas haviam sido silenciados. O programa com Leonel Brizola, por exemplo, marcou época: os convidados, nostálgicos da radicalidade do líder exilado em 1964, o ex-governador ansioso por construir uma nova imagem de homem amadurecido pelas experiências e portanto capaz de aglutinar forças, em lugar de produzir crises institucionais.<sup>388</sup>

Em julho de 1981, o general Dilermando Monteiro, ex-comandante do II Exército, foi o entrevistado do programa. Entre os chamados para

dialogar com o militar, encontrava-se a extraordinária atriz Dina Sfat. Durante a transmissão da entrevista, ela se manteve ostensivamente calada, visivelmente apreensiva, como se receasse dizer qualquer coisa.

Quando o apresentador lhe pediu que fizesse pelo menos uma pergunta, afirmou:

— Não quero perguntar. *Eu tenho medo de generais.*<sup>389</sup>

Frase-sintoma do temor de uma parte considerável da nação; temor confirmado inequivocamente após a publicação de *Brasil: Nunca Mais* e a reunião de provas incontestáveis das torturas e das execuções realizadas por agentes da repressão. As Forças Armadas sequestraram o poder por 21 anos, mas as arbitrariedades e as violências desse longo período mancharam de forma indelével sua reputação. Por isso, o *Orvil* principia por uma “Explicação necessária”. A batalha pela reconstrução do passado recente parecia perdida, ou pelo menos de difícil recuperação. No entanto, e esse ponto não foi observado com a atenção necessária, os agentes do CIE pensavam sobretudo no futuro:

(...) o que nos preocupava era o fato de a maioria da população brasileira ser formada por *jovens de menos de 30 anos*. Obviamente, não eram nascidos quando se deu a primeira experiência, e, *ou não eram nascidos ou eram muito jovens* quando ocorreu a segunda, que já conheceram deturpada ideologicamente.<sup>390</sup>

As duas experiências dizem respeito às *tentativas de tomada do poder* — móvel infatigável do movimento comunista internacional, segundo a visão do mundo orviliana. De imediato, assinalo o que nem sempre se reconhece: a estrutura do *Orvil* se equilibra entre um acerto de contas

com o passado republicano, pelo menos desde 1922, vale dizer, o ano de fundação do Partido Comunista, e a projeção de um futuro no qual os corações e as mentes dos que *não eram nascidos ou eram muito jovens* deveriam ser disputados — página a página do documento.

Essa dimensão passou despercebida provavelmente porque a motivação maior do *Orvil* era mesmo a inversão radical do *Brasil: Nunca Mais*, numa estrutura de duplo mimético que não negligenciou detalhe algum — e o zelo é tão obsessivo que chega a ser divertido.

Vejamos.

*BNM* foi um projeto sigiloso desenvolvido com base no acesso aos processos do Superior Tribunal Militar.

*Orvil* foi um projeto sigiloso desenvolvido com base no acesso aos documentos do Centro de Informações do Exército.

*BNM*, apoiado naqueles processos, pretendia denunciar os crimes da ditadura militar.

*Orvil*, apoiado naqueles documentos, pretendia denunciar os crimes da esquerda armada.

*BNM* reescreveu a história do passado recente, a fim de projetar um futuro político no qual a tortura seria eliminada.<sup>[391](#)</sup>

*Orvil* reescreveu a história do passado recente, a fim de projetar um futuro político no qual a esquerda seria eliminada.

A própria nota de apresentação dos dois livros termina com uma dicção surpreendentemente próxima, embora suas motivações fossem naturalmente opostas.

Começemos com *BNM*:

Que ninguém termine a leitura deste livro sem se comprometer, em juramento sagrado com a própria consciência, a engajar-se numa luta sem tréguas, num mutirão sem limites, para varrer da face da terra a prática de torturas. *Para eliminar do seio da humanidade o flagelo das torturas*, de qualquer tipo, por qualquer delito, sob qualquer razão.

São apenas esses os objetivos do projeto “Brasil: Nunca Mais”.<sup>392</sup>

### Comparemos com o *Orvil*:

Se conseguirmos transmitir *essa percepção final para nossos leitores*, teremos atingido nossos objetivos e ficaremos com a certeza de haver conseguido prestar uma simples mas a mais significativa das homenagens que poderíamos oferecer aos companheiros que tombaram nessa luta, hoje esquecidos e até vilipendiados. Suas mães, esposas, filhos e amigos já não terão dúvidas de que eles não morreram em vão. Porque, *ao longo da história*, temos a certeza de que a Pátria livre, democrática e justa será reconhecida por todos que se empenharam nesse combate.<sup>393</sup>

No corpo do texto, os redatores CIE não resistiram ao desejo nada sutil de remeter ao *BNM*. O quarto tópico da “Introdução” reza: “Violência, nunca mais!”.<sup>394</sup> O tópico se encerra com o eterno retorno do mimetismo, que também vale por uma síntese do projeto orviliano, na alusão clara aos crimes atribuídos à esquerda:

Como gostaríamos de poder crer que esses atos cruéis de assassinatos premeditados, assaltos à mão armada, atentados e sequestros com fins políticos e qualquer tipo de violência à pessoa humana não viessem a ocorrer no Brasil, nunca mais!<sup>395</sup>

A batalha recomeçara: tratava-se de reescrever o passado recente com a esperança de moldar o imaginário das gerações futuras. Nesse cenário bélico, o duplo mimético alcançou um nível incomum de espelhamento. O prefácio de *BNM*, escrito por Philip Potter, ex-secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, que muito colaborou para a execução do projeto, conclui com uma passagem bíblica, a fim de sinterizar os objetivos da iniciativa: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8:32). Isto é, se a *verdade* sobre a tortura fosse amplamente conhecida, o repúdio unânime à prática *libertaria* a sociedade de sua ocorrência. No afã de seduzir o eleitorado evangélico, Jair Messias Bolsonaro tornou a frase sua citação preferida, porém com uma inversão completa de sentido. Como vimos no segundo capítulo, trata-se agora de difundir a *verdade* sobre a *hegemonia cultural da esquerda*, cuja denúncia *libertaria* a sociedade de sua ocorrência.

É compreensível que o *Orvil* não tenha atraído muita atenção, pois, à primeira vista, o laborioso cartapácio é um documento redigido aos trancos e barrancos, numa prosa insípida, numa infinidade de nomes e codinomes, siglas de organizações de esquerda, fileiras intermináveis de datas, e, claro está, tudo enfeixado por uma longa lista dos crimes cometidos pelos militantes da luta armada. Nesse sentido, o texto interessaria somente aos estudiosos dos anos de chumbo da ditadura militar, pois efetivamente fornece informações valiosas ainda hoje indisponíveis, uma vez que os arquivos dos órgãos da repressão nunca foram abertos: nem a Comissão Nacional da Verdade conseguiu pleno acesso a eles. Na expressão forte de Lucas Figueiredo, “A cumplicidade de militares e civis na ocultação dos arquivos secretos da ditadura é um entrave para a conclusão do processo de redemocratização”.<sup>396</sup> A simples ideia de que a narrativa orviliana da história política pudesse empolgar

jovens de futuras gerações seria antes uma insensatez: mais ou menos como se em 2015 alguém apostasse no êxito eleitoral do deputado Bolsonaro em 2018, como vimos no capítulo anterior. A ascensão final da direita, a partir da década de 2010, é incompreensível sem o eixo narrativo propiciado pelo *Orvil*; se não vejo mal, esse é o real interesse do documento preparado em sigilo pelo CIE.

Um salto no tempo: retorno ao rapper Luiz, o Visitante, um dos tantos que *não eram nascidos* na época da redação do *Orvil*. Desta vez, escutemos “Meu filho vai ser bolsonarista”.<sup>397</sup> A letra da canção é uma miniatura de elementos da retórica do CIE:

*Quando meu filho nascer*

Vai seguir os passos do pai

Suas primeiras palavras

O petismo *nunca mais*

Vai usar roupa do Ustra

E ser fã do Bolsonaro

Na escola com os amigos

Vai oprimir pra caralho<sup>398</sup>

(Grifos meus.)

O desejo de transmissão de valores reacionários compartilha da promessa de tempo inscrita na “Explicação necessária” do *Orvil*: *Quando meu filho nascer*. Um esclarecimento importante: mais do que uma posição de direita — aliás, opção perfeitamente legítima nas regras do jogo democrático —, o rapper claramente se encontra no campo da extrema-direita: só assim é possível admirar um torturador como se fosse um herói. Os agentes do CIE reconheceram que a guerra narrativa do

passado recente havia sido perdida; daí, investiram no futuro, por meio da elaboração de uma narrativa conspiratória que chegou ao poder com o bolsonarismo. O contágio do duplo mimético, estruturador do *Orvil*, alcança hoje em dia todos os níveis, pois, mesmo numa canção popular, *o nunca mais do BNM* é perversamente apropriado: na letra, *petismo* é sinônimo de *esquerda em geral* — não nos enganemos. E a *eliminação do inimigo interno*, ou seja, *da esquerda*, é defendida sem constrangimento e não somente por figuras folclóricas, mas, e precisamos reconhecê-lo, por pessoas inteligentes, honestas e que, apesar disso, foram abduzidas por um sistema de crenças no qual a *eliminação do perigo vermelho* parece justificar todo e qualquer ato autoritário. Esse é o caldo de cultura que autoriza a valorização de um torturador; afinal, ele sujou as mãos para “evitar um mal maior”: *a tomada de poder pelos comunistas*, que “certamente” fariam muito pior. Ainda hoje, diante da evidência do colapso administrativo do governo Bolsonaro, produzido pela guerra cultural, qual a arminha retórica única dos bolsonaristas? Isso mesmo: se em 2022 o Messias Bolsonaro não for reeleito, o Brasil será uma nova Venezuela ou Argentina. Em visita à Academia Militar das Agulhas Negras, em outubro de 2020, o presidente Bolsonaro recorreu à retórica da campanha eleitoral de 2018:

“— Hoje assistimos um país mais ao norte (Venezuela) onde as Forças Armadas resolveram enveredar por outro caminho. A liberdade, aquele povo, nosso irmão, perdeu”, disse. “Mais ao Sul, outro país (Argentina) parece querer enveredar pelo mesmo caminho. Peço a Deus que eu esteja errado, peço a Deus que salve nossos irmãos mais ao Sul”. [399](#)

*A atualização constante da retórica orviliana é o coelho que os bolsonaristas sempre tirarão da cartola. Sem essa perspectiva etnográfica, não entenderemos a adesão cega de tantos indivíduos a milícias antivacina em meio a uma terrível pandemia. O que dizer de tantos dos nossos colegas de trabalho, parentes, vizinhos, amigos de muitos anos, que começaram a difundir grosseiras notícias falsas, além de se empenhar com paixão nada medida na elaboração de intrincadas teorias delirantes? Na sequência do RAP, talvez uma luz surja no fim do túnel: alguns versos bem poderiam ser extraídos da visão de mundo do documento do Exército:*

*Meu filho vai ser de direita, mini anticomunista*

*(...)*

*Seu filho vai ler gibi, o meu o Olavo de Carvalho*

*(...)*

*Meu filho vai ser à direita, e valorizar a PM*

*Quem não gosta é bandido, quem não deve não teme*

*E vai falar para os amigos que é extrema-direita*

*E falar que, na verdade, o Nazismo é de esquerda*

*(Grifos meus.)*

A etnografia textual que desenvolvo não me permite reduzir a letra de “Meu filho vai ser bolsonarista” à mera caricatura, isto é, a uma reunião de clichês da extrema-direita brasileira. Uma análise cuidadosa favorece a caracterização de uma narrativa que remete tanto ao *Orvil* quanto ao sistema de crenças Olavo de Carvalho — e não é casual que seu nome seja citado na canção. O trânsito, sem mediações, da direita à extrema-direita não somente esclarece como sobretudo antecipa muito da

atmosfera do Brasil bolsonarista, como se não houvesse uma diferença real entre as duas posições. Ademais, os gestos se complementam: *Vai oprimir pra caralho* precisamente por ser *mini anticomunista*. Retornamos à lógica de ferro da Lei de Segurança Nacional de 1969: uma vez identificado o inimigo, sua eliminação deve ser imediata. Eis aí a força da narrativa proposta pelo *Orvil*, que oferece elementos para a identificação do inimigo.

(Ingrediente principal da receita de sucesso de teorias conspiratórias as mais delirantes: defina o inimigo e todo o mais se ajeita.)

Posso ser mais direto: em sua publicação na Internet, o *Orvil* possui 953 páginas; em sua versão impressa, são 922 páginas, embora o material seja acrescido de paratextos e aparato crítico, com destaque para um útil índice onomástico. Sublinhe-se a centralidade do *Orvil* na formação da mentalidade bolsonarista e, sobretudo, sua relevância estratégica na definição do governo Bolsonaro enquanto arquitetura-da-destruição. É preciso desbaratar as quase mil páginas do relatório-vingança, a fim de chegar a um núcleo relativamente conciso.

Eis o núcleo (faço questão de destacá-lo para que você possa consultá-lo): “Uma explicação necessária” (p. XV-XVIII, publicado na Internet; p. 37-39, versão impressa); “Introdução” (p. XIX-XXVII; p. 41-54); Volume I, Capítulo 1 (p. 2-63; p. 57-61); Volume I, Capítulo 2 (p. 7- 13; p. 62-67); Volume II, 4ª Parte, Capítulo 1 (p. 839-857; p. 817-833).

A leitura atenta dessas páginas lança uma luz surpreendente sobre a mentalidade do Messias Bolsonaro e das massas digitais que o apoiam com entusiasmo; permite interpretar e mesmo traduzir os textos curtos e

involuntariamente dadaístas de Carlos Bolsonaro, em sua frenética atuação nas redes sociais; e, por fim, esclarece o paradoxo de um governo cujas ações visam à destruição e que, inclusive num cenário de uma crise mundial de saúde, permanece indiferente ao luto alheio, à dor do outro.

(Falamos de aproximadamente 50 páginas da publicação disponível na Internet.)

Os coordenadores do documento secreto do CIE propõem a seguinte narrativa da história republicana a partir de 1922. Pergunta necessária: por que 1922? Trata-se do ano da fundação do Partido Comunista no Brasil. O texto é cristalino:

Em 25 de março de 1922, nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, num congresso que durou três dias, 9 pessoas fundaram o Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC – SBIC).[400](#)

Com evidente satisfação, os redatores do texto enfatizam tanto o diminuto número de militantes quanto o sentido da sigla:

Desde o nome e a sigla (PC – SBIC) obedecendo à 17ª condição, até à renúncia ao pacifismo social, o novo Partido aceitava a agitação permanente e a tese da derrubada revolucionária das estruturas vigentes, renegava as regras de convivência da sociedade brasileira, propunha-se a realizar atividades legais e ilegais e subordinava-se às Repúblicas Socialistas Soviéticas.[401](#)

O estigma da associação com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) retornou com força no processo que levou à cassação do registro do partido em 1947. Na economia narrativa do *Orvil* o dado é fundador, mas é preciso atar as pontas para colocar de pé o edifício narrativo. O título do primeiro capítulo é antes um juízo severo, “A fonte da violência”, ou seja, os próprios “objetivos da Revolução Comunista” implicam necessariamente o recurso à guerra revolucionária. Os meios para alcançar esse objetivo “podem ser sintetizados em dois os caminhos utilizados pelos comunistas para a *tomada do poder*: o uso da violência (ou luta armada) e a ‘via pacífica’”.<sup>402</sup> A “via pacífica” exige um longo trabalho de preparação:

O trabalho de massa consiste nas *atividades de infiltração* e recrutamento, organização, *doutrinação* e mobilização, desenvolvidos sob técnicas de agitação e *propaganda*, visando a criar a vontade e as condições para a mudança radical das estruturas e do regime.<sup>403</sup>

Agora, basta unir os pontos para se descobrir o falso silogismo que determina a ação do governo Bolsonaro.

O movimento comunista internacional tem como objetivo único a *tomada do poder* — daí, o subtítulo do *Orvil*. Duas são as estratégias possíveis: *violenta*, por meio da luta armada; *pacífica*, por meio da infiltração na sociedade e do aparelhamento das instituições. A partir do dia 25 de março de 1922, o Brasil entrou nesse roteiro com a criação de uma Seção Brasileira da Internacional Comunista, ou seja, o Partido Comunista no Brasil. Nesse sentido, a primeira página do *Orvil*, tal como publicado na

Internet, e que, infelizmente, não consta na versão impressa, propicia uma síntese visual de grande interesse.

RESERVADO

A presente obra é composta de dois volumes, cujos assuntos são os abaixo discriminados:

1º VOLUME - UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

INTRODUÇÃO

. A VIOLÊNCIA EM TRÊS ATOS

1ª PARTE

. A PRIMEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER  
1922 - 1954

2ª PARTE

. A SEGUNDA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER  
1955 - 1964

3ª PARTE

. A TERCEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER  
1964 - ENGAJAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (1969)

2º VOLUME - 3ª PARTE

. A TERCEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER  
1970 - 1973

4ª PARTE

. A QUARTA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER  
1974 - ...



O quadro cronológico impressiona pela rigorosa continuidade: uma iniciativa frustrada é imediatamente sucedida pela seguinte. E quando as três primeiras *tentativas de tomada do poder* fracassam, os comunistas do *Orvil* dão as mãos aos comunistas do sistema de crenças Olavo de Carvalho. Você se recorda da citação do Facebook de Olavo, que vimos no segundo capítulo? Estamos em 28 de junho de 2016 e nos surpreendemos com a resiliência incomum dos *vermelhos*, por isso mesmo *perigosos*: “No aguardo do momento certo de virar o jogo, podem esperar dez, vinte, trinta anos, gerações inteiras”.<sup>404</sup> Fazemos as contas: a quarta tentativa de tomada do poder começa em 1974... — e, aqui, as reticências são tudo. A redação do *Orvil* foi concluída em 1988. Vale dizer, 14 anos depois o lento *trabalho de massa* seguia em plena vigência...

(Na mentalidade bolsonarista as reticências seguem válidas, já que, em tese, combater o “aparelhamento” do Estado é mais importante do que efetivamente governar...)

O *Orvil* forjou uma poderosa matriz narrativa: desde março de 1922, por meio do Partido Comunista no Brasil, não se passou um dia sequer sem que o movimento comunista internacional não tenha levado adiante ininterruptas *tentativas de tomada do poder*. As três primeiras iniciativas lançaram mãos das armas, fiéis à noção da violência revolucionária.

Dado o fracasso do modelo da luta armada, começou *uma nova tentativa de tomada do poder em 1974*.

O texto é meridiano:

Aliás, o fracasso de uma tentativa é sempre uma das causas e o ponto de partida para a tentativa seguinte. (...) que o leitor faça a sua própria avaliação da *quarta tentativa de tomada do poder*, para nós a *mais perigosa* e, por isso, a *mais importante*.<sup>405</sup>

O instante mais violento foi vivido durante a luta armada; na cronologia do *Orvil*, a terceira tentativa de tomada do poder, ocorrida entre 1970 e 1973, muito embora o auge da guerrilha urbana tenha ocorrido em 1969 com ações de impacto internacional, como o sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick. Contudo, a intensidade do combate e a potência de fogo de alguns grupos de guerrilha não representaram o ápice da luta anticomunista:

Nesse embate as organizações subversivas, como vimos nos capítulos anteriores, foram completamente derrotadas. A luta armada fracassara e com ela a mais duradoura, a mais sangrenta, *mas nem por isso a mais perigosa* tentativa de tomada do poder pelos comunistas.<sup>406</sup>

Não pode haver dúvidas: a terceira tentativa de tomada do poder foi *a mais duradoura e a mais sangrenta*, porém, não foi *nem por isso a mais perigosa*.

Como assim?

(Responder à pergunta equivale a radiografar o fenômeno bolsonarista, assim como anunciar o fracasso do governo Bolsonaro.)

Na última parte do *Orvil*, dedicada à quarta tentativa de tomada do poder, *a mais perigosa de todas*, os redatores do CIE se encarregaram de resolver o aparente paradoxo:

Vencidas na forma de luta que escolheram — a luta armada — as organizações da esquerda revolucionária têm buscado *transformar a derrota militar* que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, *em vitória política*.

Após a autocrítica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada concluíram que foi um erro lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o *apoio de boa parte da população*. A partir desse momento, reiniciaram a luta para *a tomada do poder*, mudando de estratégia — a prioridade agora seria dada ao *trabalho de massa*.<sup>[407](#)</sup>

Essa passagem condensa o núcleo narrativo do *Orvil*: derrotado militarmente, o campo da esquerda se reorganizou por meio do *trabalho de massa*.

Perfeito. Agora, como se leva adiante tal trabalho?

*Orvil* explica: trata-se sobretudo de aprimorar técnicas de infiltração na sociedade e desenvolver formas de aparelhamento das instituições públicas. Em outras palavras, essa via pacífica demanda tempo e implica a participação ativa, porém legal nas atividades prosaicas do dia a dia. Muito embora o nome Antonio Gramsci não apareça no texto do *Orvil*, a descrição do processo antecipa o “gramscismo” delirante postulado por

Olavo de Carvalho e seus seguidores, cujos reflexos nas Forças Armadas não devem ser menosprezados.<sup>408</sup>

Em 5 de dezembro de 2012, na gravação do último episódio do programa de rádio *True Outspcak*, Olavo de Carvalho, segurando um exemplar da versão impressa do *Orvil*, mandou um recado significativo:

E, por fim, queria aqui agradecer à família Bolsonaro, Jair, Flávio e Carlos, pela remessa deste livro, *Orvil* (que é livro ao contrário) – *Tentativas de tomada do poder*, que é o resultado de um relatório do serviço de inteligência já mais antigo sobre as tentativas dos comunistas *de tomar o poder no Brasil*; das várias tentativas de revolução comunista. (...) Então, aí, Bolsonaros, muito obrigado pela remessa deste *material precioso*! Sucesso aí!<sup>409</sup>

Muito provavelmente, o êxito eleitoral de Jair Messias Bolsonaro não teria sido o mesmo sem a matriz narrativa imaginada no *Orvil*. Santo Graal da extrema-direita nos trópicos, que, além de tristes, tornaram-se ressentidos e revisionistas. De igual modo, a presença de Olavo de Carvalho permite montar o quebra-cabeças da mentalidade bolsonarista.

Em primeiro lugar, a Lei de Segurança Nacional de 1969 forneceu o mote da pós-política do bolsonarismo: o adversário é sempre um outro absoluto; no fundo, um inimigo, a ser eliminado: eis o cerne da mentalidade bolsonarista.

No entanto, como identificar com segurança o inimigo? O *Orvil* esclarece: trata-se do comunismo, do “perigo vermelho” e sua incomum capacidade de infiltração por meio do aparelhamento das instituições. No século XXI, a receita teve acréscimos com a pauta reacionária dos costumes, corporificada na ideologia de gênero. Como se deu o

improvável casamento? Graças a outro truque de prestidigitador conceitual: o amorfo marxismo cultural realizou a passagem.

Isto é, rumo à estação Brasília, o que faltava? Linguagem! A retórica do ódio, tal como a descrevemos no segundo capítulo, fornece a régua e o compasso para manter as massas digitais em excitação permanente.

\*\*\*

*Agora, peguei você! Marxismo cultural no Orvil? E a cronologia onde fica?*

Excelente ressalva! Também me fiz essa pergunta.

*E daí?*

E se eu lhe disser que a estrutura básica da noção de marxismo cultural já se encontra no *Orvil*, incluindo a emblemática presença de Herbert Marcuse?

*Só acredito vendo!*

Pois espere um pouco: no próximo capítulo analiso a passagem na qual se menciona o autor de *Razão e Revolução*.

\*\*\*

Dificuldade final: como traduzir a Lei de Segurança Nacional em tempos democráticos?

*Orvil* explica: se a quarta tentativa de tomada do poder, iniciada em 1974 (e ainda atuante, como garantem os comentários involuntariamente surrealistas do vereador Carlos Bolsonaro), consistiu na infiltração das instituições da cultura, da educação, do entretenimento e da imprensa, então, a tarefa de governar é secundária; a missão prioritária consiste tanto em *destruir instituições* “aparelhadas” quanto em *corroer por dentro* as estruturas do Estado democrático. Na mentalidade bolsonarista o objetivo de chegar ao poder não significa necessariamente propor um projeto nacional *construtivo*, não importa em que direção; na verdade, o propósito real é promover a *destruição das instituições que foram aparelhadas no decurso da quarta tentativa de tomada do poder pela esquerda!* Daí, o modelo desastroso de um governo enquanto arquitetura da destruição, movido por uma narrativa conspiratória.

Em apenas 2 anos, o bolsonarismo tornou-se a mais eficiente e perversa máquina de destruição da história republicana, representando à democracia uma ameaça mais assustadora do que os excessos da própria ditadura militar.

\*\*\*

Este livro já se encontrava a caminho da gráfica quando, no dia 19 de dezembro de 2020, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, em seu programa “O Brasil precisa saber”, recebeu seu pai-presidente. No final da entrevista, num momento “cultural”, dois livros foram destacados. De um lado, *A verdade sufocada*, do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, nas palavras de Bolsonaro:

Então, não tem como fugir disso aqui... E como nós nos livramos do comunismo naquele momento. *Não tem que se envergonhar disso*. É uma história, com H, *não é historinha contada pela esquerda*. Então... isso daqui [*Bolsonaro folheia o volume de A verdade sufocada*] devia ser uma leitura obrigatória, né?, de pessoas que queiram saber da verdade... o que foi aquele período de pré-1964 e um pouquinho depois do 1964, também. Então, *A verdade sufocada* é um livro com fatos, né?, que aconteceram na história recente do Brasil. [410](#)

Tradução da sintaxe-torcicolo: *Não tem que se envergonhar disso*: para evitar a tomada de poder pela esquerda, vale tudo: torturas, execuções, desaparecimento de corpos. Ato falho, o presidente, malgrado seu desejo, reconhece que houve ações que mancham a história das Forças Armadas.

De outro lado, *Orvil*. Na avaliação do não-leitor Jair Messias Bolsonaro, o livro não só permite compreender um momento tenso do passado, como também fornece orientação para o presente:

(...) aquele livro, se fosse posto no mercado, naquela época, mais cedo (*sic*) estariam conhecendo o que foi aquele período difícil nosso de 1964 a 1985, *o trabalho da esquerda pra chegar ao poder*. E se tivesse chegado ao poder, não teria saído nunca mais, *como Cuba*, entre outros países... [411](#)

A estrutura mental orviliana comanda a visão do mundo das massas digitais bolsonaristas. Qualquer gesto, por mais absurdo e desumano, é justificável se o objetivo for manter o inimigo à distância. Se for possível eliminá-lo, não economize esforços e muito menos se preocupe com os meios empregados. Afinal, sabemos muito bem a natureza do inimigo, não é mesmo? A esquerda, o perigo vermelho, os comunistas, e, hoje em dia, os globalistas: para varrê-los do mapa, vale tudo, não é mesmo?

## Brasil Paralelo: a estrutura das teorias conspiratórias

René Armand Dreifuss inovou no estudo do golpe militar de 1964 com um livro-marco: *A conquista do Estado*.<sup>412</sup> O cientista político realizou um levantamento minucioso do acordo político que urdiu uma conspiração envolvendo civis e militares para derrubar o governo João Goulart. O golpe foi cuidadosamente gestado por meio principalmente de duas frentes de atuação. De um lado, como vimos, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) responsabilizou-se pela promoção de ideias anticomunistas através da produção de peças de propaganda — filmes, documentários, folhetos, revistas e livros. De outro, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) assumiu a tarefa de apoiar uma nova geração de políticos para assegurar uma forte bancada suprapartidária. Fundado no final do governo de Juscelino Kubitschek, foi a partir da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, que sua atuação cresceu em ritmo vertiginoso. O “complexo IPES/IBAD”, termo empregado por Dreifuss, foi fundamental na montagem da articulação civil-militar do golpe de 1964, representando uma das mais decisivas ações da direita brasileira para *obter hegemonia* nos campos político, econômico e cultural.<sup>413</sup>

(Mas a busca da hegemonia não é uma ação exclusiva da esquerda? Olhos bem abertos: pode vir o *tempo negro e a força* fará conosco o *mal que a força sempre faz*.)

O IBAD contou com recursos generosos de empresários brasileiros e abundantes fundos norte-americanos para eleger políticos de diversos partidos afinados com uma certa concepção de mundo e, sobretudo, aliados na adoção de um modelo determinado para a sociedade brasileira. Na campanha eleitoral de 1962, o IBAD fomentou a criação da Ação Democrática Popular (ADEP), a fim de apoiar candidatos que se opusessem ao governo de João Goulart, difundindo o medo do “iminente perigo vermelho”. O terceiro ponto da “Carta de Princípios” da ADEP parece diretamente saído de um manual anticomunista; no fundo, não deixa de ser uma antecipação da linguagem castrense do *Orvil*:

3 – Lutar contra a *infiltração* comunista em nossa pátria, que se esforça com palavras, para *seduzir o povo*, pregando reformas sociais a cuja execução os próprios comunistas constituem o maior entrave por saberem que jamais conseguiram o poder onde existia a justiça social e econômica.<sup>414</sup>

*Infiltração*: palavra-chave no vocabulário tanto da polarização radical da década de 1960 quanto do eixo narrativo do *Orvil*; no fundo, os redatores do documento-vingança menos criaram a narrativa da permanente “ameaça vermelha” do que sistematizaram um difuso sentimento anticomunista. No léxico da direita e da extrema-direita no Brasil de hoje, *infiltração* traduz-se por *hegemonia da esquerda* — mantra inescapável que tudo justifica, até mesmo apoiar o bolsonarismo.

Sem deixar de reconhecer as diferenças históricas, a produtora Brasil Paralelo, fundada em 2016, representou para a chegada ao poder do bolsonarismo o papel que o IPES desempenhou na preparação do golpe civil-militar de 1964. Especialmente, seus imaginativos documentários

aprimoram uma versão revisionista da história brasileira que se encontra na origem do “conhecimento” de boa parte da militância bolsonarista, contribuindo para o analfabetismo ideológico e a idiotia erudita que dominam o cenário brasileiro. Como a plataforma da produtora afirma (em tom que não deixa de ser ameaçador): “Documentários e filmes gratuitos que já ensinaram milhões de brasileiros”. [415](#)

Ao se preparar para a fantasia fora de lugar da Embaixada em Washington, o deputado federal Eduardo Bolsonaro revelou sem pudor aparente o abismo de sua formação: ele estudava História através dos documentários da Brasil Paralelo. O próprio deputado propagandeou seu peculiar método de aprendizagem:

Tenho estudado para a sabatina e isso inclui estudar a história nacional. Assim, *tenho revisto episódios* do @brasilparalelo sobre a história do Brasil, como o episódio que trata da nossa independência passando por Leopoldina, Bonifácio e Princesa Isabel: <https://youtu.be/YpjDmTdsJac> (Twitter, 25 de agosto de 2019, grifos meus) [416](#)

Louve-se a diligência do aplicado aluno: *tenho revisto episódios*. Vejamos então o exemplo mais conhecido dessa ficção historiográfica, pois ela assumiu a tarefa de traduzir para o universo audiovisual a narrativa conspiratória do *Orvil*.

O documentário *1964 – O Brasil entre armas e livros* ainda não foi devidamente discutido; afinal, como levar a sério a delirante reconstrução de seu criativo roteiro? No entanto, o filme é importante, pois ajuda a decifrar a esfinge que ameaça a inteligência de muitos: o caráter bélico permanente do governo de Jair Messias Bolsonaro. Por que, após 24 meses de exercício do poder, a insistência numa retórica agonística, definidora de campanhas eleitorais, mas que o bom senso recomenda

abandonar logo após o resultado do pleito? Além de navegar, governar também é preciso.

(E isso em meio à maior tragédia da história brasileira, na atual peste da Covid-19.)

A resposta encontra-se no documentário; mais precisamente em seu subtítulo: *entre armas e livros*. O filme é organizado por uma premissa sombria: a história brasileira só se torna inteligível quando inserida no contexto internacional. Tal moldura favorece a explicação de processos complexos por meio de teorias conspiratórias, tão ao gosto do sistema de crenças Olavo de Carvalho, já que sempre se encontra uma *causa primeira* e, sobretudo, *externa*. Desse modo, a compreensão do golpe de março de 1964 exige a reconstrução das circunstâncias da Guerra Fria. Esta, por sua vez, demanda um recuo estratégico à Revolução Russa de Outubro de 1917 — exatamente como a narrativa orviliana remonta à publicação do *Manifesto Comunista*, em 1848, para analisar a esquerda brasileira no século XX.<sup>417</sup>

Essa busca absoluta de uma origem incontestável situa a visão do mundo orviliana no ritmo alucinante do hipopótamo do delírio do Brás Cubas machadiano:

Ultimamente, restituído à forma humana, vi chegar um hipopótamo, que me arrebatou. Deixei-me ir, calado, não sei se por medo ou confiança; mas, dentro em pouco, a carreira de tal modo se tornou vertiginosa, que me atrevi a interrogá-lo, e com alguma arte lhe disse que a viagem me parecia sem destino.

— Engana-se, replicou o animal, *nós vamos à origem dos séculos*.<sup>418</sup>

Identificado o alfa, descoberto o marco zero, todo o processo histórico seria cognoscível e, assim, seus desdobramentos poderiam ser facilmente mapeados. Oliveira Vianna anotou com argúcia o que está em jogo nessa operação: “Esta pesquisa das *causas primeiras* poderia me levar, de inferência em inferência, muito longe”,<sup>419</sup> e o percurso só se justifica pelo desejo de controle absoluto do futuro: identificar a *causa primeira* permite dominar seus desdobramentos necessários. O termo empregado pelo historiador foi retomado numa reflexão fundamental para o entendimento das teorias conspiratórias. O historiador russo, radicado na França, Léon Poliakov, escreveu um ensaio incontornável, *A causalidade diabólica*, a fim de entender a operação mental subjacente aos delírios que se tornaram o novo normal no absurdo cotidiano das massas digitais. Vale a pena ler sua descrição do fenômeno:

Como se sabe, segundo a ‘visão policial’, as desgraças deste mundo devem ser imputadas a uma organização ou entidade maléfica: os judeus, por exemplo. Procurei relacionar as explicações desse gênero ao fascínio exercido sobre os espíritos humanos por *uma causalidade elementar e exaustiva*, que equivale, parece-me, do ponto de vista psicológico, a uma ‘causa primeira’.<sup>420</sup>

Na história brasileira, a combinação de duas “causas primeiras” produziu uma das mais impressionantes e efetivas *fake news*, cujo resultado foi nada menos do que a decretação da ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas em 1937 e que só seria derrubada em 1945. O então capitão Olímpio Mourão Filho recebeu uma encomenda inusitada do líder do Integralismo, Plínio Salgado. O jovem militar deveria imaginar “um plano hipotético sobre como os comunistas poderiam tomar o poder no Brasil”.<sup>421</sup> Ao elaborar o Plano Cohen,<sup>422</sup> reuniu antissemitismo e

anticomunismo numa receita explosiva. O delírio chegou às mãos de Getúlio Vargas e o astuto político soube utilizar a teoria conspiratória para impor seu projeto autoritário.

(O mesmo Olímpio Mourão Filho que, já como general, conduziu suas tropas de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, desencadeando o golpe militar de 1964. Claro: ele “apenas” tentava evitar *a tomada de poder pelos comunistas...*)

Léon Poliakov advertiu acerca do risco do delírio levado ao poder:

Em todo caso, o pior ocorre quando os adeptos da ‘visão policial’ se apoderam do poder, pela força ou pela astúcia. É então que sua interpretação do devir humano, delirante em seu princípio, vem servir de fundamentos para uma ideologia de Estado.<sup>423</sup>

Hora de retornar ao documentário da produtora Brasil Paralelo: o momento “armas” do subtítulo é entendido no seio de uma disputa planetária que opôs soviéticos a norte-americanos. Na narração do filme: “Os Estados Unidos protegem as Américas do Comunismo”.<sup>424</sup> Procedimento idêntico retorna no instante “livros”, próximo ao final do documentário. Na narrativa apresentada, o triunfo paradoxal da esquerda brasileira, militarmente derrotada, mas vitoriosa no campo da cultura, foi mais uma vez gestado no âmbito de um movimento internacional. Agora, tratava-se das rebeliões estudantis de 1968 e das consequências da contracultura; instrumentalizadas por um avatar da perfídia comunista: entra em cena o espectro do “marxismo cultural”, propagado pela

pregação de Olavo de Carvalho e sua monomania digna dos hóspedes da Casa Verde: o fantasma do globalismo.

\*\*\*

Nova digressão: os diretores da produtora Brasil Paralelo certamente assistiram aos documentários de Steve Bannon,<sup>425</sup> com destaque para *Generation Zero*.<sup>426</sup> O documentário propõe uma leitura muito particular da grande crise econômica de 2008, localizando suas raízes na contracultura da década de 1960 e na identificação de um delirante marxismo cultural que teria corrompido a “essência” da civilização ocidental, judaico-cristã, e, em consequência, teria debilitado a experiência histórica norte-americana. Num duplo twist carpado hermenêutico, descobrimos que a explosão da bolha financeira e imobiliária aí encontra sua *causa primeira*. Em *1964: O Brasil entre armas e livros*, a interpretação sobre a década de 1960 é exatamente a mesma e, de igual modo, localiza-se a origem da *hegemonia cultural da esquerda* no clima “permissivo” forjado pelo espírito da contracultura.

Nos documentários criativos da Brasil Paralelo há uma série de elementos que revelam a inspiração propiciada pelos filmes de Steve Bannon: a estética de uma sucessão vertiginosa de imagens nem sempre relacionadas com a narração; montagem intimamente associada ao ritmo de videogames;<sup>427</sup> idêntica interpretação conservadora, por vezes reacionária, da história; manipulação de fatos e dados, a fim de corroborar uma perspectiva revisionista; uso mimético da trilha sonora como mera ilustração de uma atmosfera em geral sombria, pois, claro está, o filme “desvenda” elaborados movimentos conspiratórios de alcance planetário.

Os documentários de Bannon evidentemente defendem um projeto político, como o próprio diretor assume. Brasil Paralelo, aqui também, emula o mestre.

\*\*\*

Um passo atrás para discutir os eixos narrativos do filme. O plural se impõe pela complexidade de sua articulação. Há pelo menos cinco ou seis gradações que convergem numa interpretação global do período 1964-1985. Tal interpretação favorece o modelo da guerra cultural em curso e que, levada adiante na marcha da insensatez bolsonarista, tem provocado uma autêntica arquitetura da destruição, que conduz à paralisia de áreas essenciais da administração pública — exatamente o que ocorre de forma dramática com o MEC, o mais importante ministério da República, que nada fez de efetivo para responder à tragédia que assola o país com a peste da Covid-19. E o que dizer de mais de 200 mil mortos na ausência de um verdadeiro plano nacional por parte do Ministério da Saúde? Metáfora cruel, e absurda, de uma indiferença tão abjeta quanto criminosa.

Eis o eixo inicial, tal como proposto pelos realizadores do filme: o movimento militar de 1964 foi o resultado de uma demanda civil pela restauração da ordem pública e pela ameaça de implantação de uma ditadura comunista no país. Portanto, em lugar de golpe, destaca-se a ideia de revolução ou de contrarrevolução.

Segundo e terceiro momentos: a linha dura do Exército meteu os pés pelas mãos ao não realizar as eleições em 1965; prorrogando o mandato do Marechal Castelo Branco até 1967. A ascensão do Marechal Artur da Costa e Silva e sobretudo a promulgação do AI-5 são vistas como

aspectos francamente negativos. Aqui, realiza-se uma clara crítica ao regime militar. Vale reconhecer: o documentário não apoia a ditadura e condena explicitamente a tortura.

(Já disse e repito: não superaremos o bolsonarismo mimetizando suas práticas.)

Quarto instante: a ditadura, especialmente durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, cometeu um erro estratégico fundamental, que apenas foi ampliado no quinto momento, constituído pelo processo de abertura dos governos Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo (*e dessa interpretação se alimenta a guerra cultural açulada fanaticamente pelo bolsolavismo*): os militares se contentaram em derrotar a esquerda *militarmente*, porém não se ocuparam em inviabilizá-la *culturalmente*.

Chegamos ao sexto e último instante narrativo: o campo da esquerda assimilou a derrota da guerrilha armada por meio da importação de uma conspiração de proporções planetárias: o marxismo cultural, através do estudo da obra de Antonio Gramsci.

(Como já vimos, é risível associar Gramsci ao gelatinoso marxismo cultural; porém, para entender a lógica paralela do bolsonarismo, reconstruo suas premissas — sigo fiel à etnografia textual.)

Voltemos ao subtítulo: *O Brasil entre armas e livros*. A ditadura triunfou no território das armas, mas, sem um entendimento apurado da dinâmica das forças mundiais nas décadas de 1960 e 1970, cedeu terreno na área da cultura, o que se revelou um erro decisivo. Em outras palavras, a ditadura venceu a batalha militar, porém perdeu fragorosamente a guerra

cultural. O documentário propõe uma analogia de consequências trágicas para a administração de um país em meio a uma crise mundial de saúde: *o triunfo eleitoral importa muito menos do que a razia prometida nas instituições de ensino, no mundo do entretenimento, na esfera pública como um todo, aí incluindo especialmente a mídia*. Nesse sentido, recordam as revoluções fundamentalistas que se interessam muito pouco pela administração da coisa pública e, pelo contrário, se imiscuem indiscretamente em todos os domínios da esfera privada. E isso com base numa interpretação delirante do marxismo cultural, ou seja, da *hegemonia da esquerda*.

O espectador é brindado com a curiosa reconstrução histórica típica dos documentários da Brasil Paralelo:

O fundador do Partido Comunista Italiano passa a escrever os *Cadernos do Cárcere*, onde relata que a estratégia marxista deve ocorrer no meio cultural, destruindo todos os valores, a moral, a família, a religião e a família.<sup>428</sup>

Esqueçamos a redação pouco elegante, quase agramatical – “onde relata que” – e nos concentremos na manipulação de dados. Gramsci não “passou a escrever” os *Cadernos do Cárcere* espontaneamente: ele foi realmente encarcerado de 1926 a 1934, falecendo três anos depois em virtude das condições a que foi submetido na prisão.<sup>429</sup> Confundir o conceito e a prática de hegemonia com a “destruição” acima de tudo e de todos é, do ponto de vista filosófico, o mesmo que imaginar que um colar de palavrões equivale a uma argumentação de peso. É a grosseria na qual incorre Flávio Morgenstern:

O Brasil vai virar o país mais gramscista do mundo. Itália e França, que são dois países onde o gramscismo *pegou*, nunca chegaram ao nível do gramscismo brasileiro. *Qual que é (sic) a grande questão do gramscismo, e ninguém entende isso no Brasil*: a melhor forma de você ser um gramscista *ortodoxo* é nunca tendo (*sic*) ouvido falar em Gramsci. Ele quer hegemonia. Ele não quer revolução da caserna. Ele não quer coturno. Ele não quer uniforme. Ele quer uma cultura onde você sempre vai repetir os mesmos termos.<sup>430</sup>

Relevemos a precariedade do vernáculo e a deselegância da expressão. *Nunca tendo (sic) ouvido falar em Gramsci?* Parece ser exatamente o caso de Morgenstern, cuja “compreensão” do pensamento gramsciano evoca o cancionista popular: ele nunca viu, nem leu, só ouviu falar. Hegemonia é um conceito que, pela própria etimologia (“ser guia”, “conduzir”), implica um processo subjetivo e consciente de busca de liderança numa disputa cultural. E não se trata da guerra cultural bolsonarista, cujo propósito é a eliminação de tudo que não seja espelho. Uma simples consulta a um livro básico, *O conceito de hegemonia em Gramsci*, de Luciano Gruppi, seria suficiente para dirimir o mal-entendido.<sup>431</sup> E, nesse caso, por que não consultar a edição brasileira, em 6 volumes, dos *Cadernos do cárcere*? Reconheço que seria impertinente sugerir a Morgenstern a leitura de todos os livros. De acordo: basta consultar o índice analítico presente no último volume: veja lá, na página 473, a entrada *hegemonia* e todas as suas ocorrências nos 6 livros!<sup>432</sup> Nada há que remotamente recorde *lavagem cerebral*! Para dizê-lo é preciso já tê-la sofrido... A interpretação de Morgenstern é propriamente ridícula. Não pretendo “corrigir” o óbvio equívoco, mas identificar sua fonte: discípulo fiel de Olavo de Carvalho, Morgenstern confunde o conceito e a prática

gramsciana de *hegemonia* com a obsessão de seu mestre por técnicas que abram os *mais promissores horizontes aos manipuladores da mente*.

Sim, você tem razão; no fundo, a tarefa da produtora Brasil Paralelo é difundir para dezenas de milhões de brasileiros o sistema de crenças Olavo de Carvalho e a teoria conspiratória orviliana. Se não entendermos o propósito, como desarmá-lo?

E a bomba pode explodir a qualquer momento.

Mas talvez não.

Examinemos de perto a “erudição” da rapaziada?

Há instantes de riso frouxo. Por exemplo, Sílvio Grimaldo, com notável seriedade e uma incompreensível satisfação, inaugura o instante *zorra total* da Brasil Paralelo. Acredite se quiser, mas Grimaldo se refere à polêmica condecoração que Jânio Quadros ofereceu a Ernesto Che Guevara:

*Aconteceu o seguinte: eles estavam numa sala e o Jânio Quadros pegou a medalha numa prateleira e colocou no peito do Che Guevara, e aquilo foi um presente, porque a comanda (sic), ela teria que ser dada... é... pelo Estado Maior. Por uma decisão das três armas. E o presidente simplesmente passou por cima daquilo e deu a comanda (sic) pro Che Guevara.*<sup>433</sup>

Você leu o mesmo que eu? Vamos imaginar a cena: Jânio Quadros e Che Guevara caminham no Palácio. Subitamente, Jânio vê uma *comenda* numa prateleira. O que faz? Não resiste ao impulso, quase tropeça na ideia que acabou de lhe ocorrer, mas ainda assim alcança a *comenda* e, sem cerimônia alguma, *deu a comanda pro Che Guevara*. Na verdade, no

estilo inconfundível de Grimaldo: *colocou no peito do Che Guevara, e aquilo foi um presente*. Pela descrição, pareceria antes uma agressão.

(*Comanda?* Mas estavam no Palácio ou no “Restaurante” Cruzeiro do Sul?)

Reconstruo o episódio por meio de duas fontes — voz desconhecida pelos bravos rapazes da produtora Brasil Paralelo. Por que “perder” tempo em pesquisas e arquivos? Uma pitada de imaginação preenche todas as eventuais lacunas.

O brilhante jornalista político Carlos Castello Branco foi assessor de imprensa do presidente Jânio Quadros e assim recordou o episódio:

A nota dizia que o presidente da República decidira condecorar com a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul o ministro Ernesto Che Guevara, de Cuba, *no sábado seguinte*, quando passaria ele por Brasília, de volta da Conferência de Punta del Este.<sup>434</sup>

*No sábado seguinte?* Mas não foi um arroubo de Jânio Quadros? Verdade factual: a condecoração ocorreu no dia 21 de agosto de 1961 e o decreto presidencial de concessão da honraria foi publicado no Diário Oficial da União no dia 18 de agosto. Ademais, a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul não é concedida pelo “Estado Maior”, porém pelo Conselho da Ordem, cujo Grão-Mestre é o próprio presidente da República. É verdade que, após a renúncia de Jânio, mais precisamente em 28 de janeiro de 1963, o Congresso Nacional tornou sem efeito o decreto de 18 de agosto: basta ler a documentação oficial, que pode ser obtida num átimo na plataforma da Câmara dos Deputados.<sup>435</sup> Mas no momento da condecoração, o ato foi legal e *previamente conhecido*.

A versão de Sílvio Grimaldo, por conseguinte, é uma invenção absurda, que não pode ser encontrada em fonte alguma. Mas o que desejo é assinalar o ponto decisivo: Grimaldo não cometeu um erro factual de boa-fé, simplesmente ele *inventou uma historinha tonta* e esse é o problema da maior parte dos documentários da produtora Brasil Paralelo: como sempre se parte da *conclusão*, com uma narrativa dominada pelo analfabetismo ideológico, pouco importa a correção de dados particulares. Outro exemplo da “metodologia” de seus documentários?

(Partir sempre da conclusão inaugura uma forma nova de teoria conspiratória que se afasta da causalidade diabólica, como mostrarei a seguir.)

Ao tratar da cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro, Rafael Nogueira se empolga, imposta a voz e capricha na interpretação. Na citação, ele se refere a Luís Carlos Prestes:

Ele foi entrevistado *por uma jornalista*, e a jornalista pergunta para ele: “Só supondo, senador, se houvesse uma guerra entre Brasil e União Soviética, de qual lado o senhor ficaria?” Ele disse: “Ficaria do lado da União Soviética, porque a União Soviética representa a classe dos trabalhadores, não é já uma questão nacional, é uma questão de união de classes”. *Beleza*: não importa a explicação. O que que (*sic*) o povo entende? Numa guerra Brasil / União Soviética, o *cara* ficaria contra o Brasil.<sup>[436](#)</sup>

Mais uma vez, esqueçamos a precariedade da expressão. *Beleza*, vamos aos fatos: dois deputados, Honorato Himalaia Virgulino e Edmundo Barreto Pinto, em denúncias separadas, pediram o cancelamento do

registro do partido, acusado de ações antipatrióticas. Na plataforma do Tribunal Superior Eleitoral é possível consultar o processo *na íntegra*: são 211 páginas com a documentação completa do caso: trata-se do “Processo nº 411/412 – Distrito Federal”.<sup>437</sup> Na juntada de evidências havia declarações ou entrevistas de Prestes que, *muito distorcidas*, parecem inspirar a menção alegre de Rafael Nogueira.

(Digo *parece* porque é óbvio que Nogueira não se deu ao trabalho de pesquisar o episódio. *Verdade factual*: o conceito de Hannah Arendt, que retomo na conclusão, é terra estrangeira para o autodidatismo delirante.)

Em todo o caso, a superficialidade de sua “citação” é propriamente patética.

Breve reconstrução do episódio que, em 1946, deu azo ao duplo pedido de cassação do PCB: neste momento, o Partido Comunista exercia suas atividades legalmente. Prestes foi eleito Senador pelo Distrito Federal com expressivos 157.397 votos num total de 496 mil eleitores. *Verdade factual*: a querela principiou na *Tribuna Popular*, o principal jornal do PCB.<sup>438</sup> No dia 16 de março de 1946, publicou-se uma matéria com o título “Prestes em sabatina com funcionários da Justiça”. Portanto, não havia “uma jornalista”, porém serventúrios da Justiça interessados nas posições do líder de um partido que havia obtido uma expressiva votação. Leiamos o jornal:

A uma pergunta sobre qual a posição dos comunistas se o Brasil acompanhasse qualquer nação imperialista e declarasse guerra à União Soviética, o dirigente do PCB respondeu:

— Faríamos como o povo da Resistência Francesa, o povo italiano, que se ergueram contra Pétain e Mussolini. Combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer a resistência em nossa pátria contra um governo desses, retrógrado, que quisesse a volta do fascismo. Mas acreditamos que nenhum governo tentará levar o povo brasileiro contra o povo soviético, que luta pelo progresso e bem estar dos povos. Se algum governo cometesse este crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional.<sup>439</sup>

A declaração permite interpretações enviesadas, reconheça-se. Certamente, o secretário-geral do PCB não foi feliz na resposta à delicada pergunta. No dia 23 de março de 1946, o deputado Honorato Himalaia Virgulino encaminhou ao TSE o pedido de cancelamento do registro do PCB. Três dias depois, Prestes ocupou a tribuna da Assembleia com a intenção de clarificar sua declaração. No entanto, o astuto deputado da UDN, Juracy Magalhães provocou Prestes a um debate no qual o Senador do PCB não se saiu nada bem. O circo estava armado e no final do mês de março o deputado Edmundo Barreto Pinto protocolou nova denúncia no TSE. Seja como for, o primeiro relator do caso, “após todas as investigações, no processo que recebeu o número 411, o procurador geral, Dr. Temístocles Cavalcanti, em parecer datado de 23 de abril de 1946, opinou pelo arquivamento das denúncias”,<sup>440</sup> e ainda assim o processo seguiu adiante. A questão era muito mais complexa, pois, no ano de 1947, “em maio deste mesmo ano o Brasil fechava o Partido Comunista Brasileiro e em outubro rompia relações com a União Soviética”.<sup>441</sup>

Não posso senão repetir o que disse: Rafael Nogueira não cometeu um erro factual de boa-fé, simplesmente ele *inventou uma historinha tonta*. É

como se o estudo da História se limitasse a uma sucessão de anedotas, mal alinhavadas por teorias conspiratórias.

“Imaginação”, aliás, que contagiou a edição do “documentário”. Para ilustrar a formação da guerrilha do Araguaia, que foi dizimada em 1974, os alegres rapazes da Brasil Paralelo não pensaram duas vezes e lançaram mão de uma fotografia de Sebastião Salgado, tirada no garimpo de Serra Pelada em 1986 – obviamente, a foto do garimpo não tem qualquer relação com a guerrilha.

Dez minutos depois, outro erro: uma foto do general Augusto Pinochet, ditador, ao lado de Gustavo Leigh e José Toribio Merino, três dos líderes do golpe militar chileno de 1973, é usada para ilustrar o afastamento do general Costa e Silva e a tomada do poder pelos ministros militares brasileiros, no episódio que deu início aos anos mais duros do autoritarismo.<sup>[442](#)</sup>

Pois é!

## **Coda: Silogismo de Napoleão de hospício**

O que dizer do “curso” oferecido por Lucas Ferrugem, um dos criadores da Brasil Paralelo? O título assusta, *O reino do terror vermelho*, mas o espanto nada aristotélico vem mesmo do “conteúdo” oferecido pelo jovem palestrante. Por uma questão de misericórdia, ficarei nos primeiros 6 minutos da “aula”. Escutemos o “especialista” em questões soviéticas:

Na primeira pesquisa sobre Rússia, *tu vai* encontrar o nome dessas três pessoas Lênin, Stálin e Trotsky. Como que alguém como o Lênin, que vem duma classe média, consegue conquistar um território que, no *War*, é *tão difícil de conquistar*? Como é que o cara vira... Um aspecto de poder, mesmo... Como é que o cara vira, da classe média, o detentor dum poder unificado de *toda a Rússia*?<sup>443</sup>

No *War*? Isso mesmo: Ferrugem faz referência ao conhecido jogo de tabuleiro baseado em estratégias de guerra e geopolítica como base de comparação para seus aprofundados estudos do tema. E ao que tudo indica, ao dizer *toda a Rússia*, o jovem mestre pensava na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Aliás, a questão delicada dos inúmeros *nacionalismos* que não se reduziam à Rússia atravessou todas as décadas do poder *soviético*. Erudição pouca é bobagem! Espere um pouco e se encante com o domínio incomum da cronologia demonstrado pelo bravo professor:

O Hitler subiu [ao poder] *em 1929*... *Em 1939*, desculpa!... E caiu em 1945. O Stálin subiu em 1924 e caiu na década de 1950, foi caindo gradualmente na década de 1950. Ele ficou muito mais tempo no poder, ele matou muito mais gente.<sup>444</sup>

Hitler chegou ao poder no início da Segunda Guerra Mundial? *Somente em 1939*? Stálin *foi caindo gradualmente na década de 1950*? Ele não “caiu”, porém faleceu em 1953 e mantinha controle absoluto do aparato estatal! É notável a ignorância desses primeiros 6 minutos de vídeo: deve ser preciso muito esforço para se chegar a esse nível. Por isso mesmo, paro por aqui os comentários: não desejo expor ninguém ao ridículo, ou ceder à tentação fácil da caricatura. Pelo contrário, ofereço uma

caracterização da mentalidade que autoriza erros tão absurdos que lindam com a má-fé.

Último exemplo de etnografia textual, autêntico ponto de fuga que reúne vertiginosamente Lei de Segurança Nacional de 1969, *Orvil* e retórica do ódio, ao mesmo tempo em que esclarece *a natureza das teorias conspiratórias da era digital*.

Em outubro de 2019, a deputada federal Bia Kicis divulgou um vídeo caseiro no qual “militantes” das “Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia — Ejército del Pueblo” (FARC), falando espanhol com irresistível dicção carioca, ameaçavam iniciar a “luta armada” contra políticos do jaez de Jair Messias Bolsonaro, entre outras sandices. A gravação era tão hilariante que nem mesmo os bolsonaristas mais fanáticos levaram o episódio a sério.<sup>445</sup> A deputada reconheceu a falsidade do material e retirou o vídeo de suas redes sociais.<sup>446</sup> Eis que, no dia 26 de outubro de 2019, Olavo de Carvalho decidiu pontificar sobre o rumoroso caso:

*Pouco importa que, em si, o vídeo das Farc seja fake. O sentido do que ele expressa é verdade pura. As Farc SÃO o inimigo principal do Bolsonaro, e têm inumeráveis colaboradores no Brasil (Twitter, 26 de outubro de 2019, grifos meus).*<sup>447</sup>

O absurdo da proposição deveria invalidar a enunciação, mas o efeito é perverso: o dislate é de tal monta que termina por se assemelhar a uma revelação! *As Farc são o inimigo principal de Bolsonaro?* E não basta que tenham improváveis colaboradores no Brasil — usarão uniforme e crachá? Falarão todos espanhol aprendido no Meier ou em Bento Ribeiro? —, o mais ameaçador é que são *inumeráveis*. Em que terra plana habitam esses seres? Poderia citar vários outros exemplos da

“erudição” dos filmes da Brasil Paralelo ou dos contrassensos lógicos do sistema de crenças Olavo de Carvalho. Porém, é mais importante caracterizar o “método” de suas intervenções, já que ele ilumina a estrutura das teorias conspiratórias que dominam o universo bolsonarista: trata-se do *silogismo de Napoleão de hospício*, como defini no segundo capítulo, e que parece ajustado ao excesso de informações que define o universo digital. Como se parte sempre da conclusão, que nunca muda e envolve um nível patológico de anticomunismo ou antiesquerdismo ou antiglobalismo, pouco importa o conteúdo das premissas anteriores. Se a conclusão *é verdade pura, pouco importa se o vídeo seja fake*. Para eliminar o *inimigo*, justificam-se todas as falácias e todas as mentiras. Desse modo, *pouco importa* a impossibilidade de processar a miríade de dados disponíveis nas redes sociais, pois, se a conclusão é o ponto de partida, a narrativa conspiratória se metamorfoseia em autêntico buraco negro que tudo absorve e nada transforma, pois a conclusão não se altera. O resultado dessa ginástica mental? O *analfabetismo ideológico* que caracteriza todos os exemplos que discuti. A *idiotia erudita* do surrealismo involuntário de repertórios inventados. No plano do governo Bolsonaro? O inevitável fracasso administrativo precisamente em virtude do êxito do bolsonarismo.

Concluída a caracterização da mentalidade bolsonarista, discutirei no próximo capítulo a constelação de fatores que colaborou de forma decisiva para o êxito eleitoral de Jair Messias Bolsonaro.

**[Próximo Capítulo](#)**

---

[281](#) Fareed Zakaria. “The Rise of Illiberal Democracy”. *Foreign Affairs*, vol. 76, nº 6, 1997, p. 22.

[282](#) No dia 28 de maio de 2020, o Jornalismo da TV Cultura reproduziu a polêmica fala: <https://youtu.be/i5nh4BD4WEs>, grifos meus. Para ver o vídeo na íntegra (especialmente a partir do minuto 35): [https://youtu.be/Gra\\_zF3KBiI](https://youtu.be/Gra_zF3KBiI)

[283](#) Ver o vídeo editado: de 1:22 a 1:32. Link: <https://youtu.be/M-tkPPwT9Xw>. Para o vídeo completo, ver: <https://youtu.be/bilC0IRy-Lg>

[284](#) Um conjunto impressionante de imagens, com reivindicações ostensivamente antidemocráticas, pode ser apreciado na matéria da *Folha de S. Paulo*, “Protestos pró-governo no dia 15/3. Com apoio de Bolsonaro e apesar do coronavírus, manifestantes vão a atos a favor do governo”: <https://bit.ly/3pU1jkw>

[285](#) O presidente tentou negar sua participação, mas a jornalista Vera Magalhães revelou a orquestração, divulgando um vídeo do Messias Bolsonaro convocando seus aliados para engrossar a manifestação. Ver, Renato Onofre e Camila Mattoso, “Bolsonaro encaminha vídeo que convida para ato em apoio ao governo no dia 15”. *GZH*, 25 de fevereiro de 2020. Ver a reportagem aqui: <https://tinyurl.com/y2kyqlcz>

[286](#) Monica Giuliano. “Vou intervir! O dia em que Bolsonaro decidiu mandar tropas para o Supremo”. *Revista Piauí*, agosto de 2020, nº 167, p. 22, grifos meus.

[287](#) Para uma consulta rápida à íntegra do artigo, ver: <https://tinyurl.com/y4cy3cpn>

[288](#) Ives Gandra da Silva Martins. “Cabe às Forças Armadas moderar os conflitos entre os Poderes”, grifos meus. *Consultor Jurídico*, 28 de maio de 2020. Ver aqui o artigo: <https://tinyurl.com/yynv9j2f>

[289](#) Ruy Fausto. “Depois do temporal”. In: *Democracia em risco?* São Paulo: Companhia das letras, 2019, p. 147-48, grifo o autor. Angélica Müller chamou minha atenção para o livro recente de Pierre Rosanvallon, *Le siècle du populisme. Histoire, théorie, critique*. (Paris: Le Seuil, 2000), no qual também se propõe o conceito de *démocrature*. Recomendo o vídeo de Tatiana Roque com participação de Angélica Müller, com uma excelente síntese do livro, “O século do populismo, a crise da democracia no livro de Rosanvallon”: <https://youtu.be/1SKB8YEWM-0>

[290](#) Idem, p. 155.

[291](#) Monica Giuliano, op. cit., p. 25. A jornalista extrai a frase da transmissão que mencionamos no canal do *Terça Livre* (ver a partir do minuto 36:30): [https://youtu.be/Gra\\_zF3KBiI](https://youtu.be/Gra_zF3KBiI)

[292](#) Ricardo Ribeiro. “Polícia Política?: Ministério da Justiça de Bolsonaro troca centenas de cargos na PF”. *Revista Fórum*, 27 de maio de 2020: <https://tinyurl.com/yxrmvs3l>

[293](#) “PF troca 6 superintendentes regionais e 5 cargos de chefia”. *G1*, 26 de maio de 2020: <https://glo.bo/3bfxxT4>

[294](#) “Deputada Carla Zambelli, aliada de Bolsonaro, antecipou que haveria operações da PF contra governos estaduais”, grifos meus. *G1*, 26 de maio de 2020.

[295](#) Ítalo Nogueira. “Alvo de Flávio Bolsonaro é exonerado na Receita em meio à pressão para anular provas de ‘rachadinha’. Chefe da Corregedoria no RJ deixa posto após ser acusado de acesso irregular a dados”. *Folha de S. Paulo*, 4 de dezembro de 2020. Ver o artigo: <https://tinyurl.com/y6ool3mw>

[296](#) “Chefe da União Europeia critica ‘zonas livres de LGBTs’ da Polônia”. *G1*, 16 de setembro de 2020: <https://glo.bo/2L8S6G5>

[297](#) “‘Por vários ângulos, o absurdo é uma ferramenta organizacional mais eficaz que a verdade’, escreveu o blogueiro da direita alternativa americana Menciús Moldberg”. Cf. Giuliano Da Empoli. *Os engenheiros do caos. Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Vestígio, 2020, p. 23-24. Substitua *absurdo* por *ódio* e *ressentimento* e o efeito de coesão e coerência somente aumenta.

[298](#) Idem, p. 38.

[299](#) Patrícia Campos Mello. *A máquina do ódio*. op. cit., p. 202-203.

[300](#) Esther Solano Gallego (org.). *O ódio como política. A reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

[301](#) Ana Kiffer e Gabriel Giorgi. *Ódios políticos e política do ódio. Lutas, gestos e escritas do presente..* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

[302](#) Machado de Assis. “Esaú e Jacó”. In: Obras Completas, Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986, p. 1019.

[303](#) Ver o vídeo da canção “Se essa rua fosse minha”: <https://youtu.be/7K159XxVzmk>

[304](#) No restante da letra, há uma síntese do reacionarismo contemporâneo. De um lado, defendendo a desigualdade social! Eis os versos: “Igualdade não existe/ O comércio ia parar/ Pois ter patrão e funcionário/ É o que faz tudo circular”. De outro lado, apoia-se sem ressalvas a ideologia do “empreendedorismo”: “Quem quer, corre atrás/ Não se lamenta se alguém tem mais/ Sucesso não é pra quem ‘busca’/ É pra quem ‘faz’!”.

[305](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y3zrn5h7>. Provavelmente, em lugar de *bisonha*, deve-se ler *risonha*.

[306](#) Malu Gaspar, op. cit., p. 98.

[307](#) Idem, p. 111.

[308](#) Idem, p. 92.

[309](#) Idem, p. 114.

[310](#) Idem, p. 113.

[311](#) Idem, p. 123.

[312](#) Idem, ibidem, p. 123-24, grifos meus.

[313](#) Idem, p. 155.

[314](#) Idem, p. 54.

[315](#) Idem, p. 93.

[316](#) Idem, p. 105

[317](#) Idem, p. 68.

[318](#) Idem, p. 69.

[319](#) Ver o vídeo editado: de 1:49 a 2:10. Link: <https://youtu.be/M-tkPPwT9Xw>. Para o vídeo completo, ver: link “Bolsonaro no ‘Túnel do Tempo’ (23/05/1999)”: <https://youtu.be/bilC0IRy-Lg>

[320](#) Luiz Maklouf Carvalho. *O cadete e o capitão*. São Paulo: Todavia, 2019, p. 24. grifos meus.

[321](#) Frase cometida no dia 15 de outubro de 1979. Ver o vídeo: [https://youtu.be/pdPH4XjWj\\_Y](https://youtu.be/pdPH4XjWj_Y)

[322](#) Lucas Figueiredo trata desse momento delicado no interior dos grupos militares em *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula. 1927 – 2005*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005, especialmente p. 247 – 250.

[323](#) No calor da horas, e assumindo à época um risco real, o jornalista Fernando Portela escreveu um relato de grande importância, publicado pela primeira vez em 1974: *Guerra de guerrilheiros no Brasil. Informações novas. Documentos inéditos e na íntegra*. São Paulo: Global Editora, 5ª edição, 1981. Repare que a palavra *Araguaia* não comparece no título; sem essa precaução, o livro não seria publicado! A ditadura militar recusa-se ainda hoje a reconhecer as operações que levaram à execução e ao desaparecimento dos guerrilheiros e das guerrilheiras aprisionados após a fracassada Primeira Campanha das Forças Armadas contra a guerrilha.

[324](#) A reportagem de José A. Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto M. Fortunato, *A direita explosiva. A história do Grupo Secreto que aterrorizou o País com suas ações, atentados e conspirações* (Rio de Janeiro: Mauad, 1996), segue uma obra de referência no tema.

[325](#) Thaís Oyama. *Tormenta*, op. cit., p. 41.

[326](#) Lígia Formenti. “Bolsonaro volta a receber a viúva de Ustra no Palácio do Planalto”. *Estado de São Paulo*. 7 de novembro de 2019: <https://tinyurl.com/y65gq627>

[327](#) Thaís Oyama. *Tormenta*, op. cit., p. 42.

[328](#) Roniara Castilhos e Filipe Matoso. “Bolsonaro recebe Major Curió, que comandou repressão à Guerrilha do Araguaia durante a ditadura”. *G1*, 4/05/2020: <https://glo.bo/3bfxc2K>

[329](#) Maria Celina D’Araújo e Celso Castro (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, 5ª edição., p. 113, grifos meus.

[330](#) Pode-se ler a DSN de 1969 neste link: <https://tinyurl.com/y4vrw6ck>

[331](#) Pode-se ler a DSN de 1978 neste link: <https://tinyurl.com/y3zqggky>.

[332](#) George F. Kennan. “The Long Telegram. Answer to Dept’s 284 Feb. 3, Moscow, Feb 22. 1946”. Uma reprodução do telegrama original pode ser encontrada no Wilson Center-Digital Archive. Trata-se de leitura muito importante para esse tópico: <https://tinyurl.com/y2f3aldp>

[333](#) George F. Kennan. “The Sources of Soviet Conduct”. *Foreign Affairs*, vol. 25, nº 4 (July 1947), p. 582. Eis a citação na íntegra: “In the light of these circumstances, the thoughtful observer of Russian-American relations will find no cause for complaint in the Kremlin’s challenge to American society. He will rather experience a certain gratitude to a Providence which, by providing the American people with this implacable challenge, has made their entire security as a nation dependent on their pulling themselves together and accepting the responsibilities of moral and political leadership that history plainly intended them to bear”. Idem, ibidem.

[334](#) O texto original pode ser consultado no Homeland Security Digital Library: <https://tinyurl.com/y58sae8r>

[335](#) Lucas Figueiredo. *O Ministério do Silêncio*. op. cit., p. 50.

[336](#) A lei pode ser lida na plataforma da Casa Civil da Presidência da República. As citações a seguir serão extraídas desse link: <https://tinyurl.com/yykr2xsm>

[337](#) Maria Celina D’Araújo e Celso Castro (orgs.). *Ernesto Geisel*. op. cit. p. 107 e 109, grifos meus.

[338](#) O estudo clássico desse acordo civil-militar e seu impacto na articulação golpista foi realizado por René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 5ª edição., 1987.

[339](#) Idem, p. 236.

[340](#) Lucas Figueiredo. *O Ministério do silêncio*. op. cit., p. 107.

[341](#) *Projeto Brasil: Nunca Mais* – Arquidiocese de São Paulo, 1985, Tomo I, *O regime militar*, p. 55. O livro pode ser consultado na plataforma do projeto: <https://tinyurl.com/yxj7m6fv>

[342](#) Idem, p. 75.

[343](#) A Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, pode ser lida no site da Casa Civil da Presidência da República: <https://tinyurl.com/y54hvokv>

[344](#) Lucas Figueiredo. *O Ministério do silêncio*. op. cit., p. 129. Os exemplos da estrutura compartilhada são inúmeros: na Inglaterra, o British Intelligence Service (MI-6) trata de questões internacionais, enquanto o Security Intelligence Service (MI-5) se ocupa da segurança interna. Na Alemanha, de igual modo, as atribuições são divididas entre o Serviço Federal de Inteligência (BND) e o Serviço de Proteção da Constituição (BFU).

[345](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y54hvokv>

[346](#) O Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, pode ser lido na íntegra na plataforma da Câmara dos Deputados: <https://tinyurl.com/y4f6evl9>

[347](#) Promulgado em 13 de dezembro de 1968, a íntegra do ato Institucional pode ser lida na plataforma da Casa Civil da Presidência da República: <https://tinyurl.com/y4jw3b2t>

[348](#) Ver o vídeo (a partir de 03:05): <https://youtu.be/vd31S0AB8SU>

[349](#) A Lei da Anistia pode ser lida na plataforma da Casa Civil da Presidência da República: <https://tinyurl.com/phuyjpy>

[350](#) Jacob Gorender. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Edição ampliada e revista. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 257-58. Livro indispensável, mescla de memórias e reflexões históricas. Nos dois capítulos finais, Gorender analisa criticamente a experiência da luta armada, destacando um ponto central: “A luta pelo socialismo não se abstrai das condições democráticas”. Idem, p. 291.

[351](#) Idem, p. 257.

[352](#) O Decreto-Lei nº 314 pode ser lido na íntegra na plataforma da Câmara dos Deputados: <https://tinyurl.com/y4f6evl9>

[353](#) Ver: Rodrigo Nabuco de Araújo, “Repensando a guerra revolucionária no Exército brasileiro (1954–1975)” (*Historia y problemas del siglo XX*, Año 8, Volumen 8, 2017, p. 87-104), o artigo pode ser lido aqui: <https://tinyurl.com/y55n8hbv>; João Roberto Martins Filho, “A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960” (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 67 junho/2008, p. 39-50), o artigo pode ser lido aqui: <https://tinyurl.com/y62hqdu6>; João Roberto Martins Filho, “A conexão francesa da Argélia ao Araguaia” (*Varia Historia*, vol. 28, nº 519, 2012, p. 519-536), o artigo pode ser lido aqui: <https://tinyurl.com/y37smhf8>

[354](#) Roger Trinquier. *La guerre moderne*. Paris: La Table Ronde, 1961, p. 15.

[355](#) O livro de Marie-Monique Robin, *Escadrons de la mort, l'école française* (Paris: Éditions La Découverte, 2004), esmiúça a estratégia francesa e sua influência nas ditaduras latino-americanas. Um documentário homônimo foi produzido com base no livro: <https://youtu.be/8IaA8rTeQRY>

[356](#) Gillio Pontecorvo. *A batalha de Argel* (1966). O filme pode ser visto aqui: [https://youtu.be/PB-xK\\_ViPck](https://youtu.be/PB-xK_ViPck)

[357](#) Cecília Maria Bouças Coimbra. “Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência”. *Psicologia em Estudo*, v. 5, n.º 2, 2000, p. 10-11, grifos meus.

[358](#) O Decreto-lei nº 898 pode ser lido na íntegra na plataforma da Casa Civil da Presidência da República: <https://tinyurl.com/yyyc2cw8>

[359](#) São os artigos 8, 9, 10, 24, 25, 27, 28, 29 e 33.

[360](#) São os artigos 11, 22, 32, 37, 39 e 41.

[361](#) Luiz Maklouf Carvalho cita o antropólogo Celso Castro para ponderar que a geração do aspirante Bolsonaro teve “mais impacto ideológico do regime militar”. Cf. Luiz Maklouf Carvalho, op. cit., p. 33.

[362](#) Uma boa explicação se encontra na matéria de Mariana Schreiber, “Apesar de abolida, pena de morte ainda tem aplicação no Brasil”, *BBC Brasil*, 17 de janeiro de 2015: <http://bbc.in/3pLWJVg>

[363](#) A Constituição Federal de 1988 pode ser consultada na plataforma da Casa Civil da Presidência da República: <https://tinyurl.com/czskwlv> (grifos meus).

[364](#) Ver o vídeo, “Jair Bolsonaro faz revelações exclusivas – assista no próximo sábado (teaser de 00:35 a 00:37): <https://youtu.be/BUgk6OOGW0w>. Para o vídeo na íntegra, “O Brasil precisa saber: Com o presidente Jair Bolsonaro”. Ver o link: <https://youtu.be/N9JHNG4XFdg>

[365](#) Mário Magalhães e Sérgio Torres, “Internet revela livro secreto do Exército”. *Folha de S. Paulo*, 5 de novembro de 2000: <https://tinyurl.com/y25mqskt>

[366](#) O volume pode aqui ser lido na íntegra: <https://tinyurl.com/yy5bqvyp>

[367](#) Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. “Apresentação”. In: *Orvil. Tentativas de tomada de poder*. Tenente Coronel Lício Maciel e Tenente José Conegundes do Nascimento. São Paulo: Schoba Editora, 2012, p. 22, grifos meus.

[368](#) Sobre o fenômeno interessante da *escrita espelhada*, ver, Jaime Luiz Zorzi, “As inversões de letras na escrita. O ‘fantasma’ do espelhamento”. *Revista Solettras*, n.º 15, 2008. Link: <https://tinyurl.com/yxvkluhd>

[369](#) General Geraldo Luiz Nery da Silva. “Prefácio”. In: *Orvil*. op. cit., p. 26, grifos meus.

[370](#) O brilhante jornalista investigativo Lucas Figueiredo escreveu uma reportagem de grande importância colocando os dois títulos em paralelo: *Olho por olho. Os livros secretos da ditadura*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009. A síntese que apresento a seguir muito se beneficiou do trabalho de Lucas Figueiredo.

[371](#) *Brasil: Nunca Mais*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 18ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, p. 21-22, grifos meus.

[372](#) Idem, *ibidem*.

[373](#) Idem, *ibidem*.

[374](#) Vale muito a pena dedicar algumas horas de pesquisa na plataforma “Brasil Nunca Mais Digital”: <https://tinyurl.com/y47z5jwf>

[375](#) *Brasil: Nunca Mais*, op. cit., p. 31. grifos meus.

[376](#) Consulte-se The National Security Archive: em 2010, documentos até então secretos, relativos a Dan Mitrione, foram tornados públicos e revelam o alcance da atuação norte-americana nas ditaduras do Cone Sul: <https://tinyurl.com/yxdyy9xc>

[377](#) Roberto Farias. *Pra Frente, Brasil*. 1982. Ver o link a partir de 1:17:55, até 1:19:20. Link: <https://youtu.be/d0vWDpGAN2U>

[378](#) O filme pode ser visto aqui: <https://youtu.be/dB4T-LHvHss>. De 34:10 a 34:40, ocorre a cena de tortura no Brasil com “presos-cobaias”.

[379](#) Hamilton Almeida Filho. *A sangue quente. A morte do jornalista Vladimir Herzog*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

[380](#) Antonio Carlos Fon. *Tortura. A história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1979.

[381](#) Há um depoimento em vídeo de Antonio Carlos Fon sobre sua prisão: <https://youtu.be/TfkaJQhtjzM>

[382](#) Antonio Carlos Fon. op. cit., p. 11, grifos meus.

[383](#) Não conheço exemplo mais brutal do que o relatado por Frei Betto. Ao ser preso, foi levado a uma sala, em tese à espera do início da sessão de tortura. O pior, contudo, estava para acontecer: “O Corcunda puxou do bolso um rolo de fios de cobre e prendeu-os à mão, na forma de chicote. Virou-se para mim e falou com sua voz rouca, cavernosa: ‘— Vá tirando a roupa, que em seguida é você’”. Um rapaz somente de calção havia sido trazido à sala e ele começou a ser chicoteado com fúria. “Deve ter durado meia hora. Pareceu-me que o rapaz ensanguentado não sobreviveria aos ferimentos”. Frei Beto não foi torturado. A razão ainda hoje, devo confessar, me afeta profundamente: “Mais tarde, eu saberia que se tratava de um preso *comum, escolhido ao caso*, para que me ‘amaciassem’. Jamais soube o seu nome”. Cf. Frei Beto. *Batismo de sangue. Guerrilha e morte de Carlos Marighella*. 14ª edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, p. 174, grifos meus. Nomes que permanecem desconhecidos: será que um dia tentaremos identificá-los?

[384](#) Maria Celina D’Araújo e Celso Castro (orgs.). *Ernesto Geisel*. op. cit. p. 225, grifos meus.

[385](#) *Brasil: Nunca Mais*, op. cit., p. 298-312.

[386](#) Ver o vídeo (de 1:13 a 1:16): <https://youtu.be/M-tkPPwT9Xw>. Para o vídeo na íntegra, “Bolsonaro no ‘Túnel do tempo (23 de maio de 1999)’”, ver: <https://youtu.be/bilC0IRy-Lg>

[387](#) Um episódio com uma seleção das participações de Glauber Rocha pode ser visto aqui: <https://youtu.be/Kidwi7B6dO0>

[388](#) O programa pode ser visto na íntegra: <https://youtu.be/J7kywqsY7PM>

[389](#) Paulo José Cunha. “Meninos, eu vi. Por isso tenho medo”. *Congressos em Foco*. 21 de setembro de 2018, grifos meus. Ver o link: <https://tinyurl.com/y4nth9jv>

[390](#) *Orvil*, ver p. XVII do Link: <https://tinyurl.com/yy5bqvyp>. Na edição impressa, ver p. 39. Nas próximas citações, indicarei, em primeiro lugar, a numeração de página do link e, em seguida, a numeração da edição em livro.

[391](#) Carolina Silveira Bauer realizou um estudo de grande importância comparando os casos argentino e brasileiro: *Brasil e Argentina: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. 2ª edição. Porto Alegre, Medianiz, 2014. Ver, especialmente, “Nunca Más”, p. 166-175. Destaque-se uma passagem, p. 169-170, “O título *Nunca Más*, além de recuperar o princípio da História como mestra da vida (*historia magistra uitae*), provinha da fase final do prólogo do informe, escrito por Ernesto Sábato: “Únicamente así podremos estar seguros de que NUNCA MÁS en nuestra patria se repetirán hechos que nos han hecho trágicamente famosos en el mundo civilizado”.

[392](#) *Brasil: Nunca Mais*. op. cit., p. 27, grifos meus.

[393](#) *Orvil*, p. XVII-XVIII/ p. 39, grifos meus.

[394](#) Idem, ibidem, p. XXVIII / p. 53.

[395](#) Idem, p. XIX / p. 54.

[396](#) Lucas Figueiredo. *Lugar nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 132.

[397](#) Ver o vídeo da canção: [https://youtu.be/\\_ROOgsTh71k](https://youtu.be/_ROOgsTh71k)

[398](#) Para a íntegra da letra, ver o link: <https://tinyurl.com/y5c9z2yl>

[399](#) “Bolsonaro volta a associar Argentina à Venezuela e pede a Deus reeleição em 2022”. *Diário do Nordeste*, 17 de outubro de 2020: <https://tinyurl.com/yxu6btf9>

[400](#) *Orvil*, p. 9/ p. 64.

[401](#) *Idem*, *ibidem*.

[402](#) *Idem*, p. 4/ p. 59, grifos meus.

[403](#) *Idem*, p. 5/ p. 60, grifos meus.

[404](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/yyej7thd>

[405](#) *Orvil*, p. XVII/ p. 39, grifos meus. A versão impressa possui ligeiras modificações na redação.

[406](#) *Idem*, p. 805–806/ p. 787, grifos meus.

[407](#) *Idem*, p. 839/ p. 817.

[408](#) Nesse sentido, é importante mencionar o livro do general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, *A revolução gramscista no Ocidente. A concepção revolucionária de Antonio Gramsci em Cadernos do Cárcere* (Rio de Janeiro: Estandarte Editora 2002). Olavo de Carvalho escreveu sobre o trabalho do general: “Recordações inúteis”, *Diário do Comércio*, 7 de março de 2012: <https://olavodecarvalho.org/recordacoes-inuteis>

[409](#) Programa *True Outspcak*, 5 de dezembro de 2012. Ver o vídeo: [https://youtu.be/hRYwli751\\_E](https://youtu.be/hRYwli751_E)

[410](#) “O Brasil precisa saber: Presidente Jair Bolsonaro”, grifos meus. Ver o vídeo de 40:00 a 40:37: <https://youtu.be/e14XoxBrKWk>

[411](#) *Idem*, ver o vídeo de 43:00 a 43:20, grifos meus.

[412](#) É evidente que não se trata de discutir aqui a vasta e relevante bibliografia sobre o golpe de 1964. De todo modo, indico o artigo de Carlos Fico, cujo trabalho é incontornável para a compreensão do tema: “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”, *Revista Brasileira*

de *História*. 2004, vol. 24, n. 47, p. 29-60. O artigo pode ser consultado no link: <https://tinyurl.com/yysleeca>. Carlos Fico analisa a hipótese de René Armando Dreifuss, propondo questionamentos pertinentes.

[413](#) “O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para a frente a participação da massa”. René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado*. op. cit., p. 230.

[414](#) Ver a página 43 do documento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta para investigar a ação política do IPES/IBAD e suas fontes estrangeiras de financiamento (grifos meus): <https://tinyurl.com/y4y4eqe5> Instalada em fevereiro de 1963, a CPI levou ao fechamento do IBAD em dezembro do mesmo ano.

[415](#) Para que se compreenda a ambição do projeto, vale a pena visitar a plataforma da produtora: <https://site.brasilparalelo.com.br/home/>

[416](#) Eis o tuíte do deputado federal Eduardo Bolsonaro: <https://tinyurl.com/yyjrwdc5>

[417](#) *Orvil*, p. 7 / p. 62.

[418](#) Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Obra completa. Vol. I. op. cit., p. 520, grifos meus.

[419](#) Nessa notável passagem, Oliveira Vianna dialogava com Machado de Assis: “Esta pesquisa das *causas primeiras* poderia me levar, de inferência em inferência, muito longe – porque a lógica do historiador é como aquele hipopótamo de uma fantasia de Machado de Assis: tem a fome do infinito e tende a procurar a origem dos séculos”. Cf. Oliveira Vianna. *O ocaso do Império*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1925, p. 6, grifos meus.

[420](#) Léon Poliakov. *A causalidade diabólica*. Vol. I. São Paulo: Editora Perspectiva: 1991, p. XII-XIII, grifos meus.

[421](#) Pedro Doria. *Fascismo à brasileira. Como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo*. São Paulo: Editora Planeta, 2020, p. 190.

[422](#) Olímpio Mourão Filho “tinha às mãos um exemplar da *Revue des Deux Mondes*, uma tradicional revista de ensaios francesa, muito popular nos meios intelectuais europeus, onde fora publicado um longo artigo sobre como o húngaro Béla Kun havia implantado a segunda república comunista, em 1919. Com base no processo de Béla Kun, Mourão deixou sua imaginação fluir. (...) Olímpio Mourão Filho de primeira assinou o documento ‘Béla Kun’. Mas aí se lembrou de que Kun não era mais que a transliteração da palavra em hebraico que designava os sacerdotes, Cohen”. Idem, ibidem, p. 190-191.

[423](#) Léon Poliakov. *A causalidade diabólica*. op. cit., p. XIV.

[424](#) Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. *1964 – O Brasil entre armas e livros*. Produtora Brasil Paralelo, 2019. Ver: 14:55: <https://youtu.be/yTenWQHRPIg>

[425](#) Uma boa e sucinta análise dos documentários de Steve Bannon, encontra-se aqui: “The films of Steve Bannon”: <https://youtu.be/ulgOc4kyprQ>

[426](#) Vale muito a pena assistir ao documentário: <https://youtu.be/I4OnIPbNCG0>

[427](#) Destaco o instigante ensaio de João Varella, “Por que a extrema-direita se interessa tanto por videogames?”. *Elástica*, 4 de dezembro de 2020. Ver o artigo no link: <https://tinyurl.com/y6c393cn>  
Agradeço ao Rodrigo Casarin pela referência.

[428](#) Idem, ver a partir de 1:36:30.

[429](#) “Os *Cadernos do Cárcere* são formados pelas notas que Gramsci redigiu na prisão de 1925 a 1935 (...). Ele sublinha o caráter provisório, de esboços a desenvolver, dessas notas e apontamentos. É como tais que devem ser lidos”. Cf. Luciano Gruppi. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 65.

[430](#) Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. *1964 – O Brasil entre armas e livros*, op. cit., ver a partir de 1:38:02, grifos meus.

[431](#) Luciano Gruppi. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978. A edição conta com prefácio de Luiz Werneck Vianna, “A propósito de uma apresentação” (p. V-XV). O primeiro capítulo é muito esclarecedor, “O conceito de hegemonia em Gramsci” (p. 1-14). Um artigo muito útil no mapeamento do conceito pode ser aqui lido, Ana

Rodrigues Cavalcanti Alves, “O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe” (*Lua Nova*, São Paulo, 80: p. 71-96, 2010): <https://tinyurl.com/y3rfdwrf>

[432](#) Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Volume 6. Literatura, Folclore, Gramática. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. O “Índice dos principais conceitos” encontra-se nas páginas 467-482.

[433](#) Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. 1964 – *O Brasil entre armas e livros*; ver a partir de 39:50, grifos meus.

[434](#) Carlos Castello Branco. *A renúncia de Jânio. Um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1996, p. 60, grifos meus.

[435](#) Toda a documentação pode aqui ser consultada: <https://tinyurl.com/y699739p>

[436](#) Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. 1964 – *O Brasil entre armas e livros*; ver a partir de 22:38, grifos meus.

[437](#) Processo nº 411/412 – Distrito Federal: <https://tinyurl.com/y3eeq4zl>

[438](#) Graças à extraordinária Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional é possível consultar as edições do jornal *Tribuna Popular*: <https://tinyurl.com/yxc9jve>

[439](#) “Prestes em sabatina com funcionários da Justiça”. *Tribuna Popular*, 16 de março de 1946. A edição do jornal pode ser consultada aqui: <https://tinyurl.com/yy2zf68z> e aqui: <https://tinyurl.com/y2m6x4x2>

[440](#) Renato Arruda de Rezende. 1947 – *O ano em que o Brasil foi mais realista que o rei. O fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2006, p. 82. A Dissertação pode ser lida neste link: <https://tinyurl.com/y4nbj254>

[441](#) Idem, p. 109.

[442](#) Leão Serva. “Filme ‘1964’ faz uso indevido de foto de Sebastião Salgado”. *Folha de S. Paulo*, 7 de maio de 2019.

[443](#) Ver o vídeo “O Reino do Terror Vermelho com Lucas Ferrugem”, do canal da produtora Brasil Paralelo. Link: <https://youtu.be/DGMay1kwETA> Ver a partir de 05:04, grifos meus.

[444](#) Idem, ver a partir de 06:00, grifos meus.

[445](#) “Deputada Bia Kicis divulga vídeo falso relacionando Farc com Lula e apaga”. *Poder 360*, 26 de outubro de 2019. Ver a matéria: <https://tinyurl.com/upvpdo2>

[446](#) Nas palavras da deputada federal Bia Kicis: “Sobre o vídeo das FARCS, removi assim que fui informada de que seria fake. Postei pq recebi de uma fonte muito respeitável e acreditei que fosse real. Removi pq não compactuo com a mentira, valeu? A gente pode se enganar mas não pode perder a integridade”. Ver o link: <https://twitter.com/biakicis/status/1188110210042343426>

[447](#) Ver o link: <https://tinyurl.com/y34fe8ss>

# CAPÍTULO 4

## Rumo à Estação Brasília

*The time is out of joint.*

William Shakespeare, *Hamlet*.

### **O Brasil *pós-político***

O propósito destas *crônicas de um Brasil pós-político* foi atingido na caracterização da mentalidade bolsonarista. Resta, porém, uma pergunta fundamental, e não fujo ao desafio: como entender que um medíocre deputado do baixo clero tenha chegado ao posto mais alto da República?

*O tempo está disjuncto* [448](#): eis a definição mais precisa da anomia-Brasil na era bolsonarista. E como colocar as ideias em ordem é uma forma de reação, associo dois elementos prévios à campanha presidencial com três fatores que se revelaram decisivos na caminhada de Bolsonaro rumo à Estação Brasília.

(Claro: não pretendo oferecer uma resposta exaustiva, tampouco aprofundar temas que, por si só, fornecem material para um novo livro. Ao fim e ao cabo, o que você tem em mãos são *crônicas*; agora, mais do que nunca.)

## **Junho de 2013 e a emergência das massas digitais**

Em junho de 2013, as ruas brasileiras foram tomadas por milhões de manifestantes,<sup>449</sup> num evento epocal que ainda hoje permanece enigmático, embora tenha contribuído de forma decisiva para definir o perfil do Brasil pós-político contemporâneo.<sup>450</sup> No mínimo, não dispomos de uma interpretação hegemônica acerca do episódio. O que principiou como uma manifestação, se não exclusivamente de esquerda, pelo menos claramente preocupada com questões sociais, pouco a pouco foi pulverizada numa constelação de protestos, reivindicações, ódios e ressentimentos de matizes os mais diversos e inclusive opostos, cujo resultado foi nada menos do que a emergência de uma pulsão antissistêmica que moldou a política brasileira nos últimos anos.<sup>451</sup>

(O maior êxito da campanha presidencial bolsonarista foi a apresentação do deputado federal como o autêntico político antissistêmico, muito embora não somente Bolsonaro fosse político há três décadas, como também tivesse ajudado a eleger seus três filhos e uma ex-esposa. Como sabemos hoje, a família-franquia sempre soube como aproveitar todas as benesses do sistema.)

Como ligar esses pontos?

Em primeiro lugar, uma observação de caráter geral: protestos relativos ao aumento de tarifas do transporte urbano começaram em 2012 em várias cidades, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, Natal e Goiânia. Assim, junho de 2013 assistiu ao retorno dessas manifestações: não se tratou de um gesto inaugural; na verdade, a energia acumulada em ações prévias foi fundamental para o alcance incomum do episódio. São Paulo tornou-se o centro do movimento nem tanto pelo volume inicial da mobilização quanto pela brutalidade da repressão policial, incluindo inúmeras agressões a jornalistas. A partir desse momento, a cobertura da imprensa mudou e a reação desproporcional dos agentes do Estado foi destacada. Em todo o país, a violência do aparato repressivo provocou indignação, ajudando e muito no contágio mimético típico do universo digital.

De fato, a organização dos eventos ocorreu através das redes sociais, demonstrando claramente a força política do novo meio — e, com grande argúcia, a campanha bolsonarista beneficiou-se ao máximo dessa circunstância em 2018. Na prática, coletivos como o Movimento do Passe Livre (MPL) em São Paulo, a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, o movimento Revolta do Busão (#RevoltadoBusão), em Natal, e o Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens (Fórum de Lutas) do Rio de Janeiro, não teriam obtido idêntico impacto sem a convocação on-line das manifestações e sem a criação de canais alternativos de informação, de modo a alcançar diretamente a população no calor da hora dos acontecimentos, numa inédita simultaneidade entre ação registrada, sua transmissão imediata e a interpretação coetânea da ação no instante mesmo de sua ocorrência. Não foram poucos os que

saíram de suas casas e engrossaram o movimento após assistirem aos protestos em seus celulares.

No dia 17 de junho de 2013, em pelo menos 12 cidades brasileiras (há dúvidas sobre os dados), houve alguma forma de contestação e, agora, não somente relativa ao aumento das tarifas, porém no tocante ao *sistema em sentido o mais amplo possível*: pedia-se a revogação dos novos preços do transporte urbano, mas também se questionava o emprego de recursos públicos para a realização da Copa do Mundo em 2014, vozes se levantavam contra o “casamento gay”, denunciava-se a corrupção, criticava-se a precariedade dos serviços públicos em oposição ao mítico “Padrão Fifa” para a organização de campeonatos de futebol,<sup>452</sup> alguns defendiam uma hipotética “cura gay”, surgiram cartazes apoiando ou rejeitando propostas de emenda constitucional em trâmite no Congresso, exigia-se atendimento digno nos hospitais públicos, lamentava-se a situação da educação pública e surgiram aqui e ali solicitações pontuais, muito específicas para serem notadas. A multiplicidade das reivindicações era estonteante. Três dias depois, apesar da redução das tarifas anunciada em várias cidades, as manifestações somente se adensaram, atingindo 120 cidades em todo o país e levando milhões de pessoas às ruas. Numa das mais agudas avaliações do fenômeno, entendido em sentido amplo, e não limitado aos dias das mobilizações mais expressivas, os números são hiperbólicos:

As avaliações provenientes das mais diversas fontes oscilam entre 10 e 15 milhões de manifestantes em mais de quinhentas cidades. Enquanto não dispusermos de uma razoável coleção de relatos de todas as procedências, sobretudo das mais improváveis, continuará soterrada a memória viva do maior protesto de massa da história brasileira, com esta peculiaridade igualmente divisora de águas, a de que *ele*

*foi rigorosamente autoconvocado*, ao contrário de episódios altamente coreografados, como as Diretas Já ou os caras-pintadas.<sup>453</sup>

*Rigorosamente autoconvocado* porque um aspecto inédito chamou atenção: sem que acordo algum tivesse sido necessário, toda vez que alguém apareceu com a bandeira de algum partido político, seja à esquerda, seja à direita, a rejeição foi unânime. O *sistema político* foi barrado no baile. A Caixa de Pandora tinha sido aberta e do seu interior escapou um paradoxo que até hoje não superamos.

(Talvez por que ainda não soubemos caracterizar o paradoxo?)

Arrisco uma formulação: as Manifestações de Junho materializaram um difuso sentimento antissistêmico que se manifestou na decidida recusa da figura do político tradicional. Aliás, fenômeno transnacional e que foi instrumentalizado pelo populismo digital de direita. Ao mesmo tempo, com uma intensidade e amplitude antes desconhecidas na história brasileira, a política tornou-se autêntica paixão do dia a dia nacional. Isto é, despreza-se o político, mas se situa a política no centro da pólis — pós-política. Nesse horizonte, as formas tradicionais de mediação entre poder e cidadania são metodicamente descartadas em favor de uma noção que se impôs como o alfa e o ômega das massas digitais: ativismo.<sup>454</sup> No primeiro capítulo, na análise do documentário *Intervenção*, destaquei uma fala que sintetiza à perfeição esse momento: “Não adianta o cara falar que ama a pátria e olhar pra bandeira e chorar de emoção, se eu não tiver *ação*. Então, *é necessário ir pra rua!*”.<sup>455</sup> A partir de 2013 *ação* passou a significar *ir pra rua*, numa onda que se tornou tsunami nos protestos de 2016 e que levou grupos de direita a assumir protagonismo

no espaço público. A escalada golpista do bolsonarismo, ocorrida nos meses de abril e maio de 2020, teve como ponta de lança a convocação de manifestações em série que solicitavam a intervenção militar e defendiam o retorno do AI-5: ativismo para pressionar os poderes Judiciário e Legislativo. A matéria de Afonso Benites sintetizou à perfeição o gesto tipicamente pós-político: “Sem base parlamentar, Bolsonaro aposta nas ruas para emparedar Congresso”.<sup>456</sup>

(A data do artigo? 21 de maio de 2019: o auge da escala golpista, na qual o bolsonarismo tentou dominar o governo Bolsonaro.)

Esse paradoxo é pura nitroglicerina e explodiu em dois tipos de ativismo: o digital e o judicial e sem sua conjunção muito provavelmente o folclórico deputado do baixo clero, o capitão reformado, o homem da caserna jamais teria chegado à presidência.

Logicamente, devo principiar pelo ativismo digital, pois sem sua ocorrência as Manifestações de Junho talvez não tivessem ocorrido, ou pelo menos sua repercussão teria sido muito menor.

Volto ao conceito esboçado no primeiro capítulo: *massas digitais*.

Antes, um passo atrás, pois a ideia de *massas* possui um histórico revelador. Durante todo o século XIX a irrupção das massas urbanas provocou crises constantes no sistema de representação política, assim como no imaginário então dominante. A ascensão do romance como o gênero literário oitocentista por excelência é indissociável da consolidação de um numeroso público leitor oriundo das classes populares. Paul Lidsky publicou um ensaio de grande relevância nessa questão, *Les écrivains contre la Commune*. Escritores contra a Comuna

de Paris? Isso mesmo! A experiência revolucionária que, de 18 março a 28 maio de 1871, transferiu o poder para os operários foi rejeitada pelos escritores, que em sua maioria se mostraram hostis ao acontecimento, levando inclusive ao surgimento de uma *littérature anticommunarde*.<sup>457</sup> A massa urbana era vista como uma turba incontrolável e, desse modo, justificava-se a dura repressão do movimento. No início do século XX, a atitude dos intelectuais pouco mudou, a confiar-se no provocador livro de John Carey, *The Intellectual and the Masses*. O autor chega a sugerir que, especialmente para os grupos de vanguarda, as massas viviam num nível propriamente subumano (a expressão é de Carey), reféns da nascente indústria cultural.<sup>458</sup> Numa reflexão de fôlego, Peter Sloterdijk abriu caminho para minha hipótese sobre as massas digitais:

No projeto da modernidade de desenvolver a massa como sujeito, acumulam-se, tanto quanto pudemos entender, *material explosivo psicopolítico* e facilmente inflamável. Ele pode detonar por meio de faíscas tanto de cima como de baixo. (...) a massa como tal representa um pseudossujeito com o qual não se pode travar relações sem trazer à baila *um elemento de desprezo*, e inclui a adulação como um desprezo invertido.<sup>459</sup>

O projeto *de desenvolver a massa como sujeito* muitas vezes confundiu-se com sua manipulação. Em ambos os casos, lançou-se mão da tecnologia de comunicação dominante na época, a fim de moldar uma imagem relativamente homogênea: grosso modo, no século XIX, o texto impresso; no século XX, o meio audiovisual; no século XXI, o universo digital. Tratou-se de disciplinar as massas, em virtude de seu *material explosivo psicopolítico*, pronto a entrar em combustão em virtude da emergência de grandes contingentes de novos atores políticos, a par da

introdução de inovações tecnológicas que produzem um verdadeiro dilúvio de informação disponível. O colapso hermenêutico derivado desse excesso de dados repentinamente colocado em circulação ainda precisa ser estudado de um ponto de vista (também) antropológico. Ao discutir *a obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*, além de assinalar a importância transcendente do cinema e da técnica de montagem na forma da percepção contemporânea,<sup>460</sup> Walter Benjamin sublinhou a transformação decisiva:

A massa é a matriz, da qual, atualmente, todo o comportamento familiar diante de obras de arte emerge de modo renovado. A quantidade converteu-se em qualidade: *a massa substancialmente maior de participantes fez surgir um modo diferente de participação.*<sup>461</sup>

Matriz volátil por excelência, a própria ideia de massa tornava particularmente problemático o controle ou o direcionamento de sua participação, sobretudo se substituirmos o terreno da estética pelo campo da política. A mescla de ambos, contudo, faria explodir o *material explosivo psicopolítico e facilmente inflamável*, na expressão sugestiva de Peter Sloterdijk. O autor de *O drama barroco alemão* deu o pulo do gato na caracterização do expediente empregado para canalizar a energia em aparência incontrolável das massas:

*Todos os esforços pela estetização da política culminam em um ponto. Esse ponto é a guerra. A guerra, e somente a guerra, torna possível dar um objetivo aos movimentos de grandíssima escala das massas, sem prejuízo à relações de propriedade tradicionais. Assim, formula-se a situação em termos da política.*<sup>462</sup>

A intuição benjaminiana permanece válida para pensar a política *na época de sua reprodutibilidade digital*. A guerra cultural e a retórica do ódio visam a *dar um objetivo aos movimentos de grandíssima escala das massas*, pois a identificação de um inimigo comum automaticamente concentra as forças que antes se encontravam dispersas e caóticas.

Nas décadas de 1920 e 1930, sobretudo a radiodifusão e o cinema foram fundamentais para a manipulação das massas urbanas pelos totalitarismos de esquerda e de direita, levando à ruína o modelo da democracia liberal, incapaz de incluir os novos atores políticos em seu sistema anquilosado. Na Alemanha nazista, Joseph Goebbels lançou em 1933 o ambicioso programa Volksempfänger — “rádio do povo”. Rádio popular, muito barato, inventado por Otto Griesing para tornar realidade a propaganda: “‘A Alemanha inteira ouve o Führer com o Volksempfänger’”. Entre 1933 e 1939, estima-se que tenham sido produzidos 7 milhões de Volksempfänger para uma população de 70 milhões. (...) em 1941, 65% dos lares alemães tinham um Volksempfänger”.<sup>463</sup> O mais importante: o *aparelho tornava a propaganda, realidade*. Não é outra a finalidade da utilização do WhatsApp como arma política no cenário contemporâneo. E os números são ainda mais impressionantes:

No Brasil de hoje, com 210 milhões de habitantes, há, segundo estimativa oficial de 2017, a única disponível, mais de 120 milhões de usuários de WhatsApp. Na realidade, a cifra deve estar mais próxima de 136 milhões, ou seja: mais de 60% dos brasileiros se servem do aplicativo de troca de mensagem. Segundo maior mercado do mundo para o WhatsApp, o Brasil só perde para a Índia.<sup>464</sup>

O universo digital não somente compartilha o dilema, como também multiplicou sua intensidade: verifica-se a emergência de uma legião de

novos atores políticos e sociais e, de igual modo, o modelo da democracia representativa não consegue reinventar-se a ponto de oferecer vias de inclusão, de modo a abrir brechas no sistema já existente. O problema é agravado pelo sentimento antissistêmico, autêntico arco-íris que abriga correntes díspares. Uma das respostas encontradas foi a adaptação ao mundo da política da técnica do microdirecionamento, empregada no marketing digital a partir da análise de bancos de dados — Steve Bannon e Cambridge Analytica aperfeiçoaram o mecanismo, que se provou decisivo na eleição de Donald Trump e no resultado do plebiscito do Brexit, em 2016. No Brasil, a campanha bolsonarista inovou na utilização do WhatsApp e na propaganda política com base na fragmentação do eleitorado. Numa pesquisa notável, Isabela Kalil surpreendeu nada menos do que “16 tipos de apoiadores, eleitores e potenciais eleitores de Jair Bolsonaro, de acordo com marcadores de classe social, raça/etnia, identidade de gênero, religião, formas de engajamento e crenças”.<sup>465</sup> As mensagens microdirecionadas, precisamente porque não precisam tratar de temas gerais, que investem em pontos de convergência, são, pelo contrário, polarizadoras e tendem a corroborar as opiniões e os preconceitos dos receptores. Cria-se, assim, um círculo vicioso de confirmação que fortalece a dissonância cognitiva, tornando o sistema de crenças ainda mais fechado em si mesmo. Patrícia Campos Mello observou:

A estratégia digital da campanha do ex-capitão estava anos-luz à frente de qualquer outra. Carlos Bolsonaro, o Zero Dois, segundo filho do candidato, foi um visionário. (...) Na época da eleição de 2018, a presença digital de Jair Bolsonaro era infinitamente superior à dos outros candidatos. (...) O WhatsApp era uma peça-chave da abordagem concebida pelo Zero Dois.<sup>466</sup>

Uma diferença crucial se impôs com clareza meridiana a partir de 2013. Na observação aguda de Paulo Arantes: “maior protesto de massa da história brasileira, com esta peculiaridade igualmente divisora de águas, a de que *ele foi rigorosamente autoconvocado*”. As *massas digitais* não precisam esperar o sistema para sua inclusão: sua ação é direta e sua lei é o ativismo; ademais, sua fragmentação torna muito difícil, se não inviável sua convocação a partir de um centro único de irradiação. Como vimos, a mobilização das massas digitais ganhou corpo nas Manifestações de Junho de 2013. Pouco a pouco, cartazes relativos à PEC 37 começaram a ganhar visibilidade nas ruas e nas praças em todo o Brasil. Pela primeira vez, uma medida técnica envolvendo uma questão jurídica apaixonava as multidões: exigia-se nada menos do que sua revogação; afinal, tratava-se da Proposta de Emenda Constitucional que pretendia limitar as atividades de investigação, que passariam a ser prerrogativa exclusiva das Polícias, excluindo automaticamente o Ministério Público de diligências envolvendo crimes de corrupção, por exemplo. Se tal PEC tivesse sido aprovada, simplesmente a Operação Lava Jato jamais teria sido possível e uma parceria no mínimo suspeita entre um juiz federal, imaginemos um Sergio Moro, e um procurador da República, pensemos num Deltan Dallagnol, permaneceria no domínio da ficção. A ação das massas digitais mudou radicalmente a história política brasileira ao transferir sua força para o ativismo judicial:

Em 2013, pressionados pelas manifestações, os parlamentares derrubaram a proposta de emenda à Constituição (PEC) que tornava a investigação criminal prerrogativa exclusiva das Polícias, proibindo o Ministério Público (MP) de apurar crimes diretamente, sem participação policial. Antes dos eventos de junho, a PEC 37,

apelidada pelo MP de “PEC da impunidade”, *tinha aprovação dada como certa*. Entretanto, ao ser colocada em votação pela Câmara, no dia 26 daquele mês, *depois de ser incluída nos cartazes dos manifestantes*, foi rejeitada por 430 dos 513 deputados.<sup>467</sup>

Chego, por fim, ao ativismo judicial; prática que se tornou outro divisor de águas, pois a Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014, foi fundamental na determinação do futuro imediato da política brasileira. O tema é polêmico e provoca paixões. Principio sua análise pela leitura da Tese de Doutorado do ex-juiz Sergio Moro, *Jurisdição constitucional como democracia*. Posso ser mais específico: consulto especialmente o segundo capítulo da segunda parte, ameaçadoramente intitulado “Ativismo judicial”.<sup>468</sup> O trabalho foi defendido em 2002 — o projeto era antigo.

(Não vou discutir a Operação Lava Jato em si, porém sua exemplaridade no domínio do ativismo judicial.)

O mérito da transparência não pode ser negado ao ex-juiz. Em diversas passagens, a possibilidade de o sistema judiciário extrapolar suas atribuições naturais para imiscuir-se em outros poderes é lhanamente delineada. Na primeira ocorrência do conceito, a prudência não oculta a ambição, mas pelo menos está presente: “A Corte Warren prova, todavia, que *algum ativismo judicial pode ser benéfico*, contribuindo não para o enfraquecimento da jurisdição constitucional e da democracia, mas para o seu próprio fortalecimento”.<sup>469</sup> Rapidamente, porém, o projeto torna-se mais explícito, especialmente na comparação com os Estados Unidos, modelo supremo, claro está. Se, nas terras do Tio Sam, “a história da

Suprema Corte demonstra que ela primou, em certos períodos históricos, por intenso ativismo judicial”, no Brasil, pelo contrário, Moro lamenta, “a história do Supremo revela excessiva deferência ao Executivo (...). Ademais, o STF não foi responsável por algo que pudesse ser identificado com uma ‘revolução judicial de direitos’”.<sup>470</sup> Contudo, é na seção dedicada à discussão sobre o ativismo judicial que o cenário distópico de juízes super-heróis e procuradores de capa e espada foi claramente antecipado:

*Infelizmente*, a competência atribuída ao Congresso e ao Executivo não vem sendo bem exercida no Brasil, com nítida concentração da propriedade dos *meios de comunicação* e, não raras vezes, a sua utilização em benefício dos próprios parlamentares, o que caracteriza desvio de finalidade, prejudicial à formação de esfera livre e igual do debate público.<sup>471</sup>

Para ser justo, esclareço o contexto da citação: Moro analisava o sistema de concessão de rádios e televisões, que passa pelos poderes Executivo e Legislativo. Muitos políticos são os próprios concessionários, que, em última instância, validam o processo. O embrião do conceito de *corrupção sistêmica* pode ser aqui vislumbrado? Na Tese de 2002, vale a ressalva, a palavra *corrupção* aparece apenas uma vez — e, mesmo assim, numa citação.<sup>472</sup> No entanto, o exemplo escolhido não deixa de ser um ato falho, pois uma autêntica obsessão dos partidários do ativismo judicial é precisamente a necessidade de estabelecer alianças com os meios de comunicação como modelo privilegiado de convencimento da sociedade. Em boa medida, o futuro da política brasileira foi antecipado numa mudança sutil porém decisiva:

Não é desarrazoado defender a adoção de *salutar ativismo judicial* na proteção e na implementação de direitos fundamentais preferenciais, especialmente quando, como ocorre no caso, estes estiverem relacionados ao *ótimo funcionamento da democracia* ou forem titularizados por grupos vulneráveis no processo político democrático.<sup>473</sup>

Se, na primeira ocorrência, o conceito pouco se afirmava, disfarçado sob a proteção do pronome indefinido, *algum ativismo judicial pode ser benéfico*, agora, pelo contrário, um *salutar ativismo judicial* é relacionado ao *ótimo funcionamento da democracia*. Porém, como, “por certo, o conceito de democracia é controvertido”,<sup>474</sup> estamos a um passo de uma concepção autoritária, inclusive messiânica da atividade de um juiz de primeira instância. Imagine um país no qual todos os juízes comunguem de idêntico princípio. Seria o caos sem remissão da judicialização de todas as esferas do cotidiano!

Dois anos depois da defesa de sua Tese, Sergio Moro publicou um artigo premonitório: “Considerações sobre a Operação Mani Pulite”. Na conclusão, o ativismo judicial se revela uma forma de messianismo:

Um acontecimento da magnitude da operação *mani pulite* tem por evidente seus admiradores, mas também seus críticos.

É inegável, porém, que constituiu uma das mais exitosas *cruzadas judiciais contra a corrupção política e administrativa*. Esta havia transformado a Itália em, para servirmo-nos de expressão utilizada por Antonio Di Pietro, uma *democrazia venduta* (“democracia vendida”).<sup>475</sup>

Você leu bem: *cruzadas judiciais*! Preciso comentar o universo mental subjacente à expressão? No artigo, duas noções são enfatizadas e 10 anos

depois fornecerão o roteiro da Operação Lava Jato em seus primeiros passos.

De um lado, a centralidade da imprensa para angariar apoio da opinião pública, uma vez que interesses de pessoas importantes seriam contrariados. Um instrumento valioso deveria ser usado sem parcimônia: o vazamento de informações de processos em curso, portanto, em tese, com sigilo assegurado. Tais vazamentos não somente pautariam os veículos de comunicação, logo inflamariam a sociedade, como também conquistariam sua cumplicidade para a *cruzada*.<sup>476</sup> O problema é que a lógica da comunicação acima de tudo pode corromper o próprio processo: é como se a *circulação da notícia substituísse a robustez da prova*. A evidência jurídica passa a valer menos do que a espetacularização da justiça.<sup>477</sup> A patética apresentação de PowerPoint do procurador Deltan Dallagnol realizada em 16 de setembro de 2016 tornou-se justamente célebre pela “exacerbação do decisionismo e do ativismo judicial aliados a uma midiaticização acentuada do processo penal”.<sup>478</sup>

De outro lado, o conceito de *corrupção sistêmica* é o passaporte para o reino encantado das transgressões das normas legais vigentes no país em prol de um “bem maior”: *varrer do mapa* a corrupção. Nas palavras do bravo Dallagnol:

*A corrupção não é problema de partido A ou B, deste ou daquele governo. Ela vem desde tempos remotos da nossa história, ela é sistêmica e endêmica no país. Não tem cor. No século XIX, o padre Antônio Vieira, no sermão do bom ladrão, disse que os governantes da coroa portuguesa vinham aqui não para buscar o nosso bem, mas os nossos bens.*<sup>479</sup>

Aluno aplicado da escolinha do Professor Ferrugem, da produtora Brasil Paralelo, o erudito procurador localizou nos Oitocentos o autor do *Sermão do Bom Ladrão*; aliás, escrito em 1655. Tropeços cronológicos à parte, é preciso desvendar o caráter preocupante, mesmo alarmante, da metáfora utilizada com donaire por Dallagnol:

No tocante aos níveis de corrupção, a Lava Jato trata um *tumor*, mas o problema é que o sistema é *cancerígeno*. Se nós queremos mudar o sistema, *precisamos ir além da Lava Jato* para que tenhamos instituições e uma *legislação saudável*, desfavorável à corrupção e favorável à Justiça. Por isso *nós do MPF pensamos e gestamos dez medidas de combate à corrupção.*<sup>480</sup>

Tais palavras, em 2015, certamente empolgaram uma parcela considerável da sociedade. Lidas hoje — depois que se tornaram públicos tanto os diálogos impróprios entre juiz e procuradores da Operação Lava Jato quanto suas ações de bastidores, recordando a lógica de sociedades secretas —, provocam calafrios, pois a dicção autoritária e a vocação messiânica não podem ser negligenciadas: *tumor, cancerígeno, legislação saudável*. Por isso, claro, o Ministério Público Federal (MPF) *precisa ir além* de suas atribuições constitucionais, invadindo na cara dura as competências do Executivo e Legislativo. Daí, a naturalização de uma anomalia: *nós do MPF pensamos e gestamos dez medidas de combate à corrupção.*<sup>481</sup> Ora, se o infatigável procurador Dallagnol deseja tanto assim legislar, não seria mais correto candidatar-se a uma cadeira no Congresso?

Por que insisti na caracterização desses traços da Operação Lava Jato? Porque uma analogia forte deve ser assinalada: assim como a narrativa

orviliana de purificação da sociedade brasileira tudo justifica para evitar a *tomada do poder pelos comunistas*, o ativismo judicial em sua narrativa de purificação da sociedade brasileira tudo justifica para evitar a *tomada do poder pela corrupção sistêmica*. Em outras palavras, tanto o apoio de alguns membros da Operação Lava Jato à candidatura de Jair Messias Bolsonaro quanto a ida do ex-juiz Sergio Moro para o governo nada teve de casual ou de surpreendente; pelo contrário, nos dois casos o primado da ação direta inaugurou o caos potencial de uma pólis pós-política.

(*Pós-política*: recusa da mediação institucional na organização da pólis, ao mesmo tempo em que a política se torna a paixão do dia a dia — paixão sem medida.)

## **Direita, volver: rumo à presidência**

A pulsão antissistêmica e os ativismos judicial e digital criaram condições favoráveis para a superação dos acordos políticos e das acomodações institucionais que definiram a Nova República. Mas isso não quer dizer que esse resultado necessariamente antecipasse o triunfo eleitoral de Jair Messias Bolsonaro. Se não vejo mal, a inter-relação de três fatores pavimentou a estrada rumo ao Palácio do Planalto.

Em primeiro lugar, o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), pela Lei nº 12.528, no dia 19 de novembro de 2011, favoreceu o que parecia ser um reencontro improvável: o do capitão reformado em desonra com o alto oficialato das Forças Armadas. Recorde-se que, em 1991, o capitão Bolsonaro foi proibido de entrar “em qualquer

dependência militar do Rio de Janeiro, sob o argumento de que ele era ‘má influência’ para os soldados”.<sup>482</sup> Indisciplinado e sempre buscando meios de aumentar seus proventos, Bolsonaro foi mesmo um “mau militar”, segundo a avaliação severa de Ernesto Geisel. Ora, o primeiro artigo da CNV foi entendido pelas Forças Armadas como um rompimento do princípio central da Lei da Anistia, que seria motivado pelo desejo de vingança da esquerda, muito embora o fecho do artigo sugerisse o oposto:

Art. 1º – É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos (...), a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e *promover a reconciliação nacional*.<sup>483</sup>

A diplomacia da cuidadosa redação não resistiu à leitura por parte do alto oficialato de disposições muito claras, e aliás justas. Por exemplo, sem dúvida, a solicitação de esclarecimento de “casos de tortura, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior” (Art. 3º – Inciso II), impõe-se *a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica*. Sem embargo, na ótica das Forças Armadas, iniciativas similares nunca poderiam *promover a reconciliação nacional*. Outro dispositivo estabelecia: “É dever dos servidores públicos e dos militares colaborar com a Comissão Nacional da Verdade” (Art. 4º – Inciso VIII – § 3º). Não foram poucos os casos de resistência elegante ou mesmo de desobediência aberta às solicitações da CNV. Em 2014, um dos redatores do *Orvil*, e que esteve envolvido na repressão à Guerrilha do Araguaia, respondeu ao chamado da CNV com um desafio orgulhoso:

O tenente da reserva do Exército José Conegundes do Nascimento, que atuou na repressão à Guerrilha do Araguaia, foi convocado no último dia 29 a prestar depoimento na sede da Comissão da Verdade, em Brasília. Ele, porém, devolveu o ofício em 3 de setembro com um recado escrito de próprio punho: “não vou comparecer. Se virem. Não colaboro com o inimigo”.<sup>484</sup>

Linguagem orviliana por excelência: *Não colaboro com inimigo*.<sup>485</sup> A atividade da CNV começou em 16 de maio de 2012 e enfrentou inúmeros contratemplos.<sup>486</sup> O pleno acesso aos arquivos da repressão nunca foi assegurado aos integrantes da Comissão, pois, segundo as Forças Armadas, eles foram destruídos.<sup>487</sup> No entanto, a própria redação do *Orvil* representava a prova mais evidente da existência desses repositórios de documentos, muitos dos quais esclareceriam o destino de militantes cujos corpos permanecem desaparecidos. Lucas Figueiredo tocou o dedo na ferida:

Passadas três décadas do fim do regime militar, o Estado brasileiro ainda não abriu os arquivos secretos que poderiam elucidar o destino dos 243 desaparecidos políticos e a cadeia de comando responsável pelas 434 vítimas fatais da ditadura civil-militar. (...) Por que não temos acesso a esses documentos?<sup>488</sup>

Por sua vez, no Congresso Nacional, um nome se destacou como opositor radical dos trabalhos da CNV e defensor intransigente da atuação das Forças Armadas durante a ditadura: o deputado Jair Bolsonaro, à época visto como um tipo folclórico. Em participação polêmica, mas que seguramente angariou simpatias por parte das Forças Armadas,

Bolsonaro principiou sua crítica à criação da Comissão com o argumento ao qual retorna com a frequência de um ato falho:

Senhor presidente, vamos lá. Primeiro, senhor presidente, eu queria aqui torturar muitos dessa Comissão. Que (*sic*) o instrumento da tortura que eu quero usar para muitos dessa Comissão é a verdade. Realmente, tem alguns, nessa Comissão em especial, muitos, que acreditam na própria mentira. Eu não sei que doença é essa. [489](#)

(Acreditar nas próprias mentiras é um sintoma? Entendi corretamente?)

Essa constelação de eventos foi simplesmente decisiva para a futura campanha de 2018: “A atuação do deputado no episódio o uniu aos generais. Agora eles tinham *um inimigo em comum*, o PT”. [490](#) De fato, a visão do mundo orviliana selou o apoio dos generais da ativa ao então candidato Bolsonaro; apoio que se revelou indispensável para o seu êxito. Sem o permanente ânimo bélico do deputado em relação à CNV, é difícil imaginar que o respeitado e poderoso comandante do Exército, o general Eduardo Villas Bôas, tivesse excedido suas funções constitucionais para publicar um ameaçador tuíte no dia 3 de abril de 2018: [491](#)

Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?

Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais. [492](#)

A repercussão da “ameaça” foi intensa<sup>493</sup> e, para o bem ou para o mal, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu indeferir o pedido de *habeas corpus* do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.<sup>494</sup> Ainda hoje, o apoio das Forças Armadas e, sobretudo, do Exército, é imprescindível para a sustentação do governo Bolsonaro.

Em segundo lugar, o ano de 2014 trouxe duas derrotas significativas para o deputado Bolsonaro. Contudo, os fracassos, hoje podemos vê-lo com nitidez, faziam parte de um plano muito bem calculado.

De um lado, o deputado federal arriscou alto: “Os primeiros passos foram dados em março de 2014, quando se lançou pré-candidato pelo PP e não foi levado a sério nem mesmo por seus correligionários”.<sup>495</sup> E não há como culpá-los: quem levaria a sério uma candidatura do deputado Bolsonaro à presidência em 2014? No fundo, nem ele mesmo! Mas o propósito era tornar seu nome conhecido nacionalmente, a fim de ampliar seu eleitorado, até esse momento composto por militares, agentes da ordem, e por cidadãos preocupados com questões de segurança. Sem uma ampliação consistente de seu horizonte político, o deputado federal deveria contentar-se com um futuro a repetir o passado no *museu de grandes novidades* de suas visitas frequentes ao programa de TV da Luciana Gimenez, *Superpop*, ou a aparições eventuais em programas como *CQC (Custe o que custar)*, nos quais era invariavelmente apresentado como uma caricatura do reacionarismo mais vulgar. Sem embargo, seu nome e seu rosto começaram a circular numa dimensão até então inédita.

Em fevereiro de 2014, o capitão se disfarçou de enxadrista num lance de mestre: candidatou-se à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. O gesto era um paradoxo puro para um defensor contumaz da

tortura... Certamente, a ousadia seria punida com uma derrota humilhante. Mas, recordemos: a votação seria secreta, como prevê o Regimento Interno da Câmara. O resultado surpreendeu a todos, como as matérias de jornais enfatizaram. O *Correio Brasiliense* destacou:

*Em votação apertada*, o deputado Assis Couto (PT-PR) foi escolhido presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Ele venceu o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que se lançou em candidatura avulsa, por 10 votos a 8.<sup>496</sup>

A manchete do portal *UOL* prestou um grande serviço ao futuro presidente: “Petista que é contrário ao aborto presidirá a Comissão de Direitos Humanos”.<sup>497</sup> Há uma nuance a ser assinalada: se *a votação foi apertada*, o petista vitorioso “é integrante da ‘Frente Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto’”, que é composta principalmente por católicos e evangélicos que são contrários ao aborto”.<sup>498</sup> É como se o deputado vitorioso fosse, por assim dizer, “pouco petista”. Em outras palavras, os ventos das enigmáticas Manifestações de 2013 começaram a soprar numa direção imprevista.<sup>499</sup> Em novembro de 2014, agora reconciliado com o alto oficialato, o deputado Bolsonaro falou na formatura de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras; na mesma AMAN cujas portas foram fechadas na cara do capitão em agosto de 1992.<sup>500</sup> O discurso antecipou a espinha dorsal da campanha vitoriosa de 2018:

— Parabéns para vocês. Nós temos que mudar este Brasil, tá ok? *Alguns vão morrer pelo caminho*, mas estou disposto em 2018, seja o que Deus quiser, tentar *jogar para a direita este país*.<sup>501</sup>

O esforço teria sido vão se o deputado não tivesse abraçado a agenda conservadora, sobretudo evangélica, em relação à difusa área dos costumes. Aqui, a adesão à noção falsa de “ideologia de gênero” foi um passo decisivo.

(Aliás, um traço comum na ascensão transnacional da direita na última década. Pensemos na última eleição na Polônia e a promessa da extrema-direita de tornar aproximadamente 100 regiões do país “zonas livres” de manifestações LGBT; na expressão usada na campanha por Andrzej Duda, “LGBT-free zones”.)

Num ensaio de grande importância para esta questão, Sonia Correa realizou uma genealogia da “política do gênero”. Seu trabalho mostra que a política antigênero, que resultará na noção de “ideologia de gênero”, principiou no Vaticano nos anos de 1990 e, no início do século XXI, começou a empolgar os círculos evangélicos, com ênfase para certas denominações neopentecostais.<sup>502</sup> A torção deliberada da disciplina dos “estudos de gênero” (*gender studies*) numa delirante “ideologia de gênero” produziu um autêntico tsunami no cenário político brasileiro<sup>503</sup>, que coincidiu com a ascensão definitiva do eleitorado evangélico, em boa medida galvanizado na defesa de uma ameaça inexistente!

(Atenção: não se trata de um bloco monolítico e, pelo contrário, valorizar a pluralidade da comunidade evangélica bem pode fazer toda a diferença em 2022 — logo ali, quase já.)

As “políticas antigênero” tiveram grande impacto na América Latina e ajudaram mesmo a decidir eleições.<sup>504</sup> É muito provável que, ao entrar na

disputa pela presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o deputado Bolsonaro já tivesse compreendido a importância crescente do tema para a sociedade brasileira. A insistente “denúncia” de um fantasioso “kit gay” tornou o deputado uma figura nacional, pela primeira vez superando o nicho estreito de uma atuação parlamentar corporativista, preocupada com os interesses de militares e de policiais. Na campanha de 2018, especialmente no circuito do WhatsApp, teve grande repercussão uma notícia falsa: a mamadeira erótica que seria “imposta” pelo opositor do Messias Bolsonaro. O vídeo que divulgou a mentira “começou a ser distribuído em 25 de setembro de 2018”.<sup>505</sup> Trata-se de material tão grotesco que praticamente se torna inverossímil. Ainda assim, “no caso da atribuição de veracidade para a ‘mamadeira de piroca’ por alguns eleitores de Bolsonaro, parece ter pesado, exatamente, esta falta de contato com a verdade”.<sup>506</sup> Na conclusão, proporei justamente que, para enfrentar o populismo digital, é imprescindível resgatar o conceito de *verdade factual*.

No fundo, não nos demos conta, é preciso reconhecê-lo, ao candidatar-se à presidência da Câmara dos Deputados em 2011, quais foram suas principais bandeiras? Vale a pena escutar o discurso de apresentação de sua candidatura, no qual alinhou com habilidade dois delírios: *Orvil* e “ideologia de gênero”:

Jovens parlamentares, este ano está sendo distribuindo um “kit gay” que estimula o homossexualismo e a promiscuidade. Temos de trazer esse tema aqui para dentro, votar essa questão, e não deixar que o governo leve esse tema para a garotada.

Na verdade a comissão da verdade é uma comissão da mentira. Sete membros serão do poder Executivo. Eles não querem democracia. Eles querem humilhar ainda mais

as Forças Armadas. A comissão da verdade não quer apurar crimes como execuções, não quer apurar carros-bombas. É uma comissão da mentira. [507](#)

Você já sabe aonde eu vou e não duvide: nas eleições de 2014, pela primeira vez em sua longa carreira política, o deputado Bolsonaro foi o parlamentar mais votado no Rio de Janeiro, com impressionantes 464.572 votos. A tentativa fracassada de chegar à presidência da Câmara e 2011 e as duas derrotas sofridas em 2014 — o fracasso na tentativa de ser pré-candidato do PP e a eleição frustrada à Comissão de Direitos Humanos e Minorias — foram mais do que recompensadas pelo triunfo no final do ano, construído na combinação de antipetismo radical, visão do mundo orviliana e adesão irrestrita às pautas neopentecostais. No calor da hora, Francho Barón escreveu um artigo revelador, “O inquietante ‘fenômeno Bolsonaro’”. Contudo, a abertura do texto incorreu no mesmo problema que tentei evitar ao longo deste ensaio por meio do desenvolvimento de uma etnografia textual:

É a *caricatura* do político de extrema-direita, o *non plus ultra* do reacionarismo, o fustigador público das liberdades civis, *mas também* a voz de milhares de eleitores”. [508](#)

A alquimia que transmudou milhares de votos em milhões de eleitores e, sobretudo, em massas digitais próximas ao fanatismo provavelmente não teria sido possível sem a adesão do eleitorado evangélico, em que pese sua pluralidade. Aqui, a ideologia de gênero é entendida como parte de um plano mais amplo de destruição de valores tradicionais da civilização ocidental judaico-cristã. Claro: trata-se do marxismo cultural, uma teoria

tão fantasiosa quanto a noção de ideologia de gênero, e é compreensível que uma fortaleza a outra.

Último retorno ao texto do *Orvil* — o documentário da Brasil Paralelo assimilou integralmente a versão militar da história nacional:

A conjuntura internacional mexia com as cabeças da juventude brasileira. (...) A Revolução Cultural Chinesa espalhava os ‘livrinhos vermelhos’ de Mao Tsé-Tung. Nas barricadas de Paris, *fortaleciam-se as concepções de Marcuse* e surgiam novos heróis, como Daniel Cohn Bendit.<sup>509</sup>

É óbvio que a expressão *marxismo cultural* não aparece no *Orvil*, até mesmo porque o conceito só foi desenvolvido na década de 1990 e o documento-vingança foi concluído em 1988. No entanto, em boa medida, a estrutura conspiratória do *cultural marxism* já se encontra no *Orvil*. Isto é: em lugar de tudo arriscar num golpe de força para a *tomada do poder* através da luta armada, a esquerda mudou de estratégia, passando a valorizar um lento trabalho de infiltração para seduzir corações e mentes, assim como se dedicou ao aparelhamento do espaço público, com ênfase nas áreas de educação e entretenimento. Nos Estados Unidos, essa teoria foi apresentada em 1992 num ensaio de Michael J. Minnicino, cujo mero título espelha a pobreza do conteúdo, “The New Dark Age. The Frankfurt School and ‘Political Correctness’”. A expressão *cultural marxism* ainda não entra em cena no carnaval conceitual de Minnicino, mas sua definição dos propósitos da teoria crítica é uma alegoria nota 10 em qualquer desfile de escola de samba:

A tarefa da Escola de Frankfurt, então, em primeiro lugar era solapar o legado judaico-cristão por meio da ‘abolição da cultura’ (*Aufhebung der Kultur*, no alemão

de Lukács); em segundo lugar, determinar novas formas culturais que *aumentariam a alienação do povo*, assim criando uma ‘*nova barbárie*’.[510](#)

*In Lukács’ German*: a paz que a ingenuidade intelectual autoriza! Salvo engano, o alemão do pensador húngaro é o *Deutsch*, alemão mesmo. Mas, se o destaque é dado ao conceito *hegeliano* de *Aufhebung*, então, o *Lukács’ German* é uma referência ainda mais divertida. No fundo, eis aqui a paranoia do “imbecil coletivo” projetada em escala planetária. Esses vermelhos são mesmo tão perigosos que não se importam em forjar *uma nova barbárie*, desde que estejam no controle. Dominarão um exército de bárbaros alienados, mas quem se importa? O artigo todo é escrito nesse jaez. As interpretações conspiratórias de ideias filosóficas complexas chegam a convencer de que um “*new barbarism*” veio para ficar e terá como líder indisputado o próprio Minnicino. Em 1994, o autor foi além e num texto ainda mais reacionário, “Freud and the Frankfurt School”, principiou com equívocos históricos tão palmares que não merecem comentário — similares às invenções dos documentários da produtora Brasil Paralelo. O pior foi reservado para a seção “O projeto da ‘identidade judaica’”. Respire fundo:

Essa foi a grande contribuição original da Escola de Frankfurt após a Segunda Guerra Mundial, quando trabalharam com muitas organizações judaicas a fim de criar uma nova identidade para os judeus americanos. A Escola de Frankfurt propôs que, daí em diante, a identidade judaica não seria definida por crenças religiosas, tampouco pelas ideias com as quais os judeus contribuíram para o resto da humanidade, mas pelo Holocausto: judeus seriam treinados (*would be trained*) para se verem a si mesmos em primeiro lugar como vítimas de genocídio.[511](#)

Antissemitismo e anticomunismo: mescla que, na história política brasileira, como vimos, inspirou o infame relatório falso de Olímpio Mourão Filho sobre uma hipotética tomada de poder pelos comunistas. Pois é bem isso: *cultural marxism* é uma espécie de Plano Cohen escrito em inglês! Não exagero: assista ao vídeo-manifesto de William S. Lind esclarecendo o sentido do conceito.<sup>512</sup> A salada de teorias mal digeridas não pode senão produzir o tipo de congestão mental que define o analfabetismo ideológico e a idiotia erudita nossa de cada dia.

Nada, contudo, supera um maratonista de estultices, medalhista olímpico de contrassenso. Escutemos as palavras de um prócer do bolsonarismo raiz:

Aqui, a gente tá falando da cultura... do *marxismo cultural*. E eu tive que ler a obra inteira do Karl Marx na faculdade. Eu fiz economia na USP, eu entrei muito cedo na USP. E lá naquela época eu tive que ler. Então, *O Capital*, né?, são vários volumes, um catatau gigantesco. Li inteiro! *A obra inteira dele eu li*. E ali tá muito claro. Tem dois pilares que ele quer destruir. Um pilar é a família. Fala-se abertamente: “tem que destruir a família”. Tá escrito isso. Não é piada. *E esse é o manual de instrução do marxismo cultural*.<sup>513</sup>

*A obra inteira dele eu li*: afirmação que recorda a “precisão” histórica dos consultores dos documentários da Brasil Paralelo. A edição crítica das obras de Karl Marx teve um primeiro impulso nas décadas de 1920 e 1930 e foi liderada por David Riazanov: trava-se do esforço de produzir as obras completas conhecido como MEGA (Marx-Engels *Gesamtausgabe* — Obras completas de Marx-Engels). Na década de 1970, principiou o projeto MEGA2, cujos volumes seguem sendo

publicados. Cem volumes foram planejados e, até maio de 2014,<sup>514</sup> 61 livros já haviam saído.

*A obra inteira dele eu li: a paz que a ingenuidade intelectual autoriza!* Esqueçamos a imodéstia injustificada, concentremo-nos no puro absurdo: retroceder o conceito de *marxismo cultural* ao próprio Marx supõe uma ousadia cronológica que não deixa de ser admirável — pura literatura fantástica. A noção gelatinosa de *cultural marxism* necessariamente supõe a criação da Escola de Frankfurt, ou melhor, do *Institut für Sozialforschung* (Instituto de Pesquisa Social), ocorrida em fevereiro de 1923. É esse o nível de caos cognitivo engendrado pelo analfabetismo ideológico.

No caso brasileiro, a ignorância orgulhosa de si mesma é ainda mais lamentável porque um dos mais importantes ensaístas da segunda metade do século XX, José Guilherme Merquior, escreveu dois ensaios incontornáveis acerca dessa constelação de autores: *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*<sup>515</sup> e *O marxismo ocidental*<sup>516</sup>, este último escrito em inglês. O amorfo e inculto conceito de *marxismo cultural* é uma contrafação grosseira da complexa tradição filosófica do *marxismo ocidental*, muito bem definida e criticamente estudada por Merquior.<sup>517</sup>

A mixórdia de teorias inventadas e de conceitos confusos teve uma ilustração única logo após a proclamação do resultado do segundo turno da eleição presidencial de 2018. Na casa do presidente recém-eleito, o então senador Magno Malta tomou a palavra e iniciou uma oração, cujos primeiros momentos alinhavam fios soltos:

Nós começamos esta jornada orando. E o poder de Deus, e ninguém vai explicar isso nunca, o que acontece, os *tentáculos da esquerda* jamais seriam arrancados sem a

mão de Deus. Chegamos, começamos orando e mais do que justo do que agora oremos para *agradecer a Deus* (...).

Foram anos de luta, falando com o povo, pedindo a tua proteção, *falando sobre família*, falando sobre país. *Cuidar das nossas crianças* (...). [518](#)

Esse discurso-oração é um colar de clichês muito útil para a minha análise: *tentáculos de esquerda, Deus, família, crianças*. A costura desses lugares-comuns foi estratégica na campanha presidencial.

A narrativa conspiratória orviliana dá conta da metáfora *tentáculos da esquerda*: na quarta tentativa de tomada do poder, *a mais perigosa*, depois da autocrítica da experiência da luta armada, a esquerda dedicou suas energias a *infiltrar* a sociedade e a *aparelhar* as instituições. Tentacular, portanto, o alcance do... marxismo cultural.

Como fazer frente a onipresença dessa esquerda ubíqua a não ser com a onisciência divina? *Agradecer a Deus*, ademais, também era uma forma de reconhecer a centralidade do eleitorado evangélico na eleição do Messias Bolsonaro. Neste sentido, *falar sobre família* e *cuidar das nossas crianças* são senhas que remetem à pauta dos costumes, tão importante na campanha de 2018: uma senha para a crítica intransigente à fantasiosa ideologia de gênero.

Magno Malta tinha razão: *Foram anos de luta*; pelo menos, como vimos, desde 2011, o folclórico deputado do baixo clero encontrou um caminho, que explorou com determinação.

Discutimos duas consequências fundamentais das manifestações de 2013: o crescimento exponencial da pulsão antissistêmica e ascensão do ativismo, tanto judicial quanto digital. O deputado Bolsonaro soube posicionar-se nesse conturbado panorama como nenhum outro político,

transformando sua figura pública em ponto de fuga ideal do sentimento antipetista e antilulista, as forças dominantes no clima criado pela Operação Lava Jato.<sup>519</sup> Entre a comunidade evangélica, o antipetismo esteve menos centrado na crítica à corrupção do que na rejeição às políticas progressistas na área dos Direitos Humanos e da cidadania. Em 2018, a colheita foi farta:

Se existe dúvida sobre a fé do novo presidente brasileiro, os resultados eleitorais não deixam dúvida de que Jair Bolsonaro foi eleito, fundamentalmente, com o voto evangélico, quando se considera a variável religiosa. (...)

Mesmo sendo mais de um terço do eleitorado, as lideranças evangélicas são muito atuantes na política e estão colhendo o resultado de anos de ativismo religioso na sociedade.<sup>520</sup>

Os números são eloquentes, embora não sejam simples e muito menos maniqueístas. No segundo turno, Bolsonaro obteve aproximadamente 11 milhões de votos a mais do que Fernando Haddad. Entre a comunidade evangélica, e suas inúmeras denominações, Bolsonaro superou o adversário em aproximadamente 12 milhões de votos. Atenção: Haddad contou com o apoio de milhões de eleitores nessa mesma comunidade. Em campanhas anteriores, os evangélicos votaram no PT. Ainda mais importante: é um erro grosseiro imaginar que o voto evangélico é homogêneo ou facilmente manipulável. Certas denominações neopentecostais articulam há muito tempo um projeto político.

Na verdade, um *plano de poder*. Esse é o título do livro publicado em 2008 por Edir Macedo e Carlos Oliveira: *Plano de poder. Deus, os cristãos e a política*. A “Introdução” conclui com a citação-ímã, extraída de João 8:32, e o primeiro capítulo promete revelar a “A visão estadista

de Deus”. O resultado dessa perspectiva de Deus, gestor da família humana, é explicitado sem reservas:

Os cristãos não devem apenas discutir, mas principalmente procurar participar de modo a colaborar para o desenvolvimento de uma política nacional, e, sobretudo, com o *projeto de nação idealizado por Deus* para o seu povo. [521](#)

*Projeto de nação* com uma base teórica reduzida: claro, a Bíblia, com ênfase para o Antigo Testamento, e, o que não chega a surpreender, Thomas Hobbes. Entenda-se: de um lado, o Estado forte mantém a violência sob controle, de outro, o modelo para a *tomada do poder* pelos evangélicos não pode ser Jesus Cristo, porém Davi e Salomão. Daí, a transição nada sutil da centralidade da mensagem cristã, para o elogio da visão de mundo veterotestamentária — marca especialmente clara da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A conclusão do livro materializou-se no pleito eleitoral de 2018:

O Brasil tem uma população de *40 milhões de evangélicos*. Terminamos aqui chamando a atenção deles para que não deixem que *essa potencialidade não seja desperdiçada*. [522](#)

Esse potencial convergiu majoritariamente para a figura do Messias Bolsonaro. Entender o forte vínculo criado entre o bolsonarismo e certas denominações neopentecostais é um desafio que não admite resoluções fáceis.

Proponho duas hipóteses com as quais encerro este capítulo.

Um depoimento do senador Arolde de Oliveira, falecido recentemente, e importante liderança evangélica, tanto no campo político quanto no setor

empresarial. Na juventude, ele serviu ao Exército; mais tarde, cursou a Escola Superior de Guerra (ESG). Afinal, era *preciso estar atento e forte*; pelo menos segundo o conselho de um amigo:

Mas muitos o têm como *inimigo*. Esses mesmos que quiseram derrubar o nosso governo, que lutaram contra nós [os militares] e quiseram “*comunizar*” o Brasil, todos eles, ou muitos deles, *vão retomar* e estarão com você no Congresso. [523](#)

A mentalidade orviliana contagiou o meio militar brasileiro talvez de forma indelével, até porque não “criou” o anticomunismo, porém mas deu uma moldura coerente a um sentimento forte desde pelo menos 1935, data da Intentona Comunista. A divisão do mundo entre os nossos e os *inimigos* não perdeu vigência, assim como a fonte de sua identificação: o inimigo é sempre a *esquerda, que nunca desistirá* do propósito de *comunizar o Brasil*. Acredite se quiser, em 2018, esse discurso mostrou o seu poder de persuasão: “(...) Mobilizados por pautas de costumes, pelo medo da ‘ameaça comunista’, pelo apelo à honestidade das ‘pessoas de bem’, muitos evangélicos votaram no candidato”. [524](#)

Por fim, a Teologia do Domínio, onda crescente em algumas denominações neopentecostais, possui em sua estrutura de pensamento uma militarização que supõe afinidades eletivas com os códigos rígidos da Doutrina de Segurança Nacional, com destaque para sua expressão mais violenta, a Lei de Segurança Nacional de 1969. No documentário que discutimos no primeiro capítulo, *Intervenção*, uma das cenas mais impactantes mostrava fiéis de uma igreja neopentecostal uniformizados numa espécie de milícia religiosa e perfilados em posição de combate. A militarização definidora da Teologia do Domínio alcança o cotidiano dos fiéis, forjando uma convicção agônica da existência que, mais uma vez,

aproxima de forma não planejada, e por isso mesmo ainda mais potente, bolsonarismo e neopentecostalismo.

Penso no livro de Edir Macedo, *Como vencer suas guerras pela fé*. Claro, a batalha do dia a dia é com ele, ele mesmo: o Diabo. O título do terceiro capítulo deve ser levado muito a sério: “Como o Diabo age hoje”. Ave Guimarães Rosa!, socorrei-nos, e não é que “o Tal, o Arrenegado, O Cão, o Cramulhão, o Indivíduo, o Galhardo, o Pé-de-Pato, o Sujo, o Homem, o Tisnado, o Coxo, o Temba, o Azarape, o Coisa-Ruim, o Mafarro, o Pé-Preto, o Canho, o Duba-Dubá, o Rapaz, o Tristonho, o Não-sei-que-diga, O-que-nunca-se-ri, o Sem-Gracejos”,<sup>525</sup> todos juntos e multiplicados, como se fossem a *esquerda tentacular*, o “perigo vermelho”, ele mesmo, o Diabo, agindo hoje, também se infiltra na sociedade, aparelhando corações e mentes? Edir Macedo desafia o próprio:

Pois, se o diabo *age em oculto e com mentiras*, nós às claras, vamos desmascarar suas obras e promover um conhecimento que traz a libertação, como está escrito:

E conhecereis a Verdade, e a Verdade vos libertará.

João 8:32<sup>526</sup>

O círculo mimético é bem o fantasma do ressentimento que comanda a extrema-direita que chegou ao poder em 2018. A analogia é surpreendente: o comunista se infiltra na sociedade e o diabo se infiltra na consciências dos fiéis. Inimigo identificado, legião que se multiplica, é preciso eliminá-lo. Objetivo que não respeita limites, pois, sem dúvida, em caso de disputa tão essencial, os meios justificam os fins: *finalizar o outro*. Essa afinidade eletiva não planejada é um desafio sério e certamente se relaciona com o núcleo duro de apoio ao presidente, apesar de seus tropeços diários.

(Será mesmo *apesar*?)

## **Coda: Apresentação ao Templo-Brasil?**

No dia 30 de outubro de 2018, o pastor Silas Malafaia recebeu o presidente recém-eleito Jair Messias Bolsonaro em seu primeiro ato público após as eleições. A escolha da “Assembleia de Deus Vitória em Cristo” foi significativa, pois, como vimos, o voto evangélico foi o fiel da balança em sua eleição. “Emocionado, Bolsonaro fez um agradecimento por estar vivo após ter sido esfaqueado em ato de campanha, em setembro”. [527](#)

\*\*\*

*Finalmente! Estava só esperando... Era só o que faltava: o livro acabar e não falar nada sobre a facada!*

Você não deixa de ter razão, mas também tive um bom motivo.

*Essa eu pago para ver...*

Em primeiro lugar, sem exceção, todos repudiamos o atentado e ficamos felizes com a recuperação do então candidato. Na verdade, mencionei brevemente o atentado no segundo capítulo, mas não tratei do fato em si.

*Por quê?*

Meu propósito é caracterizar o bolsonarismo como um fenômeno com dinâmica própria e com traços propriamente brasileiros. Nesse sentido, não considero o atentado o fator determinante na eleição, embora seja evidente que desempenhou um papel muito significativo na reta final do processo, especialmente porque “o candidato do PSL, fragilizado e em risco de morte, ganhou uma superexposição de vítima e um trunfo fundamental: passou a fazer lives da cama do hospital. Dali de seu leito, não entrava assuntos polêmicos nem respondia a perguntas inconvenientes”.<sup>528</sup> Em todo caso, minha preocupação foi com a reconstrução do processo como um todo e num longo período de tempo.

*Você viu este artigo? Leia comigo:* “Cientistas políticos previram que a comoção sobre o caso poderia mudar a eleição e, inclusive, compensar o pouco tempo de TV do presidencial no primeiro turno, que era de apenas 8 segundos. (...) Coincidência ou não, desde então, o capitão não parou de crescer nas intenções de voto ainda no primeiro turno”.<sup>529</sup>

Li e não discordo. Mas me concentro no título do artigo: “A facada que mudou a eleição: o que se sabe sobre o atentado que turbinou *a onda Bolsonaro*”. Todo meu esforço implicou caracterizar a onda Bolsonaro como parte de um movimento mais amplo de reorganização das forças de direita no Brasil, que resultou na ascensão da extrema-direita. Mas agradeço sua observação: teria sido um equívoco não discutir o atentado, ainda que brevemente, pois muito provavelmente o tema retornará na campanha de 2022.

\*\*\*

O presidente sabe como agradar sua audiência (nós é que insistimos em desentender):

Eu tenho certeza que não sou o mais capacitado. Mas Deus capacita os escolhidos.<sup>530</sup>

Não se trata de uma previsível retórica da humildade tirada da cartola como um truque barato de um político demagogo. É uma frase de alfaiate, alinhavada sob medida e que cai como uma luva na visão do mundo evangélica: “‘De todos os candidatos, *o único que fala o idioma evangélico é Bolsonaro*’, abençoou o pastor José Wellington Bezerra, presidente emérito das Assembleias de Deus no Brasil”.<sup>531</sup> Tudo se ilumina no curioso elogio que o pastor ofereceu ao presidente:

Eu declaro: um espírito de sabedoria, de inteligência, sobre você! Pra governar este país! Porque a Bíblia diz uma coisa, Bolsonaro: em I Coríntios, Capítulo 1, a partir do versículo 27: Deus escolheu as coisas loucas para confundir as sábias! Deus escolheu as coisas fracas para confundir as fortes! Agora a coisa vai ser mais profunda: Deus escolheu as coisas vis, de pouco valor [*neste momento, Bolsonaro esboça um sorriso discreto...*], as desprezíveis, que podem ser descartadas! As que não são, que ninguém dá importância, para confundir as que são, para que nenhuma carne se glorie diante Dele! *É por isso que Deus te escolheu!* Então, estenda a mão sobre ele; *quem está pelas redes sociais*, meu irmão, faça sua oração.<sup>532</sup>

Em geral, as reações transformaram a pregação do pastor Malafaia numa matriz irresistível de memes: como se o presidente Bolsonaro tivesse sido

“humilhado” em público, revelada sua incúria, exposta sua inépcia. Mais uma vez o impulso fácil da caricatura dominou o cenário.<sup>533</sup> Deixamos escapar justamente o elemento decisivo: nessa ocasião, nesse ritual, o pastor ungiu o presidente — nada menos do que isso. Protegido por Deus no atentado de setembro de 2018; escolhido por Ele para comandar o país, pois *Deus escolheu as coisas vis, de pouco valor. Mas escolheu o Jair Messias Bolsonaro* — e não podemos esquecer do sentido político dessa unção, pois não se trata mais do Reino de Cristo, porém do Império de Davi e Salomão.

Há mais: a unção *também* contagia e determina *quem está pelas redes sociais*.

(2022 é logo ali, quase já.)

## Para a Conclusão

---

<sup>448</sup> Célebre fala de Hamlet na cena V do Ato I da peça: “The time is out of joint. O cursed spite, / That ever I was born to set it right! / Nay, come, let’s go together”. William Shakespeare. *Hamlet. Prince of Denmark*. Philip Edwards (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, p. 126. Na notável tradução de Lawrence Flores Pereira: “O tempo está disjunto. Oh, despeito imundo,/ Que para endireitá-lo eu tenha vindo ao mundo!/ Mas, venham, vamos lá, juntos”. Cf. William Shakespeare. *A tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguim, 2015, p. 82.

<sup>449</sup> “Em junho de 2013 o Brasil foi palco de mobilizações populares de larga escala, nas quais, além dos habituais movimentos sociais e forças partidárias, apareceram novos atores. *As ruas foram tomadas pelas massas*, com números mais expressivos do que em qualquer outro momento desde a

redemocratização do país”. André V. L. Sobral. “Redes de ações coletivas em junho de 2013”. In: *O que resta das Jornadas de Junho*. op. cit., p. 37, grifos meus.

[450](#) “Havia uma potência insurgente que era, em essência, progressista e democrática, gerada em alguma medida como já apontei, pelas próprias conquistas recentes do país. É uma trágica ironia que o Brasil *tenha virado o jogo justamente para o campo autoritário*. Junho de 2013 teve um efeito revolucionário na sociedade brasileira”. Rosana Pinheiro-Machado. *Amanhã vai ser maior*. op. cit., p. 38, grifos meus.

[451](#) “Se há um ponto claro, pouco controverso ou talvez até mesmo consensual sobre as jornadas de junho, é que elas realmente não foram apenas por ‘vinte centavos’. As múltiplas, variadas e descentralizadas reivindicações dos mais diversos setores sociais que compuseram esse fenômeno, em vez de esclarecer, parecem, ao contrário, encobrir, dificultar, disfarçar os motivos reais que se acredita estarem por trás daqueles exibidos nos cartazes”. Glauber Ataíde. “A falsa consciência nos movimentos históricos: o caso das jornadas de junho e seus desdobramentos”. In: *O que resta das Jornadas de Junho*. op. cit., p. 129, grifos meus.

[452](#) “(...) megaeventos com dinheiro público contrastando com a má qualidade dos serviços públicos, especialmente nos transportes, educação, saúde e segurança pública (...), assim como o sentimento de impunidade nas histórias de corrupção, o sistema político arcaico”. Cf. Maria da Glória Gohn. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2º edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2015, p. 20-21.

[453](#) Paulo Arantes. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, p. 378, grifos meus.

[454](#) “Uma das questões profundas que estão em pauta nas manifestações de junho no Brasil é a discussão da democracia. Denota-se que a democracia representativa está em crise; a democracia direta é um ideal viável apenas em pequenos grupos ou comunidades”. Cf. Maria da Glória Gohn. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil*. op. cit., p. 64.

[455](#) Ver, no documentário *Intervenção – Amor não quer dizer grande coisa*, de 45:25 a 45:50, grifos meus. Direção e montagem de Rubens Rewald, Tales Ab’Saber e Gustavo Aronda; o argumento é de Tales Ab’Saber.

[456](#) Afonso Benites. “Sem base parlamentar, Bolsonaro aposta nas ruas para emparedar Congresso”. *El País Brasil*, 21 de maio de 2019: <https://tinyurl.com/yxw9gnlv>

[457](#) Paul Lidsky. *Les écrivains contre la Commune*. Paris: Maspero, 1999. Ver, especialmente, a primeira seção do terceiro capítulo: “Les types dans la littérature anticommunarde” (p. 97-121). A lista de autores é eclética: de Alphonse Daudet a Émile Zola, passando por Anatole France e Elémir Bourges, entre outros.

[458](#) John Carey, *The Intellectual and the Masses. Pride and Prejudice among the Literary Intelligentsia, 1880-1938*. London: Faber and Faber, 1992. O autor chega a sugerir: “a arte e literatura modernistas podem ser vistas como uma reação hostil ao crescimento inédito do público leitor criado pelas reformas educacionais do final do século XIX” (p. VII).

[459](#) Peter Sloterdijk. *O desprezo das massas: Ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. Trad. Cláudia Cavalcanti. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, p. 37 e 39, grifos meus.

[460](#) “No interior de grandes períodos históricos, transforma-se com a totalidade do modo de existência das coletividades humanas também o seu modo de percepção. O modo como a percepção humana se organiza – o *médium* no qual ocorre – não é apenas naturalmente, mas também historicamente”. Cf. Walter Benjamin. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. Tradução, apresentação e notas de Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Editora Zouk, 2012, p. 25, grifos do autor.

[461](#) Idem, p. 109, grifos do autor.

[462](#) Idem, p. 119, grifos do autor.

[463](#) Patrícia Campos Mello. *A máquina do ódio*. op. cit., p. 22.

[464](#) Idem.

[465](#) Isabela Kalil. “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”. op. cit., p. 1.

[466](#) Patrícia Campos Mello. *A máquina do ódio*. op. cit., p. 31-32.

[467](#) Cláudia R. F. Lemos. “A derrubada da PEC 37, as Manifestações de Junho de 2013 e as ações de comunicação do Ministério Público”. VI Congresso Compólitica, 2015, p. 2, grifos meus.

[468](#) Sergio Fernando Moro. *Jurisdição constitucional como democracia*. Universidade Federal do Paraná, 2002. Ver, em especial, “Ativismo judicial”, p. 208-242.

[469](#) Idem, p. 40, grifos meus.

[470](#) Idem, p. 78.

[471](#) Idem, p. 214, grifos meus.

[472](#) Idem, p. 92.

[473](#) Idem, p. 224, grifos meus.

[474](#) Idem, p. 208.

[475](#) Sergio Fernando Moro. “Considerações sobre a Operação *Mani Pulite*”. *Revista CEJ*, Brasília, nº 26, jul./set. 2004, p. 60, grifos meus.

[476](#) “Os responsáveis pela operação *mani pulite* ainda fizeram largo uso da imprensa. Com efeito: ‘Para o desgosto dos líderes do PSI, que, por certo, nunca pararam de manipular a imprensa, a investigação da ‘*mani pulite*’ vazava como uma peneira. Tão logo alguém era preso, detalhes de sua confissão eram veiculados no ‘L’Expresso’ (*sic*), no ‘La Republica’ (*sic*) e outros jornais e revistas simpatizantes. Apesar de não existir nenhuma sugestão de que algum dos procuradores mais envolvidos com a investigação teria deliberadamente alimentado a imprensa com informações, os vazamentos serviram a um propósito útil. O constante fluxo de revelações manteve o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva’ (citação de Mark Gilbert)”. Idem, p. 59. A incultura do ex-juiz deve ser anotada: em seu texto, *L’Espresso* ganha um enigmático X, “L’Espresso”; *La Reppublica* se “abrevia” “La Republica”.

[477](#) Ricardo Lísias publicou um brilhante ensaio analisando o caráter performático do ativismo judicial: *Sem título. Uma performance contra Sergio Moro*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2018.

[478](#) Charlene Dalcol, Natália Martins Flores e Maria Ivete Trevisan Fossá. “O discurso jurídico mediatizado: Análise da denúncia de Deltan Dallagnol contra Lula”. *Esferas*, Ano 6, nº 11, 2017, p. 12. Na mesma página, há outra passagem significativa: “Desde a emergência da operação Lava-Jato, que aproximou a relação entre a mídia e a justiça, cenas de ‘espetacularização’ de instituições jurídicas e agentes da justiça invadem os lares brasileiros, conectados pelas redes televisivas e pela

mídia digital. É como se a ação jurídica fosse colocada em cena e os meios de comunicação acabassem virando o palco privilegiado para os envolvidos, que delinham suas encenações”.

[479](#) Gil Alessi. “Deltan Dallagnol: ‘A Lava Jato traz uma esperança, cria um círculo virtuoso’”. *El País Brasil*, 13 de agosto de 2015: <https://tinyurl.com/y4lkvop7>

[480](#) Idem, grifos meus.

[481](#) *Dez medidas contra a corrupção*. Ministério Público Federal: <https://tinyurl.com/y548ekkt>

[482](#) Thaís Oyama. *Tormenta*. op. cit. p. 37. Para uma avaliação muito mais completa da ação dos militares tanto na formulação de políticas quanto na formação de mentalidades, o trabalho de Piero C. Leiner é fundamental. Recomendo, entre outros títulos, *Mini-manual da hierarquia militar. Uma perspectiva antropológica*. (São Carlos: Coleção IndePub/SC); o livro pode ser lido aqui: <https://tinyurl.com/y2mz8vvk>. Destaco também uma entrevista importante do antropólogo: Ricardo Ferraz. “Bolsonaro tem papel de ‘causar explosão’ para permitir ação ‘reparadora’ de militares, diz antropólogo”. *BBC News Brasil*, 7 de junho de 2020: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52926714>.

[483](#) A Lei nº 12.528 pode ser consultada na plataforma da Casa Civil da Presidência da República: <https://tinyurl.com/y8lt49gx>

[484](#) Priscila Mendes. “Se virem. Não colaboro com inimigo’, diz militar à Comissão da Verdade”. *G1*, 8 de setembro de 2014: <https://glo.bo/2XbfOE8>

[485](#) No depoimento à CNV, o coronel Ustra repetiu a ladainha ao recusar uma acareação com o então vereador Gilberto Natalini, que o acusou de ter conduzido sua sessão de tortura: “Não faço acareação com ex-terrorista. Não faço!” Ver o vídeo (a partir de 1:05:54): <https://youtu.be/pWsv4EndpfY>

[486](#) A Comissão Nacional da Verdade mantém uma plataforma mesmo depois da conclusão de seus trabalhos: <https://tinyurl.com/y5c5o2ww>

[487](#) Nesse sentido, embora infundadas, vale recordar as palavras acres do coronel Ustra como sintoma do sentimento dominante nas Forças Armadas em relação à Comissão Nacional da Verdade: “Dilma passou a ser dona dos rumos dos ‘arquivos da ditadura’ e prometeu abri-los, a partir de 2006, para mostrar ao mundo os ‘horrores do regime dos generais’, comprometendo-se a resguardar os anistiados ‘combatentes da liberdade, omitindo as suas ações criminosas (...)’”. Cf. Carlos Alberto

Brilhante Ustra. *A verdade sufocada, A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. 17ª reimpressão. Brasília: Editora Ser, 2018, p. 29, grifos do autor.

[488](#) Lucas Figueiredo. *Lugar nenhum*. op. cit., p. 13-14.

[489](#) Ver o vídeo, a partir de 00:10: [https://youtu.be/m\\_ODr4VJrV8](https://youtu.be/m_ODr4VJrV8)

[490](#) Thaís Oyama. *Tormenta*. op. cit., p. 38, grifos meus.

[491](#) Felipe Recondo e Luiz Weber descreveram os bastidores dessa atuação do general Villas Boas junto ao STF em prol da candidatura de Jair Messias Bolsonaro. Cf. *Os onze. O STF, seus bastidores e suas crises*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020; ver, especialmente, o capítulo 12, “Novos tempos”. Passagem anterior ilustra bem a relevância do apoio militar à candidatura de Bolsonaro: “Ao final da reunião, da qual participavam os ministros do TSE, como Fachin e Barroso, chegou a mensagem de que o presidente do Supremo, Dias Toffoli, estava a caminho. Queria falar com os presentes. Barroso não esperou por ele e foi para seu gabinete. Fachin e Weber permaneceram. Toffoli descreveu um cenário sombrio. Lembrou que o então comandante do Exército, general Villas Bôas, tinha 300 mil homens armados que majoritariamente apoiavam a candidatura de Jair Bolsonaro. Por sua vez, o candidato e seus seguidores, incluindo militares, colocavam sob suspeita a lisura do processo eleitoral, em especial as urnas eletrônicas”. Idem., p. 16-17.

[492](#) Ver o tuíte: <https://tinyurl.com/yy5y4h8w>

[493](#) Rubens Valente, Talita Fernandes e Anna Virginia Balloussier. “Na véspera de julgamento sobre Lula, comandante do Exército diz repudiar impunidade”. Folha de S. Paulo, 3 de abril de 2018: <https://tinyurl.com/y6l5ts83>

[494](#) Matéria do *Consultor Jurídico*, de 11 de novembro de 2018, é ainda mais forte: General Villas Bôas diz que calculou ‘intervir’ caso STF desse HC a Lula: <https://tinyurl.com/y584souy>

[495](#) Bruno Paes Manso. *A República das Milícias*. op. cit. p. 281.

[496](#) “Bolsonaro perde votação para presidência da Comissão de Direitos Humanos”. *Correio Brasiliense*, 26 de fevereiro de 2014: <https://tinyurl.com/y3rvhj9q>

[497](#) Bruna Borges. “Petista que é contrário ao aborto presidirá Comissão de Direitos Humanos”. *UOL*, 26 de fevereiro de 2014: <https://tinyurl.com/yxoq46w8>

[498](#) Idem.

[499](#) “O período que vai de junho de 2013 até o momento em que este livro está sendo escrito é de regressão democrática. Entendemos a regressão democrática como um processo de diminuição do apoio à democracia por amplas camadas de opinião pública e de estreitamento das práticas associadas a ela”. Cf. Leonardo Avritzer. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019, p. 141.

[500](#) “Em agosto de 1992, os militares barraram a entrada de Bolsonaro na Academia das Agulhas Negras, na cerimônia de entrega de espadas”. Bruno Paes Manso. *A República das Milícias*. op. cit., p. 282

[501](#) Idem, ibidem, p. 281-82, grifos meus.

[502](#) Um exemplo eloquente: “Ao final da negociação, a Santa Sé fez uma declaração de reserva segundo a qual o gênero deveria ser ‘compreendido como estando ancorado na identidade sexual biológica’ (United Nations, 1995)”. Sonia Correa. “A ‘política do gênero’: um comentário genealógico”. *Cadernos Pagu* (53), 2018, p. 8: <https://tinyurl.com/y4ogq3k7>

[503](#) Toni Reis e Edla Eggert. “Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos da educação brasileiros”. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, nº 138, 2017, n. 9-26: <https://tinyurl.com/y5dolwpc>

[504](#) Ver, sobre o tema, o livro fundamental de Sonia Corrêa e Isabela Kalil, *Políticas antigênero en América Latina: Brasil*. Rio de Janeiro: SPW/ABIA, 2020. O livro pode ser lido neste link: <https://tinyurl.com/yya5mefy>.

[505](#) Marcelo Santos. “Mamadeira de piroca: Por que um vídeo absurdo pareceu coerente a alguns eleitores de Bolsonaro?”. *Compós*, 2020, p. 3. O artigo pode ser lido aqui: <https://tinyurl.com/y4wsxoxc>

[506](#) Idem, p. 15.

[507](#) “Bolsonaro critica ‘kit gay’ e diz querer ‘mudar alguma coisa’ na Câmara”. *G1*, 1 de fevereiro de 2011: <http://glo.bo/3bcDnEP>

[508](#) Francho Barón. “O inquietante fenômeno Bolsonaro”. *El País – Brasil*, 7 de outubro de 2014: <https://tinyurl.com/yxsbw3qx>

[509](#) Orvil, p. 222 / p. 267, grifos meus.

[510](#) Michael J. Minnicino. “The New Dark Age. The Frankfurt School and ‘Political Correctness’”. *Fidelio*, vol. 1, nº 1, Winter 1992, p. 6, grifos meus. O artigo pode ser lido aqui: <https://tinyurl.com/y34ocnyy>

[511](#) Michael J. Minnicino. “Freud and the Frankfurt School”. *Executive Intelligence Review*, p. 38. O nome do editor da revista? Lyndon LaRouche... O artigo pode ser lido aqui: <https://tinyurl.com/yyn33h9c>

[512](#) O vídeo é de 1998: [https://youtu.be/Mrx6xU\\_bwxM](https://youtu.be/Mrx6xU_bwxM)

[513](#) Abraham Weintraub. “A desconstrução dos valores cristãos e a religião sem deus”, grifos meus; ver o vídeo (de 0:36 a 1:15): <https://youtu.be/rL3IXT7pPXU>

[514](#) Trata-se da data do excelente artigo de Hugo E. A. da Gama Cerqueira, “Breve história da edição crítica das obras de Karl Marx”. *Revista de Economia Política*, vol. 35, nº 4 (141), 2015, p. 825-844.

[515](#) José Guilherme Merquior. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin. Ensaio crítico sobre a escola neo-hegeliana de Frankfurt*. São Paulo: É Realizações, 2017.

[516](#) José Guilherme Merquior. *O marxismo ocidental*. Trad. Raul de Sá Barbosa. São Paulo: É Realizações, 2018.

[517](#) “Geralmente se entende por ‘marxismo ocidental’ um corpo de ideias, principalmente filosóficas, que abarca a obra de autores tão diversos quanto Georg Lukács a Althusser, Walter Benjamin e Jean-Paul Sartre. Abrange também intervenções teóricas e análises históricas tão distantes umas das outras no tempo, no escopo e no espírito quanto as de Antonio Gramsci (morto em 1937) e Jürgen Habermas, o qual, nascido em 1929, começou a publicar há apenas trinta anos. É, ao mesmo tempo, um produto típico da criativa cultura do primeiro pós-guerra e uma teorização em curso, reconhecível como tal (embora profundamente transformada) na produção da segunda geração da chamada escola de Frankfurt, agrupada em torno de Habermas, ou, ainda, naquilo que acabou conhecido como marxismo estruturalista francês. (...) Todavia, se considerada em perspectiva *histórica*, a expressão se torna muito mais significativa. Pois o ‘marxismo ocidental’ nasceu, no começo da década de 1920,

como um desafio doutrinário, vindo do Ocidente, ao marxismo soviético. Seus principais fundadores – Lukács e Ernst Bloch, Karl Korsch e Gramsci – estavam em áspero desacordo com o materialismo histórico determinista da filosofia bolchevique, tal como definida por Lênin ou Bukharin”. Idem, p. 14-15.

[518](#) “Oração de Magno Malta na vitória de Jair Bolsonaro – O Brasil mudou”, grifos meus. Ver o vídeo: <https://youtu.be/ixUfHHJnMjo>

[519](#) Maurício Moura e Juliano Corbelini realizaram uma análise de grande interesse sobre o triunfo eleitoral do capitão reformado: *A eleição disruptiva. Por que Bolsonaro venceu* (Rio de Janeiro: Editora Record, 2019). Ver, especialmente, “O lulismo e a Lava Jato: os dois polos dinâmicos que sobram na política brasileira”, p. 49-57.

[520](#) José Eustáquio Diniz Alves. “O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro”. *Revista IUH On-line*, 1 de novembro de 2018: <https://tinyurl.com/y2ytgpha>. A seguir citarei números extraídos desse artigo.

[521](#) Edir Macedo com Carlos Oliveira. *Plano de poder. Deus, os cristãos e a políticas*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008, p. 25, grifos meus.

[522](#) Idem, p. 123, grifos meus.

[523](#) Arolde de Oliveira. “Depoimento”. *Apud* Andrea Dip. *Em nome de quem?* op. cit., p. 34, grifos meus.

[524](#) Ronaldo de Almeida. “Deus acima de todos”. In: *Democracia em risco?* op. cit., p. 38.

[525](#) João Guimarães Rosa. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 68.

[526](#) Edir Macedo. *Como vencer suas guerras pela fé. Descubra como enfrentar as batalhas do dia a dia*. São Paulo: UNIPRO, 2019, p. 39, grifos meus.

[527](#) Talita Fernandes. “‘Não sou o mais capacitado, mas Deus capacita os escolhidos’, diz Bolsonaro em culto”. *Yahoo Notícias*, 30 de outubro de 2018: <https://tinyurl.com/y6ty78qn>

[528](#) Thiago Bronzatto e Marcela Mattos. “6 de setembro de 2018: um dia para entrar na história”. *Revista Veja*, 6 de setembro de 2019: <https://tinyurl.com/y24qt6dk>

[529](#) Giorgio Dal Molin. “A fachada que mudou a eleição: o que se sabe sobre o atentado que turbinou a onda Bolsonaro”. *Gazeta do Povo*, 26 de outubro de 2018: <https://tinyurl.com/y6c5wf6o>

[530](#) “Pastor Silas Malafaia – Bolsonaro ao vivo na igreja que sou pastor”, publicado no canal de Silas Malafaia Oficial. Link: <https://youtu.be/y2nZ1HDT450>. Ver no vídeo de 3:33 a 3:40.

[531](#) Mário Magalhães. *Sobre lutas e lágrimas. Uma biografia de 2018*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019, p. 228, grifos meus.

[532](#) “Pastor Silas Malafaia – Bolsonaro ao vivo na igreja que sou pastor”, publicado no canal de Silas Malafaia Oficial. Link: <https://youtu.be/y2nZ1HDT450>. Ver de 11:53 a 12:41, grifos meus.

[533](#) Aqui vale muito ler a ressalva: “Durante minha pesquisa com simpatizantes de Bolsonaro, lembro-me de um jovem bolsonarista que, depois de várias horas de conversa disse em tom de crítica: ‘Professora, vocês da academia estudam tanto e parece que ainda não entenderam muitas coisas. Tratam a gente como se fôssemos todos burros. Não somos. Deveriam escutar mais, porque vocês não sabem tudo’. Esse jovem estava errado?”. Cf. Esther Solano Gallego. “Apresentação”. In: Esther Solano Gallego (org.). *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, p. 13.

# CONCLUSÃO

## Dissonância cognitiva e verdade factual

*Donner un sens plus pur aux mots de  
la tribu*

Stéphane Mallarmé, *Le tombeau  
d'Edgar Poe.*

*Wo aber gefahr ist, wächst  
Das Rettende auch*

Friedrich Hölderlin, *Patmos.*

## O dilema

A esfinge bolsonarista devorou boa parte da melhor intelectualidade brasileira, produzindo o curioso fenômeno do desentendimento inteligente. A última vítima dessa incompreensão elegante foi o cineasta e ensaísta João Moreira Salles. No artigo “A morte e a morte”, ele encontrou *a fórmula mágica da paz* numa equação cujos ecos tanto

surpreendem quanto inquietam: “Não existe bolsonarismo, apenas bolsonaristas”.<sup>534</sup>

Pronto! Tudo resolvido: corpos sem cabeça, pura agitação fisiológica, sem traços ideológicos que não sejam a cópia apressada de conteúdos mal assimilados da extrema-direita mundial. Confiante, o ensaísta nos tranquiliza: “Bolsonarismo implicaria um conjunto coerente de ideias e uma visão de mundo articulada, elementos que faltam à pregação política de Bolsonaro”.<sup>535</sup> Na ausência de um cérebro organizador de ideias que primam pela sua ausência, os corpos bolsonaristas sofrerão muito em breve o colapso provocado pelo seu movimento incessante, já que não dispõem de rumo claro e muito menos de orientação definida. Se for assim mesmo, *um dia a menos ou um dia a mais, sei lá, tanto faz, os dias são iguais* e o bolsonarismo que não existe terminará por desfazer no ar os muitos bolsonaristas que insistem em se mobilizar — esses obstinados guerrilheiros do éter, esses teimosos fantasmas do nada.

Mas, e se não for tão simples assim? E se o bolsonarismo não somente existir, como também tiver articulado uma visão de mundo bélica, expressa numa linguagem específica, a retórica do ódio, e codificada numa visão do mundo coesa, composta por labirínticas teorias conspiratórias, e que advoga a eliminação de tudo que não seja espelho? Esses elementos forjaram um *poderoso sistema de crenças*, responsável pelos míticos 30% que parecem resistir ao mais elementar princípio de realidade. Não importa se o político se esmera em boicotar o combate à pandemia com uma obstinação que beira o sadismo: apesar de cada nova sandice cometida pelo Messias Bolsonaro, o apoio ao Jair segue inabalável.

Por quanto tempo? Provavelmente o tempo que levarmos para decifrar a esfinge e, sobretudo, inventarmos uma linguagem que ilumine para a sociedade o obscurantismo do projeto bolsonarista: reencontrar “um sentido mais puro às palavras da tribo” [536](#) é tarefa tão urgente quanto resistir à escalada golpista inerente à essência do bolsonarismo, que fracassou em maio de 2020, mas que provavelmente retornará em 2021.

(O escândalo da “rachadinha”, e seus inúmeros desdobramentos, não oferece uma saída digna: é o risco do golpe ou a certeza da queda.)

Ora, sem arrumar todas as peças do tabuleiro de xadrez, sem considerar as complexidades do meio-jogo e sem calcular cuidadosamente as inúmeras variantes dos finais de partida, como sequer imaginar o xeque-mate no adversário inesperadamente forte? De igual modo, suprimir o tabuleiro não parece uma boa estratégia. Pelo menos, se pensarmos em vitória; caso contrário, *não dá, não deu, não daria de jeito nenhum*.

Eis precisamente o que busquei realizar neste livro: de um lado, arrumar as peças no tabuleiro bolsonarista, a fim de passar da caricatura para a caracterização da lógica interna do movimento; de outro, propor conceitos que esclareçam o verdadeiro desafio: superar o bolsonarismo e não apenas derrotar Bolsonaro.

## O paradoxo

O paradoxo que estruturou este ensaio bem pode ser a vereda que buscamos; afinal, a travessia é mesmo perigosa e estar nas condições do

Brasil de hoje é encontrar-se à deriva no meio do redemoinho. *A guerra cultural bolsonarista se alimenta de um paradoxo que prenuncia sua ruína*, pois a pulsão de morte que define o movimento impede o ânimo construtivo. No entanto, como governar um país com base unicamente na destruição?

*(Ah, demorou, mas hoje eu posso compreender, que malandragem de verdade é viver.)*

*O êxito do bolsonarismo significa o fracasso do governo Bolsonaro. Sem guerra cultural, como manter as massas digitais mobilizadas em constante excitação? Contudo, a guerra cultural, pela negação de dados objetivos e pela necessidade intrínseca de inventar inimigos em série, não permite que se administre a coisa pública. O corte absurdo proposto pelo governo no Censo 2020 é uma metonímia selvagem do paradoxo: por que investir recursos para *conhecer a realidade*?<sup>537</sup> Na eterna batalha de narrativas, identificar inimigos é o que importa.*

Nesse sentido, retorno à fatídica reunião ministerial de 22 de abril, que discuti no segundo capítulo: *autorretrato involuntário do governo enquanto arquitetura da destruição*.<sup>538</sup> Naquele dia, chegávamos ao terrível número de 2.924 mortes — agora, enquanto coloco o ponto final neste livro, chegamos ao assustador número de 200 mil óbitos. Manifestou-se solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19? Planejaram-se ações para conter a peste? Você se recorda, não é mesmo? Paulo Guedes sonhou em esconder “a granada no bolso do inimigo”, ou seja, o funcionalismo público, numa atualização grotesca da Doutrina de Segurança Nacional; Damares Alves entrou em êxtase para “prender governadores e prefeitos”;<sup>539</sup> Ricardo Salles, sem corar, sugeriu “ir

passando a boiada e mudando todo o regramento”.<sup>540</sup> O presidente manifestou o desejo inconstitucional de ter um serviço secreto *pra chamar de seu*:

Sistemas de informações: o meu funciona. O meu particular funciona. Os que tem oficialmente, desinforma. (...) Eu não vou esperar foder a minha família toda, de sacanagem, ou amigos meu (*sic*), porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence à estrutura nossa.<sup>541</sup>

Duas horas de parolagem inútil, dominada por palavrões, mimetismos exaltados do chefe-brigão, delírios conspiratórios, pulsão autoritária de intervir no Judiciário,<sup>542</sup> e nada que reflita uma equipe de governo definindo metas, estabelecendo prioridades, atribuindo missões específicas a agentes públicos treinados para o trabalho. Nessa circunstância dramática, é oportuno recordar Friedrich Hölderlin e seu poema “Patmos”:

*Mas onde há perigo, cresce*

*Também o que salva.*<sup>543</sup>

A guerra cultural é a origem e a forma da arquitetura da destruição, marca d’água do bolsonarismo, mas, por isso mesmo, será (ou já é?) a razão do fracasso rotundo do governo Bolsonaro; aliás, como infelizmente ficou demonstrado pela omissão criminosa e pelo negacionismo irresponsável diante da peste da Covid-19. O *bolsolavismo*, como tentei mostrar ao longo deste ensaio, é um poderoso sistema de crenças, dotado de coerência interna paranoica, tornando-o praticamente imune ao princípio de realidade. *A dissonância cognitiva é*

*o motor das massas digitais bolsonaristas. As hipóteses principais desenvolvidas por Leon Festinger descrevem à perfeição a atitude mental dos fiéis apoiadores do presidente:*

1 – A existência de dissonância, *psicologicamente desconfortável*, motivará o sujeito a tentar reduzir a dissonância, a fim de produzir harmonia.

2 – Em presença da dissonância, além de buscar sua redução, *o sujeito ativamente evitará situações e informação que poderiam aumentar a dissonância.* [544](#)

No universo das redes sociais, além de evitar informação que produza dissonância, as massas digitais buscam a confirmação de suas crenças no grande supermercado contemporâneo de fatos alternativos, notícias falsas e teorias insensatas, isto é, o YouTube, que se transformou numa máquina delirante, produtora sistemática de desinformação ao gosto do cliente. [545](#)

O resultado é a criação de estruturas autocentradas e imunes a críticas, pois toda ressalva *exterior* somente confirma o acerto das premissas *internas* ao sistema de crenças. Não há aí uma descrição acabada da adesão cega ao bolsonarismo?

Nesse caso, o que fazer? Há algo que possa ser feito?

## **Verdade factual**

Na experiência histórica da ágora grega, apesar de limites bem conhecidos, pela primeira vez a palavra assumiu função deliberativa na procura de uma boa condução da pólis. Uma condição se impôs ou a tentativa seria frustrada antes mesmo de principiar: era indispensável

distinguir *fato* de *rumor*.<sup>546</sup> Na esfera íntima, o rumor naturalmente manteria seu império; contudo, somente fatos seriam admitidos no espaço coletivo de discussão. Uma das funções mais relevantes do *theoros* (teórico) consistia justamente no estabelecimento dessa diferença.<sup>547</sup> A ágora ateniense imaginou um dispositivo anti-*fake news* — se você me permite um anacronismo bem-humorado. Mas, e se a notícia falsa fosse imaginada no meio de um debate?

Leitor atento dos clássicos, ao desenhar sua *Utopia*, em 1516, Thomas More pensou numa solução criativa para esse dilema que hoje se tornou puro impasse na celeridade do universo digital:

Entre os regulamentos do senado, o seguinte merece ser assinalado. Quando uma proposta é feita, é proibido discuti-la no mesmo dia; a discussão é transferida para o dia seguinte.

Desta maneira ninguém fica exposto a *desembuchar levemente as primeiras coisas que lhe passem pela cabeça*, e a defender, em seguida, a sua opinião antes do que o bem geral.<sup>548</sup>

Dispositivo duplo: exclusividade do fato na deliberação pública e pausa necessária para a reflexão. A ascensão transacional da direita e da extrema-direita é incompreensível se não considerarmos a completa subversão desses dois princípios, pois a desinformação sistemática e o tempo vertiginoso das redes sociais são os instrumentos dominantes em seu repertório pós-político. Não há resposta simples para o dilema contemporâneo do modelo da democracia representativa. Por isso, somente posso oferecer uma última hipótese: precisamos resgatar o pensamento de Hannah Arendt acerca da centralidade da *verdade factual*

para encontrar um ponto de equilíbrio entre *verdade* e *política*. Nas palavras da filósofa:

Mesmo que admitamos que cada geração tem o direito de escrever sua própria história, não admitimos mais nada além de ter ela o direito de rearranjar os fatos de acordo com sua própria perspectiva; *não admitimos o direito de tocar na própria matéria fatural.* [549](#)

É óbvio que não se trata de uma fé cega no “fato”, visto como exterior à narrativa que o organiza. Pelo contrário, a mudança de perspectiva implica seu rearranjo, supõe assim uma modificação substancial da interpretação. No entanto, sem uma dimensão minimamente objetiva, o espaço público se desmancha no ar e a convivência coletiva se torna uma estéril batalha de versões. O analfabetismo ideológico bolsonarista produz um ameaçador caos cognitivo precisamente ao confundir *rumor* e *fato*.

O que fazer? Há algo que ainda possa ser feito?

Não há receita, tampouco certezas. Insisto, porém, na intuição que deu origem a este ensaio: *quanto mais exitoso for o bolsonarismo, maior será o colapso administrativo do governo Bolsonaro*; infelizmente, a peste da Covid-19 tem confirmado minha hipótese. E não me refiro somente ao negacionismo, aliás, intrínseco à guerra cultural, mas à incapacidade de dar conta do geral (o plano nacional de vacinação que não se preparou a tempo), além da incúria caricata com aspectos prosaicos (detalhes elementares de logística negligenciados, por exemplo, o Ministério da Saúde “esqueceu” de estocar seringas). [550](#) Aliás, os índices do Ministério da Saúde são lamentáveis: “Sete meses após anunciar a distribuição de 46 milhões de testes para diagnosticar o novo coronavírus, o Ministério da

Saúde só entregou até agora 38% dos kits para exames a estados e municípios”. [551](#) E seu modelo de encontros de “trabalho” mimetiza o caos da reunião ministerial de 22 de abril. Na reconstrução de Malu Gaspar: “Começou então uma discussão típica das reuniões do ministério, que *não costumam ter pauta detalhada* e em que as vozes se sobrepõem em *conversas paralelas*”. [552](#)

(Pauta detalhada? Isso é para os fracos — bate o general no peito, orgulhoso do improviso permanente.)

O que dizer do Ministério da Educação que praticamente não tomou iniciativa alguma de relevo durante a pandemia? E que, mesmo antes da atual crise de saúde, amargou os piores índices de execução orçamentária das últimas décadas? [553](#) Vale dizer, não desenvolveu projetos que permitissem lançar mão de recursos previstos no orçamento da União. Um único, embora alarmante, caso: “Gastos que incluem construção de creches, recursos para conectividade das escolas, repasses que visam a expansão do Ensino Integral e bolsas de apoio, *tiveram baixíssima ou nenhuma execução, com pagamento de apenas 22% do total aprovado para o ano*”. [554](#) O bunker da guerra cultural é o baluarte de uma ineficiência ímpar da gestão pública, sem paralelo na história recente. No início da pandemia, ainda em março, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes transferiu 1,6 bilhão da saúde para a educação por um motivo tão simples quanto escandaloso: “O ministro Abraham Weintraub (Educação), porém, não havia dado destinação aos recursos porque, segundo Weintraub, *a pasta não tinha um projeto pronto*”. [555](#) Pronto? Deixemos de lado o eufemismo: provavelmente, sequer esboçado! A militância fanática na guerra cultural e a completa

incapacidade administrativa são duas faces da mesma moeda: eis a imagem acabada do fracasso do governo Bolsonaro. Enquanto isso, o bolsonarismo celebra seu triunfo em memes, viralizações e vídeos “A-arrasa-B-que-atacou-o-Mito”.

Os dados objetivos que enumerei nas notas dos últimos dois parágrafos acerca da preocupante inépcia do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação não podem ser negados. No espaço público tradicional e na ágora virtual das redes sociais precisamos destacar essa incontestável *verdade factual*. Esqueçamos as narrativas delirantes, olvidemos as teorias conspiratórias labirínticas, deixemos de rebater as estultices do presidente: só a *verdade factual* vale o quanto pesa; vale enquanto faz pensar; *porque se você parar pra pensar, na verdade, governo Bolsonaro não há*. E precisamente porque há bolsonarismo em excesso.

(A produtora Brasil Paralelo com seus documentários “criativos”, eivados de grosseiros erros factuais, é um retrato do bolsolavismo.)

Não é tudo (calma, que já concluo): no plano individual, nada importa mais do que substituir a retórica do ódio pela ética do diálogo.

Como vimos, a retórica do ódio suprime autoritariamente as mediações, a fim de legitimar a eliminação do outro, sempre visto como *inimigo*. Atualização surpreendente dos aspectos mais sombrios da Doutrina de Segurança Nacional, ela possibilitou a emergência do bolsolavismo, sistema de crenças que encontrou na dissonância cognitiva sua respiração artificial. O resultado não poderia ser senão o analfabetismo ideológico que domina o cenário mental brasileiro na era pós-política bolsonarista.

Temos opção? Lanço os dados numa aposta: exercitar a ética do diálogo, que não vê o outro como um inimigo, porém um *outro eu*, cuja diferença enriquece minha vida, ao ampliar meu horizonte. “*Je est un autre*”, anunciou Rimbaud: “Eu é um outro”.<sup>556</sup> O poeta não escreveu “*Je suis un autre*” — “Eu sou um outro”. A agramaticalidade da frase é o que mais importa, sinalizando a abertura ao outro, a escuta atenta de quem pensa de forma diversa da nossa. Somente assim superaremos o bolsonarismo.

Nunca se esqueça: o bolsonarismo antecedeu e certamente sucederá ao Messias Bolsonaro.

Explico: Renato Lessa caracterizou, a partir da “exploração de uma vertente antropológica, voltada para a detecção do tipo humano particular que anima o bolsonarismo, aqui designado como *homo bolsonarus*”. A figura de Bolsonaro facilitou a precipitação de condições particulares: “A matéria bruta originária que o compõe releva de estratos arcaicos da experiência histórica brasileira, sempre enriquecida com o passar do tempo”. Daí, mesmo após uma eventual derrota do bolsonarismo, “em alguma medida ele permanecerá entre nós, como contribuição indelével do consulado corrente da extrema-direita ao longo passivo das iniquidades brasileiras. Para tal sementeira, há húmus mais do que suficiente”.<sup>557</sup> Se não compreendermos que Jair Messias Bolsonaro foi o ponto de fuga de uma série de pulsões fundadoras de nossa formação atavicamente desigual e profundamente hierárquica, não saberemos reinventar o País-Brasil na promessa nunca cumprida da Nação-Brasil.

Não há, por isso, garantia alguma e é bem possível que abraçar a ética do diálogo seja muito pouco diante da máquina de ódio e de desinformação das redes sociais. Porém, ao sugerir essa possibilidade, penso no

paradoxo que assina: o colapso do governo Bolsonaro deve tornar-se *visível, palpável até*, especialmente para os eleitores do capitão.

No fundo, assim como você, também não disponho de resposta conclusiva. Mas, por favor, recorde a epígrafe deste livro:

Esta história acontece em estado de emergência e calamidade pública. Trata-se de *livro inacabado porque lhe falta a resposta*. Resposta esta que espero que alguém no mundo ma dê. Vós? [558](#)

## [Para o Post-Scriptum](#)

---

[534](#) João Moreira Salles. “A morte e a morte. Jair Bolsonaro entre o gozo e o tédio”. *Revista Piauí*, edição 166, julho de 2020: <https://tinyurl.com/y76l94f2>. O eco é perturbador: muitos reacionários de plantão repetem com gosto a fórmula duvidosa: “No Brasil, não há racismo, apenas racistas”.

[535](#) Idem.

[536](#) Stéphane Mallarmé. “Le tombeau d’Edgar Poe”. In: *Mallarmé*. Traduções de Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos. Edição bilíngue. São Paulo, SP: Edusp & Perspectiva, 1975. “A tumba de Edgar Poe”. Tradução de Augusto de Campos, p. 67.

[537](#) Uma análise perfeita do absurdo da proposta encontra-se neste artigo:

“Cortes no Censo 2020: pesquisadores debatem impacto nas políticas públicas”. *Fiocruz / Notícia*: <https://tinyurl.com/y6p4q4hz>

[538](#) Penso no documentário de Peter Cohen, realizado em 1989, *Arquitetura da destruição*. O filme pode ser visto aqui: <https://youtu.be/WNQk0OwyoBw>

[539](#) “A pandemia vai passar, mas governadores e prefeitos responderão processos e nós vamos pedir inclusive a prisão de governadores e prefeitos. E nós tamo subindo (*sic*) o tom e discursos tão (*sic*) chegando. Nosso ministério vai começar a pegar pesado com governadores e prefeitos”. Ver o link: <https://youtu.be/6cg5AAcijv4> (ver a partir de 1h15).

[540](#) “Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de Ministério da Agricultura, de Ministério do Meio Ambiente, de Ministério disso, de Ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam... é... de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos”. Ver o link: <https://youtu.be/6cg5AAcijv4>, ver a partir de 26:06.

[541](#) Ver o link: <https://youtu.be/6cg5AAcijv4>, a partir de 1:30:37.

[542](#) Na fantasia autoritária do desastroso ministro Abraham Weintraub: “Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF”. Ver o link: <https://youtu.be/6cg5AAcijv4>; a partir de 1:25:18.

[543](#) Friedrich Hölderlin. *Poemas*. Tradução de Paulo Quintela. Coimbra: Atlântica, 1959, p. 363.

[544](#) Leon Festinger. *A Theory of Cognitive Dissonance*. Stanford: Stanford University Press, 1962, p. 3, grifos meus. Em livro recente e de grande interesse para essa discussão, Piero C Leirner enumerou conceitos que esclarecem o alcance do caos cognitivo contemporâneo: “São muitas as palavras que povoam essa nossa guerra híbrida: golpe, crime, governo, exército, arma, rede, dissonância, cismogênese, cognição, truque, informação, criptografia, célula, terror, guerra psicológica de espectro total (GPET), velocidade, ciclo, observação, orientação, decisão, ação, OODA, ideologia, fake, cortina de fumaça, guerra absoluta, estratégia, tática, blitzkrieg, centro de gravidade, estação de repetição, radar, drone, estratégia da abordagem indireta, movimento de pinça, proxy war, para-raios, viés de confirmação, guerra neurocortical, Amazônia, domesticação, invasão, soberania, ataque, defesa, bomba semiótica, teatro de operações, segurança, infiltração, violência, limited hangout, escalada horizontal, dissuasão, dissonância cognitiva, feedback, desenvolvimento, firehose of falsehood, false flag, cabeça-de-ponte, hegemonia, consórcio, e, possivelmente, esqueci umas tantas e

virão tantas outras”. Piero C Leirner. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda, 2020, p. 21.

[545](#) A eleição norte-americana e, sobretudo, a ação golpista de Donald Trump, acenderam (outra vez!) uma luz vermelha sobre o papel das redes sociais na desestabilização das democracias. Ver o artigo de Gelo Gonzales, “Social media lessons from the 2020 US presidential elections”: <https://tinyurl.com/y48elwyk>

[546](#) Cf. Andrea Wilson Nightingale. *Spectacles of Truth in Classical Greek Philosophy. Theoria in its Cultural Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

[547](#) Cf. Wlad Godzich. *The Culture of Literacy*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

[548](#) Thomas More. *Utopia*. Tradução e notas de Luís de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1972, p. 224, grifos meus.

[549](#) Hannah Arendt. “Verdade e política”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988, p. 296, grifos meus.

[550](#) No governo Bolsonaro, tudo pode sempre piorar: “De um total de 331 milhões unidades previstas para serem adquiridas, a pasta conseguiu fornecedor para apenas 7,9 milhões”. Sem comentários. Natália Cancian e Marcelo Rocha. “Pregão fracassa e governo compra só 3% de 331 milhões de seringas para vacina da Covid”: <https://tinyurl.com/yctcs3zz>

[551](#) Natália Cancian. “Ministério da Saúde descumpre metas de testagem de Covid-19 e atrasa controle da doença”. *Folha de S. Paulo*, 28 de novembro de 2020: <https://tinyurl.com/y2cjjth2>

[552](#) Malu Gaspar. “‘Quem é feliz não pega Covid’. Por dentro de uma reunião no ministério da saúde”, grifos meus. *Revista Piauí*, Edição 172, janeiro de 2021: <https://tinyurl.com/y2gfkbem>

[553](#) A organização Todos pela Educação tem produzido relatórios bimestrais de grande importância e que explicitam a problemática execução orçamentária do Ministério da Educação: <https://tinyurl.com/y5s62zct>

[554](#) “Com redes à beira do colapso financeiro, MEC tem baixa execução orçamentária”. *Todos pela Educação*, 27 de agosto de 2020: <https://tinyurl.com/yyye8t4b>

[555](#) “Moraes manda transferir R\$ 1,6 bi de acordo da Petrobras da educação para saúde. Dinheiro havia sido recuperado pela Lava-Jato e não foi usado por Weintraub”. *Folha de S. Paulo*, 22 de março de 2020, grifos meus: <https://tinyurl.com/yxhbbjgq>

[556](#) A famosa frase foi escrita em carta enviada ao professor de Liceu, Georges Izambard, em 13 de maio de 1871. Cf. Arthur Rimbaud. *Œuvres complètes*. Antoine Adam (org.). Paris: Gallimard, 1972, p. 248-249.

[557](#) Renato Lessa. *Homo bolsonarus*. In: *Revista Serrote*. Edição especial: Em Quarentena: <https://tinyurl.com/yyljwpao>

[558](#) Clarice Lispector. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 22, grifos meus.

# POST-SCRIPTUM

## 2021: o que será o amanhã?

*Como será o amanhã  
Responda quem puder*

João Sérgio, *O Amanhã*.

*Esses fenômenos acontecem duas  
vezes:*

*A primeira como nunca, a segunda  
como sempre.*

Boaventura de Sousa Santos, *Segundo  
Setembro*.

## Guerra cultural: firme e forte em 2021

Hoje é o último dia deste ano indefinível: 31 de dezembro de 2020. O livro que você tem em mãos já se encontrava em produção, a caminho da gráfica. Meus editores, contudo, sugeriram que eu escrevesse um *post-*

*scriptum*, a fim de ponderar uma pergunta que provavelmente ocorrerá ao leitor: *a guerra cultural não terá esgotado seus recursos?* A reiteração excessiva de palavões, bravatas, xingamentos e ameaças não se revelou finalmente inócua? De fato, o presidente parece se afastar de grupos radicais e, em prol menos da governabilidade do que da blindagem de Flávio Bolsonaro, denunciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro por organização criminosa, peculato e lavagem de dinheiro,<sup>559</sup> aproximou-se do abjurado Centrão, tendo mesmo, como sinal de boa vontade, indicado para o Supremo Tribunal Federal um nome obscuro, mas perfeitamente alinhado com os anseios do Congresso, sobretudo no que refere ao esvaziamento acelerado da Operação Lava Jato: Kassio Nunes Marques.

(Os próceres do bolsonarismo raiz rosaram um protesto protocolar; afinal, 2022 é logo ali, quase já, e eles sabem que não têm opção e, na hora justa, abafarão as decepções, esquecerão o *pote até aqui de mágoa*, e voltarão à carga com seu estoque de ódio, teorias conspiratórias e notícias falsas.)

A guerra cultural se define menos por um conteúdo a ser exaustivamente repetido do que por uma forma a ser atualizada em contextos diversos. No caso do bolsonarismo, guerra cultural implica visão bélica do mundo, que converte qualquer adversário em inimigo, cuja eliminação principia simbolicamente pelo recurso à retórica do ódio. Nesse sentido, preparemo-nos para um 2021 dominado por variações do mesmo tema e com intensidade crescente. Dado o fracasso palmar do governo Bolsonaro, investir na alta voltagem da guerra cultural será uma autêntica tábua de salvação — os sinais estão todos em rotação acelerada.

Vou além: em condições normais, os truques da guerra cultural deveriam retornar com vigor somente a partir do segundo semestre, como uma preparação para a campanha eleitoral de 2022. Contudo, *o paradoxo que identifiquei* — o sucesso incontestável do bolsonarismo conduz ao fracasso incontornável do governo Bolsonaro — *explodiu antes do tempo* devido à crise mundial de saúde. A reação federal à peste da Covid-19, misto de negacionismo irresponsável e incapacidade logística a mais elementar, somente reforçou a centralidade da guerra cultural no governo Bolsonaro. A fim de “justificar” sua inépcia, o que resta ao bolsonarismo a não ser repisar os seus temas? Na perspectiva tresloucada do chanceler Ernesto Araújo, “chegou o comunavírus”; prefeitos e governadores são inimigos em potencial, que desejam “aproveitar-se” da pandemia para impor o comunismo derrotado em 1964; as vacinas são perigosas e podem produzir metamorfoses indesejáveis; os laboratórios internacionais deveriam “procurar” o governo brasileiro para “vender” seus “produtos”, dada a dimensão do “mercado” brasileiro com 210 milhões de “clientes”, no fraseado trôpego do presidente; aliás, suas declarações compõem um autêntico circo de horrores, sem paralelo na história republicana: “Pessoal diz que eu tenho de ir atrás [da vacina]. Quem quer vender [é que tem]”.<sup>560</sup>

Desse modo, um país que já foi visto como modelo internacional para campanhas nacionais de vacinação enfrenta hoje um incompreensível movimento antivacina, com um aumento preocupante de brasileiros que não pretendem se imunizar contra a Covid-19, preocupados com possíveis efeitos colaterais da vacina, como se o vírus fosse inofensivo se comparado aos “riscos” associados à vacinação.<sup>561</sup> Dissonância cognitiva em estado de dicionário! Analfabetismo ideológico derivado diretamente do êxito da guerra cultural bolsonarista.

Nesse entretempo, movido pela narrativa orviliana de aparelhamento das instituições, os militantes aguerridos da guerra cultural insistem que destruir o legado da Constituição de 1988 é mais importante do que governar o país no século XXI e se dedicam com evidente satisfação a desmontar os órgãos responsáveis pela educação, pesquisa, direitos humanos, cidadania e meio ambiente. Em consequência, o governo Bolsonaro se perde na armadilha de toda guerra cultural: quanto mais sua militância se radicaliza, maior será a ruína administrativa; quando maior o colapso da administração, ainda mais radical deverá ser o bolsonarismo — e o caos se avizinha passo a passo. E bem pode ser um risco calculado: numa situação de anomia social, por que não propor a decretação de estado de sítio ou, sem tanta sutileza, por que não retomar a escalada golpista?

(Seria esse um bom motivo para não renovar a única política exitosa e elogiável do governo federal durante a pandemia: a concessão do auxílio emergencial?)

E, por isso, *é preciso estar atento e forte*: novas escaladas golpistas, a exemplo do que ocorreu em abril e maio de 2020, não devem ser descartadas como alternativa intrínseca à estrutura do bolsonarismo, especialmente para um presidente cada vez mais acuado pelo avanço dos processos criminais envolvendo sua família e pelo abismo de seu desgoverno.

***“Alternative facts” ou “fact-based America” ?***

A ridícula tentativa golpista de Donald Trump fornece uma confirmação inesperada da noção de *verdade factual*, tal como proposta por Hannah Arendt. Se passarmos da caricatura à caracterização do evento, aprenderemos uma lição fundamental para lidar com o bolsonarismo, sobretudo num ano que promete ser muito difícil.

Voltemos um pouco no tempo: no dia 22 de janeiro de 2017, logo após a posse de Donald Trump, o porta-voz do presidente, Sean Spicer, afirmou que o número de pessoas que se deslocou a Washington para a cerimônia era muito maior do que a multidão presente na investidura de Barack Obama. Imediatamente, e com grande facilidade, comprovou-se o oposto: a comparação das fotografias aéreas das duas ocasiões chega a ser humilhante para Trump.<sup>562</sup> Numa entrevista à NBC, a conselheira do presidente, Kellyanne Conway, ao ser questionada sobre a falsidade da informação, superou o constrangimento com um lance de gênio, propondo uma noção-síntese de governos como os de Donald Trump e Jair Messias Bolsonaro: “The Press Secretary gave *alternative facts*”.<sup>563</sup>

*Fatos alternativos!* Conceito que recusa a distinção apolínea entre rumor e fato, com base no tempo vertiginoso do universo digital, que dificulta a checagem imediata dos dados, e cuja ação direta inaugura a pólis pós-política por meio das redes sociais. A potência dos *alternative facts* na criação infatigável de narrativas foi comprovada à exaustão pela capacidade de manter as massas digitais mobilizadas em permanente excitação. Se fosse necessária uma prova definitiva, bastaria observar a reação dos apoiadores de Trump e sua disposição em acreditar nas teorias conspiratórias as mais absurdas, numa fronteira tênue com a insânia que tanto inquietava o Dr. Simão Bacamarte. De igual modo, a habilidade de

Trump e de Bolsonaro tanto em pautar o debate público quanto em desviar a atenção de temas que lhes são desfavoráveis relaciona-se intrinsecamente ao milagre de multiplicação de *alternative facts*.

A produtora Brasil Paralelo assumiu a tarefa de produzir fatos alternativos em série, sem parcimônia alguma, de modo a difundir versões revisionistas da história brasileira. Na entrevista dada ao deputado-federal-filho-03, que vimos no terceiro capítulo, o pai-gestor da família-franquia, ostentando o livro do abjeto torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, *A verdade sufocada*, traduzia em português hesitante o achado de Kellyanne Conway:

Então, tem os *fatos* aqui. Recortes de jornais, né? Que... (*sic*) noticiava o *fato em si*. Então, não tem como fugir disso aqui... E como nós nos livramos do comunismo naquele momento. Não tem que se envergonhar disso. É uma história, com H, não é historinha contada pela esquerda. Então... isso daqui [*Bolsonaro folheia o volume de A verdade sufocada*] devia ser uma leitura obrigatória, né? de pessoas que queiram saber da *verdade*... o que foi aquele período de pré-1964 e um pouquinho depois do 1964, também. Então, *A verdade sufocada* é um livro com *fatos*, né? que aconteceram na história recente do Brasil.<sup>564</sup>

Os fatos alternativos do coronel Ustra são bem conhecidos: nunca houve tortura durante a ditadura militar. A ascensão da extrema-direita no Brasil é incompreensível sem essa torção perversa de dados objetivos em narrativas conspiratórias, cujo eixo não se altera: dada a iminência do “perigo vermelho”, toda e qualquer violência se justifica.

(E nem mencionei a força dos fatos alternativos em correntes de WhatsApp em campanhas eleitorais: mamadeira erótica, ideologia de gênero e tantos delírios similares produzem com celeridade desestabilizadora ondas-tsunami.)

Contudo, como governar no reino encantado e narcísico dos fatos alternativos? Como negar a gravidade de uma crise mundial de saúde e ainda assim esperar que o eleitorado não seja capaz de distinguir *rumor* de *fato* diante de um caso dessa seriedade? Não há disputa de narrativas que se sobreponha ao valor da Vida; o encontro com a finitude esclarece brutalmente que a Morte não pode ser reduzida a “memes”, por mais compartilhados que sejam. Como perder uma eleição e ainda assim esperar que juízes sérios e donos do próprio nariz aceitem reverter o resultado legal através de ações sem *evidências consistentes, sem provas claras* de uma fraude sistêmica que se alega ter ocorrido?

Devo ser mais claro: bem urdidos e alinhavados com astúcia numa narrativa coesa, fatos alternativos são poderosas armas políticas: bombas atômicas na infodemia contemporânea. Contudo, num tribunal independente, avaliados por juízes autônomos, fatos alternativos são nada, coisa alguma: *flatus vocis*. *A verdade factual* se impõe.

(Eis aí um programa de ação: olvidemos as declarações diversionistas do presidente e nos concentremos no esclarecimento objetivo do fracasso de seu governo.)

No programa da MSNBC, *News Today*, no dia 30 de dezembro de 2020, comentando a tentativa golpista do presidente derrotado nas eleições, a apresentadora Nicole Wallace lançou mão de uma expressão igualmente

notável e que pode ser entendida como autêntico epitáfio da presidência de Donald Trump: “Georgia goes one step further to assure those of us living *in fact-based America* that there was no fraud whatsoever in the November election there”.<sup>565</sup>

*Na América baseada em fatos!* Contra a epidemia de *alternative facts*, o antídoto mais eficaz: *fact-based America*. É notável como as duas expressões delimitam momentos distintos no tempo, como se fossem instantâneos de rara agudeza, retratos acabados de duas épocas. A conselheira de Trump antecipou o sentido dos 4 anos de sua conturbada presidência, em boa medida “performada” nas redes sociais, com destaque para o uso obsessivo, inclusive compulsivo, do Twitter: usina de produção de *alternative facts*

(Jair Messias Bolsonaro mandou improvisar em seu armário um escritório para “trabalhar” nas redes sociais em madrugadas insones — e dias ociosos.)

A apresentadora da MSNBC anunciou o fracasso da guerra cultural que se torna refém da própria vitória. O segredo para que o estabelecimento de uma democracia iliberal ou de uma democratura não tenha sido bem-sucedido é a independência dos poderes Judiciário e Legislativo. Trump fracassa porque a Suprema Corte não pode aceitar ações sem fundamento, ainda que a maioria de seus membros favoreça causas conservadoras.

(Atenção: conservadorismo nada tem a ver com extrema-direita ou com aventuras golpistas.)

Num futuro próximo, o golpe frustrado de Trump será reconhecido como um evento epocal precisamente pelo seu insucesso: o ataque à democracia deve ser enfrentado com o resgate da verdade factual. Essa lição será decisiva em 2021 para a superação do bolsonarismo e sua pulsão autoritária.

(Um fenômeno que não pode acontecer duas vezes.)

## [Para o Posfácio](#)

---

<sup>559</sup> “Ministério Público do RJ denuncia Flávio Bolsonaro por organização criminosa, peculato e lavagem de dinheiro”. *G1*, 4 de novembro de 2020: <https://glo.bo/3hNuXoH>

<sup>560</sup> Na lógica torta do presidente: “O Brasil tem 210 milhões de habitantes, um mercado consumidor de qualquer coisa enorme. Os laboratórios não tinham que estar interessados em vender para a gente? Por que eles não apresentam documentação na Anvisa?” Nicholas Shores e Gustavo Porto. “Para Bolsonaro, fabricantes de vacinas é que devem procurar Brasil, não o contrário”. *Estadão Conteúdo*, 28 de dezembro de 2020: <https://tinyurl.com/yc2rktwu>

<sup>561</sup> “Datafolha: cresce número de brasileiros que não pretendem se vacinar contra Covid”: 22% não querem tomar imunizante. Antes, 9% diziam que não queriam. 73% afirmam que querem a dose. *Poder 360*, 12 de dezembro de 2020: <https://tinyurl.com/yxn2qujx>

<sup>562</sup> “FOTOS: posse de Trump em 2017 x posse de Obama em 2009”. *G1*, 20 de janeiro de 2017: <http://glo.bo/3ok2bhZ>

<sup>563</sup> “Kellyanne Conway: Press Secretary gave ‘alternative facts’” – Meet the Press – NBC News (ver a partir de 01:58): <https://youtu.be/VSrEEDQgFc8>

[564](#) Eduardo Bolsonaro: “O Brasil precisa saber: com o Presidente Jair Bolsonaro”. Ver o vídeo (de 40:00 a 40:37): <https://youtu.be/N9JHNG4XFdg>

[565](#) MSNBC, News Today, no dia 30 de dezembro de 2020 (ver a partir de 01:51): <https://tinyurl.com/yxza2hf6>.

# POSFÁCIO

“Da urgência do agora à caracterização da ágora”: o *momento etnográfico* de João Cezar de Castro Rocha

*Por Cláudio Ribeiro*

*Devemos lutar pela madrugada que há de vir. E, para tanto, é mister enfrentar os sofistas crepusculares de nossa época, não recear as trevas, e nelas penetrar.*

*Há uma nova esperança, e esta certamente não nos trairá.*

Mário Ferreira dos Santos, *Filosofias da afirmação e da negação*.

**Rumo à caracterização de uma *ágora agônica***

O livro que você tem em mãos possui um subtítulo que, quando contrastado com o sumário de quatro capítulos sem cronologia indicada, pode causar certa estranheza: *Crônicas de um Brasil pós-político*.

Como pode um livro de crônicas ser apresentado com uma estrutura cujo conteúdo não se acha organizado ano a ano, mês a mês, semana a semana? Você certamente se recorda de alguns títulos de analistas que fizeram isso com relação aos “anos Dilma”, não é mesmo? (Basta um exemplo da área do jornalismo econômico: *Crônicas de uma crise anunciada: a falência da economia brasileira documentada mês a mês*, de Pedro Cavalcanti Ferreira e Renato Fragelli Cardoso.<sup>1</sup>)

Mas a estranheza inicial se dissipa na medida em que avança a leitura. Isto porque *Guerra cultural e retórica do ódio* não se filia ao seguimento da análise de conjuntura de corte meramente episódico e cronológico; é, ao contrário, fruto de uma experiência metodológica e estilística radicalmente nova. Página a página, somos apresentados a um tipo especial de *crônicas*: aquele cuja expressão formal é o ensaio em prosa literária e o método, a *etnografia textual* — veremos as implicações disso quando tratarmos dos conceitos de *theoria* e de *momento etnográfico*, que, penso eu, podem ser muito úteis para definir essa experiência.

Todos sabemos que nos últimos anos tornou-se imperativo decifrar o fenômeno que vem convertendo o espaço público brasileiro em terra inóspita. Tornou-se imperativa, também, a construção de caminhos possíveis para superar este mesmo fenômeno. Em resumo: impôs-se a nós — que ainda entendemos a democracia como valor universal<sup>2</sup> — a urgência de investigar a *ágora* agônica do Brasil de agora e de identificar os elementos que a singularizam quando comparada às de outros países onde ocorrem fenômenos semelhantes. João Cezar de Castro Rocha não

se furtou a tal empresa, e este *Guerra cultural e retórica do ódio* é sua contribuição. Não à toa, o autor introduz o livro com a fala do Iago shakespeariano, *Even now, now, very now*, e abre o quarto e derradeiro capítulo com outra, do príncipe Hamlet: *The time is out of joint*. Ora, desde as jornadas de junho de 2013, todos os que se dedicam a pensar a realidade brasileira não vêm se batendo precisamente com essa urgência?

Pois bem, justamente em 2013, Castro Rocha deu uma amostra do que o gênero literário da crônica, tal como desenvolvido no Brasil, poderia nos oferecer em termos heurísticos ao refletir sobre uma característica dos textos dos nossos principais cronistas: a de ir além do mero registro episódico do cotidiano e de capturar elementos quase imperceptíveis para, a partir deles, construir quadros totalmente inesperados para o leitor comum. A hipótese que o autor apresentou naquela ocasião foi oportunamente retomada agora, num livro como este, que provavelmente não teria sido escrito “[...] se não vivêssemos um ‘tempo de partido/ tempo de homens partidos’, nos versos definitivos do poema ‘Nosso tempo’ [de Carlos Drummond de Andrade]”.

Vejamos.

Em conferência proferida no dia 22 de outubro de 2013 na Academia Brasileira de Letras (ABL)<sup>3</sup>, Castro Rocha defendeu a hipótese de que a tradição da nossa crônica literária (praticada por cultores como Machado de Assis, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos e Luís Fernando Veríssimo) constitui o “gênero da ágora brasileira”. Entenda-se: paradoxalmente, um gênero literário caracterizado por ter como matéria-prima “minúcias efêmeras”<sup>4</sup> consegue converter essa mesma matéria em algo perene, que passa a sobreviver no texto a partir da articulação entre

o olhar (capacidade de observação e de síntese analítica) e o estilo (esmero literário) de cada escritor. Um exemplo eloquente dado por ele é a famosa crônica “O conde e o passarinho”, de Rubem Braga.<sup>5</sup> Machado de Assis, lembra Castro Rocha, escreveu numa crônica uma frase lapidar sobre seu próprio procedimento como cronista; frase que, em dada medida, funciona como uma técnica heurística: “A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam.”<sup>6</sup> A lição: perscrutar — entre o manancial de dados e de notícias, falsas e verdadeiras, entre o estilo “involuntariamente dadaísta” de certos tweets e a linguagem (incluindo a corporal) de um presidente de extrema-direita, entre os parágrafos truncados de um livro escrito por militares ressentidos e a obsessão de um “filósofo” pelas “técnicas de manipulação das consciências” — aquilo que é o “mínimo e o escondido”<sup>7</sup>, aquilo que, não raro, apresenta-se de forma tão *caricata* que não nos atentamos para a importância de sua *caracterização*.

Ora, se acompanhar os cultores da crônica, como sugeria Castro Rocha no surpreendente ano de 2013, “é uma forma, modesta, mas por isso mesmo reveladora, de medir a temperatura do país”; se, como concluía, confirmando um “inesperado parentesco com Jano”, ela [a crônica] possibilita ir “da urgência do *agora* à caracterização da estrutura da *ágora*; de Cronos, e sua dicção heraclitiana, sempre em transformação, ao crônico, veio subterrâneo, resistente ao movimento” (grifos meus), então nada mais coerente do que desenvolver análises e reflexões a respeito da situação atual de nossa *ágora* por meio, exatamente, de *crônicas*.

Eis a tarefa a que se propôs o autor, ao decidir-se pela empresa de elaborar um livro como *Guerra cultural e retórica do ódio*: caracterizar a

nossa ágora contemporânea como resposta à urgência de compreender e superar um “*Brasil pós-político*”.

## ***Theoria e ética, fato e rumor, verdade e política***

Aceita a tarefa, a experiência levada a cabo por João Cezar de Castro Rocha neste livro, ao que me parece, foi articulada na conjunção entre dois eixos, um *teórico* e outro *ético*. O primeiro está vinculado a um conjunto particular de reflexões que remonta à primeira obra do autor, *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*, de 1998<sup>8</sup>, e diz respeito à importância do resgate da antiga noção grega de *theoria*, tanto para a distinção entre fato e rumor quanto para a ação propriamente *política*, na ágora *moderna*, isto é: em democracias representativas, caracterizadas por apresentarem um tecido social extremamente complexo e diversificado. O segundo eixo, por sua vez, está vinculado à vivência de Castro Rocha como intelectual público, capaz de intervir nas discussões mais substantivas da sociedade brasileira por meio de veículos variados. Esse eixo diz respeito à percepção do outro como “a potência de um outro eu” (tal como intuída pelo filósofo francês Emmanuel Lévinas e retomada pelo autor em *Culturas Shakespearianas*, de 2017<sup>9</sup>) e não como um inimigo ardiloso e maléfico que deve ser desmoralizado, execrado, eliminado — simbólica ou fisicamente — para que a “pátria” siga, impoluta, “acima de tudo”.

Concentro-me, a partir de agora, no primeiro eixo.

(Retomo o segundo no próximo tópico.)

Castro Rocha chegou à noção grega de *theoria* em diálogo com o pensamento de dois críticos e teóricos da literatura, o alemão Wlad Godzich e o português Miguel Tamen. De Godzich, outro conceito foi fundamental para o autor de *Guerra cultural e retórica do ódio*, o de “campo”, e me parece que ele funciona como um “baixo contínuo” da etnográfica textual aqui desenvolvida — ainda que não tenha sido pensado pelo crítico alemão para lidar com esse tipo de objeto. No entanto, comecemos por ele.

No livro de 1998 já mencionado, Castro Rocha estava às voltas com um problema que nunca deixou de fazer parte de suas reflexões: a hipertrofia da esfera privada em relação à esfera pública na formação histórica do Brasil e as consequências disso para cultura — e, especialmente, para a literatura. Daí o interesse pelo conceito de “homem cordial”, desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936). Confrontando os processos de formação da sociedade europeia setecentista com os da brasileira oitocentista, a fim de observar o desenvolvimento do romance enquanto gênero, isto é, enquanto forma de expressão literária associada à composição dos espaços público e privado de cada região e situação histórica específica, Castro Rocha aproximou-se de Godzich uma primeira vez valendo-se do conceito de “campo” elaborado pelo crítico alemão para pensar a constituição dos objetos de estudo de disciplinas acadêmicas. Godzich, em seu estudo, chamava atenção para o perigo de se antepor o contexto da formação de um determinado objeto às próprias formas de expressão que o definem. Partindo desse princípio, Castro Rocha desenvolveu o conceito de *campo discursivo* para investigar a formação de estruturas sociais, procurando,

assim, evitar o mesmo perigo assinalado por Godzich em relação à formação das referidas disciplinas.

Pois bem, neste *Guerra cultural e retórica do ódio*, uma das características identificadas por Castro Rocha nos discursos encharcados de teorias conspiratórias dos agentes da guerra cultural *bolsonarista* (a começar por sua matriz “filosófica”: Olavo de Carvalho) não foi precisamente a incorrência nesse tipo de reducionismo? O de partir de um contexto já previamente formatado antes mesmo que se investigue a sério o modo pelo qual foram constituídas determinadas estruturas sociais e como se formaram determinados conceitos, como, por exemplo, “comunismo” e “marxismo *ocidental*”? (Lembra-se daquilo que o autor definiu como *silogismo de Napoleão de hospício*, no segundo capítulo?) Eis aí um dos perigos da *retórica do ódio*, no nível cognitivo e epistemológico.

Mas os efeitos dessa técnica discursiva reverberam, também, no nível da esfera pública. Se não há critérios para emitir opinião ou para descrever os problemas que *de fato* assolam a *pólis*, se não há a mediação crítica no terreno do debate intelectual, a mediação no terreno propriamente *político* também fica por um fio. Por isso, Castro Rocha recorre, neste livro, a outro texto de Godzich, a fim de retomar um dado histórico importantíssimo, que se impôs à experiência histórica da ágora grega.

No tópico “Verdade factual”, da Conclusão, você se recorda que o autor, seguindo Godzich, diz que, na antiga *pólis*, guardadas as devidas especificidades da democracia naquele contexto, “era indispensável distinguir *fato* de *rumor*”, e o responsável por fazer essa distinção era conhecido como *theoros*, isto é, o *teórico*. *Grosso modo*: não se partia de nenhum “*fato alternativo*” para se tomar decisões que tinham em vista o

bem comum. Partia-se da autoridade daqueles que testemunharam presencialmente os fatos e, portanto, eram capazes, por meio da narrativa oral, de fazer com que os membros da *pólis* “re-vissem” estes mesmos fatos sem tê-los presenciado; de fazer com que tivessem desses fatos uma *imagem* segura.

Por isso afirma, em tom jocoso: “(...) A ágora ateniense imaginou um dispositivo anti-*fake news* — se você me permite um anacronismo bem-humorado”. Dispositivo que o autor associa a outro: a ideia de Thomas More de uma “pausa necessária para a reflexão” (idem). Se ambos são suprimidos, não há ágora que não se torne agônica. Daí, também, a importância dada pelo autor ao elo que a filósofa alemã Hannah Arendt estabelecia, em meados do século passado, entre *verdade* e *política*, considerando justamente cenários diversos daquele da antiga *pólis*, cenários, vale dizer, bem mais complexos, como os das democracias representativas modernas, mas que, em todo caso, não podem prescindir do *fato* — sem verdade *factual* não há ação *política* possível.

Em outro trecho da Conclusão, Castro Rocha deixou isso mais claro:

É óbvio que não se trata de uma fé cega no “fato”, visto como exterior à narrativa que o organiza. Pelo contrário, a mudança de perspectiva implica seu rearranjo, supõe assim uma modificação substancial da interpretação. No entanto, sem uma dimensão minimamente objetiva, o espaço público se desmancha no ar e a convivência coletiva se torna uma estéril batalha de versões. O analfabetismo ideológico bolsonarista produz um ameaçador caos cognitivo precisamente ao confundir *rumor* e *fato*.

Julgo importante, porém, mostrar como o autor, no início dos anos 2000, já havia se valido do resgate do conceito etimológico de *theoria*, tal como estudado por Godzich e Tamen, para pensar as narrativas acerca da formação histórica do Brasil. Isto apareceu, num primeiro momento, na introdução que Castro Rocha escreveu para o volume *Nenhum Brasil existe: Pequena enciclopédia*<sup>10</sup>, de 2003, organizado por ele próprio com a colaboração do historiador Valdeci Lopes de Araújo. Num segundo momento, a reflexão retornou ampliada no livro *O exílio do homem cordial: ensaios e revisões*, publicado em 2004 como obra inaugural de uma coleção cujo título era sintomático: “Ágora Brasil”!

É por volta dessa época que Castro Rocha passa a concentrar sua reflexão nas obras de mais dois clássicos de nossa literatura: Carlos Drummond de Andrade e Euclides da Cunha. Se o Estado brasileiro quase sempre procurou construir uma *imagem* oficial do Brasil, não raro cooptando poetas, prosadores e ensaístas da tradição do *pensamento social brasileiro* que, por sua vez, quase sempre procuraram definir *o que é o Brasil*, fosse exaltando seus atributos em dicção ufanista, fosse destacando o que ele nunca teve em comparação com outras “nações adiantadas”, incorrendo num tipo de “*arqueologia da ausência*”<sup>11</sup>, Euclides e Drummond, ao contrário, quebraram a moldura de qualquer *imagem* possível de uma nação idealizada.

Compreenda-se: uso aqui a palavra *imagem* acompanhando os trabalhos do autor de *Guerra cultural e retórica do ódio* que mencionei acima.<sup>12</sup> Se, na antiga *pólis*, o que o *theoros* oferecia ao público da ágora eram *revisões* do que ele presenciara, os que as recebiam, de outiva, na verdade operavam um segundo processo de *re-visão*: *re-viam* o fato por meio da *re-visão* do *theoros*. A contribuição de Miguel Tamen para pensar o conceito está em esclarecer este ponto: *theoria*, que significa

“contemplar”, “olha para”, está etimologicamente ligada a outra palavra: *revisio*. E ambas estão associadas à noção de *fantasia* e de *fantasma*, portanto, de *imagem ilusória*. Ora, em sociedades modernas, em países de passado colonial que se constituíram no século XIX a partir de processos de independência, como o Brasil, na ausência de um *theoros* que tivesse presenciado o “fato originário do nascimento da nação”, só restavam narrativas que apresentassem *imagens* de uma *nação* idealizada, ora de natureza exuberante, com grandes potenciais, ora de “harmonia dos contrários” etc. etc. Não à toa, o tema do exílio ter sido tão cantado por nossos poetas. O “outro” (europeu, no século XIX) idealizado passava a oferecer o parâmetro para nossa própria *imagem*.

Entretanto, no verso do poema “Hino nacional” (publicado no volume *Brejo das almas*, de 1934), “Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?”, é percebida por Castro Rocha a importância da não solubilidade de um paradoxo contido no parágrafo de abertura da primeira edição de *Raízes do Brasil*. Lembremos que, no texto de 1936, Sérgio Buarque assinalava, na esteira de Gilberto Freyre, o fato de [os brasileiros] “constituirmos o único esforço bem-sucedido em larga escala de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e subtropical”, mas, pelo fato mesmo de ter sido uma “transplantação” para um ambiente “desfavorável e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa terra”. Pois bem: existiria, então, um Brasil (*nação*) em desajuste com outro Brasil (*lugar*)? E o que seriam os *brasileiros*? Cidadãos de uma *nação* ou meros habitantes desse *lugar* continental, “desfavorável e hostil”? Castro Rocha percebeu que a afirmação de Drummond, “Nenhum Brasil existe”, seguida da pergunta, “e acaso existirão os brasileiros?”, dá conta da importância de manter o paradoxo como *húmus reflexivo*. Não é verdade que o *lugar* Brasil, de fato, deu certo, mas para

poucos? Deu certo para o explorador de pau-brasil Fernando de Noronha, em 1502. Deu certo, por exemplo, para os Paulos Guedes, os Ricardos Salles e seus respectivos sequazes. Deu certo para os sócios da Vale do Rio Doce. Mas, e como *nação*? Como nação, permanecem as insistentes imagens *fantasmáticas* de um “Brasil brasileiro”, de um “Brasil profundo”, e mesmo de um “Brasil *paralelo*”.

Pois bem, se Drummond ajudou a perceber que o paradoxo não deve ser resolvido, qual seria a contribuição de Euclides? Para Castro Rocha, tanto Euclides quanto seu leitor mais importante, Olímpio de Souza Andrade, em dada medida cumprem a função do *theoros* moderno. As obras de Euclides, *Os sertões* e *À margem da história*, e a de Olímpio, *História e interpretação de Os sertões*, oferecem uma nova perspectiva *teórica* que foge tanto das *imagens* idealizadas de uma “nação-sempre-promessa” quanto da noção empobrecida de *teoria* e do perigo que ela comporta — aquele para a qual alertava Godzich, no ensaio sobre o “campo”: partir de um contexto ou de uma chave interpretativa predeterminada, anterior ao “corpo a corpo” com o objeto.

A imersão de Euclides nos lugares tidos como ignotos, como os sertões baianos e a floresta amazônica, a fim de anotar, descrever e narrar aquilo que os partidários da *imagem* oficial do Brasil não querem ver, unida à imersão de Olímpio *no texto* euclidiano, procurando “o mínimo e o escondido”, como sugeria a crônica machadiana; essa dupla imersão, por dentro da realidade brasileira e por dentro do texto, é, penso eu, o que deu a base para o que Castro Rocha denominou, neste livro, de *etnografia textual*.

Vejamos o que dizia em *O exílio do homem cordial* o autor destas *Crônicas de um Brasil pós-político*:

(...) contra tal visão empobrecida de *teoria*, Euclides da Cunha e Olímpio de Souza Andrade demonstram o vigor da *theoria*, o que necessariamente implica a análise de contextos, no caso de Euclides, e a leitura de textos, no caso de Olímpio. *Os sertões*: compreender por dentro a realidade brasileira; *História e interpretação de Os sertões*: compreender por dentro o autor canonizado, mas não necessariamente lido. [13](#)

Em outro trecho do mesmo livro, podemos ler uma observação que me permite ir do eixo *teórico* ao eixo *ético*: “Na escrita de Euclides, o ‘outro’ não é o resultado inesperado de um efeito discursivo, mas matéria mesma da reflexão, o centro de suas preocupações”. Colocar o “outro” no centro das preocupações, como “um outro eu”, é o que define o *momento etnográfico* de João Cezar de Castro Rocha. Momento cuja proposta final, a *ética do diálogo*, teve sua inspiração em 2017, quando o autor foi, pela primeira vez, alvo direto de um ataque da *retórica do ódio*, como veremos.

## ***O momento etnográfico e a ética do diálogo***

Penso que um procedimento metodológico como a etnografia textual pode ser considerado a partir de um dilema que qualquer etnógrafo, no sentido estrito, tem de se haver; um dilema que a renomada antropóloga britânica Marilyn Strathern, estudiosa dos habitantes do monte Hagen, na Papua-Nova Guiné, chamou, na primeira parte de seu famoso ensaio *The Ethnographic Effect*, de *momento etnográfico*. [14](#)

Para ela, o *momento etnográfico* “(...) funciona como exemplo de uma relação que junta o que é entendido (que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento da análise)”.<sup>15</sup> A antropóloga chegou a essa definição quando pensava no dinamismo intrínseco à atividade de descrição de processos sociais complexos; isto é: no problema implicado na “coleta de dados”, *em campo* (problema inerente tanto à *coleta* quanto aos *dados*), e no processo de escrita a partir daquilo que foi coletado. Que fique claro: Strathern chama a atenção para o seguinte: a escrita do antropólogo, fora da ambiência em que estivera imerso, cria um segundo *campo*, diferente, mas ao mesmo tempo acoplado àquele da experiência *in loco*. Um campo alimenta o outro, formando uma simbiose etnológica.

Não seria uma extravagância imaginar que a *theoria* em termos atualizados, considerada a partir da dupla imersão vista em Euclides e Olímpio, se assemelha muito ao movimento inerente ao *momento etnográfico*, tal como descrito por Strathern.

Pois bem, o fato de, neste *Guerra cultural e retórica do ódio*, o movimento entre a observação dos materiais coletados (das letras de músicas, das redes sociais, dos livros e documentários, das legislações e documentos secretos) e sua descrição analítica, em busca da identificação de uma coerência interna, ser denominado *leitura etnográfica* não é sem razão. Esse movimento deriva da opção metodológica de Castro Rocha, cuja descrição cirúrgica encontra-se logo na Introdução: “De modo a enfrentar o desafio [de lidar com os *dados* que compõem a mentalidade bolsonarista], desenvolvi um método (você me dirá se fui bem-sucedido): para lidar com esse tipo de documento, é preciso pensar numa *etnografia textual*”. Continua o autor:

Explico — não há pedantismo algum na ideia. Ora, assim como seria absurdo imaginar um antropólogo que, diante da narração de um mito de origem, interrompesse seu informante para “corrigir” este ou aquele dado, de igual modo, busco descrever, da forma a mais acurada que conseguir, a lógica interna da mentalidade bolsonarista.

(e de suas estratégias de propaganda e de seus recursos retóricos e de sua necessidade intrínseca de odiar e de encontrar sempre e uma vez mais o bode expiatório da ocasião e — o ódio possui uma energia propriamente incontrolável)

O texto entre parênteses, diga-se de passagem, dá o tom da opção pela forma do ensaio em prosa literária — num texto puramente acadêmico, dificilmente haveria essa radicalidade, assim como não haveria a inserção de um diálogo como o que acontece com o hipotético leitor bolsonarista. Mas, perceba que a explicação do autor ecoa um pouco das linhas que ele havia escrito, em *O exílio do homem cordial*, a respeito de Olímpio de Souza Andrade e de Euclides da Cunha. Mas ecoa também a lição aprendida com a frase da crônica machadiana de 1900, destacada na conferência de 2013. Lição que é reiterada neste livro com um trecho de *Esaú e Jacó*, para reforçar em que consiste a opção metodológica. Diz Castro Rocha: “Se necessário, recorde a lição machadiana: a etnografia textual é uma forma de leitura literária: ‘o leitor atento, verdadeiro ruminante, tem quatro estômagos no cérebro, e por eles faz passar os atos e os fatos, até que deduz a verdade, que estava ou parecia estar escondida’” .

Pois bem, mas a opção pelo desenvolvimento desse método só se tornou imperativa a partir do momento em que a situação da ágora brasileira precisou ser, com urgência, *caracterizada*. Mais que isso: como eu disse

no início deste posfácio, tornou-se imperativo, além de investigar e compreender, oferecer propostas, caminhos possíveis para superar o estado de coisas. O *momento etnográfico* de João Cezar de Castro Rocha oferece, neste livro, a *ética do diálogo* como proposta. O que quero mostrar, nesses parágrafos finais, é que essa proposta começou, senão a ser elaborada, ao menos a ter sua inspiração principal em 2017. O registro está no posfácio escrito para o livro *Filosofias da afirmação e da negação*, do filósofo Mário Ferreira dos Santos, publicado em outubro daquele ano na Coleção Logos<sup>16</sup>, da editora É Realizações, sob coordenação de Castro Rocha. Acompanhar esse registro é importante para uma leitura satisfatória de *Guerra cultural e retórica do ódio*.

No início de 2017, a editora É Realizações publicou *Filosofia da crise*, primeiro livro da coleção. Após essa publicação, Olavo de Carvalho, que havia em outras circunstâncias trabalhado em um livro de Mário Ferreira dos Santos publicado pela mesma editora, atacou, em suas redes sociais, o trabalho editorial coordenado por Castro Rocha. O gesto de ataque foi replicado por uma miríade de alunos e seguidores, por uma *massa digital* pronta para o linchamento, ainda que virtual. A razão principal do ataque dizia respeito à suposta falta de acuidade editorial no tratamento dos originais de Mário, o que consistiria numa conseqüente falta de respeito com a memória e a importância da obra do filósofo. O mais curioso: Olavo defendia que somente uma equipe de alunos que ele próprio montasse seria capaz de dar o tratamento adequado às edições de Mário Ferreira dos Santos — tudo isso dito entre improperios, de forma intransigente, acusatória e difamante.<sup>17</sup>

Em outubro, o segundo livro da coleção, *Filosofias da afirmação e da negação*, foi publicado. O propósito principal de Castro Rocha, ao escrever o posfácio, foi o de apresentar os pontos principais da obra

dando destaque à importância que o próprio Mário, como filósofo *de fato* que era, dava à conversação, ao diálogo, à urbanidade no trato, e à construção do conhecimento filosófico com base no respeito ao interlocutor.

Por isso mesmo, Castro Rocha afirma logo nos primeiros parágrafos que, “na medida do possível, [Mário] buscou ser o filósofo da *ágora* contemporânea”,<sup>18</sup> isto é, nunca se eximiu de pensar os aspectos do cotidiano e suas dificuldades intrínsecas. Além disso, o filósofo também lançou mão de vários meios para estabelecer comunicação com o público; para, no limite, construir seu próprio público: “(...) foi professor em cursos especiais e também por correspondência, atuou como editor das próprias obras e ideou inúmeras formas de comercializar seus livros”.<sup>19</sup> O desejo de comunicação de Mário, continua Castro Rocha, “deu origem a um modelo rigoroso no tocante à *escuta atenta ao outro*; escuta essa que se encontra na base da forma literária empregada por Mário Ferreira dos Santos neste livro”.<sup>20</sup> Que se frise: “Escuta atenta ao outro”!

E, na sequência, o mais importante: “Atenção: não se trata de mera troca ociosa de palavras, muitas (ou quase sempre!) *encerradas por agressões verbais e vilanias de toda espécie*. Diálogo nada tem a ver com troca de insultos ou com emprego da linguagem agressiva; traços que infelizmente dominam o aqui e o agora”.<sup>21</sup>

O *aqui e agora* de uma *ágora* agônica, como já sabemos.

E, mais adiante, a inspiração da proposta da *ética do diálogo*, derivada do próprio *diálogo* com o texto de Mário Ferreira dos Santos: “Este livro [*Filosofias da afirmação e da negação*] propõe uma *ética da conversação* que faz muita falta nos dias belicosos que correm. Em mais

de uma ocasião, o pensador ofereceu um caminho que precisamos recuperar”.<sup>22</sup> Castro Rocha, então, cita o filósofo: “Creio no diálogo, quando bem conduzido, e sob regras rigorosas”<sup>23</sup>, posto que, assim, deixa de ser um combate “para ser uma comparação de ideias. Um sentido culto domina aí. Não é mais o bárbaro lutador, mas o homem culto que se enfrenta com outro, amantes ambos da verdade, em busca de algo que permita compreender as coisas do mundo e de si mesmo”.<sup>24</sup>

O conceito de *retórica do ódio* ainda estava por ser formulado, mas sua descrição por Castro Rocha já se achava nesse trecho: “Num meio dominado pela intolerância asinina que prevalece nas redes sociais, é provável que não poucos leitores aguardem uma sucessão incontrolável de comentários nada filosóficos, mas certamente violentos — e inclusive fronteiros com o paranoico”.<sup>25</sup> E, depois de dizer que há muito trabalho pela frente, trabalho sério, cujo propósito “é servir à discussão da filosofia de Mário Ferreira dos Santos”, o autor terminava o posfácio com esta frase: “Nada mais importa: polêmicas ocas receberão a resposta que merecem: nenhuma”.<sup>26</sup>

As circunstâncias, no entanto, passaram a exigir uma resposta, não àquele ataque especificamente, posto que já dirimido — muito menos às novas polêmicas ocas que surgiram no meio do caminho. Mas uma resposta que implicava um apelo à *theoria* e à ética; apelo que exigia um *momento etnográfico*.

Esse apelo passou a tomar corpo a partir de 1º de janeiro de 2019, quando o presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito democraticamente, começou a pôr em marcha “*políticas públicas inequivocamente ilegítimas*”; políticas de um governo flagrantemente incapaz de resolver os mais básicos problemas administrativos; de um governo engessado pela ação funesta

do bolsonarismo; ação funesta cuja marca d'água é a *guerra cultural* e a linguagem, a *retórica do ódio*.

Um apelo que, de certa forma, ecoa a Nota preliminar de *Os sertões*:

O bolsonarismo “lembra um refluxo para o passado”.

(E um estrangulamento do futuro.)

E está sendo, “na significação integral da palavra, um crime.

Denunciemo-lo”.

*Goiânia, janeiro de 2021.*

**Cláudio Ribeiro** é doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH – UFG) e escreve ensaios para o blog “Estado da Arte”, do jornal *O Estado de S. Paulo*.

---

<sup>1</sup> Cf. Pedro Cavalcanti Ferreira e Renato Fragelli Cardoso: *Crônicas de uma crise anunciada: a falência da economia brasileira documentada mês a mês*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2016. O livro reúne dezenas de artigos que os autores publicaram no jornal *Valor Econômico*. Sugiro ao leitor que vá à página 8 e veja o sumário: “2010: A polêmica da desindustrialização; 2011: A ampliação do intervencionismo...” e assim por diante.

<sup>2</sup> Me refiro, claro, ao ensaio fundamental de Carlos Nelson Coutinho, publicado no momento que o Brasil caminhava para a abertura democrática e a para a construção da Nova República: “A

democracia como valor universal”. In: Ênio Silveira [et al.]. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pp. 33-47.

<sup>3</sup> O texto da conferência, cujo título é “Crônica: o gênero da ágora brasileira”, pode ser lido no site da ABL: <https://bityli.com/pFqYV>.

<sup>4</sup> Refiro à famosa frase a respeito dos jornais dita pelo narrador do conto “Avelino Arredondo”, do escritor argentino Jorge Luis Borges; conto publicado em *El libro de arena* (1975).

<sup>5</sup> A crônica “O conde e o passarinho” foi publicada por Rubem Braga em livro homônimo, em 1936.

<sup>6</sup> Trata-se de uma frase da crônica publicada por Machado de Assis, em 11 de novembro de 1900, no jornal *Gazeta de Notícias*.

<sup>7</sup> Idem (outra frase da mesma crônica).

<sup>8</sup> João Cezar de Castro Rocha. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

<sup>9</sup> João Cezar de Castro Rocha. *Culturas shakespearianas: teoria mimética e os desafios da mimesis em circunstâncias não hegemônicas* (São Paulo: É Realizações, 2017). Ver, na página 321, a menção que o autor faz a Emmanuel Lévinas.

<sup>10</sup> João Cezar de Castro Rocha [et al.]. *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: Topbooks; UniverCidade, 2003.

<sup>11</sup> Cf. João Cezar de Castro Rocha. *Literatura e cordialidade*, op. cit., p. 79 et seq.

<sup>12</sup> Para tanto, ver: *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*, op. cit., pp. 18-21 e: *O exílio do homem cordial: ensaios e revisões*, op. cit., pp. 155-157 e pp. 209-210.

<sup>13</sup> João Cezar de Castro Rocha. *O exílio do homem cordial*, op. cit., p. 211.

<sup>14</sup> Marilyn Strathern. “The Ethnographic Effect I”. In: *Property, Substance and Effect: Anthropological Essays on Persons and Things*. London: Athlone, 1999.

<sup>15</sup> Cf. Marilyn Strathern. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Trad. Iracema Dulley, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p. 350.

<sup>16</sup> Coleção dedicada à reedição das obras completas do filósofo Mário Ferreira dos Santos (1907–1968). Voltaremos ao assunto nos próximos parágrafos.

<sup>17</sup> Para tanto, ver os seguintes posts de Olavo em sua conta do *Facebook*: de 21 de fevereiro de 2017: <https://bityli.com/FSWgu> e de 22 de fevereiro do mesmo ano: <https://bityli.com/bQ6gG>.

<sup>18</sup> João Cezar de Castro Rocha. “Arqueologia de um pensamento e de um estilo: a obra dialógica de Mário Ferreira dos Santos”. In: Mário Ferreira dos Santos. *Filosofias da afirmação e da negação*. São Paulo: É Realizações, 2017, p. 255. (grifo meu).

<sup>19</sup> Idem, p. 256.

<sup>20</sup> Idem, ibidem (grifo meu).

<sup>21</sup> Idem, ibidem (grifo meu).

<sup>22</sup> Idem, ibidem (grifo meu).

<sup>23</sup> Idem, ibidem.

<sup>24</sup> Idem, p. 257.

<sup>25</sup> Idem, p. 258.

<sup>26</sup> Idem, p. 267.

# REFERÊNCIAS

## FONTES

### Principais fontes impressas

*Orvil: tentativas de tomada do poder.* Tenente Coronel Licio Maciel & Tenente José Conegundes do Nascimento [Eds.]. São Paulo: Schoba Editora, 2012.

*Brasil: Nunca Mais.* Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 18ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

*Ato Institucional Nº5 (AI-5) de 13 de dezembro de 1968.*

*Lei de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1969.*

*Lei de Segurança Nacional de 17 de dezembro de 1978.*

Tribunal Superior Eleitoral. *Processo n. 411/412 – Distrito Federal. Assunto: Cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil.* Rio de Janeiro, 7 de maio de 1947.

Edir Macedo. *Como vencer suas guerras pela fé. Descubra como enfrentar as batalhas do dia a dia.* São Paulo: UNIPRO, 2019.

\_\_\_\_\_. (com Carlos Oliveira) *Plano de poder. Deus, os cristãos e a política.* Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

Ernesto Araújo. “Agora falamos”. *The New Criterion.* Janeiro, 2019.

Michael J. Minnicino. “Freud and the Frankfurt School”. In: *EIR*, vol. 2, n. 16, April 15, 1994.

\_\_\_\_\_. “The New Dark Age. The Frankfurt School and ‘Political Correctness’”. *Fidelio*, volume 1, nº 1, Winter 1992.

Olavo de Carvalho. *A nova era e a revolução cultural. Fritjof Capra & Antonio Gramsci*. 4ª edição. Campinas: Vide editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. “Considerações sobre a Operação *Mani Pulite*”. *Revista CEJ*, Brasília, nº 26, jul./set. 2004

\_\_\_\_\_. *O imbecil coletivo. Atualidades inculturais brasileiras*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019

\_\_\_\_\_. *O jardim das aflições. De Epicuro à Ressurreição de César: ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil*. 3ª edição. Campinas: Vide Editorial, 2015.

Rafael Nogueira. “Apontamentos sobre a educação bancária: Um estudo sobre a originalidade, a aplicabilidade, a veracidade e a atualidade do conceito de educação bancária em Paulo Freire”. In: Thomas Giulliano (org.). *Desconstruindo Paulo Freire*. Porto Alegre: História Expressa, 2017.

Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, *A revolução gramscista no Ocidente. A concepção revolucionária de Antonio Gramsci em Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Estandarte Editora 2002.

Sergio Fernando Moro. “Considerações sobre a Operação *Mani Pulite*”. *Revista CEJ*, Brasília, n. 26, jul./set. 2004, p. 60

\_\_\_\_\_. *Jurisdição constitucional como democracia*. Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, 2002..

## **Principais fontes audiovisuais e digitais**

### **Documentários**

*Intervenção – Amor não quer dizer grande coisa.* Direção e montagem de Rubens Rewald, Tales Ab’Saber e Gustavo Aronda; Argumento: Tales Ab’Saber, 20

*1964 – O Brasil entre armas e livros.* Direção de Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. Produtora Brasil Paralelo, 2019.

#### *Vídeos do YouTube*

Canal: Abraham Weintraub. “A desconstrução dos valores cristãos e a religião sem deus”. Data de inclusão: 3 de janeiro de 2021.

Canal: Banana Bandida. “Impeachment – Os Reaças”. Data de inclusão: 16 de novembro de 2015.

Canal: BCC News Brasil. “Olavo de Carvalho: ‘Casos pequeninhos de corrupção podem acontecer em qualquer governo’”. Data de inclusão: 21 de maio de 2020.

Canal: Brasil Paralelo. ““O Reino do Terror Vermelho com Lucas Ferrugem”. Data de inclusão: 12 de junho de 2019.

Canal: EDUARDO BOLSONARO. “O BRASIL PRECISA SABER: Presidente Jair Bolsonaro”. Data da inclusão: 19 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_. “Terça Livre – Boletim da Noite/Super Live”. Data de inclusão: 27 de maio de 2020.

Canal: Estadão. “Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016”. Data da inclusão: 8 de agosto de 2019.

Canal: Face the Nation. “Pat Buchanan in 1992: ‘Make America first again’”. Data de inclusão: 4 de fevereiro de 2016.

Canal: INFORMA BRASIL TV. “Bolsonaro no ‘Túnel do Tempo’ (23/05/1999)”. Data de inclusão: 1 de abril de 2016.

Canal: Instituto Borborema. “São José de Anchieta: Fundador da Terra de Santa Cruz / Edmilson Cruz”. Data de inclusão: 21 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_. “Autoengano e Dissonância Cognitiva: novas notas sobre o fim dos humanos / Caio Perozzo”. Data de Inclusão: 30 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_. “Guerra Cultural: como perdê-la achando que está ganhando / Francisco Escorsim.”. Data de inclusão: 5 de junho de 2019.

Canal: IVIN Filmes. “A amnésia histórica”. Data de inclusão: 18 de outubro de 2016.

Canal: Jair Bolsonaro. “Rock Homenagem – Banda: REAC – Música: Olavo Tem Razão”. Data de inclusão: 16 de julho de 2018.

Canal: Luiz Trevisani. “Luz Trevisani – Olavo Tem Razão”. Data de inclusão: 10 de fevereiro de 2015.

Canal: Luiz, o Visitante. “Luiz, o Visitante – Meu Filho Vai Ser Bolsonarista”. Data de inclusão: 5 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. “O Velho Olavo Tem Razão! (Lyric Video) – Luiz, o Visitante & Talita Caldas”. Data de inclusão: 12 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. “Se Essa Rua Fosse Minha – Luiz, o Visitante, Talita Caldas”. Data de inclusão: 8 de julho de 2016.

Canal: Lula Zeppeliano. “Olavo de Carvalho – Escola de Frankfurt, Música Rock e Beatles e etc.”. Data de inclusão: 10 de setembro de 2019.

Canal: Marcos Wesley. “1º de maio – Enfermeiras agredidas na Praça dos Três Poderes durante ato pacífico (completo)”. Data de inclusão: 3 de maio de 2020.

Canal: Mídia Sem Máscara. “True outspcak – Olavo de Carvalho – 05 de dezembro de 2012”. Data de inclusão: 5 de dezembro de 2012.

Canal: Olavo de Carvalho. “Entrevista ao Instituto Borborema: literatura e autoconsciência”. Data de inclusão: 6 de agosto de 2020.

\_\_\_\_\_. “O Olavo Tem Razão – 1: Quem sou Eu”. Data de inclusão: 2 de março de 2019.

Canal: Olavo Tem Razão. “Imbecil Coletivo (curta-metragem)”. Dir. Mauro Ventura. Data de inclusão: 9 de março de 2020.

Canal: professor287. “Alexandre Seltz na audiência pública sobre Ideologia de Gênero, Câmara Municipal de Goiânia”. Data de inclusão: 19 de julho de 2015.

Canal: Silas Malafaia Oficial. “Pastor Silas Malafaia – Bolsonaro ao vivo na igreja que sou pastor”. Data da inclusão: 30 de outubro de 2018.

Canal: STEPS TOWARDS TRUTH. “Bill Lind Discussing the Spread of Cultural Marxism During It’s Infancy as the Norm in 1998”. Data de inclusão: 18 de julho de 2017.

Canal: The Guardian. “How Steve Bannon’s far-right ‘Movement’ stalled in Europe. Data da inclusão: 21 de novembro de 2018.

Canal: TheCarbonFreeze. “Pat Buchanan ‘Cultural War’ speech”. Data de inclusão: 15 de agosto de 2016.

Canal: Thomas Riegel. “BBC Jenneth Clark’s Civilisation 01 The Sikin of our Teeth”. Data de inclusão: 24 de maio de 2017.

Canal: tw19751. “John Berger/ Ways of Seeing, Episode 1 (1972)”. Data de inclusão: 8 de outubro de 2012.

Canal: UOL. “ÍNTEGRA DA REUNIÃO MINISTERIAL: ASSISTA AO VÍDEO COMPLETO”. Data de inclusão: 23 de maio de 2020.

*Áudios do Spotify*

Letícia Duarte. “Bônus: como o olavismo explica o bolsonarismo”. *Retrato narrado* (podcast). 18 de outubro de 2020.

### **Postagens do Facebook**

Conta: Olavo de Carvalho:

\_\_\_\_\_. *Post* de 20 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_. *Post* de 28 de julho de 2016

\_\_\_\_\_. *Post* de 25 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Post* de 29 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Post* de 16 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. *Post* de 28 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. *Post* de 13 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. *Post* de 14 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. *Post* de 9 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. *Post* de 16 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 15 de setembro de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 24 de setembro de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 4 de outubro de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 4 de outubro de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 7 de dezembro de 2020.

## **Postagens do Twitter**

Conta: Bia Kicis:

\_\_\_\_\_. *Post* de 26 de outubro de 2019.

Conta: Eduardo Bolsonaro:

\_\_\_\_\_. *Post* de 25 de agosto de 2019.

Conta: Olavo de Carvalho:

\_\_\_\_\_. *Post* de 26 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_. *Post* de 4 de dezembro de 2019.

\_\_\_\_\_. *Post* de 16 de fevereiro de 2010.

\_\_\_\_\_. *Post* de 21 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 19 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 20 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 29 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 9 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 10 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 11 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 12 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. *Post* de 22 de setembro de 2020.

*Websites e blogs*

“Sapientiam Autem Non Vincit Malitia” - Website oficial de Olavo de Carvalho.

“Metapolítica Brasil”. Blog do atual Chanceler Ernesto Araújo.

“Instituto Borborema”. Website do instituto homônimo com sede em Campina Grande, PB.

“Brasil Paralelo”. Website da produtora de vídeos homônima com sede em São Paulo, SP.

# BIBLIOGRAFIA GERAL

## Livros e capítulos de livros

Aldo Arantes (org.) *Por que a Democracia e a Constituição estão sendo atacadas?* Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2019.

Allan Bloom. *The Closing of the American Mind: How higher education has failed democracy and impoverished the Souls of today's students.* New York & London: Simon & Schuster Paperbacks. The 25th Anniversary Edition.

Ana Carolina Galvão, Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan e Wilberth Salgueiro (orgs.). *Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise.* Campinas: Pontes Editora, 2019.

Ana Kiffer e Gabriel Giorgi. *Ódios políticos e política do ódio. Lutas, gestos e escritas do presente.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

André Glucksmann. *O discurso do ódio.* Tradução Edgard de Assis Carvalho e Maria Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

André Singer. *O lulismo em crise. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016).* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Andrea Dip. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Andrea Wilson Nightingale. *Spectacles of Truth in Classical Greek Philosophy. Theoria in its Cultural Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Antonio Carlos Fon. *Tortura. A história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1979.

Arthur Koestler. *The Invisible Hand: The Second Volume of an Autobiography*. 1932-1940. London: Collins, 1954.

Arthur Schopenhauer. *Como vencer um debate sem precisar ter razão. (Em 38 estratégias)*. *Dialética erística*. Introdução, notas e comentários de Olavo de Carvalho. Tradução de Daniela Caldas e Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1997.

Benjamin R. Teitelbaum, *Guerra pela eternidade. O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Trad. Cynthia Costa. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.

Brittany Kaiser. *Como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque* (Rio de Janeiro: Harper Colins, 2020).

Bruno Paes Manso. *A República das Milícias. Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

C. P. Snow. *Two Cultures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Carlos Castello Branco. *A renúncia de Jânio. Um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1996.

Carlos Drummond de Andrade. *A rosa do povo. Poesia e Prosa*. (Organizada pelo autor.) Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1988.

Carolina Silveira Bauer. *Brasil e Argentina: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. 2ª edição. Porto Alegre, Medianiz, 2014.

Charles Perrault. *Le siècle de Louis le Grand*. In: Fumaroli, Marc (org.). *La Querelle des Anciens et des Modernes*. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

Christian Ingo Lenz Dunker. “Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático”. In: *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Clarice Lispector. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. “Apresentação”. In: *Orvil. Tentativas de tomada de poder*. Tenente Coronel Lício Maciel e Tenente José Conegundes do Nascimento. São Paulo: Schoba Editora, 2012, p. 22.

Ernesto Faria. *Dicionário Latino-Português*. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2003.

Esther Solano Gallego (org.). *O ódio como política. A reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

Euclides da Cunha. *Os sertões. Campanha de Canudos*. Leopoldo M. Bernucci (org.). São Paulo: Ateliê Editorial / Imprensa Oficial / Arquivo do Estado, 2001.

Felipe Recondo e Luiz Weber. *Os onze. O STF, seus bastidores e suas crises*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Fernando Pessoa. “Ulysses”. In: *Mensagem. Poemas esotéricos*. José Augusto Seabra (org.). Paris: Coleção Archivos, 1996.

Fernando Portela. *Guerra de guerrilheiros no Brasil. Informações novas. Documentos inéditos e na íntegra*. São Paulo: Global Editora, 5ª edição, 1981 [1974].

Frei Beto. *Batismo de sangue. Guerrilha e morte de Carlos Marighella*. 14ª Edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

Friedrich Hölderlin. *Poemas*. Tradução de Paulo Quintela. Coimbra: Atlântica, 1959.

Gilberto Dimenstein. *República de padrinhos. Chantagem e corrupção em Brasília*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

Giuliano Da Empoli. *Os engenheiros do caos. Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Vestígio, 2020.

Hamilton Almeida Filho. *A sangue quente. A morte do jornalista Vladimir Herzog*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

Immanuel Kant. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Valerio Rohden & Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (orgs.), *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

James Davison Hunter. *Culture wars: The Struggle to define America. Making sense of the battles over family, art, education, law, and politics*. New York: Basic Books, 1991.

João Cabral de Melo Neto. *Obra completa*. (Edição organizada por Marly de Oliveira com assistência do autor). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

João Guimarães Rosa. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Joel Pinheiro da Fonseca. “Precisamos falar sobre Olavo de Carvalho”. In: Eduardo Cesar Maia (org). *Sobre livros e ideias. Uma seleção de ensaios e entrevistas de Café Colombo*. Recife: Café Colombo, 2016.

John Carey, *The Intellectual and the Masses. Pride and Prejudice among the Literary Intelligentsia, 1880-1938*. London: Faber and Faber, 1992.

José A. Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto M. Fortunato, *A direita explosiva. A história do Grupo Secreto que aterrorizou o País com suas ações, atentados e conspirações*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

José Gaos. *Confesiones Profesionales. Aforística. Obras Completas. XVII.* México: UNAM, 1982.

José Guilherme Merquior. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin. Ensaio crítico sobre a escola neo-hegeliana de Frankfurt.* São Paulo: É Realizações, 2017.

\_\_\_\_\_. *O marxismo ocidental.* Trad. Raul de Sá Barbosa. São Paulo: É Realizações, 2018.

Katia Iracema Krause. *O Brasil de Amaral Netto, o Repórter – 1968-1985.* Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal Fluminense, 2016.

Leo Festinger, *A Theory of Cognitive Dissonance*, Stanford: Stanford University Press, 1962 [1957].

Léon Poliakov. *A causalidade diabólica.* Volume I. São Paulo: Editora Perspectiva: 1991.

Leonardo Avritzer. *O pêndulo da democracia.* São Paulo: Todavia, 2019.

Lucas Figueiredo. *Lugar nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula. 1927 – 2005.* Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

\_\_\_\_\_. *Olho por olho. Os livros secretos da ditadura.* Rio de Janeiro: Editora Record, 2009

Luciano Gruppi. *O conceito de hegemonia em Gramsci.* Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Luís de Camões. *Obra Completa.* Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1988.

Luiz Maklouf Carvalho. *O cadete e o capitão.* São Paulo: Todavia, 2019.

Machado de Assis. *Obra completa.* Vols. I e II. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986.

Malu Gaspar. *A organização. A Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Marc Manganaro, *Culture, 1922: The Emergence of a Concept*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

Marcelo Ridenti. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Marcos Nobre. *Imobilismo em movimento. Da redemocratização ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Marcus Vinícius Xavier, Leno Francisco Danner e Vitor Cei (orgs.). *O que resta das Jornadas de Junho*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

Maria Celina D'Araújo e Celso Castro (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Maria da Glória Gohn. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

Mariana Basso Lacerda. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

Marie-Monique Robin, *Escadrons de la mort, l'école Française*. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

Martim Vasques da Cunha. *A tirania dos especialistas. Desde a revolta das elites do PT até a revolta do subsolo de Olavo de Carvalho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Martin Heidegger. *El ser y el tiempo*. Tradução de José Gaos. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.

Maurício Moura e Juliano Corbelini. *A eleição disruptiva. Por que Bolsonaro venceu*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

Michael Taussig, *Mimesis and Alterity; A Particular History of the Senses*. New York, Routledge, 1993.

Michele Prado. *Tempestade ideológica. Bolsonarismo: A alt-right e o populismo i-liberal no Brasil*. Edição da autora, 2021.

Pablo Ornelas Rosa. *Fascismo tropical. Uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

Patrícia Campos Mello, *A máquina do ódio. Notas de uma repórter sobre fake News e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Paul Lidsky. *Les écrivains contre la Commune*. Paris: Maspero, 1999.

Paulo Arantes, *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

Pedro Doria. *Fascismo à brasileira. Como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo*. São Paulo: Editora Planeta, 2020.

Peter Sloterdijk. *O desprezo das massas: Ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. Trad. Cláudia Cavalcanti. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

Piero C Leirner. *Mini-manual da hierarquia militar. Uma perspectiva antropológica*. São Carlos: Coleção IndePub/SC.

\_\_\_\_\_. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda, 2020.

Reinhart Koselleck. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

Renato Arruda de Rezende. *1947 – O ano em que o Brasil foi mais realista que o rei. O fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética*. Dissertação apresentada

ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2006.

René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 5ª edição, 1987.

René Girard, João Cezar de Castro Rocha e Pierpalo Antonello. *Evolução e conversão. Diálogos sobre a origem da cultura*. São Paulo: É Realizações, 2011.

Ricardo Lísias. *Diário da catástrofe brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.

\_\_\_\_\_. *Sem título. Uma performance contra Sergio Moro*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2018.

Roberto Schwarz. “Cultura e política, 1964-1969”. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978, p. 61-62.

Roger Trinquier. *La guerre moderne*. Paris: La Table Ronde, 1961.

Ronald Dworkin. *O direito da liberdade: a leitura moral da Constituição norte-americana*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Ronald Robson. *Conhecimento por presença: em torno da filosofia de Olavo de Carvalho*. Campinas: VIDE Editorial, 2020.

Rosana Pinheiro-Machado. *Amanhã vai ser maior. O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Pulo: Planeta do Brasil, 2019.

Ruy Fausto. “Depois do temporal”. In: *Democracia em risco?* São Paulo: Companhia das letras, 2019, pp. 147-48.

\_\_\_\_\_. *Caminhos da esquerda. Elementos para uma reconstrução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Samantha Ribeiro Meyer-Pflug. *Liberdade de expressão e discurso do ódio*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Sean McMeekin. *The Red Millionaire. A Political Biography of Willy Münzenberg. Moscow's Secret Propaganda Tsar in the West, 1917-1940*. New Haven: Yale University Press, 2003.

Sérgio Abranches. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Sônia Corrêa e Isabela Kalil, *Políticas antigênero em América Latina: Brasil* (Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW) / ABIA – Asociación Brasileña Interdisciplinar de SIDA, 2020.

Stéphane Mallarmé. “Le tombeau d’Edgar Poe”. In: *Mallarmé*. Traduções de Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos. Edição bilíngue. São Paulo, SP: Edusp & Perspectiva, 1975.

Tales Ab’Saber. *Dilma Rousseff e o ódio político*. São Paulo: Editora Hedra, 2015.

\_\_\_\_\_. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Editora Hedra, 2011.

\_\_\_\_\_. *Michel Temer e o fascismo comum*. São Paulo: Editora Hedra, 2018.

Thaís Oyama. *Tormenta. O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Victor Klemperer. *LTI. A linguagem do Terceiro Reich*. Tradução de Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

Vitor Cei. “Cultura e política, 2013-2016: os incitadores da turba”. In: Vitor Cei, Leno Francisco Danner, Marcus Vinícius Xavier de Oliveira e David G. Borges (orgs.). *O que resta das Jornadas de Junho*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

Walter Benjamin. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. Tradução, apresentação e notas de Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Editora Zouk, 2012.

Wanderley Guilherme dos Santos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

William Butler Yeats, “A segunda vinda”. In: Jorge Wanderley (Organização, tradução e notas). *22 ingleses modernos: uma antologia poética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

William Shakespeare. “Henrique V”. In: *Teatro completo. Dramas históricos*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

\_\_\_\_\_. *A tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca*. Trad. Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Companhia das Letras/ Penguin, 2015.

\_\_\_\_\_. *Otelo*. Trad. Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Wlad Godzich. *The Culture of Literacy*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

Xavier Zubiri. *Inteligência e Logos*. Tradução de Carlos Nougué. São Paulo: Editora É Realizações, 2011.

## **Artigos acadêmicos, ensaios e reportagens**

Alexander Tsesis. “Dignity and Speech: the regulation of hate speech in a democracy”. *Wake Forest Law Review*, Vol. 44, 2009.

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves, “O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”. *Lua Nova*, São Paulo, 80: pp. 71-96, 2010.

Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Volume 6. Literatura, Folclore, Gramática. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Arthur Hussne. “Olavismo e bolsonarismo”. *Rosa*, I, março de 2020.

Carlos Fico. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”, *Revista Brasileira de História*. 2004, vol. 24, n. 47, pp. 29-60.

Cecília Maria Bouças Coimbra. “Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência.” *Psicologia em Estudo*, v. 5, n.º2, 2000.

Charlene Dalcol, Natália Martins Flores e Maria Ivete Trevisan Fossá. “O discurso jurídico midiaticizado: Análise da denúncia de Deltan Dallagnol contra Lula”. *Esferas*, Ano 6, nº 11, 2017.

Fareed Zakaria. “The Rise of Illiberal Democracy”. *Foreign Affairs*, Vol. 76, No. 6, 1997.

Fernando Limongi, “Impedindo Dilma”, *Revista Novos Estudos CEBRAP*, junho de 2017.

Gabriel Giucci, “Brasília, 1º de Maio, 2020”. In: *Revista Serrote*. Edição especial: Em Quarentena, 2020.

George F. Kennan. “The Long Telegram. Answer to Dept’s 284 Feb. 3, Moscow, Feb, 22. 1946.

\_\_\_\_\_. “The Sources of Soviet Conduct”. *Foreign Affairs*, Vol. 25, Nº 4 (July, 1947).

Hugo E. A. da Gama Cerqueira, “Breve história da edição crítica das obras de Karl Marx”. *Revista de Economia Política*, vol. 35, nº 4 (141), 2015.

Isabela Kalil. “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”. *Relatório de Pesquisa*. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Outubro, 2018.

Jacob Gorender. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Edição ampliada e revista. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2014.

João Cezar de Castro Rocha. “Uma nova ideia do sentir e do pensar”. *O Estado de S. Paulo*, “Sabático”, 08/10/2011.

João Moreira Salles. “A morte e a morte. Jair Bolsonaro entre o gozo e o tédio”. *Revista Piauí*, 166, julho de 2020.

João Roberto Martins Filho, “A conexão francesa da Argélia ao Araguaia”. *Vária Historia*, vol. 28, nº 519, 2012.

João Roberto Martins Filho, “A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23 n.º 67 junho/2008.

João Varella, “Por que a extrema-direita se interessa tanto por videogames?”. *Elástica*, 4 de dezembro de 2020.

José Eustáquio Diniz Alves. “O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro.” *Revista IUH On-line*, 1 de novembro de 2018.

Malu Gaspar. “‘Quem é feliz não pega Covid’. Por dentro de uma reunião no ministério da saúde”. *Revista Piauí*, Edição 172, janeiro de 2021.

Marcelo Moreira, “‘Pemedebismo’: rupturas e contradições no Brasil contemporâneo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Volº 30, nº 87, pp. 171-175.

Martim Vasques da Cunha. “Tragédia ideológica”. *Revista Piauí*, nº 167, agosto de 2020.

Monica Giuliano. “Vou intervir! O dia em que Bolsonaro decidiu mandar tropas para o Supremo”. *Revista Piauí*, agosto de 2020, nº 167.

Pedro Sette-Câmara. “Algumas memórias da década de 1990”, In: Ronald Robson [Ed.]. *Nabuco: revista brasileira de humanidades*. São Luís, MA: Edições Nabuco, 2014, pp. 53-63.

Renato Lessa. *Homo bolsonarus*. In: *Revista Serrote*. Edição especial: Em Quarentena, 2020.

Rodrigo Nabuco de Araújo, “Repensando a guerra revolucionária no Exército brasileiro (1954-1975)”. *Historia y problemas del siglo XX*, Año 8, Volumen 8, 2017.

Sérgio Abranches. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Dados – Revista de Ciência Sociais*, Vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5-33.

Winfried Brugger. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. Trad. Maria A. J. de Santa Cruz Oliveira. *Revista de Direito*

*Público*, Brasília, v. 15, n. 117, jan.-mar. 2007.

## Artigos da imprensa

Alan Feuer, William K. Rashbaum and Maggie Haberman. “Steve Bannon is charged with Fraud in We Build the Wall Campaign”. *New York Times*, 20 de agosto de 2020.

Brenda Ortiz. “Homem que agrediu enfermeira no DF é funcionário do Ministério dos Direitos Humanos”. *G1*, 5 de maio de 2020.

Bruna Borges. “Petista que é contrário ao aborto presidirá Comissão de Direitos Humanos.” *UOL*, 26 de fevereiro de 2014.

Ciro Barros. “Pesquisador americano analisa doutrina ideológica que une ‘gurus’ de governos do Brasil, EUA, e Rússia”. Entrevista com Benjamin R. Teitelbaum. *Agência Pública*, 29 de junho de 2020.

Daniel Peres. “Quão obscurantista é o emplasto filosófico de Olavo de Carvalho?”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 12 de fevereiro de 2019.

Denise Chispim Martin. “‘Temos que desconstruir muita coisa’, diz Bolsonaro a americanos de direita”. *Revista Veja*, 18 de março de 2019.

Eduardo Wolf. “Plágio, politicamente correto e paranoia no Inep de Bolsonaro”, *Revista Veja*, 12 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. “Luta pela alma do Brasil”, *Revista Veja*, 30 de novembro de 2018.

Erik Mota. “Kit gay nunca foi distribuído em escolas; veja verdades e mentiras”. *Congresso em Foco*, 11 de janeiro de 2020.

Francho Barón. “O inquietante fenômeno Bolsonaro”. *El País – Brasil*, 7 de outubro de 2014.

Francisco Escorsim. “Olavo de Carvalho não é para ser comentado”. *Gazeta do Povo*, 5 de junho de 2017.

Gil Alessi. “Deltan Dallagnol: ‘A Lava Jato traz uma esperança, cria um círculo virtuoso’”. *El País – Brasil*, 13 de agosto de 2015.

Giorgio Dal Molin. “A facada que mudou a eleição: o que se sabe sobre o atentado que turbinou a onda Bolsonaro”. *Gazeta do Povo*, 26 de outubro de 2018.

Heloísa Mendonça e Nadia Galarraga Cortázar. “Bolsonaro a milhares em euforia: ‘Vamos varrer do mapa os bandidos vermelhos’”. *El País*, 22 de outubro de 2018.

Italo Nogueira. “Alvo de Flávio Bolsonaro é exonerado na Receita em meio à pressão para anular provas de ‘rachadinha’. Chefe da Corregedoria no RJ deixa posto após ser acusado de acesso irregular a dados”. *Folha de S. Paulo*, 4 de dezembro de 2020.

Ives Gandra da Silva Martins. “Cabe às Forças Armadas moderar os conflitos entre os Poderes”. *Consultor Jurídico*, 28 de maio de 2020.

José Celso Martinez Corrêa. “Tabu do corpo nu retorna na guerra cultural antimarxista”. *Folha de S. Paulo*, 21 de dezembro de 2018.

Leão Serva. “Filme ‘1964’ faz uso indevido de foto de Sebastião Salgado”. *Folha de S. Paulo*, 7 de maio de 2019.

Letícia Casado e Reynaldo Turolo Jr. “PT vai ao STF contra Bolsonaro por vídeo em que ele defende ‘fuzilar a petralhada’”. *Folha de S. Paulo*, 3 de setembro de 2018.

Lígia Formenti. “Bolsonaro volta a receber a viúva de Ustra no Palácio do Planalto”. *A Tarde*. 7 de novembro de 2019.

Mariana Schreiber, “Apesar de abolida, pena de morte ainda tem aplicação no Brasil”, *BBC Brasil*, 17 de janeiro de 2015.

Mário Magalhães e Sérgio Torres, “Internet revela livro secreto do Exército”. *Folha de S. Paulo*, 5 de novembro de 2000.

Milton Temer. “Entrevistas. Milton Temer”. *Fazendo Media*, 3 de outubro de 2004.

Natália Cancian. “Ministério da Saúde descumpre metas de testagem de Covid-19 e atrasa controle da doença”. *Folha de S. Paulo*, 28 de novembro de 2020.

Paulo José Cunha. “Meninos, eu vi. Por isso tenho medo”. *Congressos em Foco*. 21 de setembro de 2018.

Reinaldo Azevedo. “Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro transmitido ao vivo durante manifestação”. *Folha de S. Paulo*, 22 de outubro de 2020.

Renato Onofre e Camila Mattoso, “Bolsonaro encaminha vídeo que convida para ato em apoio ao governo no dia 15”. *GZH*, 25 de fevereiro de 2020.

Roniara Castilhos e Filipe Matoso. “Bolsonaro recebe Major Curió, que comandou repressão à Guerrilha do Araguaia durante a ditadura”. *G1*. 4 de maio de 2020.

Rubens Valente, Talita Fernandes e Anna Virginia Balloussier. “Na véspera de julgamento sobre Lula, comandante do Exército diz repudiar impunidade”. *Folha de S. Paulo*, 3 de abril de 2018.

Silvio Essinger, “Quem são e como atuam os representantes do ‘rap de direita’ emergente no Brasil”. *Revista Época*, 05/04/2019.

Thiago Bronzatto. “Bolsonaro desconfia de ‘infiltrados do PT’ na equipe econômica”. *Revista Veja*, 27 de setembro de 2020

\_\_\_\_\_. e Marcela Mattos. “6 de setembro de 2018: um dia para entrar na história”. *Revista Veja*, 6 de setembro de 2019.